

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

EDIMILSON ROSA BEZERRA

**A TERRITORIALIDADE CAMPONESA: OS CENTROS AGRÍCOLAS COMO UM
LUGAR DE INTEGRAÇÃO AO CAPITAL. GLEBA BOCA DA MATA/BARREIRÃO
NO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA- MA (1950/1987)**

São Leopoldo
2018

B574t

Bezerra, Edimilson Rosa

A territorialidade camponesa: os centros agrícolas como um lugar de integração ao capital. Gleba boca da mata/barreirão no município de João Lisboa - MA (1950-1987) / Edimilson Rosa Bezerra. – São Leopoldo, 2017. 336 f.; il.; 22 cm

Tese (Programa de Pós-graduação em História – Curso de Doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos) – Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINO, 2017.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad

1. Camponeses. 2. Espaço. 3. Região. 4. Territorialidade. 5. Centros agrícolas – João Lisboa – MA. I. Título.

CDU 94:911.373"1950/1987"(812.1)

EDIMILSON ROSA BEZERRA

**A TERRITORIALIDADE CAMPONESA: OS CENTROS AGRÍCOLAS COMO UM
LUGAR DE INTEGRAÇÃO AO CAPITAL. GLEBA BOCA DA MATA/BARREIRÃO
NO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA- MA (1950/1987)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-americanos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad.

São Leopoldo

2018

EDIMILSON ROSA BEZERRA

**A TERRITORIALIDADE CAMPONESA: OS CENTROS AGRÍCOLAS COMO UM
LUGAR DE INTEGRAÇÃO AO CAPITAL. GLEBA BOCA DA MATA/BARREIRÃO
NO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA- MA (1950/1987)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Prof.a Dr. a Marluza Marques Harres

Aprovado em:

Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres
UNISINOS (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira
UNISINOS

Prof. Dr. João Carlos Barrozo
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Cuiabá

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

São Leopoldo
2018

A Miguel Reinaldo, que dizia: “temos que estar o tempo todo fazendo o joguinho pra conduzir a vida”.

In memoriam

Agradecimentos

Primeiramente, à Universidade Estadual do Maranhão –UEMA– por seu esforço na qualificação de professores distribuídos em vários polos do estado – e que, nesse esforço, alcançou-nos em Imperatriz.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS –, que nos recebeu em seu doutorado com um acolhimento que foi muito além do que constava em convênio. Direção, professores e secretaria extasiaram-nos com o curso e um generoso abraço gaúcho – algo que marcará nossas vidas para sempre.

À prof.^a Dra. Marluza Marques Harres (Orientadora que se constituiu ao longo destes quatro anos em meu porto seguro) pela leitura generosa do plano inicial do projeto de pesquisa, auxiliando-me no refinamento da metodologia sem perder o horizonte do objeto.

À Coorientadora, Prof^a. Dra. Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, por discutir a base teórica da tese com certa exaustão; e ao Prof. Dr. João Carlos Barrozo por conduzir uma crítica ao texto de acordo com a imanência camponesa.

Aos colegas do curso que, mesmo espalhados pelo norte e nordeste do país, deram unidade que nutriu a todos. Em especial ao colega Moab César, pela solidariedade e companhia de todas as horas de reflexão e interlocução.

Aos colegas Abnaldo Ramos e Ribamar Silva por permanecerem sempre à disposição na formatação e pela ajuda na correção gramatical do texto.

Aos meus familiares, que não mediram esforços e compreensão sobre as minhas constantes ausências do seio familiar por este extenso período de estudo.

Às dezenas de camponeses que se detiveram para colaborar na construção e no vivido dessa história.

Por fim, aos amigos e amigas de trilhas e sonhos que lidam com a educação no meio rural e, por extensão, aos que aprendem e educam no meio indígena no sul do Maranhão. E a todos os interlocutores que participaram de forma coletiva ou individual, dialogando sobre a construção desta tese ao longo do tempo de pesquisa e redação.

*O memorável é o que pode ser sonhado
de um lugar.*

Michel de Certeau – Arte, Cultura e Lazer.

RESUMO

Os camponeses foram um dos principais protagonistas da frente de expansão no oeste maranhense durante o século XX. Nesse processo de ocupação ao longo do arco da floresta amazônica no estado, os camponeses vivenciaram uma diversidade fundiária marcada pelo seu inter-relacionamento com a especificidade na frente de expansão e com seus respectivos ambientes geográficos. Esta tese examina as ações territorializantes dos camponeses em decorrência das transformações ocorridas na produção, seu processo de ocupação e a apropriação de terras no sudoeste do Maranhão por intermédio dos minúsculos lugares fundados por eles, denominados de 'Centros', como forma de antecipação de um espaço agrícola sob pressão de outros segmentos e agentes da sociedade na disputa do uso da terra e da exploração econômica por força da expansão do capitalismo. Para tanto, partimos de uma análise da formação e da conformação da região, que envolveu a colonização, conhecida como 'espontânea', realizada pelos camponeses, cuja realidade empírica atém-se à Gleba Boca da Mata/Barreirão, no município de João Lisboa-Maranhão entre 1950 e 1987. Com aporte nos conceitos de espaço, região, territorialidade e centros agrícolas, adotamos uma metodologia combinada da História Social e História Oral. Para compreendermos os camponeses em suas ações territorializantes na Gleba Boca da Mata/Barreirão, partimos do pressuposto de que seria fundamental a pesquisa se ocupar do processo produtivo, junto ao avanço do capitalismo no campo, em razão das transformações ocorridas na região, fossem elas agropastoris ou florestais, uma vez que a região é caracterizada como área de transição composta de floresta amazônica, floresta de babaçu e cerrado. Discutimos as diferentes formas de ocupação nessa área e a fundação dos centros camponeses, pois eles se constituíram no elemento estruturante principal de sua ação fundiária. A pesquisa conclui que os centros agrícolas camponeses não são apenas um local de trabalho e abrigo; eles se constituem em uma antecipação do espaço; um lugar que serve como trampolim para novas oportunidades na órbita do capital e como lugar de integração.

Palavras-Chave: Camponeses. Espaço. Região. Territorialidade. Centros agrícolas. Município de João Lisboa - MA.

ABSTRACT

The peasants were one of the main protagonists of the expansion front in western Maranhão during the twentieth century. In this process of occupation along the arch of the Amazon rainforest in the state, the peasants experienced a land diversity marked by their interrelationship with the specificity in front of expansion and with their respective geographic environments. This thesis examines the territorial actions of peasants, as a result of the transformations that occurred in production, their occupation and appropriation of land in the southwest of Maranhão, through the tiny places founded by them, denominated 'Centers' as a way of anticipating an agricultural space under pressure from other segments and agents of society, in the dispute the use of land and economic exploitation by force expansion of capitalism. To do so, we start with an analysis of the formation and conformation of the region, which involved the colonization known as 'spontaneous', carried out by the peasants, whose empirical reality is the Gleba Boca da Mata / Barreirão, in the municipality of João Lisboa-Maranhão between 1950 and 1987. With input in the concepts of space, region, territoriality and agricultural centers we adopted a combined Social History and Oral History methodology. To start in understanding the peasants in their territorial actions in the Gleba Boca da Mata / Barreirão, we start from the assumption that it would be fundamental research to deal with the productive process, along with the capitalism advance in the countryside, due to the transformations that occurred in the region, whether agro-pastoral or forest since the region is characterized as a transition area composed of Amazon forest, babaçu forest and cerrado. So we discussed the different forms of occupation in this area and the foundation of the peasant centers since they were the main structuring element of their land tenure. The research concludes that peasant agricultural centers are not only a place of work and shelter, they constitute an anticipation of space, a place that serves as a springboard for new opportunities in the orbit of capital and also as a place of integration.

Keywords: Peasants. Space. Region. Territoriality. Agricultural centers. Municipality of João Lisboa-MA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – *Mapa do estado do Maranhão tendo em destaque o município de João Lisboa*

Figura 2 – Mapa da Amazônia legal maranhense

Figura 3 – Mapa do antigo território dos índios Gaviões.

Figura 4 – Mapa das frentes de expansão agroexportadora ao norte e a frente pastoril baiana ao sul do estado

Figura 5 – Mapa do Maranhão elaborado por Francisco de Paulo Ribeiro em 1819

Figura 6 – Fotografia de Miguel Reinaldo, Francisca e Manuel Reinaldo.

Figura 7 – Mapa da microrregião de Imperatriz

Figura 8 – Mapa do Maranhão de 1929

Figura 9 – Mapa da composição dos tipos de vegetação do Maranhão

Figura 10 – Estradas e pontes construídas na administração do prefeito Simplício Moreira

Figura 11 – Fotografia de Sebastião Antônio da Silva

Figura 12 – Câmara municipal de João Lisboa, MA (ano 1983)

Figura 13 – Fotografia de Francisco Alves em Santa Luzia

Figura 14 – Fotografia do filho de Francisco transportando água

Figura 15 – Paiol de arroz de Francisco Alves e Miguel Reinaldo no 'Centro do Dotô'

Figura 16 – Paiol de arroz no 'Centro do Dotô'

Figura 17 – Hora do almoço na colheita do arroz no 'Centro do Dotô'

Figura 18 – Primeira morada de Francisco e Miguel no 'Centro do Dotô'

Figura 19 – Mapa dos caminhos e centros agrícolas fundados por camponeses na gleba Boca da Mata em 1975

Figura 20 – Mapa da frente extrativista do babaçu e do início da cultura do arroz em Imperatriz – MA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de preços de gêneros em Barra do Corda em 1904

Tabela 2 – Diárias de trabalho no Maranhão em 1934

Tabela 3 – Lista de preços dos principais produtos comercializados no Maranhão em 1934

Tabela 4 – Produção de babaçu no município de Imperatriz – MA (1934-1941).

Tabela 5 – Loteamento Pé de Galinha

Tabela 6 – Loteamento Muçambê

Tabela 7 – Propriedades do loteamento Sol Nascente

Tabela 8 – Distribuição da população por estado de origem

Tabela 9 – Produção dos principais produtos agrícolas e rebanho bovino do município de João Lisboa – MA nos anos de 1977-1981. *(valor em Cr\$ 1000).

Tabela 10 – População residente no estado do Maranhão e na frente de expansão agrícola, 1940-1970.

Tabela 11 – Condição dos produtores no Maranhão e na frente de expansão agrícola

Tabela 12 – Preço médio das terras agrícolas (Cr\$/ha), 1966-1978

LISTA DE SIGLAS

ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

ISA - Instituto Socioambiental

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A REGIÃO DA POSSE E SUA OCUPAÇÃO NO PASSADO	45
1.1 Os índios gaviões: diversidade fundiária	49
1.2 A política indigenista no Maranhão	59
1.3 Camponeses: entre flechas, bordunas e bacamartes	69
1.4 As frentes de expansão no município de Imperatriz	100
1.5 Antecedentes históricos da ocupação da gleba Boca da Mata	117
2 O ESPAÇO DA DIFERENÇA	129
2.1 As coalizões predatórias no Maranhão na reestruturação do capitalismo	133
2.2 As distinções dos lugares.....	141
2.3 A região muda de rumo e de dono.....	148
2.4 A expropriação da posse.....	163
2.5. Uma posse nas alturas.....	189
2.6 Por entre velhas e novas anotações	207
3 A COMPRESSÃO DA GLEBA BOCA DA MATA	223
3.1 As distinções dos ‘centros’	224
3.2 A apropriação que expropria.....	236
3.3 O arroz impulsiona a frente agrícola.....	264
3.4 A comercialização do arroz na Gleba Boca da Mata.....	267
3.5 Superposição da frente pioneira e frente de expansão	276
3.6. Os centros agrícolas como trampolim de oportunidade	287
3.7 O centro no interior da mata.....	306
CONSIDERAÇÕES FINAIS	316
REFERÊNCIAS	321

INTRODUÇÃO

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil (WELCH, 2009, p. 12).

No Brasil, os camponeses viveram situações sociais variadas em diferentes contextos, mas sempre, até os dias atuais, em meio a uma realidade de extrema concentração de terra onde predomina a grande propriedade. Na história agrária¹ brasileira, o Maranhão sempre foi um fiel representante da alta concentração de terras, e seu campesinato resultou fortemente do fluxo migratório – desde o período colonial² – de famílias, oriundas dos demais estados nordestinos, que se deslocavam em busca de novas oportunidades econômicas nas terras livres, alcançando a pré-amazônia maranhense no alvorecer da República (1889). (CANEDO, 1993, p. 28).

A história campesina³ no Maranhão requer um estudo do avanço sobre as terras maranhenses no sentido leste-oeste, numa extensão média de 600 quilômetros; e de 900 quilômetros – de comprimento médio – do arco florestal no sentido norte-sul (NASCIMENTO, 2001, p. 16). Este estudo partiu da concepção de que, desta forma,

¹ Linhares *in* Cardoso (1997, p. 167,168), comenta a tipologia (de Melvret), desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso, como a **História da agricultura** – como parte da história das ciências e das técnicas sobre as forças produtivas (ambiente superfície cultivada, tecnologia agrícola, população); a **história agrária** – como modalidade de história social da agricultura (apropriação e uso do solo) pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores (estudos dos sistemas agrários, relações de produção e tipologias agrárias); já a terceira instância, privilegiada por Ciro Flamarion combina as duas primeiras modalidades (estudo macro e micro econômico da produção e da comercialização do setor agrícola).

² Afirma Meireles (2008, p.188), em seu livro **História do Maranhão**, que “a miséria continuava, e a cidade não progredia: três quartos de séculos de sua fundação e pouco excedia de mil almas, em 1683, [...] em que a quase totalidade das suas casas era de taipa, coberta de palha, com urupemas por janelas”. Por força da situação econômica em que vivia o estado, ocorre a Revolta de Beckman (1684), que foi prontamente combatida, levando seu líder Manuel a ser enforcado; até então não corria dinheiro em moeda, as trocas se davam em produtos como cravo, açúcar, cacau e tabaco, panos e novelo de algodão (NASCIMENTO, 1986, p. 106). O historiador Lima (2006, p. 578) em sua **História do Maranhão Colonial** transcreve a opinião do governador Mendonça furtado em 1759: “Este Estado, e principalmente esta capitania, se acha reduzida a extrema miséria”. Almeida (1983, p. 96), em **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**, faz referência que a colonização com camponeses nordestinos, começa no Maranhão por volta de 1870, devido a crise da mão-de-obra maranhense; antes, o processo de colonização teria sido uma etapa com a colonização militar, depois, uma tentativa de colonização com estrangeiros e como último recurso, iniciando uma colonização com os próprios brasileiros. De forma que nesse texto, aparece uma valorização campesina e quilombola, voltada para o sistema de uso comum da terra, por força das circunstâncias daquele período. Na obra, é perceptível que a longa carência inicial da colonização e a implantação do modelo agroexportador excludente, somado à repressão aos camponeses no Maranhão, tenham contribuído para consolidar os laços do uso comum da terra em toda a extensão de domínio da agroexportação.

³ Ou história camponesa (referente aos camponeses ou campônios).

os camponeses experimentaram uma multiplicidade ambiental envolvendo relevo, hidrografia, clima e vegetação; e que, a seu modo, na inserção econômica e social, participaram influenciando e sendo influenciados pelas mudanças estruturais ocorridas na sociedade na qual estavam inseridos.

A migração de grande parte dos camponeses dos demais estados para o Maranhão teve como marco a seca de 1877, quando esses camponeses adentraram as terras maranhenses. Por este motivo, o Presidente da Província, Luís de Vasconcelos, criou para atender o flagelo, logo no início de seu curto governo (1879-1880), uma comissão para organizar e dar assistência a seis colônias no estado. Essas colônias foram distribuídas nas margens dos rios Pindaré, rio Grajaú, rio Flores e duas na região de Turiaçu. No final de seu governo, Luís de Vasconcelos reclamava, em relatório, da migração vinda para o Maranhão:

Perseguidos pelo flagelo da seca viram-se esses nossos irmãos em a dura necessidade de transportar-se a outras províncias [...] ali estão para prová-lo a estrada do caminho grande e as colônias [...] Quanto às colônias acham-se desde que foram restringidos os socorros nos termos das ordens do Governo Imperial, em sua quase totalidade abandonadas, porque nada fizeram os colonos, que os fixassem nas terras que deviam de, lavrar e que deixaram apenas lhes escassearem, os auxílios, vagando hoje pela capital e por pontos da província. (AMARAL, 1897, p. 81).

Nesse exposto, encontra-se o juízo de valor do dirigente da Província e também a mentalidade da classe rica e culta do período para com os pobres livres. Por entender que os camponeses mostravam resistência à orientação do governo e apresentavam má vontade e insubordinação ao trabalho de subsistência, Amaral (1897, p. 82) acresce, ainda, que os migrantes preferiam o ócio, a vagabundagem e delinquência. Conforme o autor, depreende-se que os camponeses, por conta e risco, abandonavam a mera subsistência e se lançavam em busca de outros ganhos que lhes dessem melhor inserção.

Somente quase dois anos depois da seca de 1877, o governo da Província juntou esforços com o governo Imperial para tomar medidas no sentido de minimizar a alarmante demanda migratória, promovendo uma colonização dirigida⁴. Tão logo

⁴ A colonização dirigida se constitui em uma ação oficial, na forma de recurso por parte do governo, aplicada em determinadas áreas, visando aliviar as tensões sociais ao assentar camponeses nestas áreas e com estas medidas, devido ao alto custo, terminam assentando um número muito limitado, em detrimento da demanda, e, com isto, contribui indiretamente para reduzir a possibilidade de reforma agrária. No Maranhão, tais práticas ocorrem desde o tempo colonial, mas, conforme Canedo (1993, p. 69-72), com a Lei de Terras (Lei Sarney) aprovada em 1969 no Maranhão, foi criada a Companhia

iniciadas essas medidas, o próprio governo assumiu que os serviços de implantação das colônias eram falhos, e o fomento do governo não esperou nem o ciclo da cultura básica dos camponeses, sendo ‘suspenso’ junto com os demais socorros.

Fica evidente que tais medidas – como agora – jamais alcançariam as demandas, e os camponeses daquele tempo, como os dos dias atuais, padecem do mesmo mal crônico da sociedade, em relação à sua condição material e imaterial, devido aos preconceitos que sofrem da sociedade civilizada. É de se notar que nem todos aqueles camponeses abandonaram a colônia, como afirmara o Presidente da Província, Luís de Vasconcelos, pois muitos permaneceram derramados naquele mundo de terras e águas, conformados com suas sinas.

Outros, conforme Amaral (1897, p. 82), cedo tentaram outra sorte diferente da subsistência reprodutora, pois queriam ganhos que não seria possível extrair da pura produção para o consumo, e, para tanto, seguiam o instinto andejo incorporando outra lógica que não aquela que o dirigismo da colônia controlada pelo Estado lhes oferecia. Aquela realidade permite perceber, de maneira ampla, a presença de dois segmentos camponeses: um que se acomoda e se sujeita, dobrando-se ao que era oferecido pela fauna e flora; e outro, esquivo, que se projeta sobre outras estreitas possibilidades de ganhos, uma vez que o trabalho ainda era naquele momento monopólio escravo.

Certamente a aventura não se restringia a mendigar como um desvalido, conforme inferiam Amaral e o presidente da província. Pelo contrário, conforme a pesquisa de campo, os camponeses buscavam melhorar de condição, pois como dizem os camponeses do tempo presente, ‘A gente não é porco pra viver só pra comer’, esclarecendo que não buscavam somente a subsistência. Todas estas questões de ordem social e econômica, que já apareciam no final do Império, foram se adensando para o oeste do estado, por força de novas ondas de migrantes à procura de terras e melhores condições de vida.

Conforme a geógrafa Canedo (1993, p. 61), a forma de colonização espontânea⁵ feita por camponeses migrantes havia se consolidado no Maranhão

Maranhense de Colonização – COMARCO em 1971 (Projeto Pioneiro; Projeto do Alto-Turi; Projeto Nordeste; Projeto Piratininga e Projeto Canabrava) para minimizar essas tensões.

⁵ De acordo com Arcangeli (1987, p. 13) esse tipo de colonização se refere à iniciativa própria do camponês que na busca de melhores condições materiais de vida, se desloca para outra região considerada por ele como mais favorável. O termo também é utilizado para distinguir e se opor da colonização dirigida. Portanto “refere-se ao colono, que, antecipando-se ao dirigido, ou acompanhando-o, ocupa as terras livres de fronteira agrícola, desbravando as matas e cultivando a roça, normalmente a título de posseiro, em sua relação com a terra”. É importante notar, de acordo com o autor, que o termo dirigido faz parte do discurso oficial do governo, com a intenção de realizar a incorporação dos

devido à falta de uma política territorial do Estado, de tal sorte que a ocupação feita pelo migrante somente era regradada pela “repulsa dos maranhenses, instalados nos pequenos núcleos de população e nas propriedades particulares, assim mesmo iam penetrando interior a dentro”. Acrescenta ainda que esta situação havia se arrastado desde a época do Presidente da Província (1879-1880), Luís de Vasconcelos.

O governo somente retomou a distribuição de terra no estado do Maranhão na década de 1940. Nessa época foi criada por iniciativa do Poder Executivo Federal (Getúlio Vargas), através do Decreto nº 10.325 de 27/08/1942, a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda (sul do estado do Maranhão), ocupando uma área de 340.000 hectares, prevista para distribuir 6.800 lotes de 50 hectares. Embora tenha sido criada em 1942, somente foi implantada dois anos depois, em 1944. Foi mais uma colonização dirigida e fracassada, reconhecia novamente o próprio governo. (CANEDO, 1993, p. 75).

A região de Barra do Corda, por ser próxima a Imperatriz, consolidou-se na década seguinte como rota camponesa para alcançar as florestas amazônicas da região; e com mais intensidade na década de 1960, devido à abertura da rodovia Belém-Brasília – inaugurada somente em 1960 – quando as disputas de posse da terra se tornaram uma luta violenta na região (ASSELIN, 2009, p. 33). Dez anos depois da experiência da colônia de Barra do Corda, o governo do estado do Maranhão criou, através da lei nº 2.163 de 23 de setembro de 1955, o Serviço Social Rural – SSR, com o objetivo e atribuições voltadas à melhoria da vida da população rural. Mas, segundo Canedo,

como sempre as pessoas agraciadas com os cargos e as funções específicas, são indivíduos impulsionados pelo “status” do cargo ou comodistas, nunca comprometidos com a finalidade e os encargos que exijam o conhecimento e o deslocamento para cumprimento dos objetivos, assim a boa intenção constante dos dispositivos legais nunca é aplicada. (CANEDO, 1993, p. 62).

camponeses envolvidos na economia de subsistência, conduzindo-os à economia de mercado. Há um contraponto importante ao termo espontâneo, de acordo com Hebbete (1979, p.143), o termo é mal batizado por pressupor a ausência de condicionamento e pressão sobre o camponês na hora de migrar. Pelo contrário, afirma este autor, ele migra exatamente pressionado por diversas premências. Por outro lado, se o termo for compreendido de forma pejorativa, como uma iniciativa sem rumo e desordenado e sem previsão nenhuma, o termo estaria pautado em preconceito desqualificado sobre esse sujeito histórico e astuto estrategicamente em sua bússola de sobrevivência. À sua maneira, o campesinato, mesmo nas piores condições, sempre soube inventar um arranjo para se reproduzir.

Assim, a migração espontânea camponesa, tendo que se virar sozinha, terminou, a seu modo, fazendo uma ocupação das terras ajustada apenas pelas condições específicas do lugar. Essa autonomia, por isso mesmo, gerou distintas formas de posse da terra (ALMEIDA, 2010, p. 137). Conforme exposto no Projeto Rondon (1979, p.6), esse avanço camponês permaneceu constante rumo ao oeste do estado do Maranhão por toda a segunda metade do século XX, de tal modo que, quando antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas e outros se debruçaram para estudar o fenômeno, da segunda metade do século XX até os dias atuais, basicamente encontraram a mesma problemática fundiária, uma vez que as terras permaneciam sem demarcações, desde aqueles tempos de 1877, expressa em outro contexto histórico da sociedade maranhense. Se até a década de 1950 a terra era abundante na fronteira⁶, a partir desta data verifica-se uma ferrenha disputa da terra por todos os agentes sociais que se encontravam no limite das frentes.

De modo que, sumariamente, os estudos publicados resultaram de bom número de pesquisas, onde o fenômeno foi estudado por meio de diferentes aportes teóricos em suas muitas interfaces. Conforme Moreira (2007, p.19), essa temática agrária, depois de certo desapego do meio acadêmico, e com farta discussão de novas bases teóricas e metodológicas, vem lentamente voltando a ser objeto de estudos. Embora os historiadores brasileiros tenham se voltado para a história agrária tardiamente, por volta da década de 1970, alguns destes estudos abriram-se para a história regional. (LINHARES, 1997, p. 170).

Da primeira investida sobre o meio rural maranhense (entre 1950 e 2000), muitas teses escritas sobre o oeste do Maranhão se consolidaram como estudos clássicos. Muitos desses textos refletem o processo de ocupação e povoamento do estado, outros enfocam o avanço do capitalismo no campo. Foram feitos, também, estudos da frente de expansão e frente pioneira, além dos estudos sobre o campesinato maranhense. (VELHO, 2013, P. 27).

Desde os tempos coloniais, o sul do Maranhão era visto – pelos demais estados do Nordeste – como uma área propícia à agricultura e pecuária devido à qualidade das terras e do clima, por se situar numa área de transição e por sua abundância de terras livres ou terras devolutas, como chamavam os camponeses. Estimava-se,

⁶ Fronteira nesse sentido é entendida como marco do avanço dos camponeses (agricultores, seringueiros, castanheiros e outros) sobre as áreas que continham os recursos naturais que interessavam a estes.

desde a década de 1940, que o estado detinha um potencial, em termo de fundos territoriais, correspondente a 200.000 km², o que corresponde a aproximadamente 2/3 da área do estado (333.365 km²). Esse território incluía babaçuais, cerrados e parte da floresta pré-amazônica. (FERREIRA, 2008, p. 129).

Toda essa área basicamente ficava situada no oeste maranhense. Com a implantação de uma política territorial de integração, pautada na privatização das terras públicas, em pouco tempo ocorreram os cercamentos da fronteira, quando os camponeses tiveram de se adequar a esta mudança da realidade fundiária que já vinha em curso desde a década de 1950. Pois afinal, como afirma Saquet (2015, p. 111) “o próprio pensamento se desterritorializa e reterritorializa⁷, desliga-se e se religa ao lugar, [...]”. Como espaço socialmente produzido, todo território tem uma história e, como tal, é fruto da espacialização histórica da sociedade, muitas vezes socialmente produzido sem a atuação do Estado. Sendo assim, a territorialidade pode ser tomada como a face vivida do poder e do território.

Aqui, concebemos território como.

lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produção socioespacial e condições para habitar, viver e produzir. (SAQUET, 20015, p.118).

As produções escritas (ver obras de Keller, Cunha, Arcangeli e outros) referentes a essa área e a esse período estavam voltadas, de maneira geral, para o estudo crítico desta política territorial conduzida pelos governos estadual e federal, por fazendeiros e empresários. Mas, em todas elas, os camponeses foram abordados enquanto linha de força expropriada no interior do avanço capitalista no meio rural.

De forma sucinta, destacamos Almeida (1980; 1983; 1986; 1989; 1993; 2004; 2008; 2008 e 2010); Andrade & Santos (2009); Andrade (2009); Araújo (2010); Arcangeli (1987); Asselin (2009); Carvalho (2000); Cunha (1977); Ferreira (2015); Franklin (2008 e 2016); Keller (1975 e 1977); Martins (1972; 1981; 1982; 1993; 1996; 2000; 2003); Musumeci (1988); Trovão (1989) e Velho (2013), para citar alguns dos pesquisadores da região. Dentre eles, os antropólogos Velho (2013), Keller (1975 e 1977), Cunha (1977) e Almeida (1989) fazem parte do grupo conhecido como ‘a turma

⁷ Desterritorializa e reterritorializa são palavras relativas à **territorialidade**, que para Little (LITTLE, 2004, p. 253), é “um esforço coletivo de um grupo social, para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

do Brasil central'. Estes pesquisaram tanto a parte norte, como a parte central e o sudoeste do estado do Maranhão, procurando em suas pesquisas alinhar-se a outras correntes de interpretações, distintas das teses tradicionais sobre a história agrária brasileira, conforme a combinação de Ciro Flamarion Cardoso. (LINHARES *in* CARDOSO, 1997, p. 168).

Em meio aos diversos estudos do meio rural, a concepção de povos tradicionais e de sistema de uso comum de terra foi ampliada e incluída como dispositivo institucionalizado no texto da Constituição de 1988, ao introduzir as terras tradicionalmente ocupadas, estabelecendo ali o reconhecimento jurídico-formal dos 'povos tradicionais'. Nesses termos o tradicional mostra-se como um fato do presente e dinâmico, rompendo "com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos". Para Almeida, essa afirmativa carrega consigo a aceitação de que há diferentes "processos de territorialização", tal expressão se constitui em importante instrumento para compreender como "os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente por meio das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos". (ALMEIDA, 2010, p. 203)

Com efeito, a territorialidade em Saquet (2015), Little (2004) e Almeida (2010) como produção socioespacial camponesa enquanto esforço coletivo por ser fruto das mobilizações em diferentes regiões, dá-nos margem para usá-los conceitualmente sem constrangimento de contradições, uma vez que tais conceitos se fundem numa definição aberta dessa apropriação.

Esse processo de mobilização levaria ao rompimento do camponês, com existência atomizada, para uma existência de identidade coletiva, de acordo com os diferentes pertencimentos. Esse novo processo se constituiu no abandono das três linhas apontadas por Linhares (in: CARDOSO 1979, p. 168). Passa por Caio Prado Júnior em **A questão agrária no Brasil** (1960), que enquadra a agricultura brasileira como totalmente capitalista e, conforme Cardoso, passa igualmente por José de Souza Martins, como sendo um estudo "bem mais nuançado". Essas novas bases conceituais recoloca os camponeses no cenário agrário de forma mais interativa, toma-o como um sujeito que se articula, elabora estratégia de disputa e procura inserção econômica e social.

Com base nesse novo alinhamento e sem desqualificar o sujeito, passamos a olhar as ações fundiárias camponesas a partir de seus centros, enquanto forma de

organização do espaço – localidades essas fundadas por eles, através de seu avanço sobre as matas. Esses Centros, em que pese a importância dos trabalhos citados, aparecem como algo naturalizado no meio das práticas camponesas. Nessas pesquisas, os centros não foram considerados enquanto objetos de estudo porque não houve preocupação de tomá-los como força viva de articulação e inserção social no interior da frente agrícola.

Considerando estas referências, embora fossem os centros centenas em todo o sudoeste do estado, verificamos que nos estudos agrários do oeste maranhense faltavam pesquisas relacionadas aos centros camponeses. Os ‘centros’ enquanto forma de ocupar e tomar posse de terras são pequenas localidades fundadas por uma ou mais família de camponeses. Serão tomados neste trabalho também como ‘centros agrícolas’ que, além de locais de moradia e trabalho, estão sendo concebidos como um local estratégico que se constituem numa antecipação do espaço, um lugar que serve como trampolim para novas oportunidades na órbita do capital e também como um lugar de integração.⁸

Nesse sentido, havia um único estudo, em toda a microrregião de Imperatriz, direcionado ao exame de um povoado, mas faltam registros da exploração do ato de posse, desse empreendimento camponês.

Abrir um ‘centro’, uma clareira na mata, em determinadas condições era empreendimento por demais arriscado. A empresa implicava um conjunto de tarefas (antes, durante e depois) que ia muito além dos trabalhos da roça e das relações sociais mantidas pelos camponeses. A produção de um espaço no interior da mata para habitar, fazer uso dos recursos naturais e trabalhar, exigia uma elevada competência por parte do camponês em planejar suas ações. Estes espaços foram e são nominados por eles de ‘Centros’. Nesse ponto recorreremos a Certeau (2008, p. 201) para olharmos melhor para esse espaço denominado de ‘centro’ pelos camponeses.

Conforme Certeau (2008, p. 201), “espaço é um lugar praticado”. Essa concepção oferece, ainda, margens para dilatações do conceito de “praticado”, concebendo que não se trata apenas do trabalho agrícola em si. Podemos inferir, nesse entendimento, todas as relações sociais praticadas que o camponês mantém,

⁸ As palavras centro ou centro agrícola serão usadas sempre quando se referir a esse conceito, para diferir dos outros centros, como centro da mata; centro da casa; Centro de Educação; centro comercial; centro-oeste; centro do estado; Centro de Trabalhos; centros de decisão, entre outros.

interna e externamente, com a sociedade envolvente, seja produtiva, comercial, familiar ou social, para o seu bem viver naquele lugar – sejam estas relações fraternas ou conflitivas. Podemos compreender melhor ainda o conceito de Certeau (2008, p. 201) quando ele fala do lugar praticado, afirmando que esse lugar das práticas é em si mesmo “a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”.

Como podemos ver, para o historiador o espaço não é o espaço geográfico nos moldes antigos, numa visão leiga, ou como sinônimo de superfície terrestre (não é a hidrografia, formação do relevo, clima, etc.). Certeau, de forma conceitual, remete o lugar à ordem relacional, ou melhor, para ele, espaço é um lugar humano, lugar das práticas de relações, sejam elas materiais ou imateriais.

Se pensarmos os ‘centros’ camponeses como ‘um espaço humano’ e amplo, como propõe Certeau, veremos que, ao olharmos para algo tão minúsculo e rústico como uma casinha de palha, um roçado e um lavrador no seu interior com sua família no meio da floresta, não estaremos apenas olhando para as condições materiais de Fabiano, personagem do romance **Vidas Secas** de Graciliano Ramos; estaremos também observando, metaforicamente, o movimento de uma gota d’água no oceano. De outra maneira, conforme Souza (2015, p. 78), estaremos observando um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Nesse ponto há uma confluência de olhares idênticos entre um geógrafo e um historiador. Olhando desse mirante, os ‘centros agrícolas’ camponeses se tornam um espaço e, como tal, “é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho”. (SAQUET, 2015, P. 91).

Partindo dessa confluência, estaremos olhando os ‘centros agrícolas’ camponeses no horizonte da transdisciplinaridade. A partir desse encontro feliz da história com a geografia, esta tese buscou uma análise socioespacial dos ‘centros agrícolas’, examinando-os como processo vivo, buscando compreender as interações que se desenrolaram entre 1950 e 1987, dentro de uma espacialidade maranhense determinada.

A diversidade campesina⁹ ao longo do arco da floresta maranhense revelou, aos olhos de muitos estudos, diversas formulações conclusivas sobre bases teórico--

⁹ Conforme Godoi, Menezes e Marin (2009, p. 24), a diversidade do campesinato é construída historicamente por diferentes formas de apropriação e usos da terra, estendendo-se aos recursos naturais, como a apropriação e o uso comum, além das transformações dos sistemas econômicos.

metodológicas distintas. Estes estudos, tarjados em sua maioria pelo pensamento marxista ou liberal, minimizaram a importância dos camponeses como um dos principais interlocutores da fronteira, por partirem da premissa de que, nos dois casos, dentro da sociedade capitalista, o campesinato estava fadado, se não a desaparecer, ao menos a não desempenhar papel relevante socialmente.

Partindo destes pressupostos, esses estudos não buscavam especificamente o camponês, buscavam compreender o movimento de avanço da frente capitalista e, em alguns casos, como a frente desconstruía o campesinato, por ser este – segundo vários autores que serão comentados no capítulo 3 – detentor de um sistema atrasado, voltado para a subsistência, como frisavam em seus textos com frequência os mediadores¹⁰ do governo, ou, quando muito, estendendo sua relação com o mercado somente com o excedente. Como era entendido também por algum segmento religioso, ligado às comunidades de base, os mediadores partiam destas mesmas bases teóricas para formularem perspectivas (econômicas, sociais e existenciais) para os camponeses, fossem de místicas religiosas, políticas, econômicas ou mesmo de lutas sociais.

Nos estudos rurais realizados na região tocantina entre as décadas de 1960 e 1980, vimos trabalhos que frisam os ‘centros’ camponeses de forma distinta, diferentes de como os concebemos nesta pesquisa. Dessa forma, o termo ‘centro’, neste estudo, não foi concebido apenas como um espaço físico dentro da mata, menos ainda como agrupamento de moradia. Ele foi concebido como um ‘Centro Agrícola’ – um espaço social estratégico para o camponês que se lançava para o interior da mata e, ao se colocar sempre adiante da frente agrícola consolidada, antecipava um espaço, utilizando-o como ‘trampolim’, como uma oportunidade de inserção social. Tal antecipação “significa reserva de território, significa garantir, para o futuro próximo, o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção”. (CORRÊA, 2014, p. 39).

Esta pesquisa estende um diálogo interdisciplinar com a geografia, com a sociologia e a antropologia para homologar categorias e conceitos, no sentido de

Soma-se também as estratégias elaboradas – para garantir a reprodução social –, a diversificação produtiva e, de igual modo, as múltiplas estratégias de renda Monetária.

¹⁰ A mediação é uma relação que em geral apresenta uma dupla imbricação, conforme Neves (1998, p. 151-152), a mediação faz alusão à “conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem, com o objetivo de propor o acordo”.

captar as transformações que ocorreram entre a década de 1950 e 1980, implementadas pelos camponeses através de seus 'centros agrícolas'. Para não nos determos apenas na História Social, buscamos reconstituir, de forma sistêmica, uma fração da realidade dos 'centros agrícolas', mesmo sabendo que a totalidade dos fatos não poderia ser abarcada. No campo da história, andamos com Certeau (2008), adotando seu conceito de 'espaço' e 'lugar'; na geografia seguimos com Saquet (2015), com o conceito de 'território'; já o conceito de 'territorialidade', buscamos em Little (2002); na sociologia nos filiamos a José de Souza Martins, trabalhando com ele conceitos de 'frente de expansão', 'frente pioneira', 'terra de trabalho', 'terra de negócio' e 'economia do excedente'; na antropologia tomamos por guia Almeida (2008), discutindo 'terras tradicionalmente ocupadas', o 'processo de territorialização' e 'uso comum' e 'conflito'.

Entre os elementos elencados, a discussão dos 'centros' se constituiu na principal razão para a execução deste trabalho. Nesse ponto, este estudo traz uma contribuição inédita, no sentido de adicionar novos elementos de forma mais positiva à ação territorializante¹¹ dos camponeses entre 1950 e 1987 no sudoeste do estado, e, sobretudo, compreendendo os arranjos fundiários implementados pelos camponeses para se adaptarem ao processo de apossamento das terras devolutas. A hipótese defendida implica que, nesse período, os centros agrícolas haviam se constituído numa nova conformação de apropriação e controle do território por parte dos indivíduos, religando o lugar à política territorial de ordenamento do espaço conduzida pelo Estado.

Esta tese, ainda nos marcos do avanço referido, embora a luta pela terra se dê hoje como uma recriação do rural, dado os novos padrões de relações políticas no campo, busca uma determinada realidade localizada naquele período (1950 - 1987). Dessa forma, estuda um sistema de apossamento camponês pré-existente e seu processo de integração, em uma área selecionada pelo governo militar, em seus últimos anos, para executar uma 'reforma agrária localizada' onde o Estado, através de seu arcabouço institucional, impunha o domínio jurídico formal da terra.

¹¹ Segundo Raffestein (1993, p. 160), conceitualmente "a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema". Compreendido assim a territorialidade "é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas". (SAQUET, 2015, p.83).

Ao estudar o avanço das ações territorializantes dos camponeses sobre as terras de floresta, examinamos uma situação típica no interior de uma diversidade de ocupações. Neste trabalho, contempla-se o problema na perspectiva da História Social, uma vez que o foco de nosso interesse são as relações sociais que se estabeleceram no meio rural voltado para a posse e fundação dos centros agrícolas.

A pesquisa tem como *lócus* a Gleba Boca da Mata/Barreirão, doravante denominada apenas de Gleba Boca da Mata, localizada no município de João Lisboa na microrregião de Imperatriz no estado do Maranhão, no período de 1950 a 1987. Esta escolha foi motivada por três razões. Primeira, por esta área continuar ainda, nesta segunda década do século XXI, vivenciando um forte momento de conflitos pela posse da terra envolvendo camponeses e outros segmentos da sociedade. A segunda razão é por meu próprio envolvimento com a área, pois durante a década de 1980, período em que o Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins (GETAT)¹² tituló esta região, convivi por oito anos com os camponeses do município de João Lisboa e de Imperatriz, trabalhando como educador do meio rural. A terceira e última razão está ligada a um levantamento socioeconômico de camponeses assentados em determinadas áreas no município de João Lisboa no ano 2000. Esse levantamento, do qual participei, foi realizado por uma equipe articulada pelo governo do estado, visando, ele próprio, dispor de dados da realidade desses camponeses.

Do ponto de vista pessoal a surpresa foi enorme: toda a movimentação de camponeses, a produção, as filas de caminhões transportando tudo o que era produzido na região pela década de 1980... Tudo havia desaparecido. Saltava ao pensamento: que fenômeno teria sido aquele? Eles, os camponeses, eram milhares por aquele tempo; no ano 2000 já eram tão poucos, e, agora, no presente, são menos ainda. Que fatores, naquela época, haviam causado tamanho deslocamento desses migrantes? Grande parte dos estudos sociológicos, antropológicos, econômicos e da geografia humana, e mesmo da história de um determinado período, aponta para a expropriação.

Esta pesquisa, realizada quase vinte anos depois e propiciada pela Universidade, é parte das respostas aos questionamentos levantados sobre as ações dos camponeses naquele período. Supõe interessar ao meio acadêmico pelo seu compromisso social; aos camponeses, imaginando contribuir para que eles

¹² Órgão criado pela Lei 1.767 de 1º de fevereiro e extinto em 5 de maio de 1987; Lei nº 2328 (ALMEIDA, 1981, p. 05).

dimensionem o peso social posto sobre seus ombros; e à sociedade, como um todo, para reconhecer seu débito para com esse segmento em detrimento da sua imensa contribuição social, econômica e cultural.

A questão que se impôs e direcionou este estudo foi o entendimento de como os camponeses, sem a tutela dos mediadores, fossem eles antropólogos, sociólogos, religiosos ou políticos, mantiveram suas ações territorializantes nas terras consideradas devolutas, no período em que ocorreu a superposição da frente pioneira com a frente de expansão no sudoeste do estado do Maranhão. Esse rumo nos conduziu na busca do que existia de essencial nas ações camponesas que revelasse, ao mesmo tempo, suas práticas produtivas e estratégias de apossamento, ou seja, como territorializavam no contexto daquele período.

Tínhamos por constatação que a ocupação desta região se processou em um tempo muito longo, remontando a meados do século XIX, registrando certo grau de envolvimento dos camponeses com a pecuária; em seguida, com o extrativismo da borracha e da castanha; e somente na segunda metade do século seguinte, o campesinato partia para explorar a grande floresta e formar uma frente agrícola. Nos tempos atuais, muitos dos lavradores que tomaram posse de terras na região, em décadas anteriores, havendo conseguido permanecer nelas, estão hoje envolvidos com a pecuária. Esse longo período da presença camponesa na região possibilitou uma análise histórica de maior densidade, capaz de nos dar distinção dos meandros da ocupação e transformações, bem como das características específicas da territorialidade camponesa na região.

Além disso, tivemos acesso a uma série de documentos nos arquivos do INCRA – Unidade de Imperatriz, no início de 2016, onde localizamos vários mapas de demarcação e titulação de terras de várias glebas da região cuja demarcação foi executada pelo extinto GETAT, que tinha como finalidade realizar uma reforma agrária localizada em áreas de Segurança Nacional¹³;

¹³ O General Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) baixou a Lei nº 1.164 em 1º de abril de 1971 que declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal. Com isto, as terras da microrregião de Imperatriz passavam para o domínio da União. Na Lei constavam os itens XIII – BR 010 (Belém-Brasília) /226/153, trecho: Porto Franco-Paralelo 13 em Goiás, com extensão de 900 km e XIV- BR 010 (Belém-Brasília) /230; no trecho Carolina (próximo de Imperatriz) – Guamá (arredores de Belém) com aproximadamente 600 km (OLIVEIRA, 1991, p. 78), (CUNHA, 1977, p. 9). O Decreto-Lei nº 2.375 de 24 de novembro de 1987, revogou as áreas indispensáveis à Segurança Nacional, no entanto, a microrregião de Imperatriz continuou fazendo parte da área de Segurança Nacional.

O acesso a estas fontes¹⁴ possibilitou-nos confrontar dados e suscitaram questões sobre a territorialidade do campesinato, a propriedade privada e a penetração do capitalismo numa área da Amazônia Legal. Dentre estas cartas topográficas encontramos várias da Gleba Boca da Mata e da Gleba Mucuiba, no município de João Lisboa. Resumidamente, a área do município referido registra a presença de fazendeiros desde 1852 e de camponeses em 1930. Por volta desta data, os camponeses fundaram o 'centro' Gameleira, que décadas mais tarde se transformaria na sede do município.

Em 1950, chegavam novas correntes de camponeses nordestinos, iniciando, definitivamente, o avanço sobre a grande floresta. Na década seguinte, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, acelerava-se o apossamento das matas por camponeses, fazendeiros e industriais. Em 1982, portanto vinte anos depois da inauguração da rodovia Belém-Brasília, as posses são demarcadas pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins-GETAT.

O estudo dessas cartas, cotejado com outras fontes bibliográficas e empíricas, constituiu, no *corpus* documental principal, um registro formal das ações territorializantes dos camponeses em períodos anteriores, ampliando a margem de sustentação desta tese.

Por força do alastramento dos conflitos violentos que vinham ocorrendo por todo o oeste maranhense, decorrente do processo de ocupação das terras devolutas na década de 1950 e seguintes, surgiram nesta região alguns estudos sobre a luta pela terra. Esses estudos, realizando uma análise empírica e teórica no esforço de entender as situações e transformações que emergiam naquele contexto, visavam produzir um conhecimento sobre os conflitos no leste amazônico entre vários agentes. Entre estes conflitos estava o que ocorria entre camponeses e fazendeiros. Isso porque estes últimos vinham formando grandes latifúndios mediante a aquisição de terras disponibilizadas pelos governos estadual e federal objetivando a implantação de projetos agropecuários. A maioria dos estudos apontava que o avanço capitalista sobre as terras tinha por consequência a extrema expropriação do campesinato.

¹⁴ Por muitos anos, pesquisadores de várias partes do país haviam passado por Imperatriz, insistindo em ter acesso aos arquivos do GETAT, o que foi sempre negado. Mesmo com a sua extinção em 1987, grande parte da documentação permanece inacessível. De certo que todos estudiosos da questão agrária no sul do Maranhão reclamam da falta, quase que completa, dos documentos pertinentes às ações do GETAT no final do governo militar.

Na região tocantina, após duas décadas de enfrentamento, os camponeses insistiam em permanecer posseiros das terras ocupadas. Na década de 1980, quando o governo militar criou o GETAT para realizar uma reforma agrária localizada, demarcou terras em algumas áreas de segurança nacional – dentre as quais estava a gleba Boca da Mata – onde a presença de migrantes camponeses ainda era marcante em suas posses. Depois de resistir por três décadas à violência, morte e especulação, fraude de todo tipo e expulsão acelerada por força da privatização da propriedade da terra, muitos conseguiram ficar na região sendo detentor de uma posse.

A conduta de inquietude andeja dos nordestinos, que por décadas migraram rumo à Amazônia, parece prosseguir nos dias atuais, mas já em outra direção. Os jovens, quando da pesquisa, indagados sobre aonde pretendiam ir, respondiam com insistência que desejavam ir para Goiânia – onde havia maior oportunidade de trabalho.

Muitos dos que estudam hoje esse processo migratório consideram que muitas das causas ainda estão ligadas à má distribuição de terras no estado. Quase duas décadas depois, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2006 confirmam estas deduções, mostrando como permanece desigual a estrutura fundiária maranhense, e mais, como foi e ainda é desastrosa a política agrária.

Os dados mostram que os imóveis menores de 10 hectares constituíam 47,38% das propriedades, ocupando apenas 1,37% da área total. Do restante da área, 36,12% eram imóveis acima de 1000 ha. Já a parte não catalogada representava 62,51% de propriedades, com mais de 10 hectares e menos de 1000 ha. A disparidade maior é que, desses imóveis, 36,12% da área estava nas mãos de 1,37% dos proprietários (fazendeiros) latifundiários, enquanto 1,37% da área pertencia aos camponeses (47,38% dos proprietários).

Essa estrutura fundiária tem sido utilizada para justificar diversas situações das quais o Estado não consegue se desembaraçar. Por força destes dados, alguns autores explicam a pobreza maranhense. O Maranhão é um dos maiores exportadores de mão-de-obra e registra um expressivo número de mortes relacionadas aos conflitos de terras.

Muitos atribuem o marco desse processo à lei de terras 2979 de 17 de julho de 1969, promulgada durante o governo de José Sarney. Segundo Gonçalves (2000, p.

174), Sarney reinventou o latifúndio moderno com essa lei, juntamente com as ações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Desse modo, procuramos refletir como uma frente do capitalismo em expansão impactou, enquanto força de atração, as relações camponesas naquilo que lhes é mais essencial: seu modo de vida expresso em sua territorialidade, tanto pastoril, como florestal ou agrícola. Para tanto, procuramos fazer uma análise dos diferentes usos da terra, através dos seus 'centros' e dos recursos naturais usados, e muitas vezes recriados, dentro daquilo que é peculiar aos camponeses. Nesse ponto, focamos as práticas associadas à posse e também verificamos as situações na estruturação interna do posseiro, para depois verificar a atividade econômica.

Ao longo do amplo arco florestal amazônico, no oeste maranhense, constituiu-se, por décadas, um verdadeiro laboratório de experiência de colonização e formas de ocupações, conforme estudos já referenciados por Arcangeli (1987), Araújo (2010), Almeida (1989), Andrade (2009), entre outros. Dentre os variados objetivos, os estudos buscavam entender o avanço da ocupação e povoamento a partir da crise agrária da grande lavoura maranhense logo após a abolição da escravatura nas antigas fazendas no norte do estado, gerando parcelas de terras comunais. Também buscavam conhecer o modo como os camponeses extraíam sua sobrevivência do meio ambiente e compreender o amplo processo de colonização em seu avanço conflitivo de ocupação e posse realizada pelas correntes migratórias.

De norte a sul, no oeste maranhense, houve a prática de vários tipos de colonização, quais sejam: a colonização tradicional, a colonização espontânea e a colonização dirigida, esta conduzida por iniciativa privada e/ou estatal. Essa condição laboral maranhense terminou constituindo-se em um processo socialmente rico em experiências diversas de ocupações da terra, proporcionando, também, estudos com bases teóricas distintas.

Por força da realidade conflitiva, entre as décadas de 1960 e 1980, além de entidades de classes, muitos segmentos da sociedade procuraram interceder, por motivos políticos, religiosos e humanitários, como 'mediadores' sociais, procurando viabilizar a condução da questão agrária no país por meio de várias propostas para o meio rural. Tendo como base a grande tradição teórica, os mediadores atuavam no meio campesino apoiados quase sempre no pressuposto de que o campesinato, pela sua autonomia produtiva e familiar, era detentor de uma lógica voltada para a sua

reprodução, o que não correspondia com as relações econômicas praticadas pela sociedade abrangente.

Havia premissas de que os camponeses não se interessavam pela propriedade privada, uma vez que praticavam uma agricultura itinerante, voltados sempre à abertura de novas áreas. Dessa forma, o avanço camponês era espontâneo e aleatório – seguiam sempre as terras de melhor proveito das culturas que praticavam. Essa perspectiva interpretativa permeava a literatura que circulava sobre o meio campesino, e foi com ela que iniciamos a pesquisa.

Logo nos primeiros passos da coleta de informações na gleba da Boca da Mata e áreas circunvizinhas, percebemos que as concepções, como ponto de partida, pouco se encaixavam às explicações ofertadas pelos camponeses. Ao realizarmos várias entrevistas com camponeses, rememorando esse passado, as falas dos moradores não confirmavam tais assertivas.

Indagados sobre não haver brigas por novas terras de matas, respondiam, em geral, que no começo, bem antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, os ricos eram detentores das terras do sertão – por causa da pastagem para a criação de gado –, e das terras de matas da margem direita do rio Tocantins – pelo babaçu, lavoura e o comércio do tempo da exploração da castanha do Pará. Fora destas duas áreas, a imensidão da floresta ao norte desta região era terra devoluta e sem nenhum valor.

Se o rico que é rico não queria estas matas, por que o pobre havia de querer se mal dava conta de ganhar a vida. Nestas bandas, não tinha presiga não, as matas eram devolutas. Pobre podia morar e botar roça onde bem fosse de seu agrado (ELISBÃO LIRA SILVA, entrevista concedida no Centro do Puluquero em 17/08/2016).

Em trabalhos de campo, também constatamos, por meio das entrevistas, que havia um consenso de opinião de como era a ação territorializante dos camponeses, antes e depois da abertura da rodovia Belém-Brasília. Muitos haviam chegado na década de 1950 ainda jovens na região. A geração seguinte, por ouvir seus pais contarem, dão conta de que, quando veio a rodovia BR-010 (Belém-Brasília), ela veio seguindo o rio Tocantins, do município de Estreito até Imperatriz, e que os ricos, donos das terras desta parte, passaram “a sorrir com os paus” (como contam) de alegria, pois suas terras foram muito valorizadas de uma hora pra outra. De um lado tinham o rio, e, do outro, a rodovia. Os donos das terras da margem direita do rio Tocantins, de

Imperatriz a baixo, entendiam que também teriam suas terras valorizadas, assim como os que estavam situados na parte de cima.

Quando a rodovia chegou a Imperatriz, por questões de ajustes promovidos pela engenharia, a rodovia abandonou a margem do rio e tomou outro rumo, subindo na mata virgem em direção ao norte, deixando em alvoroço os donos de terras que esperavam ser contemplados, como havia ocorrido com os que estavam situados na parte de cima do rio. Afirmam eles, ainda, que os pobres, aproveitando-se da ocasião de indecisão, logo seguiram a picada da rodovia, não mais para demarcar uma área de roça, apenas como vinham fazendo até então, mas para tomar posse de áreas bem maiores, demarcando lotes de muitos alqueires com seus piques improvisados à custa da força do braço, na esperança de serem proprietários de uma posse, nos moldes dos que já eram demarcados pelos de maior condição econômica.

Dizem alguns que ‘a alegria do pobre dura pouco’. Afirmam eles que, de imediato, os ricos da cidade e de outros estados lançaram-se para tomar posse das terras das quais os lavradores já tinham se apossado. Segundo relatos, atestam que a cobiça não era somente pela terra em si ou pela floresta, era para se situarem nas margens da rodovia e obterem, de imediato, uma valorização no mercado de terra e, acima de tudo, pela abertura de derrubadas que os lavradores já haviam feito em suas posses na floresta. Estas aberturas, segundo eles, era critério essencial para se pleitear o tamanho da propriedade e obtenção de recursos creditícios de incentivos do governo.

Esses depoimentos, e o contato mais amiúde com os camponeses da gleba Boca da Mata e de áreas circunvizinhas, conduziram-nos para leituras distintas de parte da literatura que, até então, tinha-nos balizado, principalmente daquelas que guiavam para que partíssemos de uma determinada condição do camponês, enquanto *modus operandi*. Os depoimentos recolocavam a questão da posse como um lugar relacional¹⁵ de encaixe na sociedade abrangente, nos dois sistemas de apossamento: quando a posse da terra (a roça) se dava quase que somente para o exercício das atividades produtoras, ou, no segundo caso, quando o posseiro

¹⁵ Conforme Harvey (1980, p. 5) espaço relacional é um “espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos”.

procurava uma compatibilização partindo para uma posse estendida, porém mantendo a mesma condição produtora.

Era dado a perceber como os camponeses haviam captado, através de um intrincado e complexo jogo de relações familiares concomitante com as relações resultantes das pressões econômicas externas do sistema social na qual se encontravam inseridos, as transformações que haviam ocorrido no que se refere à estrutura fundiária, principalmente em relação ao acesso à terra, e, com isso, haverem rapidamente adotado modificações na forma de apropriação da posse de terra de trabalho, fosse ela de uso comum ou terra devoluta.

Em ambos os casos, a posse camponesa era uma brecha no espaço relacional existente entre eles e os donos de propriedades. A ação territorializante do camponês prescindia de uma lógica exterior. Historicamente, a coexistência relacional campesina na região remonta ao tempo das guerras de disputa deste território, plenamente indígena, pela frente pastoril, como registram estudos passados sobre a colonização na região. Por todo esse período, não houve uma ação territorializante do campesinato de forma homogênea. Mesmo no momento mais consolidado da frente campesina, na década de 1970, ela se mostrou sempre heterogênea, não havendo, assim, um sistema coeso de representações e práticas, havendo sempre concepções divergentes em suas atividades econômicas. Dessa forma, lógicas variadas permeavam a frente camponesa, ora estreitando os vínculos entre camponeses e capitalistas, por força das relações comerciais, ora oferecendo resistência às pressões expropriadoras.

Por conseguinte, o levantamento histórico e os contatos mantidos com os camponeses pesquisados permitem concluir que os centros agrícolas camponeses já nasciam híbridos: utilizando de forma comum alguns dos recursos naturais, ocupando as terras de forma privada pelo direito informal da posse, mantendo-se fortemente vinculados ao mercado através das relações comerciais e de serviços. De tal sorte que analisamos a condição relacional dos centros agrícolas com o sistema econômico numa perspectiva histórica, revelando sua forma operacional de territorializar.

Por ser o campesinato uma formação social muito heterogênea (no sentido marxista do termo), as formulações teóricas têm dificuldade de concebê-lo num único modelo. Por esta razão, o mirante teórico dá margens a diferentes leituras do mundo campesino. No oeste maranhense, dependendo do enfoque teórico que se

adotava para análise dos camponeses na frente agrícola e do extrato que era tomado como objeto de reflexão, os camponeses poderiam ser concebidos como praticando uma economia de 'subsistência' (TROVÃO, 1989; CUNHA, 1977; KELLER, 1975; MORAIS, 1981), ou economia de 'excedentes' (ARCANGELI, 1987; SADER, 1986; MARTINS, 1979; MARTINS, 1982), ou, ainda, tomados como totalmente inseridos na economia de mercado. Para autores como Lamarche (1993) e Musumeci (1988), o campesinato de fronteira se encontrava plenamente inserido ao capital mercantil-usurário.

Os posseiros pobres do sudoeste maranhense podem ser estudados pelas mais variadas dimensões¹⁶, como atestam as várias pesquisas existentes. Neste trabalho, no entanto, examinamos o problema na perspectiva da História Social.

A condição heterogênea camponesa é quase consensual entre os estudiosos do campo, por entenderem que isto se dá pela variação do grau de inserção do camponês no mercado, ou por tese contrária, ao afirmar que há um caráter não capitalista inerente aos camponeses, firmado por um conjunto de valores com representações muito particulares e lógica interna distinta que contribui para distingui-los da lógica que norteia a sociedade capitalista.

A constância desse intenso debate sobre os camponeses, procurando aferi-los a um campo teórico, era muitas vezes anterior à observação da realidade empírica do campo e sempre precedido na sua forma conceitual. A literatura dá conta de um profícuo aprofundamento na reformulação conceitual como forma de ajustar a bússola dessa análise nas últimas três décadas.

As reformulações no campo teórico e conceitual resultaram fortemente das lutas sociais e políticas conduzidas pelo movimento agrário em todo o país, e, ao mesmo tempo, dando conta de largas transformações pelas quais vinha passando a sociedade. Nesse meio tempo da segunda metade do século XX, o Brasil havia feito uma inversão, tornando-se uma sociedade predominantemente urbana. Nesse contexto, a luta pela terra, em vez de desaparecer, como previam alguns, tornava-se um processo ainda mais instigante, por recolocar na agenda do debate, a questão do urbano e do rural no mundo contemporâneo, quando a luta no campo não visa mais

¹⁶ Uma dimensão "implica em um tipo de enfoque ou em um 'modo de ver' (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma abordagem implica em um 'modo de fazer a história' a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação)" (BARROS, 2012, p. 94 -97).

apenas à posse ou ao combate à expropriação. Agora, tornou-se um processo social que resiste ao agronegócio e à ruralidade de espaços vazios, incorporando em suas exigências as demandas sociais, políticas e culturais como forma de cidadania, exigindo, dessa forma, o fim do isolamento entre o rural e o urbano.

A luta pela terra, dentro dessa nova ruralidade da sociedade contemporânea, vai além de um pedaço de chão, constituindo-se num processo social e político que recria uma nova ruralidade. Toma feição uma luta que almeja uma nova condição de vida que vai muito além de somente acesso à terra; passando a incluir luz elétrica, o direito à educação, saúde, moradia e assistência técnica, ou seja, requer acesso a todos os bens e serviços do meio urbano (Martins, 2000). Esse processo em curso tornou residuais muitas das posições teóricas de um passado recente do campesinato, passando a exigir um novo esforço de diálogo e reflexão entre as diversas teorias sociais da contemporaneidade. Dessa forma, os novos movimentos sociais terminam pondo em xeque muito do que se afirmara, conseguindo influenciar a própria produção teórica e conceitual que trata dos problemas e possibilidades do meio rural.

De toda maneira, o livro que sinaliza a reconceitualização em questão foi **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, publicado em 2009 pela Editora UNESP sob a coordenação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD. Esta coletânea expõe o debate dos anos 1960 e os olhares teóricos com textos de treze autores, sendo os três primeiros, Alberto Passos Guimarães, Manoel Correia de Andrade e Maria Isaura Pereira de Queiroz. A visão panorâmica desse núcleo acadêmico encontra-se expressa na apresentação da coleção feita pelo Conselho Editorial:

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. [...] Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. (CAMPONESES BRASILEIROS, 2009, p. 13, 17) Grifos no original.

O grupo rejeita os resquícios do passado que insistia em afirmar a inexorável decomposição do campesinato, e passa a defender que, mesmo sendo uma revalorização do campesinato, esse sujeito seja retomado como ator pleno da sociedade contemporânea. Para Moreira (2007, p. 284), concepções como estas ainda estariam na visão que a burguesia havia projetado do rural agrícola. Um rural que deveria ser transformado pelo processo de “modernizações civilizatórias” e que, por continuar a realçar este ponto da poliprodução, não se percebe nas malhas da teoria da modernização, que antevê sempre a modernização e o desenvolvimento, completando-se em algum momento do futuro.

Inspirado num texto de Néstor Garcia Canclini, Moreira (2007, p. 331) se afasta dessa completude futura entendendo que a modernização carrega um paradoxo de uma completude-incompleta, e que, por este aspecto contraditório, mantém uma vivência híbrida no interior de uma “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”, e, dessa maneira, propõe um novo rural – urbano e global – onde o rural já não é diferente do urbano. (MOREIRA, 2007, p. 79).

Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse rural da alta ou da pós-modernidade reescreveria as identidades rurais tendendo a construir o agricultor como o jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio. [...] nessa nova visão o rural já não se diferenciaria do urbano. (MOREIRA, 2007, p. 78).

Olhando para as legitimações conceituais modernas e pós-modernas, e sabendo que as visões e as imagens de que dispomos do mundo, de toda maneira, resultam sempre de fragmentos da realidade. As duas possibilitam uma abordagem mais complexa com considerações ambientalistas, desejos de eficiência produtiva e, acima de tudo, de justiça social.

Dessa forma, filiamo-nos ao conceito de Costa (2012) sobre camponeses, que, embora mantenha por base a produção, impõe a condição camponesa como centro, ao afirmar que:

[...] são camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação

do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. (COSTA, 2012 p. 43).

Costa recoloca os camponeses em plena órbita do capital sem nenhum constrangimento relacional, operando nos marcos das contradições inerentes às suas práticas e ganhos.

Almeida (1993), em sua tese, conceitua camponês como:

Pequenos produtores agrícolas que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por unidades de trabalho assalariado. Constituem-se em camponeses livres que abriram áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, às margens de grandes explorações agropecuárias. Mantém relações com os circuitos de mercados de produtos agrícolas (arroz, farinha, feijão) independente de *plantation*, agroindústria ou projetos pecuários incentivados. (ALMEIDA, 1993, p. 290 – Grifo nosso).

Exposto dessa maneira, o autor dá mais ambiência contextual mantendo a unidade familiar com característica de subsistência e, de forma ampla, tomando-a como reprodução social inclusiva socialmente. Muito embora essa noção de subsistência não seja mais a mesma que recebeu crítica, quando esteve prisioneira de uma visão ideológica não capitalista. Assinala Moreira (2007, p. 66) que aquela subsistência não mercantil terminava por restringir a grandeza daquelas práticas de trabalho, pois “desvincula da pequena agricultura familiar à ideia de progresso social, de melhoria das condições de vida, bem como, da possibilidade de reprodução ampliada”. Deve ser acrescido que muitos ambientalistas interpretam esse mesmo ponto como elo de partida de recursos naturais para projetos de sustentabilidade. Nesse sentido, não admitimos divergência entre os termos posseiro, roceiro, babaqueiro, sertanejo, soqueiro, mateiro e outros termos afins, pois, dentro dessa diversidade de territorialidade, todos são camponeses.

Nessa nova reconceituação, na atualidade, o termo ‘camponês’ já não tem mais resquícios dos embates anteriores e, portanto, passa a ser tomado como associado ao processo de reconhecimento político, como categoria analítica e histórica. O camponês, afirma Neves,

é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os

nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. (NEVES, 2009, p.9 – Grifo nosso).

Essa visão ressignificada estaria pondo por terra noções como ‘atrasado’, ‘rústico’, ‘selvagem’ e ‘incivilizado’. No entanto, ela mantém o foco no ‘agrícola’, destacando apenas a condição poliprodutora. Essa conceituação igualmente procura captar as chamadas ‘populações tradicionais’, que comportam um grande leque de grupos humanos agrupados em diversas categorias, e que, no entender da antropologia da territorialidade, reúne uma extraordinária diversidade fundiária, dada a sua diversidade sociocultural. Ainda que, segundo Little (2002, p. 3), a teoria da antropologia da territorialidade delimita como não camponeses um conjunto eclético de grupos humanos com os quais pretende trabalhar, tendo como foco central, a questão territorial, deixando de lado o “enfoque clássico do campesinato, etnicidade e raça”, uma vez que a teoria de territorialidade “tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos”.

Embora já tivéssemos alguns documentos do período da história sobre o qual estávamos pesquisando (1950-1987), como ainda eram e são muitos os sujeitos que vivenciaram o drama daquele período, sentimos que a oralidade nos permitiria dar vitalidade ao acontecido, uma vez que devolveríamos às próprias pessoas seus passados na experiência dos centros agrícolas, tornando-os, por meio de suas palavras, protagonistas e testemunhas de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Suas narrativas são de identidade, através delas o entrevistado mostra sempre como ele vê a si mesmo e ao mundo, e, da mesma forma, como ele é visto por outros sujeitos no quadro em que se situam. Além do que, o uso do método da história oral proporciona obter um máximo de informações. Com este recurso, realizamos algumas entrevistas temáticas e de história de vida, de acordo com o que nos ensina Alberti:

[...] as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que

se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas. (ALBERTI, 2004, p. 37).

Entendíamos que, dada a convivência que mantínhamos com alguns camponeses, entre eles Francisco Alves e Miguel Reinaldo, a combinação de entrevista temática e história de vida poderia tornar a pesquisa mais vigorosa. Também tomamos depoimentos para convalidar ou contrapor o exposto no levantamento documental e bibliográfico, uma vez que a grande maioria dos camponeses que haviam fundado centros agrícolas na área da gleba Boca da Mata ainda se encontra viva.

Detivemo-nos, então, nas entrevistas e depoimentos de Francisco Alves e Miguel Reinaldo no esforço de compreender as duas situações que eles haviam vivido na fundação de seus centros. Por serem muitos receptivos, foi possível sumariar suas histórias de vida, expondo suas ações territorializantes. O estudo destes dois camponeses e seu 'centro' foi utilizado como uma estratégia da pesquisa, funcionando como um estudo de caso. Fazendo triangulação com outras fontes, foi possível realizar uma análise mais substantiva. Utilizamos a triangulação enquanto técnica como expõe Triviños:

A técnica da triangulação tem por objetivo básico eleger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social. (TRIVIÑOS, 2010, p. 138).

A triangulação de análise das fontes se constituiu no eixo da pesquisa e contribuiu para procurar as origens dos 'centros agrícolas' na Gleba Boca da Mata e mesmo na região, estabelecendo sempre sua conexão com o curso das transformações sociais e econômicas em trânsito pela sociedade, ou seja, no seio das frentes que iam se formando em função dos recursos naturais e o conjunto de mecanismos utilizados por todos os agentes objetivando homogeneizar uma região. Nessa triangulação se encontravam os conflitos demandados da luta entre os agentes litigantes.

Dessa forma, recorreremos aos registros historiográficos e aos dados fornecidos por vários outros autores que pesquisaram ao longo da frente no oeste maranhense. Utilizamos, também, os dados estatísticos para perceber o contexto histórico que deu sentido à ação colonizadora campesina nos moldes dos 'centros agrícolas'. Assim,

em relação à história oral, por exemplo, não utilizamos somente nosso material, fizemos uso da pesquisa oral realizada entre 1984-1986 pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU-MA, sediado no próprio município de João Lisboa, onde fica localizada a Gleba Boca da Mata, especialmente seus cadernos de '*Estudo de Sistemas Agrários no sudoeste do Maranhão*', que continham várias entrevistas realizadas com alguns dos camponeses que participavam de nossa pesquisa.

O critério de seleção das fontes estava ligado ao processo de ocupação da região, às práticas pertinentes aos camponeses e fazendeiros e às diversas fases da economia na região. No Brasil, as fontes locais ou mesmo regionais sobre os camponeses quase sempre são fragmentadas, embora exista uma razoável bibliografia sobre a questão agrária. As fontes mais disponíveis são as produzidas a partir da década de 1980 em função da abertura política (jornais, livros, revistas, eventos, congressos). No entanto, nem sempre estas fontes abarcam a grande maioria dos camponeses. Elas existem em cartórios eleitorais, em livros de igrejas, cartórios públicos, prefeituras... São fontes dispersas e das quais parece não haver nenhum interesse de conservação, de tal forma que, geralmente, grande parte dessa documentação termina sendo incinerada. Há sempre um temor de realizar pesquisa numa situação como essa. .

Para esse estudo, no entanto, foi possível reunir, dos anos de 1950 a 1987, um conjunto de fontes que, direta ou indiretamente, colocasse à mostra a ação territorializante dos camponeses através de seus 'centros agrícolas' na região estudada. Devemos informar que foram muitas as dificuldades de encontrar fontes que, de algum modo, registrassem a presença dos camponeses, suas atitudes e suas escolhas durante todo o desenrolar do processo de ocupação e povoamento do sudoeste maranhense; que satisfizessem as questões intrigantes, e que apontassem compreensão das ocorrências verificadas na região.

A cartografia histórica (ver mapas) muito contribuiu para compreendermos as diferentes fases do avanço e mediar os diferentes agentes na ordem produtiva e a luta de cada segmento disputando o espaço na região. Embora os estudos anteriores sejam ricos e fundamentais para essa pesquisa, não examinam as escolhas, não trazem nenhum elemento da etapa anterior à posse, em relação ao contexto e às condições devolutas das matas e cocais das terras diante do avanço da superposição

da frente pioneira sobre a região. Elementos que serão apresentados e detalhados no capítulo que trata da gleba Boca da Mata.

A experiência do vivido na região apontava para algo que deveria ser investigado, mas que, a princípio, parecia distante de se problematizar na moldura de vários pressupostos do que era oferecido em termos de conhecimento e com o que formatávamos a dinâmica que se processava neste recanto do Maranhão. O foco da dificuldade de pensar aquele recanto de realidade se encontrava no próprio princípio que, até então, apresentava-se enquanto modelo explicativo.

Os poucos pressupostos de base teórica eram sempre pontos de onde poderíamos partir, mas apresentavam-se sempre muito desterrados do lugar e, em geral, abstratos. Não foram poucas as vezes que, em nosso desejo de apanhar o processo histórico ocorrido no período em tela, eles se tornaram entraves, obstáculos, quando deveriam ser pontes facilitadoras para o estudo.

Algumas das concepções teóricas não buscavam sugerir ou apontar possibilidades, como deveria ser função desses aportes; pelo contrário, eram tomadas como tradutoras do ocorrido. Colocando reticências e nos afastando um pouco de algumas destas malhas. A pesquisa desta tese se tornou, de alguma forma, uma experiência singular que, tomando acontecimentos, lugares e personagens, procurou pensar um contexto histórico como uma experiência humana, e não como uma história preconcebida que poderia subtrair o sujeito.

Para compor um quadro de como os camponeses garantiram a sua existência material e, ao mesmo tempo, de como eles mantiveram sua inserção socioespacial naquele tempo, valemo-nos de fragmentos dispersos, vestígios incomuns, semblantes de uma cartografia física e social que tinha outros fins, mas que, quando decantada, extraía-se o lugar dos pobres no sul do Maranhão — nas fazendas, na coleta da borracha ou na extração da castanha e do babaçu. Esses produtos estavam inseridos na ordem determinada e estabelecida pelo processo produtivo instaurado pelo grupos dominantes, fossem eles fazendeiros, comerciantes, grandes seringalistas ou comerciantes dos castanhais, de tal forma, que eles eram parte integrante da frente de expansão em todas as fases pela qual a região foi se moldando social e economicamente. Elementos percebidos nas diversas fontes encontradas.

Fontes documentais:

Fontes cartográficas:

- Mapa da frente pastoril/1815 – Francisco de Paula Ribeiro (Biblioteca Nacional);
- Mapa do território dos Índios Gaviões;
- Mapa dos centros e povoados/Prefeitura Municipal de João Lisboa – 1975
- Conjunto de mapas da demarcação da Gleba Boca da Mata/Barreirão, (GETAT), fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Unidade Executora de Imperatriz;
 - Planta das Glebas da Unidade Executora do GETAT (1985);
 - Planta da Área de Segurança Nacional (parte maranhense). GETAT – 1981;
 - Planta da área concluída da Unidade Executora de Imperatriz – GETAT;
 - Planta da Gleba Boca da Mata/Barreirão. Loteamento Pé de Galinha/1982;
 - Planta da Gleba Boca da Mata/Barreirão. Loteamento Muçambê/1982;
 - Planta da Gleba Boca da Mata/Barreirão. Loteamento Sol Nascente/1982.

Documentos governamentais:

- Relatórios e Falas do Presidente da Província do Pará e
- Relatórios e Falas do Presidente da Província do Maranhão.

Livros de Tombo:

- Livro de registro da correspondência do Poder Executivo, (Prefeitura Municipal de Imperatriz);
- Livro Tombo da Paróquia de Coquelândia (1967- 1975). Hoje, município de Cidelândia. Município da microrregião de Imperatriz (Igreja de Cidelândia);
- Livro Tombo da Paróquia de Santa Tereza de Imperatriz, 1909. Arquivo Público do Maranhão, (São Luís);
- Livro Ata - Câmara Municipal de Imperatriz, ano 1957.

Jornais:

- O Progresso (Imperatriz);
- Jornal Saco Cheio (Imperatriz);

- O Governo (São Luís);
- Jornal do Brasil (Rio de Janeiro);
- O Norte de Barra do Corda (Biblioteca Benedito Leite – São Luís);
- O Globo (Rio de Janeiro);
- Diário de Notícias (Rio de Janeiro);
- O Estado do Maranhão;
- O Semanário (Rio de Janeiro) e
- O Imparcial (São Luís).

Fontes Orais:

- Entrevistas e depoimentos de camponeses e outros agentes sociais da Gleba Boca da Mata/Barreirão (aqui as entrevistas passam a ser usadas como fontes, e não mais como método).

O conjunto destas fontes nos possibilitou uma seleção e um tratamento cuidadoso para a análise, validando o que historiamos. Mesmo assim, fez-se necessário produzir novas fontes – o que fizemos por meio de entrevistas e depoimentos tomados de vários camponeses que em diversos momentos viveram o processo de ocupação e fundações de centros agrícolas na gleba Boca da Mata. Também foram feitas entrevistas com pessoas de outros segmentos da sociedade.

Como já frisamos, embora esta tese não seja um trabalho de História Oral, fazemos uso da oralidade em razão do objeto investigado, situando-a num recorte temporal ainda muito recente – quando ainda é possível fazer contato com inúmeras pessoas que vivenciaram o processo de ocupação da região e que estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas com a criação dos centros agrícolas; portanto, fazem parte do processo histórico daquela época.

Fazemos uso da história oral não apenas como algo complementar, ou apenas como informação que dramatiza uma situação para ilustrar os argumentos teóricos, em que ela termina por ser apenas um apoio factual. Utilizamos a história oral não para fazer uma análise completa, mas procuramos considerar os depoimentos e entrevistas como método e, acima de tudo, como uma forma de estabelecermos empiricamente relações de maior profundidade, uma vez que entendemos que as vivências, impressões e lembranças de algo vivido, parece-nos algo bem mais rico, na sua dinâmica, transportando-nos para um colorido de que, de nenhuma outra

forma, provavelmente, tomaríamos conhecimento. O que é confirmado por Alberti (1989), que, ao tratar da história oral como método, relaciona-a para além da história.

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2004, p. 18).

A possibilidade de ouvir estas pessoas foi também um elemento legalizador, pois às vezes eram os próprios fundadores dos centros agrícolas que se pronunciavam, deixando transparecer em seus discursos muito das estratégias e táticas que utilizavam para tomar posse da terra, para fundar um centro agrícola, enfim, astúcias para, mesmo numa posição em desvantagens, jogar, por meio do domínio naquilo que tinham habilidade, no intuito de sua inserção social.

Foram realizadas 15 entrevistas e tomados 04 depoimentos. Dentre as 19 pessoas ouvidas, 16 eram camponeses: Amadeus Conceição Dias; Antônio Neves; Antônio Raimundo; Elesbão Lira Silva; Felipe da Silva; Francisco Alves; Frutuoso; Inácio Vieira; João Augusto; José Borges; Manoel Alves; Manoel Reinaldo; Mario Ramos; Miguel Reinaldo; Raimundo Alves e Sebastião da Silva. Entre eles, cinco são fundadores de centros agrícolas, os demais tratam dos centros onde viveram diferentes experiências do avanço camponês nas terras da gleba Boca da Mata. Foram ouvidos longos relatos de situações e conflitos próprios das matas que ocupavam. As outras três pessoas eram representantes de outros segmentos: um dirigente sindicalista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, senhor Cosmo Rodrigues; um usineiro e pecuarista na área da Gleba Boca da Mata, senhor Adilson C. de Miranda; e um funcionário do INCRA que havia trabalhado na época do GETAT, senhor Clóvis. A grande maioria dos entrevistados gozava, durante a pesquisa, de idade acima dos 70 anos, e todos dispunham de boa saúde e equilíbrio quando de seus depoimentos.

A tese está organizada em três capítulos, visando manter uma ordem didática, articulados com o propósito de permitir a compreensão dos 'centros agrícolas' no contexto geral. Entendemos que as ações territorializantes dos camponeses estavam estreitamente articuladas com a sociedade e, em particular, com o processo produtivo da sociedade regional. Visto dessa maneira, foi preciso uma reconstrução da formação social, econômica e política da região tocantina para, em seguida, focarmos

nos centros agrícolas da Gleba Boca da Mata. Portanto, esses capítulos são identificados por itens temáticos.

No primeiro capítulo, com o título **A região da posse e sua ocupação no passado**, procuramos conceber a região não como uma estrutura física naturalizada, mas como um espaço onde diferentes agentes procuram estabelecer um recorte dando-lhe sustentação por meio de uma ordem econômica, social e política. Nesse sentido, tomamos os camponeses, os demais agentes sociais, o espaço e a história como um eixo conflitivo e indissociável da trama cujos mecanismos deram forma à região.

Procuramos analisar como os recortes articulados por cada um dos litigantes (o Estado, militares, guerrilheiros, fazendeiros, camponeses e índios,) adquiriram as suas sustentações na formação da região; quais estratégias de poderes foram utilizadas nestes processos; e que práticas foram utilizadas no sentido de homogeneizar a região. Observamos a dimensão histórica a fim de identificar como agiam os grupos e os indivíduos em interações conflitivas na busca de soluções de seus problemas.

Descrevemos o amplo cenário e o longo processo de ocupação da região tocantina. Mostramos, ainda, a territorialidade itinerante indígena na região, apoiados em pesquisas antropológicas realizadas sobre as tribos dos índios Gaviões, que se identificavam como donos do lugar (as grandes matas), e sobre outras tribos circunvizinhas que tinham seu território no cerrado: Guajajaras, Krikatís, Rancocamecrãs-canelas e Apaniecrãs-canelas. No entorno destes índios e dos demais da região, encontrava-se o Estado – com sua política indigenista – cercado as ‘Nações Bárbaras’ como frisava a voz do Estado na pessoa do comandante militar dos sertões, Major Francisco de Paula Ribeiro, em 1815.

Destacamos, igualmente, a inserção camponesa **entre flechas, bordunas e bacamartes**, por força do encontro da frente de expansão pastoril com a extrativista. Argumentamos sobre a abertura de estradas municipais e nacionais que instalaram a frente pioneira, impondo uma superposição, cujo impacto relacional, ao introduzir novos padrões de relacionamentos entre camponeses, comerciantes, fazendeiros e Estado, alcançava relevância econômica e política que levou ao aceleração dos conflitos em todas as esferas sociais.

Apontamos, ainda, o novo quadro político que se impunha como uma nova ordenação, visando processar o conjunto das contradições, na direção de garantir a sustentação de outro quadro de vida.

Esse capítulo tem seu foco centrado nas relações entre os principais agentes sociais e na estrutura fundiária moldada por estes agentes.

No segundo capítulo, **O espaço da diferença**, realçamos a especificidade da região e as diferenças relacionais dos camponeses. Nesse contexto examinamos o conflito da inserção dos grupos em face das transformações ocorridas na gleba Boca da Mata, explorando certo viés político, uma vez que este nunca se desgarra do social. Descrevemos o processo de expropriação de camponeses de localidades inteiras, a forma de resistência deles durante os conflitos, a qual se resumia, em última instância, em continuar lutando para ocupar novas áreas.

Este último recurso era usado por camponeses que, expropriados de áreas adjacentes, migravam para a região da Gleba Boca da Mata, ocupando inicialmente as partes altas da serra, que, naquela época, ainda não eram objeto da cobiça de grupos econômicos, ou mesmo de fazendeiros que buscavam terras planas e irrigadas por rios para desenvolverem atividades pastoris.

No terceiro capítulo, **A compressão da Gleba Boca da Mata**, por se constituir no núcleo da tese, mostramos como, nos centros agrícolas camponeses, sob os efeitos de novas relações na conformidade com o novo regime jurídico de terra, os camponeses expropriam-se uns aos outros. Uma vez que a quantidade de famílias camponesas que se deslocavam para a gleba, já sob o efeito de outras práticas territorializantes, impostas pela frente pioneira em superposição, passavam a ocupar as terras nos moldes da propriedade privada e, portanto, como terra de negócio.

Essa nova feição agrária, organizada frente a este novo regime de apropriação, provocava certa compressão do espaço, reduzindo drasticamente a capacidade de acolhimento dos camponeses como se dava no regime comum de terras, onde a posse se dava somente das áreas de trabalho. Dentro dessa nova modalidade de apropriação privada da terra, ocorria uma expropriação entre os próprios camponeses, que somada à expropriação de outros grupos, resultava numa forte compressão do espaço, expulsando os posseiros camponeses, que eram a base da produção agrícola e extrativista da gleba Boca da Mata.

Por fim, na conclusão, revisitamos alguns aspectos das ações camponesas, apanhando questões que foram mais relevantes no processo da tomada de posse das

terras, bem como os elementos de sua inserção socioeconômica numa região de fronteira – concluindo que a Gleba ainda continuava camponesa, mas que, passado o ciclo agrícola e madeireiro, os camponeses implantaram uma paisagem totalmente pecuarista, como atividade que sabiam praticar, desde a fase inicial de 1852.

1 A REGIÃO DA POSSE E SUA OCUPAÇÃO NO PASSADO

A formação da microrregião de Imperatriz, conforme estatísticas do portal Cidade Brasil, comporta 16 municípios¹⁷, com uma população de 566.701 habitantes distribuídos numa área de 29.244 km² – densidade de 19,4 hab./Km² – a uma altitude de 193 metros. Nesse contexto amplo está inserido o município de João Lisboa, base territorial onde se encontra a gleba Boca da Mata.

Neste capítulo buscamos compreender os primórdios da formação da microrregião como forma de melhorar a contextualização histórica de nosso universo de pesquisa, os centros agrícolas em sua funcionalidade e sua coerência, adequando-se entre as diferentes estruturas: territorial, produtiva, social e política.

Levamos em conta três critérios que podem dizer muito dos lugares reais, fundados em fatos concretos que, empiricamente, foram realçados com a pesquisa. Assim, tomamos os acontecimentos, lugares e personagens, envolvendo religiosos, fazendeiros, camponeses e índios, em suas ações de apropriação – cada um a seu modo – e por isso mesmo, cada segmento, ao procurar correspondência de adequação espacial, rompia sempre o equilíbrio social, mantendo a sociedade rural em permanente conflito na região¹⁸. A microrregião que leva hoje o nome de Imperatriz (Figura 1: área de número 13), esteve, no passado, ligada à hidrografia da região por meio do rio ‘Tocantins’. A calha do rio Tocantins e do rio Araguaia formam, conforme figura 2, a grande Bacia do Araguaia-Tocantins¹⁹.

¹⁷ Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Buritirana e Vila Nova dos Martírios. CIDADE BRASIL. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-imperatriz.html?c=superficie&d=1>>

¹⁸ Sem desconsiderar o “caldo dos debates teórico-conceituais” (SOUZA, 2015, p. 137) em torno do conceito de região, das décadas passadas, adotamos a concepção Albuquerque Júnior, (2001, p. 25) quando afirma que “Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra”, resultado de lutas incessantes entre aqueles que a nomearam inicialmente e todos aqueles que procuraram tomar posse da região ao longo do tempo, tendo em vista os mais diversos fins produtivos. Por extensão, diz o mesmo autor, a região “não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 26).

¹⁹ Conforme o Relatório Executivo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ de fevereiro de 2013, a Bacia do Tocantins-Araguaia “possui uma área de mais de 960.000 quilômetros

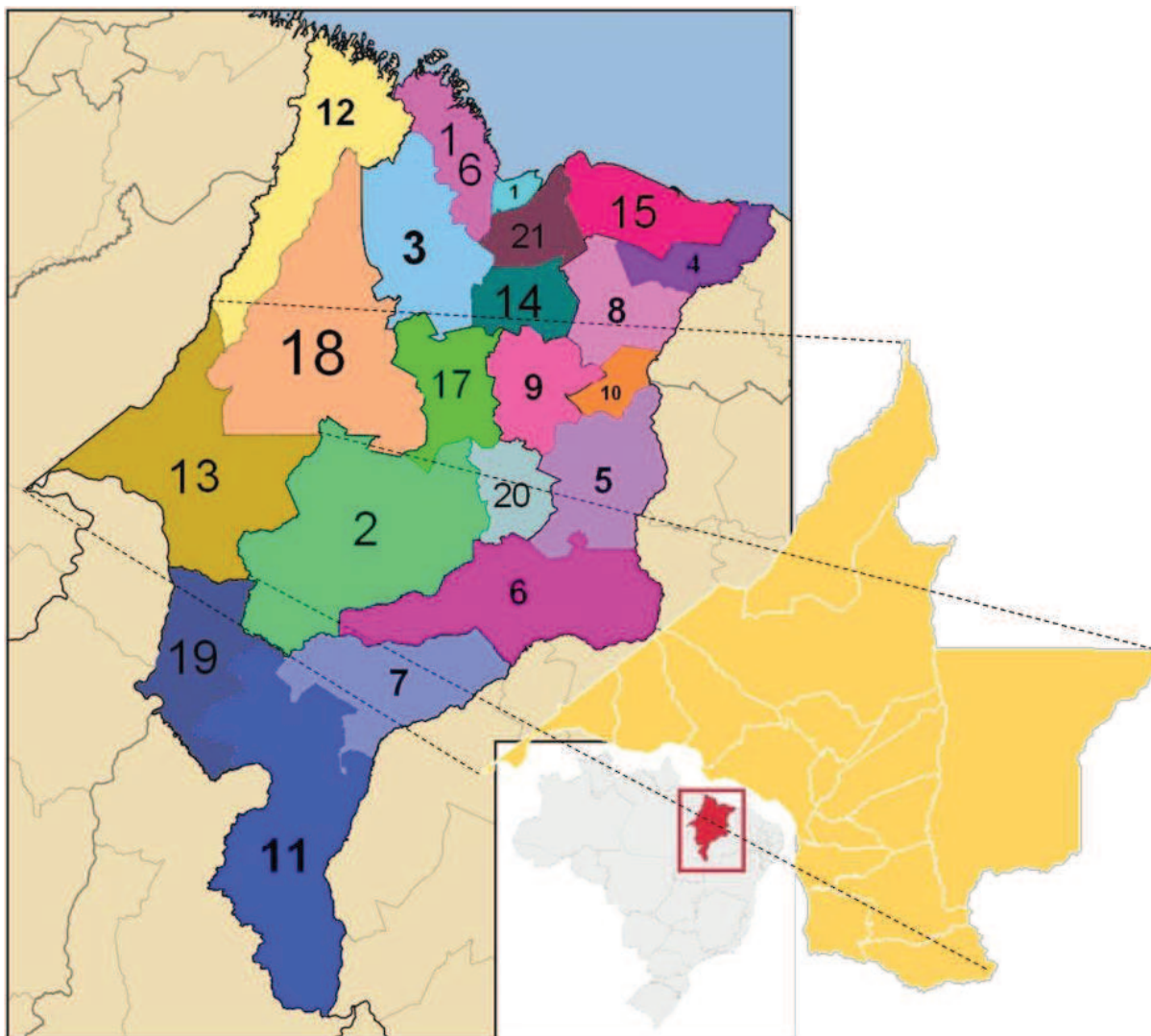


Figura 1. Fonte:

<[quadrados e se estende pelos estados de Tocantins e Goiás \(58%\), Mato Grosso \(24%\), Pará \(13%\), Maranhão \(4%\), além do Distrito Federal \(1%\). " É a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira. \(ANTAQ, 2013, p. 1\).](https://www.google.com/search?q=microrregi%C3%A3o+=0ahUKEwjI_de+imperatriz&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&vedKfMjubaAhWBhpAKHR-6AXcQsAQIWA&biw=1600&bih=789#imgrc=p4PyrY3EgRRY_M:>></p>
</div>
<div data-bbox=)

BACIA HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS PARTE MARANHENSE

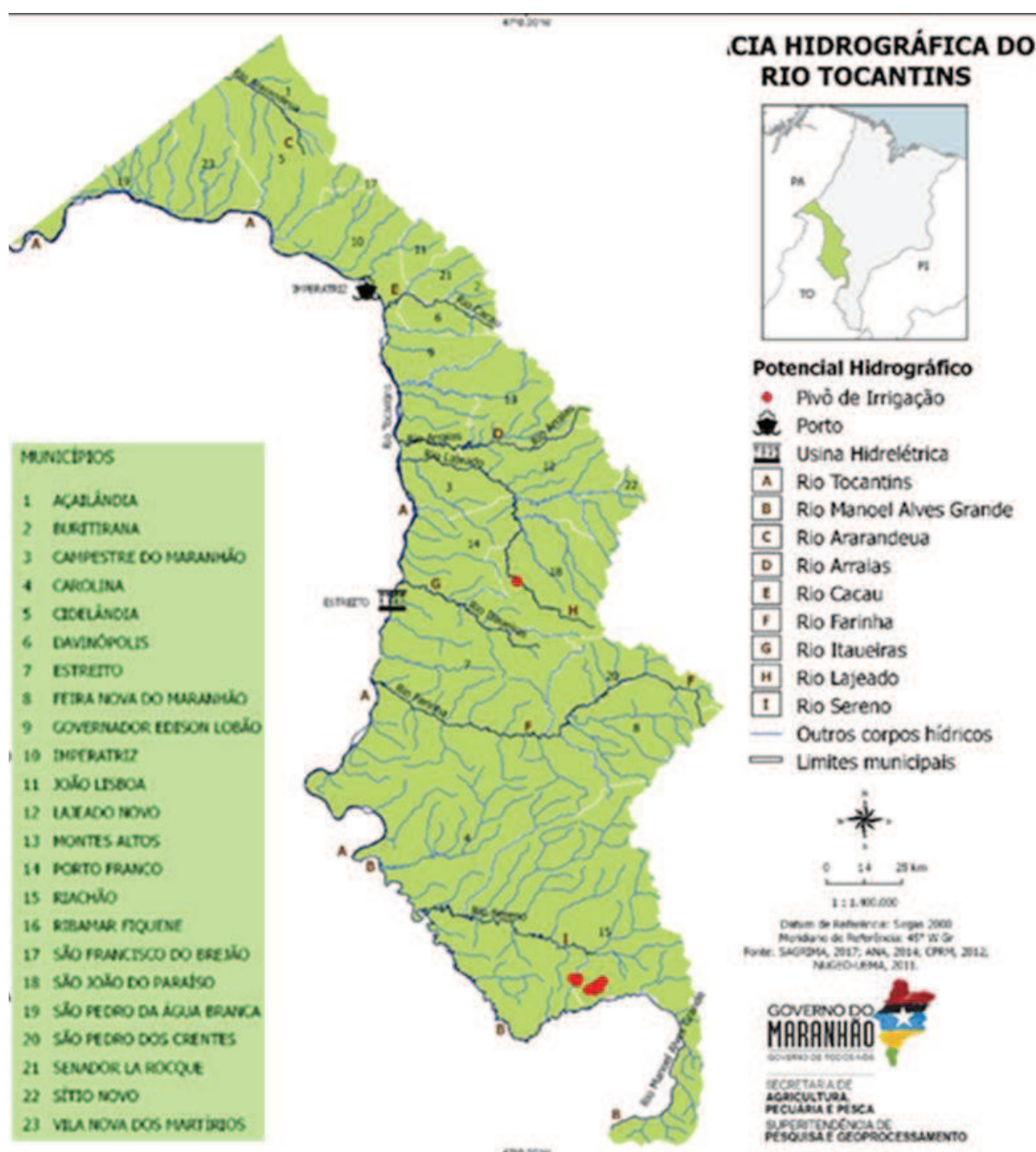


Figura 2. Fonte: Hidrografia Maranhense. Sigite Maranhão – sagrima Bacias Hidrográficas. Barragens. Projetos de Irrigação. Disponível em: https://www.google.com/search?q=bacia+hidrografica+do+tocantins&client=firefox-b&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjsmWVNk_TaAhWEFJAKHQxFCVwQ_AUICigB&biw=1600&bih=786#imgrc=BW3UP_WQB4ciRM:

A palavra ‘Tocantins’ é uma representação indígena para nomear um rio e, por extensão, toda a sua bacia (parte maranhense) – um longo e vasto território que alcança as terras da gleba Boca da Mata, situada no limite da bacia deste rio com a bacia do Rio Pindaré. Recorremos também a esta palavra como diz Guimarães Rosa

(1994, p. 245) em seu romance “Grande sertão: veredas”: “O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo”.

O rio Tocantins²⁰ permanecia sendo chamado pelos colonizadores²¹ por seu nome de origem, desde quando o rio comandava a vida no Brasil central – por serem os rios quase que os únicos canais de locomoção naquela época. Ao que parece, a palavra Tocantins exprime, de forma simbólica, a primeira cartografia da região, dada pela população indígena. Na sua tradução livre, a palavra significa ‘bico de tucano’. Tal imagem-síntese configura a formatação que toma um vasto território margeado pela calha do rio Araguaia e do rio Tocantins, até a confluência destes dois grandes rios, que se tornam um, justamente sob o nome do segundo. Nesse caso, o rio com esse nome correspondia apenas ao traçado superior do bico da ave. A parte inferior do bico correspondia ao traçado do rio Araguaia. Nessa leitura imagética, representada pelo bico da ave, a palavra parece designar não somente o rio que simboliza a parte superior, mas toda a calha dos dois rios, o que compreende uma vasta extensão de terras. Esse modelo indígena, em escala bem menor, muito se assemelha ao que o governo brasileiro definiu como Bacia do Tocantins-Araguaia.

A fronteira definida pelos índios como ‘região tocantina’ foi inscrita no colonizador que a redefiniu em outra rede de poder, os mecanismos que deram forma à região estiveram pautados em condições históricas distintas e não tomadas como um dado da realidade – “é solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragado pela historicidade”. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 26).

²⁰ Há grandes controvérsias a respeito da região e do nome Tocantins. Essa imprecisão, segundo TAUNAY, (1954, P. 209) era porque a calha fluvial do rio Tocantins era a rota segura para minas auríferas e por isso a rota era sempre mantida em segredo sendo sempre despistada com nomes falsos dos rios e a região. Mattos (2007, p.32) atribui que o rio até a confluência com o rio Araguaia tinha o nome de Pará-Upéba. Etimologicamente conforme Navarro (2005), o rio Tocantins tinha esse nome por ser nome de uma tribo assim chamada, o nome ‘Tocantins’ é um termo com origem na língua tupi: significa bico de tucano, através da junção de tukana (tucano) e tim (bico). Enquanto o termo Pará-Upéba é uma referência ao riozinho que tem seu nome hoje alterado para Parauapebas, que dá nome ao município nas margens desse pequeno rio, ao pé da serra dos Carajás. Pará-Upéba é um termo de origem tupi que significa “afluente raso do rio grande”, através da junção do termo pará (rio grande), 'y (rio) e o termo peb (achatado), ou papagaio baixo, uma vez que parauá (papagaio) e peb pode ser também baixo.

²¹ Flores (2009, p 32.) comenta que “A despeito das discordâncias em relação a nomes, a região que abriga a bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins tornou-se caminho corriqueiro para quem buscava adentrar os sertões do Brasil Central”. Em se referindo ao processo de ocupação, Cavalcante (1999, p.19) afirma, se reportando a Goiás que “As pastagens naturais, ao norte, tornaram-se forte atrativo aos criadores de gado do Maranhão e Piauí que ao longo do século XIX, se desenvolveram e alcançaram autonomia e maior expressão na região”.

Foucault, para investigar os problemas no curso de suas análises, recorre a diferentes categorias espaciais. Em vista disso, apontava que, enquanto as diferentes espacialidades eram diretamente resultados de processos temporais, competiria ao historiador atentar para a historicidade dos espaços da vida e não somente desenvolver uma história dos espaços institucionalizados, fossem eles econômicos ou demográficos. Para ele as relações humanas, os desejos, os afetos também tiveram suas ressonâncias ligadas aos espaços. (FOUCAULT, 1979, p. 211-213).

Por direcionar sua atenção para os corpos e os espaços, Foucault (2013, p. 13) concebe a região como uma ressonância dos efeitos de poderes. Esse entendimento permite abordar as relações entre corpos, espaços e história, de tal forma que problematizar a região por meio das elaborações de Foucault é perscrutar como os recortes adquiriram sustentações; é saber quais estratégias e saberes foram utilizados nestes processos, e, também, que práticas não discursivas e discursivas garantiram a sua materialidade. Seguindo esse olhar, nesse capítulo procuramos narrar muito mais a trama que deu sustentação e recortes à região em luta, procurando dar contornos às ações dos litigantes, com destaque para o que vai ser configurado pela frente de expansão, seja ela extrativista, pecuarista ou mesmo agrícola. Ressaltamos que nos detemos apenas na trama da parte que cabe ao Maranhão.

1.1 Os índios gaviões: diversidade fundiária

De acordo com Nimuendaju (1946, p. 7), o Capitão Francisco de Paula Ribeiro, que morou em Pastos Bons no sul do Maranhão (1800-1822) e que esteve no comando da guarnição daquela localidade por 22 anos, foi “um profundo observador timbira²²”; e no ofício de militar foi incumbido de garantir a colonização em todo o território do sul do Maranhão e seus limites. Por força dessa condição, tinha conhecimento dos grupos timbira e percebia a grande quantidade de povoações que habitavam as margens do rio Tocantins.

Por ocuparem uma tão dilatada extensão — 30°-90° em latitude a 42°-49° em longitude —, esse mesmo autor chamou a região de um “país timbira”. Esta posição

²² O termo “Timbira” tem uma correlação com o espaço geográfico. Afirma Nimuendaju (1946), que se o termo for de fato de origem tupi, pode significar “os amarrados” podendo estar ligado às fitas de palha ou faixas que eles usavam na testa, nos braços, no pescoço, nos pulsos, e nos joelhos (NIMUENDAJU, 1946, p. 7).

abarcava, ao norte, os cursos dos rios Gurupi, Mearim e Grajaú; e, a oeste, do rio Manuel Alves Grande até o rio Tocantins, seguindo até a confluência deste com o rio Araguaia.

Quadro de Classificação²³ Timbira:

TIMBIRA		
Orientais do norte	Orientais do sul	Ocidentais
1. Timbira de Arapatytiua	4. Krenyê de Cajuapára	15. Apinayé
2. Krenyê de Bacabal	5. Krĩkati	
3. Kukóekamekra de Bacabal	6. Pykobjê	
	7. Gaviões ocidentais ou da mata	
	8. Krepumkateyê	
	9. Krahô	
	10. Põrekamekra	
	11. Kenkateyê	} Canelas
	12. Apanyekrá	
	13. Rankokamekra	
	14. Tchakamekra	

Fonte: Quadro elaborado por Miranda (2015)

A presença dos índios ‘Gaviões’ na margem direita do rio Tocantins está registrada, desde 1641, na obra de Frei Cristóbal de Acuña²⁴. O próprio autor destacava, já naquela época, o caráter belicoso destes índios.

²³ De acordo com classificação realizada por Curt Nimuendaju, as alterações na grafia tomaram como referência o Instituto Socioambiental - ISA sobre os Povos Indígenas do Brasil, PIB-ISA 2001/2005. Acrescenta ainda que os Kenkateyê foram aniquilados por um fazendeiro em 1913 (NIMUENDAJU, 1946, p.11). Ribeiro (2002) informa também em sua obra que os Tchakamekra são conhecidos como Mateiros. Esta ‘nação’, afirma Miranda (2015) tratar-se do timbira Txokamekrá (txó = raposa), que habitavam entre as margens do rio Mearim (vertente no centro do estado) e do rio Itapecuru. A pressão dos índios Guajajaras, por se afastarem das proximidades do litoral açoitado pela frente proveniente do litoral, terminou por comprimir os timbiras na calha direita do rio Tocantins, em sua parte maranhense.

²⁴ Maria Yedda Leite Linhares em 1994 faz saber que o jesuíta Cristobal de Acuña recebera ordens por meio da Provisão Geral, expedida em 24 de janeiro de 1639, em nome de Felipe IV da Espanha, para aderir à viagem em direção à província do Pará, na companhia do Capitão-Mor Pedro Teixeira, investido da devida autoridade que lhe conferia o rei, “para transmitir, na qualidade de testemunha ocular, com todos os pormenores e o imprescindível zelo [...] as informações coletadas, ao longo do trajeto, acerca da região percorrida, seus habitantes e suas riquezas”. Segundo Linhares, tratava-se de um ato de importância política significativa, uma vez que no ano seguinte (1640) se daria o fim da união das coroas de Espanha e Portugal. Tal fato impôs graves restrições ao livro de Acuña, que fora impresso no ano seguinte, 1641, resultado dos dez meses de explorações, e que por motivos políticos a edição foi suprimida. Afirma ainda que mesmo com essa interdição, o livro foi traduzido para o Francês em 1682 e para o Inglês em 1698, e outra edição em 1859 nesta língua. No Brasil, publicado pelo IHGB em 1820 e outra edição elaborada por Cândido Mendes de Almeida em 1874 (ACUÑA, 1994, p. 5 - 8).

De acordo com Ferraz (1984, p. 34), as numerosas tribos que ali viviam, já impunham escolhas marcadamente flexionadas por uma nova ordem de contato com os brancos. As tribos que acordavam manter contatos com os colonizadores permaneceram a leste, outras mantiveram a opção pela resistência de permanecer sem relações com os brancos, e escolheram o oeste, onde as grandes matas facilitavam o isolamento. Tal temor centenário, apontado por Frei Cristóbal, resistiu até quando o governo de Goiás passou a usar o rio como via de transporte, na falta de qualquer outro meio de exploração, e a extensiva criação de gado, pelo lado maranhense, alcançou a região estendendo, nesse reconhecimento, a descoberta e exploração da borracha e da castanha.

Velho (2013, p. 30), ao estudar a frente de expansão, afirma que “A área de Marabá é local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, Goiás e Maranhão”. Ferraz (1984, p. 30) afirmou que gente destes três Estados, em busca da borracha e da castanha, lançou-se por meio século ao extermínio dos Gaviões, devassando as matas que imemorialmente eram região de morada desses povos. Impregnados pelas características da região – afora o apelido belicoso de “gaviões” que lhes foi dado pelos brancos – eles se autodenominam de Iromcatejê e Parkatejê.

O antropólogo Almeida (1989), ao pesquisar a frente de expansão agrícola, no norte e no centro-oeste maranhense, encontrou ali uma imensa diversidade sociocultural, contendo uma extraordinária diversidade fundiária em terras tradicionalmente ocupadas, anteriormente à frente de expansão. Essa diversidade fundiária, segundo o antropólogo, incluía as chamadas terras de preto, terras de santo e as terras de índio.

Almeida (2010, p. 114-118) denominou “terras de preto” àquelas terras doadas aos negros ou mesmo adquiridas com ou sem formalização jurídica, entregues aos ex-escravos, e que, da mesma forma, abarcam também as terras concedidas aos negros pelo Estado, como retribuição por prestação de serviços e que, ao longo do tempo, várias gerações vinham tirando dali seu sustento, sem de fato proceder a uma partilha formal. Ele registrou a presença dessa situação fundiária no Maranhão em vários pontos: na Baixada Ocidental, nos Vales dos Rios Mearim, Parnaíba, Itapecuru e Maracaçumé.

Por “terra de santo”, o autor se refere aos extensos domínios territoriais de ordens religiosas – em que permaneceram negros, índios e pobres livres – que foram desagregadas ou doadas e mesmo abandonadas pela Igreja, e que também

permaneceram sem partilha formal. Da mesma forma, as “terras de índios” são domínios marcados pela vivência de várias gerações, numa determinada área, sem qualquer ato de partilhas individuais. Grande parte dessas áreas, no Maranhão, somente foi demarcada na segunda metade do século passado, sendo a área mais antiga localizada no município de Viana.

Ainda em 1986, a Procuradoria Geral da República (27.11.1986) havia solicitado à antropóloga Iara Ferraz, do Centro de Trabalhos Indigenistas de São Paulo, um parecer acerca da localização histórica dos índios Gaviões. Em anexo ao parecer, a antropóloga reuniu uma vasta documentação, tendo o cuidado de elaborar um mapa demonstrando a região historicamente ocupada por esses índios.

A exigência de um parecer antropológico precisamente nesta data constata que, somente a partir desse momento, o Estado procurava se fundamentar sobre o território desses índios. Dependendo da política indigenista do governo federal, esses pareceres funcionavam como faca de dois gumes: podiam servir para resguardar e auxiliar na demarcação das terras dos povos indígenas, ou para limitar, o máximo possível, as áreas desses povos.

O mapa, confeccionado pela antropóloga Iara Ferraz em seu parecer, expõe a extensão do domínio dos Gaviões abarcando a região compreendida desde a barragem do Tucuruí, no Pará, até a serra do Gurupi, divisa da bacia do rio Tocantins e o rio Pindaré, onde a Gleba Boca da Mata faz limite.

É possível verificar no mapa uma estrutura fundiária circulatória, formada pelas etnias Rõhõkatêjê (A), Akrãtikatêjê (B), Kyjkatêjê (C), que gravitavam em torno das aldeias antigas situadas distantes da margem do rio. Partindo sempre das aldeias antigas, cinco ramais de exploração de caça e moradas temporárias avançavam todas voltadas extensivamente para a margem do rio. Somente pela margem direita, onde se dissolviam particularmente entre os três grupos. Conforme o mapa (figura 3), os Rõhõkatêjê (A) exploram dois ramais ao centro; os Akrãtikatêjê (B) avançam rio abaixo; e os Kyjkatêjê (C) se deslocam subindo o rio, alcançando os sertões maranhenses.



Figura 3 – Mapa do antigo território dos índios gaviões.
Fonte: Ferraz (1984, p. 34).

Os grupos que viviam em um mesmo território, no caso denominado de Timbira, inter-relacionavam-se, separavam-se em bandos, faziam alianças intergrupais e também se fundiam dando origem a novos grupos. De qualquer

modo suas andanças são consequências das pressões territoriais. (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 25).

Podemos tomar então, no que se evidencia para o caso dos Akrãtikatêjê, como parte da unidade, o território que, pela amostragem do mapa pode ser entendido como reconhecido no coletivo, à medida que os demais grupos Rõhõkatêjê e Kyjkatêjê também afirmam sua identidade como um povo e vão se organizando dentro desta região. Somente um ramal alcançando o rio entre o antigo presídio São João das duas Barras, após Campos dos Frades no Maranhão e Marabá no sul do Pará, reúne as três etnias (a-b-c).

Circulam na região comentários de ter ocorrido nesse território a maior guerra contra os índios Gaviões realizada por seringueiros e castanheiros. Portanto, a territorialidade desses índios se estendia muito além dos Campos dos Frades, em terras maranhenses (região até onde ainda existia castanha-do-pará, produto importante na dieta alimentar dessas aldeias). Num registro sumário de César Marques de 1870, em seu **Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão**, constata-se que nesse território, encontravam-se espalhadas não menos que 36 aldeias.

Pelo mapa (figura 3) é possível perceber (canto direito inferior) o triângulo tocantino do sudoeste maranhense, que vinha sendo redefinido desde longa data pela presença missionária da Igreja católica, pelo comércio entre Goiás e Pará, e pelo conflito entre os índios, devido ao avanço dos seringueiros, castanheiros, criadores de gado, e o conflito destes com as correntes migratórias oriundas do restante do Nordeste. Sendo que todas estas ações não eram totalmente controladas pelo Estado, uma vez que este sempre se coloca como alinhamento de controle e domínio e vontade de verdade. (QUADROS, 2008, p. 30).

Com efeito, há um texto anônimo, cujo título é “Roteiro do Maranhão e Goiaz pela capitania do Piauhy”²⁵, publicado em 1900 pelo Instituto Histórico e Geográfico

²⁵ Conforme texto publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 86-89. O Roteiro diz no seu primeiro tópico, Capítulo 1º, em que “propõe hum novo estabelecimento de Povoação, que se comunique pelo interior do Paiz, do Rio Parnaíba da Capitania do Maranhão ao rio Tocantins da Capitania do Pará, como projeto interessante à reduçção de Nações silvestres a povoação e cultura das referidas Capitancias. [...] O meio mais fácil de reduzir grande parte das ditas Nações a huma firme e útil sujeição, He procurar do Maranhão dilatar as Povoações de Pastos Bons, buscando o Rio Tocantins, e fazer o mesmo das margens do dito Tocantins por aquella altura, mais coveniente ao fim de se unirem e comunicarem as referidas povoações. Para reduzir-se a prática o referido projecto, nada mais seria necessário, do que o estabelecimento de Trez Arraiaes. O primeiro e segundo pela Capitania do Maranhão nas margens do Rio Parnahiba e Miririm. O terceiro pela

Brasileiro – IHGB, que propõe o controle da região em tela. Texto com data incerta, mas que, presumidamente, foi escrito por volta de 1770. Este documento, ao que nos parece, é a primeira declaração por parte do governo²⁶ que traz consigo uma proposta de controlar a região tocantina, ao expandir a fronteira e efetivar um cerco aos índios que habitavam esta região.

Esse imenso território, à margem direita do rio, era chamado de ‘Tocantins’ por esses índios. De acordo com Navarro (2005), etimologicamente este termo vem da língua tupi e resulta da junção da palavra tukana (tucano) e a palavra tim (bico) – ‘bico de tucano’.

Historicamente e de forma clássica, a geografia física divide o rio em três trechos: Alto Tocantins, com aproximadamente 1.060 km; Médio Tocantins, com 980 km – da Cachoeira de Lajeado, próximo à Imperatriz, até Tucuruí, local da hidrelétrica conhecida por esse nome –; e o último trecho, denominado Baixo Tocantins, com apenas 280 km. Embora toda a extensão do rio Tocantins (2.400 km) seja longa, as evidências históricas e antropológicas apontam que foram os índios tupis – que viviam no Médio Tocantins – que o nomearam como tal.

Capitania do Pará, nas margens do Rio Tocantins, com a força de oitenta até cem homens, compreendendo-se no mesmo número, aquella parte da tropa, que se julgasse necessária para se fazer respeitados, e obedecidos os chefes de huns corpos, que forçosamente seriam compostos de Índios, sem disciplina alguma militar, ou de paisanos libertinos e vadios. Isto posto, he fácil de conhecer, que cortado todo este Paiz, com uma linha de Povoações nossas, desde os Sertões da Parnaíba até Tocantins, as Nações, que ficassem ao Norte, vendo que nós por toda parte as cercávamos; não só virão com mais facilidade à nossa sujeição, mas sem as largas despesas e funestas enfermidades que padecem os índios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos se poderiam conservar no seu mesmo Paiz Natural, aproveitando-nos nós também delles mesmos para continuarmos a cultura das margens dos Rios Miarim, Pindaré, e dos mais que descem por esta parte as referidas Capitánias do Maranhão” (IHGB, ANÔNIMO, 1900, p. 86, 89). Ver também: Gnerre: Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhy: uma viagem às engrenagens da máquina mercante. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 2006.

²⁶ Devemos esclarecer que pela data provável do “Roteiro do Maranhão e Goiaz pela capitania do Piauhy”, 1770, o Estado do Maranhão vivia seus últimos anos separado do Estado do Brasil, uma vez que entre 1580 e 1640, Portugal e suas colônias permaneceram sob o domínio espanhol. Nesse período o governo experimentou dividir o espaço colonial brasileiro em dois Estados em 1621, estabelecendo administrações separadas e autônomas em cada um dos Estados sem as limitações do meridiano de Tordesilhas. O Estado do Maranhão ainda foi dividido por essa época em duas capitánias gerais, definindo a do Maranhão como a principal por ser considerada a cabeça do Estado e a capitania do Grão-Pará sob o domínio da capitania, considerada a sede do governo. Se o governo já detinha o controle pelo litoral, o plano do Roteiro, se implantado, na visão do autor do texto, passaria ao Estado do Maranhão também, o controle do sul do Estado tendo o rio Tocantins como divisor e ao mesmo tempo, linha de fronteira que abarcava todos os povos indígenas que habitassem a margem direita do rio. Essa divisão da colônia em dois Estados, no entanto foi desfeita quatro anos depois da data do Roteiro em 1774. (NASCIMENTO, 1996, p. 100).

É exatamente este trecho do rio que, numa paralela com o rio Araguaia até a confluência dos dois rios, assemelha-se a um bico de tucano. Tocantins era nome dos índios que viviam nesse território quando da chegada dos portugueses. Frei Cristóbal de Acuña em 1641, navegando pelo rio Amazonas, cruzando a embocadura do rio Tocantins, registrou em seu relatório que os franceses,

quando habitavam suas costas, carregavam naus com terra que de suas margens retiravam para, ao beneficiar a sua, enriquecê-la, sem se atreverem jamais a mostrar tais tesouros aos bárbaros que nele habitam receosos de que, tomando eles conhecimento do quanto valia, sem dúvida os defenderia com armas, para não se deixarem privar de tantas riquezas. Às cabeceiras deste rio aportaram alguns soldados portugueses que, desde Pernambuco, com um sacerdote em sua companhia, atravessaram as fraldas da cordilheira em busca de novas conquistas e, querendo navegar rio abaixo até chegar a sua foz, tiveram ***triste fim nas mãos dos Tocantins***, em cujo poder se encontrou, não faz muitos anos, o cálice com o qual o bom sacerdote dizia missa em suas peregrinações. (ACUÑA, 1994, p. 166).

A citação parece indicar que os franceses carregavam terra contendo ouro, das margens do rio Tocantins. Além de que parece ter sido eles, os franceses, que chamavam de Tocantins os índios que os ajudavam. Por outro lado, parece ser este escrito de Acuña que, uma vez tendo informações desta prática dos franceses, tenha deles utilizado o nome com o qual os mesmos chamavam os índios. De certo que o texto de Acuña, ao ser divulgado, torna-se um dos escritos que influenciou a divulgação dos índios 'Tocantins' como os senhores do rio por aquela época. Este texto provavelmente teria sido a fonte através da qual muitos deduziram serem esses índios os que antecederam aos índios Gaviões na região, e que estes, por meio de guerras, haviam passado a dominar a margem direita do rio, mas, mesmo assim, o rio havia permanecido com o nome dos índios Tocantins.

Voltando ainda nossos olhos para a força imagética do nome, podemos perguntar: Que instrumental cartográfico dispunha tal comunidade indígena para perceber ali, do interior da mata ou singrando as águas do grande rio, num contorno de 800 km, uma representação no formato de um 'bico de tucano', para nomeá-lo como Tocantins? Que domínios esses índios mantiveram sobre estas águas, a ponto da denominação que lhe deram ganhasse reconhecimento por toda a sua extensão? A antropologia histórica somente conseguiu registros deste trecho a partir da presença dos franceses no curso do rio e, mais tarde, pela presença de relatos de outros

navegantes, que supõem haver ocorrido ali uma cisão entre os que nominaram o rio e outros povos da região ecótona²⁷.

Deste temor apontado por Acuña, precaviam-se todos aqueles que se aventuravam a navegar o Médio Tocantins, procurando sempre aportarem à margem esquerda do mesmo rio, e nunca nas ‘matas gerais’ da margem direita desse trecho, temerosos dos belicosos ataques dos povos indígenas que habitavam aquela margem. Por força disso, todos os índios que habitavam aquela margem foram nominados de ‘Gaviões’²⁸.

Em sua dissertação **Os Parkatêjê das matas do Tocantins**, Ferraz (1984, p. 27) afirma que essa situação atravessou o período compreendido entre o século XVII e o XIX, quando não “havia necessidade nem motivação para se penetrar nas matas do interior”. No mesmo parecer, solicitado pela Procuradoria Geral da República, a antropóloga Iara Ferraz (1984, p. 4) cita a classificação de Nimuendaju (1946), em que ele afirma terem existido, até o final do século XIX, 15 grupos Timbiras orientais, incluindo os que eram chamados de ‘Gaviões da mata’, divididos entre grupos meridionais e setentrionais.

Por este mapa, percebemos que os grupos Timbiras, em seu modo de expansão, encontravam-se espalhados por todo o Médio Tocantins, indo muito além do ‘bico de tucano’, ou seja, ao longo da curva que faz o rio Tocantins até alcançar a confluência com o rio Araguaia.

Araújo (1989, p. 5) descreve um trecho do relatório do deputado estadual Ignácio Batista de Moura em viagem pelo vale do Tocantins: “toda a margem direita do rio Tocantins [...] até aos limites do estado do Maranhão, abrangendo uma área nunca inferior a 800 léguas quadradas, era ocupada pela ‘mais poderosa’ nação da

²⁷Comunidade mista ou área de transição entre duas comunidades vizinhas, p. ex.: floresta e pradaria, apresentando geralmente algumas características e espécies próprias. De acordo com Ferraz (1984) fundamentando-se em relatos de vários viajantes do século anterior, como Castelnau (1844) e Nimuendaju (1946), estudiosos dos Timbiras; pressupõe ela ter ocorrido por volta de 1850, uma cisão entre as várias tribos dos índios que passaram a ser chamados de “gaviões”. Segundo a antropóloga, há registro afirmando que os índios que não desejavam manter relações com os criadores de gado oriundos da frente que avançava nesta direção, refugiavam-se em deslocamento para oeste, nas matas do Tocantins.

²⁸ Em todo processo de ocupação leste-oeste, os gaviões foram os últimos índios já em plena floresta amazônica a sofrerem violentos ataques. Cf. Miranda (2015, p.53 -74) em sua dissertação supõe que tal denominação tenha sido feita pela população regional baseada nos vestígios que os mesmos apresentavam. Suas flechas tinham sempre o desempenho feito com penas de gaviões e a indumentária que usavam na cabeça (krãxê) eram sempre ornadas por penas desta ave. Costumes usados até hoje pelos índios que restaram dos ataques: os da Reserva Mãe Maria na localidade de Bom Jesus do Tocantins no Sudoeste Pará e os que vivem no município de Amarante próximo de Imperatriz no Maranhão (BANDEIRA, 2009, p. 43).

região Tocantina”. Seus nomes verdadeiros, formas de designação em sua língua, suas identidades estavam sempre marcadas por uma referência ao Tocantins e sempre demarcando o domínio que mantiveram sobre uma determinada região às margens deste rio.

Assim, os que moram rio abaixo se autodenominam de Parkatêjê, onde ‘Par’ é pé, abaixo, jusante; ‘katê’ é dono, controlador; e ‘jê’ é a gente, nós. De forma livre: nós somos donos ou controladores da parte de baixo do rio. Já a maioria dos que a integram se chamam de Rõhôtejê, onde rõhôte é palha do coqueiro babaçu. Dessa forma: ‘a turma do cocal’. Os Akrätikatejê, em que akräti significa cabeça, formariam ‘a turma da montanha ou parte de cima’. Ainda segundo a autora, aos que se apresentam com o prefixo katejê tem como uma diferença a ocupação do território, os (ca)mekra marcam a diferença pelo caráter totêmico de origem.

Como já se afirmou anteriormente, navegantes e viajantes do rio Tocantins, temerosos, pernoitavam e acampavam sempre pela margem esquerda do rio. Segundo Ferraz (1986, p. 8) o temor dessas matas e desses índios resultou em nominá-los de ‘Gaviões’ e por muitos estereótipos:

‘Indomáveis’, ‘traíçoeiros’, ‘assassinos’ – com que eram identificados pelos regionais (viajantes e castanheiros) e que motivavam expedições de extermínios patrocinadas por comerciantes e chefes políticos locais nos anos 30 e 40. Ao mesmo tempo em que a manipulação, pelos Gaviões, do ethos beligerante lhes garantiu a defesa e ocupação do território tradicional até meados da década de 30 [...] Eram frequentes os choques com coletores de castanhas [...] Esses choques armados ocorriam numa extensão de quase 180 km. (FERRAZ, 1986, p. 8).

Assim, se por um lado sua fama de violentos os manteve por longo tempo protegidos dos ataques do homem branco, por outro lado, quando de fato os interesses se impuseram para explorar a borracha e a castanha no território dos índios, suas ações de extermínios foram potencializadas com a pouca presença do Estado, que na verdade estava voltado para minimizar o conflito entre os coletores e os povos indígenas. Durante muitos anos, uma região, próxima aos Campos dos Frades, que era cemitério antigo desses povos, era visitada por eles. Resistiu ali uma maloca com muita itinerância, até por volta de 1969, quando foram definitivamente pressionados por uma companhia de exploração de madeira que havia se instalado na área. Para evitar o completo extermínio, o sertanista Antônio Cotrim convenceu-os

a se deslocarem para a Terra Indígena Mãe Maria, no município Bom Jesus do Tocantins – local em que se mantêm até o presente. (FERRAZ, 1984, p. 33).

No próximo tópico, veremos como, historicamente, o Estado, a Igreja e a população, quando não exploravam a mão de obra dos índios por meio da escravidão, por meio das “guerras justas” os exterminavam. A condição de maus tratos, impingida aos índios, arrastou-se pelo longo período colonial, atravessou o Império e deixou marcas sobre o que restou desses povos até os dias atuais da República.

1.2 A política indigenista no Maranhão

No Maranhão, a ação indigenista do governo somente tomou novos rumos na chegada do século XX (MARTINS, 2012, p.76). Os tempos anteriores foram marcados por um processo de colonização da terra executado por duas frentes de ocupação independentes. A frente que adentrou pelo litoral, avançou sobre o território dos índios e, tendo estes como obstáculos, fizeram as conhecidas “guerras justas”²⁹. (CABRAL, 2008, p. 47). Estas chamadas “guerras justas” eram a forma de capturar os índios e escravizá-los para suprir a mão de obra. Esta escravização somente declinou em 1748, mas permaneceu como prática costumeira até a Independência. (RIBEIRO, 2002, p. 158).

O Maranhão, segundo Cabral (2008, p. 51-75), é um estado cujo processo de ocupação e povoamento, ao longo de sua história, foi marcado por ações distintas no norte e no sul. A autora acrescenta que o processo de colonização somente começou no início do século XVII (1615), quando Jerônimo de Albuquerque, filho primogênito,

²⁹ A Lei de 1595 previa a escravização, se a captura fosse feita durante guerra. Os decretos de 1605, 1608 e 1609 restituía a liberdade aos índios, porém a lei não podia ser instaurada devido a rejeição dos colonos que pegaram em armas e logo em 1611, restabeleceram a autorização para o aprisionamento e escravização por ‘guerra justa’ e resgate dos índios, prisioneiros de outros índios. O conflito entre colonos e Jesuítas pelo direito de escravizar os índios perdurou até a expulsão dos Jesuítas, atravessando o período Pombalino e se estendendo após a Carta Regia de 1798. Em 1815, o Major Francisco de Paula Ribeiro ainda fez registros dessas práticas, no interior do Maranhão. (RIBEIRO, 2002, p. 155). Os moradores de São Luís e arredores reclamavam constantemente dos valores cobrados pelos escravos africanos, algo aproximado de 160\$000 réis. De fato, bem mais alto do que os aproximadamente 5\$000 réis que era pago por um escravo indígena, comprado nas repartições. Sendo que neste preço já estavam somados os direitos legais pagos à fazenda real e os gastos rateados, ou seja, o valor da expedição era dividido pelos compradores dos índios de acordo com o número de peças adquiridas. (COELHO, 2005, p.49; LISBOA, 1991, p. 115).

com herança europeia do pai e indígena da mãe, conduziu centenas de índios e pobres livres derrotando os franceses em São Luís, na batalha de Guaxenduba.

O início da colonização se arrastou até meados do século XVIII. O Maranhão foi mantido por muito tempo, como uma fortificação militar voltado quase que exclusivamente para a defesa do litoral, permanecendo, assim, sem nenhum plano de colonização inicial. Nesse interregno, seu processo produtivo arrastou-se à mercê de degredados e de poucas famílias portuguesas que eram exceções instaladas no litoral. De forma que os habitantes do estado foram relegados a condições paupérrimas, uma vez que não se encontravam, nesse período, plenamente inseridos na rota comercial do Império. Mesmo assim, eram estes que mantinham a política territorial do Estado e, em consequência dessa situação, o avanço colonizador permaneceu, por muito tempo, muito próximo à orla marítima, sem penetrar para o interior do continente. (LACROIX, 2006, p. 47-133).

Essas condições produtivas e comerciais tornaram-se condicionantes para que os colonos, uma vez impedidos do uso de escravos negros, dado o seu alto valor no mercado, lançassem-se à condição de escravização dos índios, haja vista a falta de recursos para adquirirem escravos negros. Este quadro só começou a ser modificado com a revolta de Beckman (1684)³⁰, que reclamava da necessidade de uma condução mais firme em relação à exploração econômica da colônia e o fornecimento regular de negros para o litoral maranhense – fato que somente aconteceu com o projeto pombalino, mais de meio século depois (1755 – 1777).³¹

³⁰ Revolta liderada por Manoel Beckman contra os abusos da Companhia de Comércio do Maranhão, refletindo a situação de pobreza e insatisfação dos maranhenses. Essa revolta tomou conta do governo em 24 de fevereiro de 1684, promovendo a primeira expulsão dos jesuítas e extinção da Companhia de Comércio. A Revolta foi derrotada e em 2 de novembro, seu líder, Manoel Beckman foi enforcado em praça pública (NASCIMENTO, 1996, p.107).

³¹ Ver: Gaioso (1970); Macedo (2001); Machado (2010); Ribeiro (2002) e Silva (1972). Até a implantação do Projeto do Marquês de Pombal (1754), os Jesuítas viviam em permanente atrito com o governo maranhense e com a população em geral, por causa dos índios, uma vez que os jesuítas a todo custo desejavam o exclusivo controle sobre os índios. A pobreza no Maranhão era endêmica – uma vez que, praticamente, somente os Portugueses dispunham de recursos para aquisição de escravos. Aos **nacionais de cabedal** e aos demais segmentos da população, restavam a escravização dos índios em substituição dos negros para resolver a questão da mão-de-obra, na Província. Por força dessas circunstâncias e em função da implantação do primeiro projeto de desenvolvimento do Maranhão, conduzido por Pombal, o governo em 1754 libertou os índios da tutela dos padres jesuítas, criando novas leis que deveriam ser observadas nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão. Cinco anos depois **expulsou** os Jesuítas do Maranhão. Na prática, a lei **resvalava** no complexo cultural destes povos sujeitos, que uma vez livres, tratavam de viver muito dos costumes de sua cultura, portanto não dando certa a continuidade de autogestão destes povos. O indígena atende ao apelo de sua cultura, contrapondo-se ao rigor da lei. Dessa forma, muito que rapidamente, se mudou de tutela religiosa

A historiografia mais recente (COELHO, 2005; MACEDO, 2001; MACHADO, 2010; CABRAL, 2008 e SILVA, 1972) mostra que o Estado sempre esteve presente no norte, desde o início da colonização, mas que somente com a montagem e controle do sistema agroexportador na exploração de produtos como cana-de-açúcar, algodão e arroz, ela se expandiu para o interior e, mais tarde, também avançou com a extração do coco babaçu. Os três primeiros produtos exigiam grandes áreas e uma intensa mão de obra escrava, condição essa que somente era alcançada pelos fidalgos que detinham o título de senhor de engenho. Diante da penúria financeira, que impossibilitava a aquisição de escravos negros, os moradores escravizavam os índios de forma maciça. (RIBEIRO, 1990, p. 28).

Segundo Carvalho (2015, p. 153) o auge do modelo agroexportador de algodão (1815-1819), no norte do estado, ampliou e integrou apenas uma malha fluvial que se estendia até Caxias – pelo rio Itapecuru – a leste, cujo símbolo foi o engenho d'água Cristino Cruz – único engenho hidráulico do Maranhão. Em direção a oeste, alcançou, já na fase final do Império (1884), o rio Pindaré, com a instalação do engenho central São Pedro, na altura do atual município de Santa Inês. (Figura 4). Informa-nos Farias (2005, p. 235) que, em 1822, os engenhos de açúcar eram apenas sete, enquanto os engenhos de aguardente (cachaça) eram cento e quinze. Na década de 1860, o estado já exportava açúcar, e, em 1870, contava com aproximadamente quinhentos engenhos produzindo açúcar, alcançando entre 1881 e 1885 o seu maior volume de exportação.

para a tutela laica, aumentando a violência e permitindo a escravização dos indígenas à revelia da lei.

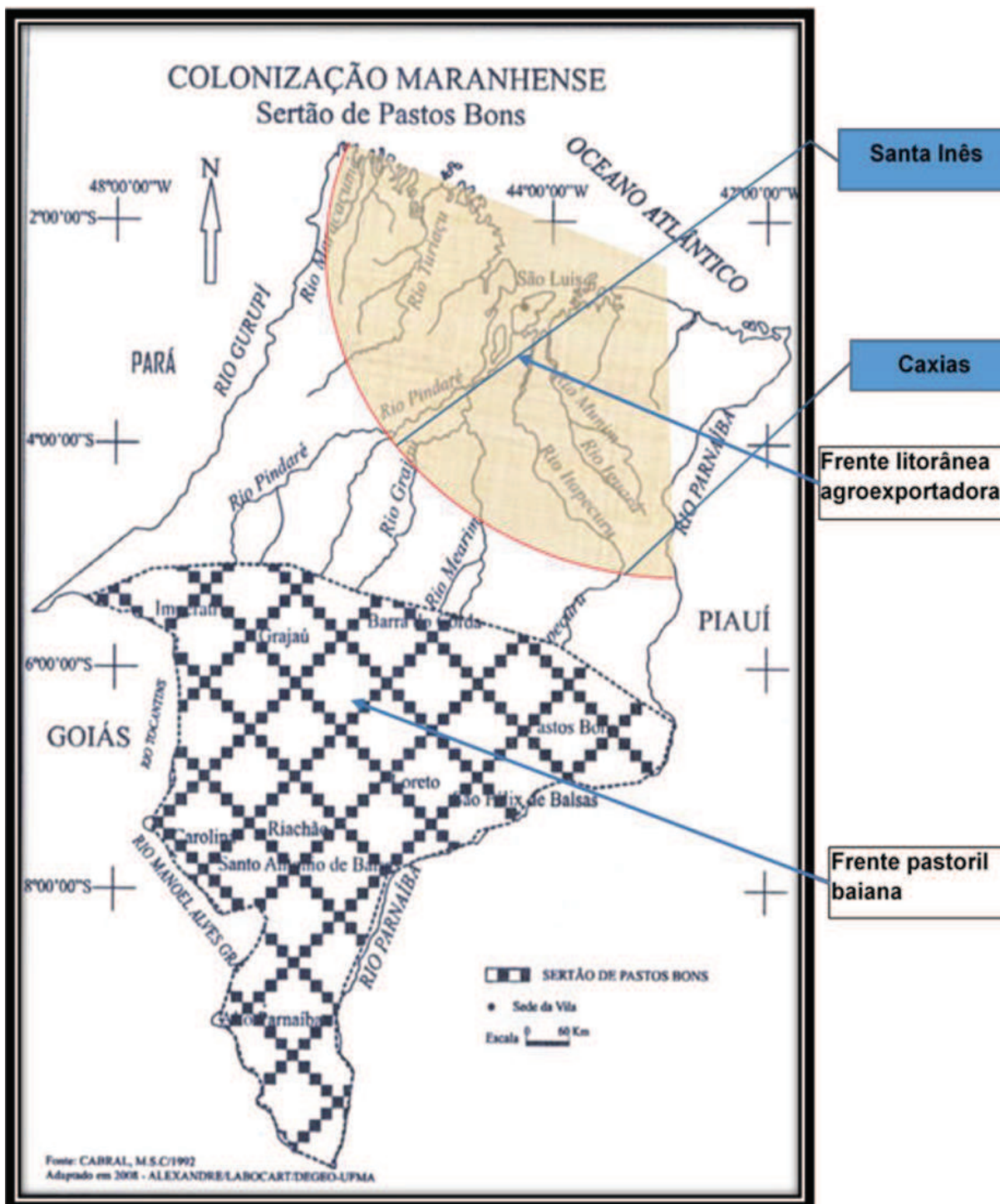


Figura 4 - Mapa das frentes de expansão agroexportadora ao norte e a frente pastoril baiana ao sul do Estado.

FONTE: Adaptado de Cabral (2008, p.82).

Na parte superior, destacamos o raio de ação da colonização agroexportadora, e, na parte inferior, a colonização da frente pastoril, executada por criadores de gado. As duas frentes, cada uma a seu modo, configuram duas territorialidades distintas. O interstício existente entre a frente de expansão agroexportadora no norte e a frente de

expansão patoril sulina, constituiu-se no corredor por onde penetrou a frente camponesa composta, em sua maioria, por migrantes nordestinos³².

O mapa confeccionado pelo Major Francisco de Paula Ribeiro³³ em 1819 já permitia que se visualizassem os contornos da ocupação das terras, por fazendeiros no leste e da mesma forma, vemos a imensidão da floresta virgem, no oeste maranhense, ocupadas pelos povos indígenas (figura 5).

³² Em argumento de Lima Júnior (1987, p. 23), “grande fluxo imigratório se originou das áreas de povoamento mais antigo, ou seja, dos vales do Parnaíba e Itapecuru e chapadas do alto sertão, em direção às de maior densidade de babaçuais, como o médio e baixo Mearim, também conhecida como Região dos Cocais”. Dentre os fluxos migratórios intraestadual, por problemas fundiários e edafoclimáticos em seus estados de origem, Andrade (1968, p. 82-84) acrescenta que o deslocamento da corrente migratória para o Maranhão ultrapassou a antiga região algodoeira do curso do rio Itapecuru desde a década de 1930 e desta década em diante se constituiu em três ramos (dois de intenções agrícolas e um de intenção pecuarista) que alcança o município de Codó em 1920, em 1940 o município de Pedreiras, na década seguinte o município de Bacabal e na década posterior o município de Santa Inês. Em Bacabal esse ramo bifurca-se: seguirá um sub-ramo para noroeste alcançando a região do Alto-Turi e rio Gurupi na extrema com o estado do Pará; o segundo sub-ramo se desloca para o sudoeste alcançando o rio Grajaú, o município de Santa Luzia e finalmente a Microrregião de Imperatriz. O ramo que adentrou o Maranhão pela cidade de Floriano no Piauí alcança Pastos Bons no Maranhão, atravessa a região de Balsas e as chapadas do Sul do estado e retorna até Imperatriz (ANDRADE, 1968, p. 82-84).

³³ Francisco de Paula Ribeiro escreveu três obras fruto da sua experiência como militar no comando de um regimento nos sertões. Cf. Martins (2005, p. 356), seu primeiro escrito foi “Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima” Nesse roteiro ele discorreu sobre os 91 dias que ele gastou para percorrer cerca de 290 léguas, percurso entre São Luís e a pequena povoação São Pedro de Alcântara localizada nas margens do rio Tocantins; “Nessa memória Paula Ribeiro realizou um importante diagnóstico quantitativo e qualitativo de vários aspectos da capitania do Maranhão”. Esse roteiro foi publicado pela Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. No entanto, alguns anos antes, dada a importância da questão indígena, seu texto com as observações gerais sobre os selvagens do Maranhão fora publicado em 1841 com o título: “Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem difficultado a redução, e único methodo que seriamente poderá reduzi-las” na Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro tomo 3º, n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. Logo após a publicação do roteiro em 1848, no ano seguinte 1849 seu texto “Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão” foi também publicado na Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86 Rio de Janeiro.



Figura 5 - Mapa do Maranhão elaborado por Francisco de Paula Ribeiro em 1819. Destacando o avanço da frente agropastoril por todo o oeste maranhense durante a Colônia. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529483/cart529483.jpg. Acesso em 7 de julho de 2017.

O major Francisco de Paula Ribeiro confeccionou esse mapa em 1819, mas no ano anterior ele fizera uma viagem da Capital até Carolina, na margem do rio Tocantins, numa embaixada oficial³⁴ para negociar e demarcar os limites do estado

³⁴ Conforme Martins (2005, p. 348-360) o Major Francisco de Paula Ribeiro foi um militar português que foi designado no Maranhão em 1800, para comandar o destacamento de Pastos Bons, região do alto sertão, localizada no sul do estado. Em 1815, o governador do estado do Maranhão, Paulo José da

do Maranhão³⁵ com o vizinho estado de Goiás. Suas anotações não foram frutos apenas dessa viagem – foram resultados de apontamentos de mais de duas décadas em que viveu no sertão de Pastos Bons, comandando o único destacamento existente por aquela época, em todo o sul do Maranhão.

Seu registro demarca, de norte a sul, o avanço, até aquela data da posse das terras, voltado para a agroexportação no norte, e o avanço da pecuária no sul. Essa nítida separação se deu, basicamente, devido ao desbravamento dos sertões do centro-sul maranhense ter acontecido de forma autônoma, distante das ações do governo luso, localizado no norte do estado. Observamos no mapa um traçado duplo de leste a oeste, com a identificação (A) na altura de Imperatriz, e com (B) como divisor das duas frentes de ocupação. Mas, de norte a sul do território do estado, sobressai o imenso oeste ainda sob o domínio das “Nações Bárbaras” – como ele denominava os povos indígenas. Estando, portanto, povoado em toda a extensão o rio Itapecuru, o rio Parnaíba e o rio Alpercatas. (RIBEIRO, 2002, p. 186).

Em seu texto, **Roteiro de viagem**, escrevia Ribeiro, reportando-se à forma como, naquele tempo, ainda eram caçados os índios, para serem vendidos:

De ordinário todas as expedições desta natureza, a que por este lado e ainda por outros se têm procedido, nunca jamais se têm encaminhado senão a arrancar os inocentes filhos dos braços ou dos peitos das miseráveis mães,

Silva Gama (1811-1819), nomeou-o como emissário do governo para dar cumprimento a uma determinação Imperial de demarcar os limites entre a Capitania Maranhão e a Capitania de Goiás, para tanto ele deveria se deslocar até o rio Tocantins onde encontraria o emissário da Capitania vizinha para, juntamente com ele, estabelecerem os estudos e definirem os marcos. Entre 1815 e 1816 permaneceu no comando da comissão demarcatória. Em 1818 novamente foi designado para comandar o Destacamento de Pastos Bons; em 1820 explorou uma vasta região do sertão, procurando uma área propícia para o estabelecimento de fazendas reais, permanecendo no comando do Destacamento até o ano seguinte, maio de 1823, quando foi feito prisioneiro pelas forças que lutavam pela Independência em pleno sertão, sendo assassinado por esta guarnição. Por mais de duas décadas vivendo nos sertões, o Major Francisco de Paula Ribeiro escreveu três obras de suma importância para o estudo do processo de colonização realizada no sul do estado: a primeira foi **Roteiro de viagem**, onde descreve seu deslocamento da capital até o rio Tocantins, percurso que consumiu 91 dias de viagem. Seu segundo texto: **Descrição do Território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão**, escrita por volta do mês de março de 1819, destacando, de início, o norte do estado em sua agroexportação e sua comparação com o sul da Capitania em sua densa pecuária. Por fim, naquele mesmo ano escreveu seu último texto: **Observações gerais sobre os selvagens da Capitania do Maranhão**.

³⁵ É digno de se observar que não houve pleno acordo de fixação de limites entre a comissão liderada pelo Major Francisco de Paula Ribeiro e a comissão de Goiás, presidida pelo sargento-mor José Antônio Ramos Jubé. A proposta maranhense era de que o rio Tocantins se constituísse no limite entre os dois estados e o estado de Goiás propunha que a cordilheira de serras que separa a bacia do Tocantins e a do rio Pindaré até a cabeceira do rio Gurupi, fosse nesse trecho, o divisor. Para ser mais claro, desejava Goiás ficar com a área que corresponderia a todo o território que viria a ser o município de Imperatriz a partir de 1852. Neste caso, a gleba Boca da Mata faria parte desse limite. Esta questão arrastou-se por décadas, e somente em 1854 saiu o Decreto Imperial nº 773 de 23 de agosto, determinando o rio Tocantins como limite, portanto, dois anos após a fundação de Imperatriz.

assassinando-as quando logo os não abrem para desprender de si um tenro filho querido, que entregam às mãos mais bárbaras que elas consideram; e com efeito o são em um tal momento. Ah! E quantas vezes sucede também que ainda mesmo depois de os entregar, o ferro ou o fogo lhes não dão lugar à dor de os levar! Seria preciso, para ignorar, que mais de uma vez o não tivesse eu mesmo observado pelos meus próprios olhos, e que também mais de uma vez me não enchessem de pena as reflexões sobre tão lastimosas cenas. (RIBEIRO, 2002, p. 100).

Esse relato revela a expressão de uma autoridade constituída que deixava à mostra que a Lei (de 1754) que libertava os índios e a Carta Regia (de 1798) que impedia apenas o estado de praticar descimento de índios e guerra justa, permitia aos civis (à revelia) continuarem caçando e vendendo índios mesmo na presença de autoridade constituída. Em discordância com os métodos adotados pelo governo, o autor deixa transparecer, sugerindo ao governo, um novo método por ele elaborado para lidar com a questão indígena, diante do que ele tinha vivido — situações descarnadas de práticas executadas para com os índios.³⁶

Um quarto de século após o Major Francisco de Paula Ribeiro confeccionar seu mapa, o governo iniciou a criação das Colônias Indígenas e das Diretorias Parciais, conforme decreto de 1845, que somente foi parcialmente regulamentado em 1854, e, por fim, concluído pela Lei Provincial de 1870. Desta forma, por um quarto de século (1845-1870), a lei ficou sem ser de fato regulamentada, o que favorecia largamente os interesses dos proprietários de terra. Ao todo, no Maranhão, foram criadas sete Colônias e vinte e cinco Diretorias.

Sumariando em linhas gerais, a política indigenista no Maranhão no final do período colonial e em boa parte do Império, Fonseca (2015, p. 43-47) faz perceber que o efeito da lei era muito pouco, e que, numa vasta região, inexistia a presença do Estado. Os relatórios e ‘falas’ dos presidentes da província do Maranhão davam, desde 1862, notícias do uso dos índios na construção de obras públicas, e, na grande maioria, demonstravam o desânimo dos governos para com a política das Colônias e Diretorias. Criadas com o fito de ajustar o índio como mão de obra, essas Colônias e Diretorias acabavam sendo palco permanente de conflitos entre índios e moradores.

Para a antropóloga Vidal (1986), em seu resumo da questão indígena no Brasil,

³⁶ Em relação à questão indígena, o governo do Maranhão não acatou o método do Major Francisco De Paula Ribeiro. Sendo o Major, algum tempo mais tarde, retirado da região de Carolina pelo governo, encaminhado para a capital da província, imediatamente contratou os serviços de um regatão que fazia parte da comissão de Goiás, Francisco José Pinto de Magalhães, acostumado à prática de extermínio e captura de índios da região para vender em Belém.

Seria inverdade afirmar que a legislação brasileira se despreocupou da situação dos índios. Desde a atuação pioneira de José Bonifácio, um elenco de leis e decretos buscou equacionar a questão. Pelo decreto de 3 de julho de 1833, o governo imperial estabeleceu aos nativos a tutela orfanológica, ato que diz da urgência da defesa dos direitos indígenas. Em 150 anos, a existência de aproximadamente 30 estatutos legais comprova que o Estado esteve cômico de sua obrigação de assistir as nações indígenas.

Não obstante essas intenções, a prática indigenista nunca logrou a implementação das disposições legais garantidoras dos interesses destas etnias. Por quê? Neste século, e desde sempre, mesmo aqueles que efetivamente se envolveram na defesa da causa indígena acreditavam que, inexoravelmente, o índio acabaria se transformando num cristão-civilizado-brasileiro-comum, integrando-se “lenta e harmoniosamente” à comunidade nacional. Ser índio representava apenas 500 anos de atraso a serem resgatados com paciência. (VIDAL, 1986, p. 223).

Por força desse passado, afirma Zannoni (1999, p. 21) que os indígenas maranhenses ocupam basicamente, hoje, a pré-amazônia do estado — território abrangido pelos rios Mearim, Grajaú, Gurupi e Pindaré —, perfazendo um total de 16 áreas espalhadas pelos municípios de Grajaú, Barra do Corda, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Bom Jardim, Zé Doca e Carutapera. Os Krikati e Guajá tiveram suas áreas reconhecidas como posse em 08 de julho de 1992, através da portaria ministerial nº 328. Esta portaria designou como posse indígena um total de 146 mil hectares.

Somente na primeira metade do século XX, depois de efetivarem-se a frente extrativista e a agrícola, e, de forma mais definitiva, com a construção da rodovia Belém-Brasília, foi que ocorreu o cercamento desses povos. Portanto, quase dois séculos depois da sugestão de cercamento proposta pelo ‘Roteiro de 1770’. Em linhas gerais, a essência era a mesma, visto que, com a Belém-Brasília, o governo visava continuar o processo de integração dos espaços considerados ‘vazios’. Essa linha de força é a mesma que vem desde os tempos coloniais e que continua ainda pulsando nos tempos atuais, pois a fronteira — afirma José de Souza Martins:

Só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1993, p. 15-16).

A alteridade política vem sendo alcançada, perpassada por várias interfaces. A invasão territorial executada por fazendeiros, extrativistas e forças militares do governo — promovida em conquista da região tocantina — levou os índios a perderem não apenas

suas terras e águas necessárias para sua sobrevivência, mas também – o que é mais grave – perderam seus territórios, suas pátrias, necessárias para sua existência como Povos e como Nações Indígenas. Com a ordem política do domínio colonial, o índio perdeu o direito elementar de autogerir seu próprio destino, passando a ser governado por seus colonizadores. Este domínio político foi e ainda é feito através de leis, decretos e também à revelia do aparato legal, por aqueles que habitam regiões onde não há a presença do Estado. O Estado avança através de órgãos de administração especialmente criados para este fim, como o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, já na república (1910-67), ou quando, mais tarde, em 1967, ao extinguir o SPI, cria a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O processo de ocupação dos territórios indígenas nunca constituiu um problema moral ou humanitário para os colonizadores. Embora, de maneira geral, todos se referissem aos índios como os donos naturais das terras brasileiras, mais que uma vez, ‘descobertas’, foram, imediatamente, consideradas como pertencentes ao rei de Portugal. Ou seja, as terras indígenas são terras de ninguém, passando a pertencer a quem dela tomar posse e investir trabalho e dinheiro para explorá-las. Dentro dessa lógica, que predominou na região tocantina, quem chegasse primeiro seria seu dono por posse, como bem demonstrou o avanço camponês na microrregião de Imperatriz, a não ser que esse posseiro fosse expulso por outro camponês ou alguém mais forte. Assim foi de 1500 aos dias de hoje, já em pleno século XXI.

Vimos, historicamente, como o Estado procurou fazer o recorte da região por meio de mecanismos e estratégias utilizados, enquanto poder, no processo de estabelecer a sua ordem no sudoeste maranhense; embora o governo situado no norte do estado, fazendo parte de uma frente de expansão distinta do sul do estado, ainda em 1770, por meio do ‘Roteiro’, já dispunha de sugestões para fechar o cerco em volta dos índios, iniciando o domínio sobre o oeste do estado do Maranhão. Os roteiros se constituíam em mecanismos que davam forma à região, muito embora o rio já fosse de longa data do conhecimento do governo, pelas entradas e bandeiras que partiam de São Paulo, em especial com a descoberta de ouro no Tocantins e Maranhão por volta de 1730 (FLORES, 2009, p.51).

Esta data (1730) coincide com a entrada – pela região de Pastos Bons – de criadores de gado vindos da Bahia. O sul do estado somente passou a contar com a presença do governo em 1800, ao designar Francisco de Paula Ribeiro para comandar um destacamento na vila de Pastos Bons, até então, por setenta anos, o

sul ficara à mercê dos fazendeiros. Em 1815, a mando do Imperador, o governo do Maranhão nomeou Francisco de Paula Ribeiro para estudar e demarcar, pelo rio Tocantins, os limites do estado do Maranhão com a província de Goiás. Como não houve acordo entre as comissões do Maranhão e de Goiás, os limites entre os estados permaneceu em litígio até 1854, quando o governo imperial, através do decreto n. 773 de 23 de agosto, determinou que o rio Tocantins fosse divisor das duas províncias. (ALMEIDA, 2007, p. 10).

Em 1852, governo, igreja e fazendeiros ocupavam as terras às margens do rio Tocantins, no limite da grande floresta amazônica. Todos esses elementos dão sustentação ao recorte da região, acionados como estratégia de saber e poder, utilizados no processo de definição da região, uma vez que ela não era um dado da realidade, mas resultado de numerosas determinações que garantiam a sua materialidade.

Vimos os mecanismos com os quais os indígenas garantiram e deram forma e materialidade à região. Vimos, também, os vários dispositivos utilizados pelo Estado, Igreja e fazendeiros para a apropriação do mesmo espaço. No tópico seguinte, veremos como os camponeses desempenharam importante papel enquanto mecanismo de construção da região, ao dilatar a fronteira, em um novo contexto, empenhados em trabalhos árduos e num ambiente de relações perigosas, tentando extrair ganhos entre flechas, bordunas e bacamartes, desde a segunda metade do século XIX, até a segunda metade do século XX.

1.3 Camponeses: entre flechas, bordunas e bacamartes

Apesar de os camponeses estarem sempre presentes no interior do processo de ocupação e povoamento no Maranhão, tanto na frente colonizadora que entrou no norte pelo litoral, quanto na frente que penetrou pelo sul do estado, vindo da Bahia, o segmento camponês permaneceu sem visibilidade diante das condições escravistas em que vivia a sociedade, embora eles já constituíssem um segmento numeroso. Voltamos nossa atenção para as origens da fundação da povoação de Imperatriz — 1852 —, quando a Igreja, abandonando seu plano inicial de catequisar os índios, assumia intermediar a relação entre governo e Estado, atendendo a um determinado grupo de fazendeiros desejosos de ocuparem as últimas terras indígenas propícias para a criação de gado.

Ao mesmo tempo, vamos progressivamente destacar a presença dos camponeses desempenhando atividades na agricultura, pecuária, extração de borracha ou castanha. A grande maioria desse segmento camponês provinha de outras partes do Maranhão e de quase todos os estados do Nordeste. Esses camponeses vinham à procura de melhores condições de vida e de ganhos, e tornaram-se, ainda antes do final da escravidão, a principal força de trabalho da região.

Ferreira (2015) comenta em sua tese em história, **Construção do eldorado maranhense**, defendida no Programa de História Social da UFFJ, a condição e o desejo da grande maioria de pobres que migravam para o Maranhão:

o desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram 'pra escapar'. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, a partir de estratégias políticas e/ou de trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração. (FERREIRA, 2015, p. 20) Grifo no original.

O desejo de 'escapar' não necessariamente obriga os migrantes³⁷ a se lançarem, única e exclusivamente, em busca de terra de trabalho para a subsistência. Busca-se também, a todo instante e com maior empenho, novas oportunidades para melhorar de condição. Em sua maior parte, a migração nordestina direcionada para a região tocantina, no que tange ao estado do Maranhão, isentou-se das grandes matas no começo do século XX, procurando 'escapar', como moradores nas proximidades das fazendas, sem a obrigação de pagarem renda das terras de lavra. Quando muito, os coronéis da fronteira exigiam que os camponeses vendessem seus produtos (aqueles que eventualmente o proprietário estivesse negociando) para o próprio dono da fazenda.

³⁷ Filiamo-nos ao conceito de Souza (1980, p. 116) ao definir o "migrante como sendo aquele indivíduo, de qualquer classe social, que resolveu abandonar o seu município de nascimento para fixar residência noutro, sem, contudo, romper de imediato com as relações socioculturais que mantinha anteriormente", fazendo um contraponto, Jannuzzi (2000, p. 5-6), via problema, uma vez que, ao que lhe parece, mesmo no período áureo (1970) dos estudos envolvendo o problema da migração, parece que a questão não foi respondida exaustivamente, pois em "certa linha de trabalhos a migração teria sido um meio de ascensão social para seus protagonistas e um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade no Brasil nos últimos 50 anos", enquanto em outra linha analítica, afirma ele, "a migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica e para garantir sua posição na estrutura social". Trata-se de um movimento, um deslocamento, sujeito à oportunidade de êxito ou não de ascensão. No caso dos camponeses, dependendo de determinadas realidades o fenômeno pode ter essa dupla face.

Essa não era uma condição oferecida nas áreas mais antigas — norte do estado —, onde os recursos naturais, ou seja, as matas, já não eram mais abundantes devido à grande lavoura de exportação e onde a quantidade de migrantes exigia controle, por parte dos donos de terra — além do que a disputa de algum ganho nessas paragens (de norte a sul do leste maranhense) era mais concorrida. Nessas áreas, informa Sousa (2016, p. 52), o camponês morador tinha de se submeter a pagar renda, sendo obrigado a vender seu excedente ao mesmo proprietário.

Essas eram as condições das terras maranhenses para todos aqueles nordestinos que atravessavam o estado do Piauí e cruzavam a divisa com o estado do Maranhão. Os camponeses bem sabiam que haveriam de atravessar essa parte mais antiga do leste maranhense, até alcançarem a região de fronteira, para ter acesso à terra, sem que tivessem que pagar rendas na condição de agregados. Os grandes proprietários dessa região não cobravam renda por um motivo muito simples, usavam desse artifício para atrair os camponeses para suas áreas para as amansarem.

Por outro lado, os grandes proprietários passavam eventualmente a usar essa mão de obra para tocar a propriedade, ou mesmo garantir, por meio de compra, a subsistência do núcleo familiar proprietário. Mesmo não sendo terras devolutas, a trama relacional montada pelos proprietários, favorecendo e oferecendo suas matas para os camponeses colocarem roças sem pagar renda, já se constituía em ganhos e liberdade produtiva. Nos pontos mais distantes ou mais próximos da fronteira, os camponeses ficavam sujeito apenas à condição de morador, passando a ter plena liberdade de produzir o que quisessem e de comercializar seus produtos livremente. (MILHOMEM, 1995, p. 13).

Descreve Netto (1979, p. 141), em sua obra, História do sul do Maranhão, de forma detalhada, que a pecuária, na primeira metade do século XIX, constituía a principal atividade produtiva da região. O gado era comercializado, na maioria das vezes, em outros estados distantes. A condução das boiadas era trabalho árduo e levava meses e não poderia ser feita somente por tropa de montaria, era necessário um certo número de homens que, andando a pé, faziam corte por entre o cerrado para evitar a dispersão da boiada, estouros e outros cuidados de manejos que a empreita exigia.

Diz-nos Farias (2015, p. 31) que, embora a fama fosse do vaqueiro em montaria, a garantia do transporte das boiadas com o menor número de perda e

extravio de gado era resultado de um bom número de “tangerinos” – nome dado aos camponeses contratados para executarem este serviço. Em geral estas conduções de boiadas ocorriam no período do verão, o que coincidia com a entressafra camponesa. Muitos disputavam ser contratados, uma vez que, em tempos normais, essa era a maior oferta de ganhos para os camponeses e para os fazendeiros – e estes dependiam fortemente da mão de obra camponesa para condução dos rebanhos.

Alinhados por esse elo comercial, muitos camponeses podiam viver nas terras dos fazendeiros sem nenhuma sujeição agrícola, contanto que, na época de condução das boiadas, eles se afastassem de suas roças e outros serviços e estivessem prontos para desempenharem as funções de ‘tangerinos’. Guimarães (1979, p. 80-81) em seu livro **Buriti Bravo, nesga do sertão**, para exemplificar a concentração de terras no leste do estado em pleno sertão, relata que as fazendas da família ligada ao Cel. Joaquim F. de Carvalho, somadas às terras de herança, desde 1890, totalizavam 34.704 hectares, localizados na região do município de Buriti Bravo, rio Corrente – afluente do rio Itapecuru –, estendendo-se por Mundo Novo, Boa Vista, Quebra, Alecrim, Viçosa, Jacarandá, Bragança, Lagoinhas, Bacabal, Coco, Pitombeira, Fortaleza, Baixa da Onça, Quilombo, Angical, Travessia, Coluna, Marajá e Barra do Corrente.

No Maranhão, nas palavras de Silva (2012, p. 48) “ um Estado que recebeu levas de famílias camponesas expulsas pelo processo de modernização da agricultura, nas regiões de ocupação mais antiga do sertão nordestino”, à medida que a estrutura fundiária ia se revelando concentrada, devido ao aproveitamento do babaçu, ocorria também a intensificação de processos de expropriação, uma vez que a propriedade da terra garantia a renda do babaçu para seus proprietários.

Em período anterior, não havendo o comércio de babaçu, o elemento de atração maior era agregar-se na condução de gados para obter ganhos além da agricultura e ganhar a isenção da renda, e ainda dispor de liberdade para criar nos campos e não ter sujeição na venda. Essa condição oferecida na fronteira era uma vantagem imensurável para o camponês, diante de todo tipo de sujeição que ele havia visto e vivido ao longo de sua travessia. Assim, no sudoeste do estado – distintamente do norte do estado –, procurando ganho, os camponeses gravitaram nas fazendas que avançavam na fronteira das grandes matas da amazônia maranhense, por toda a segunda metade do século XIX.

Abreu (1982, p. 134) relata que os condutores de gado para outras feiras eram brancos, pretos, mulatos e índios que se deslocavam, por meses, a pé ou montados. Com este trabalho procuravam ter algum lucro em gado ou em dinheiro. Quando tocavam a boiada, uns iam à frente, cantando, para serem seguidos, e outros se mantinham na retaguarda tangendo as reses e tendo muito cuidado para que o gado não saísse do caminho e ganhasse o mato ou se amontoasse. “Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas reses, outras, por fracas, ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que, mais tarde, cediam em boas condições”.

Em seu **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz** Franklin (2008, p. 39) conclui que os moradores de Imperatriz eram, a princípio, “essencialmente criadores de gado. A agricultura praticada era apenas para subsistência. [...] Assim, até a última década do século XIX, a economia da Vila da Imperatriz esteve baseada fundamentalmente na criação do gado”.

Esta suave distinção é importante na percepção de como os camponeses estavam ligados à produção dominante naquele período, movimentando-se de forma mais livre em suas relações produtivas e comerciais, uma vez que não eram mais sujeitos cativos de renda de sua lavoura e da comercialização da safra, como era próprio de outras regiões do estado onde predominava a agricultura.

Com a frente extrativista da borracha e da castanha, iniciada logo no começo do século XX, muitos camponeses e fazendeiros abandonavam quase que totalmente a agricultura e a pecuária para lançarem-se aos ganhos extrativistas, atividade em que permaneceram intensamente envolvidos até 1930. O histórico do período compreendido entre 1852 e 1930 tem algumas particularidades importantes para o entendimento do processo de ocupação da região e sua relação com os povos indígenas que habitavam todo esse território do médio Tocantins.

Em 1852, são implantados os últimos currais e concluída a ocupação dos campos nativos, propícios à criação do gado. O marco desse feito é a fundação de Imperatriz por militares, criadores de gado, aliados ao Frei Manoel Procópio. A vila foi fundada às margens do rio Tocantins, na extrema da grande floresta amazônica. Desse ponto em diante, tanto a oeste como em direção ao norte da vila, estendia-se a grande selva. Como já afirmamos, até o final do século XIX predominou na região a criação e comercialização bovina.

No período de 1900 a 1930, fazendeiros, comerciantes e camponeses da vila de Imperatriz, mesmo não abandonando por completo as atividades anteriores, vão partir para a extração e comercialização da borracha e da castanha. Neste avanço pela floresta, alcançavam as últimas aldeias dos índios Gaviões.

Embora Ferraz (1986) destaque a década de 30 do século passado como a época forte de extermínio dos índios Gaviões, a historiografia regional aponta que, na região, o extermínio iniciou-se muito antes, logo após a fundação de Imperatriz, como procuramos expor por meio dos estudos realizados com documentos dos governos do Pará e do Maranhão, consultando os relatórios dos presidentes das províncias. No relatório apresentado, em 20 de agosto de 1852, pelo comendador Fausto Augusto d'Aguiar ao Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Grão-Pará, do Pará —, portanto, um mês depois da fundação de Imperatriz por Frei Manoel Procópio —, consta o seguinte:

A missão do Alto Tocantins não tem produzido resultado satisfatório. Creio no zelo do religioso, que dela está incumbido; mas infelizmente os índios que habitam essa parte da província e cujas principais tribos são dos **apinajés, caracatis, caracatigês e gaviões**, aferrados aos hábitos da vida erradia, tem resistido aos seus esforços. (PARÁ, Relatório da Província, 1852, p.83).

É pouco provável que o presidente estivesse se reportando especificamente às ações de Frei Manoel Procópio em Imperatriz, ao nominar o que já ali existia, pois as práticas de apenas um mês não renderia aferir tal juízo. Consta, sem muito embaraço, em Franklin (2005, p. 45), o nome “povoação”, “Santa Tereza do Tocantins” e “Colônia de Santa Tereza”. Tal confusão, ao que parece, era uma astúcia do Frei Manoel ou, ainda, na melhor das hipóteses, era pelo desconhecimento do Frei, por não saber que o governo imperial já havia determinado o limite entre a província do Pará e a província do Maranhão.

Se considerarmos essa hipótese, o Frei, por falta de comunicação, permanecia sem saber a que província sua ‘colônia’ ou ‘povoação’ de fato pertencia. Ou, se considerarmos a hipótese anterior, o Frei insistia para receber amparo dos dois presidentes, em razão das demandas, para dar prosseguimento à missão que se lançara. Acreditamos que por meio dessa astúcia, recebia recursos e apoio de ambas as partes para conduzir sua empreitada. Em 1854, o missionário ainda recebia recursos e ferramentas em nome dos índios, como consta no relatório do conselheiro Sebastião do Rego Barros, da província do Pará. No ano seguinte, 1855, o padre

ainda insiste em ser financiado pelo Pará ao propor, a esse governo, criar, ali, um distrito de paz e de subdelegacia de polícia.

Esse propósito, está claro, não visava mais catequizar índios, mas combatê-los. Não sendo mais contemplado em suas solicitações no Pará, o padre recorreu com maior empenho à Província do Maranhão no ano seguinte, 1856, através do Juiz de Direito da Comarca de Carolina, como comenta o seu presidente Antônio Cândido da Cruz Machado, perante a Assembleia. Com o mesmo propósito, recorre ao governo “pedindo força e proteção por causa das ameaças e depredações de gado que cotidianamente eram feitas, por mil arcos que circundam a missão” (FRANKLIN, 2005, p. 47). Franklin, (2005), ao fazer a leitura dos relatórios e constatar o contato do Frei por esse período com os dois governos, atribui que o mesmo estava motivado pelos governos, pois cada presidente desejava atraí-lo para tornar seu empreendimento o marco divisor das duas províncias.

Ao pedir, quatro anos apenas da fundação da localidade, uma guarnição para a defesa das fazendas, surpreende o tamanho da ação preventiva em tão curto espaço de tempo, por força da extensão dos rebanhos na região. Provavelmente, a dubiedade, ora ‘Missão’ ora ‘povoação’, era a afirmação de que a escolha do novo local, acima dos Frades (Imperatriz), já estava sob a influência dos fazendeiros, moradores da cidade de Carolina – coisa de que o governo do Pará ainda não tinha conhecimento.

Não fora somente o desconhecimento do Decreto Imperial nº 639 de 12 de junho de 1852, estabelecendo o rio Gurupi (hoje a cabeceira do rio Gurupi, com o nome de rio Itinga, nas proximidades de Itinga – MA) e uma reta imaginária até a confluência do rio Araguaia e o rio Tocantins como divisor definitivo entre os dois estados, mas também uma cartografia voltada para as fazendas, uma vez que era ali, na época, o último ponto da boca da mata onde, de fato, foram instalados os últimos currais, sabedores que os campos gerais de boa pastagem para criação de gado se encerravam exatamente naquele ponto, quando muito, até Campos dos Frades³⁸.

³⁸ Conforme César Marques (1870) em seu **Dicionário**, toda a região reportada era território pertencente aos Jesuítas. A sede principal dessa Missão ficava localizada às margens do Tocantins a um dia de viagem da povoação Santa Tereza, descendo o rio. Com a expulsão dos Jesuítas em 1762, a Missão teve de ser abandonada pelos mesmos. Meio século depois, 1812 essa propriedade que ficara conhecida como ‘Campos dos Frades’ foi leiloada pelo governo, sendo o arrematante o Capitão-Mor Antônio Rabelo Bandeira, morador de Grajaú (antiga Vila da Chapada) que a adquiriu por dois contos de réis, valor insignificante para a época, mas como se tratava de “estar este território possuído de hordas de selvagens aos quais era perigoso reivindicar” (BARROS, 1993, p.11), justificaram com estes argumentos a razão de um valor tão ínfimo. Em vista disso, a imensa região de matas e campos

Assim, supomos que a escolha do local não fora movida pela existência de índios – já que índios havia aos milhares por toda a margem direita do rio Tocantins. A razão capital fora, então, a exploração dos recursos naturais que o local oferecia, ou seja, a abundante pastagem nativa existente.

Considerando, de igual modo, as colocações feitas no livro de Coutinho (1994), quando trata da fundação da cidade, é possível afirmar que ela nasceu movida por outros ventos, por outras forças ensejadas por fazendeiros – um novo projeto movido a casco de boi. A ação inicial de proteger os nativos da região era, agora, uma ação que os trucidava.

Manoel Procópio era hábil, do alto de sua investidura material e espiritual, ao mirar um novo alvo. Seus atos eram a expressão de múltiplas ordens relacionais, contingenciadas pela ambiência, ao mostrar destreza no ‘jogo jogado’, manejando forças opostas na confluência dos campos nativos e das matas gerais. Acostumado e experiente nos trâmites com os governos, Frei Manoel Procópio sabia como proceder para arrancar recursos para seus projetos. Conforme Frei Eugenio Deslandes – Livro Tombo 1909 –, durante sua longa estada em Carolina, por falta de recursos e questões pessoais, o Frei logo percebeu o interesse de uma gama de fazendeiros de apossarem-se do vale tocantino, uma vez que a Lei de terras de 1850 “proíbe a aquisição de terras devolutas, a não ser pela compra, penaliza e despeja aqueles que se apossarem de terras devolutas, derrubarem e queimarem matas”. (SMITH, 1990, p. 323).

Como parte da elite agrária, os proprietários tinham conhecimento da Lei de terra, embora no sertão, por aqueles tempos, a lei era basicamente letra morta. Também era sabido o valor de lei que tinha a documentação e as obras da Igreja. Prova disso é que a Lei de 1854, que regulamentou a Lei de terra de 1850, depositou nas mãos da Igreja o registro das terras, conforme o Decreto 1.328 de 30 de janeiro de 1854, denominado como ‘Registro do Vigário’. Este registro, que ficava sob o controle das paróquias da Igreja, conferia e dava legitimidade pública aos proprietários.

O curso da formalidade fazia parte da trama de apropriação. A aliança entre o frei Manoel Procópio e fazendeiros os amparava e, de certa forma, dava um caráter

que era dos Jesuítas, passa às mãos do Capitão-Mor. Portanto, o Frei aporta em terras particulares, cuja divisa era o riacho Cacaú.

de legalidade ao ato infrator dos fazendeiros – tomar posse sem ser por meio da compra – de se apossarem da última nesga de terra propícia para a criação bovina no sudoeste maranhense. Quando frei Manoel Procópio não os encontrava já instalados, acabava por se deparar, pelo menos, com currais e vaqueiros de posse das terras de campos nativos – e, para isto, estavam dispostos a investir no Frei, desde que o mesmo se tornasse porta-voz e articulador de seus propósitos diante do governo maranhense.

Neste contato com fazendeiros, o Frei encontrou um segmento social do sertão disposto a financiar o seu projeto, já um tanto quanto modificado, uma vez que os poucos recursos do governo pareciam insuficientes para alcançar êxito em sua missão. Devemos tornar claro que o projeto inicial financiado pelo governo da província do Pará, conforme Barros (1996, p. 24), era fundar, no início da expedição, uma povoação composta de presídio, colônia e missão. A expedição havia partido no meio do ano de 1849. Depois de duas tentativas fracassadas, sobe o rio Tocantins e funda Imperatriz com o nome de Colônia de Santa Tereza.

Neste ponto tornam-se compreensíveis as mudanças, mas permanece a indagação em relação aos fazendeiros: como era possível, num curto período de quatro anos (1852-1856), haver rebanhos bovinos capazes de ocupar área que demandava cuidado às ameaças de mil arcos, como foi solicitado por Frei Manoel Procópio? Em acréscimo, Franklin (2005) afirma que em

menos de dez anos depois da chegada do frei Manoel Procópio, já havia grandes fazendas de gado e muitos milhares de bovinos. A prosperidade econômica dos fazendeiros e colonos se mostrava surpreendente e propícia, em vista das facilidades de comércio através do grande rio, por onde frequentemente desciam os botes de Goiás. (FRANKLIN, 2005, p.54).

Tecendo interesses, o encontro das águas, o encontro dos campos de pastagens e a grande muralha das matas gerais – provavelmente tenham concorrido para gerar novos encontros e espaços praticados, onde índios, missionários e fazendeiros tiveram que estabelecer novas relações conflituosas de coexistência, encobertas pela manta do lucro destes últimos, é o que reafirmamos. Então se estabeleceria, por extensão, não uma missão evangelizadora dos índios, mas a ampliação da frente pastoril que avançava, desde 1730, pelo sul do Maranhão, onde se encontravam os últimos campos gerais propícios à criação bovina. Dali por diante

se estendia a imensa floresta amazônica, temida por ser morada das nações bárbaras, como havia sido apontado pelo Major Francisco de Paula Ribeiro em 1815.

Estava criada, assim, em 16 de julho de 1852, a Vila de Santa Tereza (Imperatriz). De tal sorte, como nos ensina Monteiro (2002, p. 12) “o espaço é uma produção social, implicando jogos de forças e relações de poder”, buscando sempre em suas políticas garantir a ordem econômica da nova vila. A partir daquele ano, uma oligarquia regional composta de algumas famílias assumiu o controle da região na esfera da acumulação capitalista.

Não obstante o jogo de disputa, de parte a parte, entre a província do Grão-Pará e o Maranhão, a posse do lugar escolhido por frei Manoel Procópio e os fazendeiros constitui-se em mecanismo pelo qual os dois governos concluíam, pelo rio Tocantins, o cerco definitivo sobre as tribos do sul das duas províncias, configurando uma nova ordem regional, suplantando a ordem que havia sido dada a coexistência dos Gaviões, muito embora a posse fosse de campos nativos propícios à pecuária, mas que permanecia a imensa floresta indevassada.

Com mais detalhes sobre a trama da posse, o Livro Tombo de 1909, da Igreja Matriz de Imperatriz, escrito pelo padre Eugenio Deslandes naquela data, ajuda-nos a pensar e a olhar o que está por trás da evangelização do fundador de Imperatriz, frei Manoel Procópio. Num trecho de sua narrativa, tentando completar em largos traços a história da fundação da Missão, escreveu no Livro de Atas:

Manoel Procópio da Conceição do Convento da Bahia missionou alguns anos, retirou-se para Carolina, e voltou pouco depois continuando seu trabalho de Evangelização [...] Durante os anos de Missão Frei Manoel Procópio da Conceição levantou-se a Igreja paroquial pelos cuidados dos **Srs. Capitão Didier Batista Bandeira, Coronel Amaro Batista Bandeira, Capitão Domingos Pereira da Silva, ajudados pelo senhor Capitão José Crispiano Pereira**; apenas acabada a Igreja caiu em parte, mas logo foi reedificada pelos mesmos senhores que cuidaram sempre do bom estado dela, e depois destes senhores os descendentes zelaram a casa de Deus. (ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO, DOC. DIOCESANO, 1910, p.1) Grifo nosso.

Nesta combinação ‘uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto’, o supracitado expressa os laços relacionais entre a Igreja e os militares criadores de gado. Assim, estava consolidado o laço material e espiritual entre grandes fazendeiros, Militares da Comarca de Carolina e o ainda missionário da Província do Pará. Feito o acordo, o padre “mudou da água para o vinho”. No contexto dessas

novas relações, estabelecia-se outro jogo, em que o principal protagonista não era mais o indígena. E pelos apontamentos aferidos, a violência passou a ser o método em que a pólvora substituía a oração no esforço de submeter as várias tribos da região.

Com este apelo do frei Manoel Procópio ao governo do Maranhão começava o extermínio dos povos indígenas da região Tocantina na parte maranhense. Começa com Manoel Procópio em 1852 (a vila foi reconhecida pelo governo do Maranhão através da Lei nº 398, de 27 de agosto de 1856), sendo concluído por Coriolano Milhomem em 1950³⁹. Os registros feitos de Coriolano de Sousa Milhomem, residente em Imperatriz, eram os de um homem de vasta experiência – castanheiro, gerente e administrador de castanhais, além de Comandante da Guarda Nacional nesta cidade, e chegou a Intendente de Imperatriz (1913-1915). A historiadora Barros (1996), em defesa das ilustres famílias dos primórdios dessa povoação, esclarece que se tratava de outro Milhomem que vivia por esta mesma época nos castanhais de Marabá.

Procurando entender a relação entre índios e não índios, Roberto Cardoso de Oliveira, em 1962, terminou por elaborar a teoria de fricção interétnica, tendo como base a dominação e sujeição derivadas de situações de contatos dos índios entre si e com a sociedade nacional. Em relação a esta última, ele destaca três segmentos sociais. O primeiro, chamado de regional, é composto por aqueles que habitam ou trabalham ao redor das áreas indígenas, são camponeses e comerciantes. Com este segmento da sociedade envolvente, as relações se davam quase sempre de maneira mais violenta, pois o embate se fazia mais diretamente pela sobrevivência no dia a dia. O segundo segmento é formado pelos representantes do capital: fazendeiros, mineradoras, madeireiras, empresas internacionais e firmas interessadas na coleta de produtos silvestres e outras formas de exploração dos recursos naturais. O terceiro,

³⁹ A solidão desse período é lembrada até os tempos atuais de forma quase velada pela geração de 1950, na sua infância ainda ouvia a estarrecedora história de um certo Coriolano Milhomem. Essa história continua sendo passada de 'boca em boca' em meio à população camponesa, quando se comenta sobre os índios que habitavam as matas da região. Corre a lenda de que Coriolano Milhomem era homem que gostava de caçar e tinha fama de caçador de gato maracajá. Nessas caçadas quando seus cães se desviavam dos animais preferidos pelo caçador e acuavam índios – estes no desespero de escaparem das presas ferozes dos cães subiam nas árvores. Ao chegar ao local onde os cães ladravam, o caçador, num gesto de indignação, derrubava os índios com tiros certos de sua arma. Uma vez inerte e morto no chão o índio, o caçador arrancava a sua longa faca de caçar e os partia ao meio arrancando das vísceras, somente o fígado e o arremessava aos cães! Havia sido uma caçada perdida – já que nenhum caçador gosta de voltar do mato de mãos abanando. Certo é que o nome Coriolano Milhomem, no meio popular, sempre esteve vinculado ao extermínio dos índios em toda a região do Médio e Alto Tocantins, até o Baixo Araguaia.

por fim, é o segmento representado pelos órgãos governamentais — nesse grupo estariam incluídas as missões religiosas.

Oliveira (1976) afirma que o pilar

do sistema interétnico está na conjunção de interesses econômicos contraditórios: o índio procurando obter bens manufaturados (armas, instrumentos agrícolas, cachaça, roupa e etc.) e o branco procurando se apossar do território e/ou da mão-de-obra indígena. O contato entre índios e sociedade nacional obedeceu a essa preliminar. (OLIVEIRA, 1976, p. 59).

Destacamos o breve comentário desta teoria, de forma bastante sintética, para alinhar à percepção de que as ações de extermínio dos índios da região estavam sujeitas aos três segmentos apontados pelo antropólogo: camponeses e comerciantes; fazendeiros; e agentes do governo e missionários. De forma que a ação conjugada desses segmentos potencializou um poder de fogo que, dependendo do jogo de interesses, resultou, em algumas regiões do Brasil, no mais brutal extermínio.

Segundo Laraia e Da Matta (1967, p. 77), os índios Gaviões “entram na História já como seres altamente perigosos, embora ainda não fossem conhecidos e, muitas vezes, nem vistos pelas populações que margeavam o Tocantins”. Estes autores informam ainda, sobre os índios que viviam em território maranhense, que todos aqueles que

não foram integrados no sistema agrícola e pastoril que invadia o interior, foram dizimados por 'guerras ofensivas' que duravam o tempo necessário para garantir a segurança dos colonos. [...] Pode-se mesmo dizer, sem medo de erro ou exagero, que a história do Maranhão de 1759 a 1850 é a própria história do desalojamento, escravização ou destruição dos grupos Timbira do interior. (LARAIA E DA MATTA, 1967, p. 72, 73) Grifo no original.

Em desacordo à data (1850) estipulada por Laraia e Da Matta, a matança dos índios Gaviões e outras etnias arrastou-se ainda por mais de um século. Vale lembrar-se de como os fazendeiros alcançaram a serra, divisa da bacia do rio Tocantins. Segundo Coutinho (2006, p. 62), “Amanajós, sakamekra e kapiekrã dizimados, os acorá perseguidos e igualmente exterminados. Ninguém foi poupado, nem as mulheres e crianças”. Essa total violência foi oficializada em carta Régia de 5 de setembro de 1811 (BRASIL, 1890. P. 101), que autorizava a escravidão dos índios hostis do Tocantins e Araguaia por dez anos.

Em contragolpe, os Timbiras destruíram o núcleo de fazendeiros em Porto da Chapada e, logo em seguida, derrotaram as tropas do governo e fazendeiros em uma

batalha que ficou para a história com o nome de ‘A desordem’, o que deu nome à ‘serra da Desordem’. Em 28 de junho de 1813, os Timbiras venceram a maior bandeira de Pastos Bons no topo desta serra, distante apenas 118 quilômetros do local onde seria fundada Imperatriz em 1852, matando oitenta homens entre soldados e paisanos, e os demais correram em desordem.

Conforme Coutinho (2006, p. 198), no alvorecer do século XX, em 13 de março de 1901, os índios contra-atacaram a Missão do Alto Alegre – localizada perto de várias aldeias situadas entre as cidades de Grajaú e Barra do Corda – e “Ninguém foi poupado. A fúria avassaladora dos índios fez sucumbir cada alma branca do aldeamento, onde quer que se encontrasse”. O temor foi grande em toda a região. Aproximadamente 200 pessoas foram assassinadas. “O comandante do destacamento de Grajaú ordena a concentração das forças militares disponíveis em Carolina, Riachão e Imperatriz. O Terror tomava conta e a população armada com o que dispunha, esperava o pior.”

O ocorrido aconteceu a aproximadamente 180 km de Imperatriz. A perseguição aos índios levou o governo e a população civil a reagir com uma fúria superior à que tinham sofrido, a ponto de não haver contagens de indígenas mortos nos relatórios das guarnições que combateram os índios. A insurreição do Alto Alegre, pelo que já se estudou, afirma Everton (2016), parece ainda ser tomada como lembranças simuladas.

Ainda imaginamos se não foram os ‘gaviões’ que, expulsando outros índios, passaram a controlar esta parte do rio Tocantins, tendo seu nome como derivado do estabelecimento de domínio e posse, resultante do conflito, impondo-lhes o dinamismo diante dos nacionais. Por outro lado, sabemos que a identidade do brasileiro, conforme Moreira :

Está fundada, territorializada, na crença de que o Brasil é a nossa terra, nosso território, nosso ambiente, nosso domínio. Quais seriam os possíveis sentidos deste sentimento de brasilidade? Pertencemos a essa terra e possuímos esta terra. Por pertencer e possuir, aqui podemos viver. Este sentimento de poder é um valor brasileiro. [...] Um valor historicamente construído por nossos antepassados, que, transmitido e recriado em séculos de colonização de domínios e extermínios de nações indígenas. (MOREIRA, 2007, p. 7).

Se, de fato, a realidade humana é uma realidade de pertencimento culturalmente construída, ela é, portanto, resultado de consenso social, mesmo em contextos culturais distintos, esbarrando em disputas de legitimidades de suas várias verdades. As fazendas dos colonizadores eram uma face dessas verdades. Os

camponeses, mesmo historicamente excluídos, carregam consigo a mesma crença de que também essas terras pertencem a eles.

Em seu segundo livro, **Imperatriz, memória e registro**, a historiadora Edelvira Barros (1996, p. 51) nos brinda com uma pequena amostra de uma relação de 16 fazendas de maior destaque, pertencentes às principais famílias na região, e ela observa que esta relação “é apenas uma amostra”. Os membros das famílias eram vários, e cada um tinha a sua moradia. Falar delas com minúcias daria um livro. Quantos milhares de hectares tinham estas fazendas, não sabemos. O que sabemos é que, com a transferência do limite entre Pará e Maranhão, estabelecendo o rio Gurupi como divisa, conforme o Decreto Imperial de 12 de junho de 1852, uma área de mais de 50.000 km² passava a pertencer ao Maranhão.

Quando o frei Manoel Procópio fundou Imperatriz, a região da fundação já fazia parte do Maranhão, muito embora, àquela época, o alvo da cobiça dos criadores de gado fosse apenas as áreas de campos naturais, uma savana propícia para a criação de gado. Até 1950, as chamadas ‘Matas gerais’ não eram ainda objeto do interesse dos fazendeiros. As ditas ‘matas gerais’ foram disputadas por lavradores, fazendeiros, por grandes empresas madeireiras e mineradoras somente a partir de 1950, arrastando-se indefinidamente até os tempos atuais.

Cabe lembrar que o registro de terras naquele momento estava respaldado, coincidentemente, pelo Regulamento de 1854⁴⁰ — Registro do Vigário. Não será de se estranhar, portanto, que frei Manoel Procópio coordenasse o registro das terras fazendárias de um grande número de fazendeiros, interessados em tomar posse do território.

Acrescentamos que somente em 1890 foi instituído, ‘facultativamente’, o registro de terras. Observamos nessa leitura, portanto, que os limites das propriedades eram bem mais definidos pelo poder econômico dos fazendeiros e por suas patentes militares compradas do que pela legislação. A questão da terra, por

⁴⁰ De acordo com Smith, em sua tese defendida em 1989 e publicada no ano seguinte (1990, p. 304) não havia legislação fundiária entre 1822 e 1850. Foram 32 anos de anarquia, mais 4 anos para a lei entrar em vigor. A conhecida Lei de Terras aprovada em 1850 foi baseada na teoria de *Wakefield*, que propunha impedir que os colonos se tornassem proprietários. Uma cláusula dessa lei deixava claro que os grandes proprietários e capitalistas seriam os beneficiados. Os camponeses que produziam em pequenos lotes eram tomados como inconvenientes, uma vez que ocupassem terras públicas. Como não havia legislação fundiária entre 1822 e 1850, fomentou-se a anarquia no campo com abusos do apossamento de terras por todo o País.

toda a segunda metade do século XIX, arrastava-se de forma dúbia e indefinida. (SILVA, 2004, p. 46).

Ao fim e ao cabo, as obras iniciais da historiografia local ressaltam o devassamento destes sertões por parte dos fazendeiros e comerciantes que, com suas fazendas e comércio, ocuparam uma vasta área do território que passou a fazer parte do Maranhão. Por outro lado, este gesto, ao ressaltar a história dos vencedores, encobre outras verdades que ficaram sem visibilidade: a história dos índios, dos camponeses, dos negros e dos homens livres e pobres, dentro da compressão espacial das relações instituídas pelos criadores, com base na violência institucionalizada por Frei Manoel Procópio.

A presença camponesa na região pode ser constatada pela quantidade de homens pobres livres que, em combate aos índios, faziam fileiras com os fazendeiros e eram chamados de ‘paisanos’. Nos rios e igarapés, o principal meio de comunicação e transporte, havia um número elevado de “vareiros” e “remeiros” que, dia e noite, navegavam transportando coisa e gente. (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 286). Pelos caminhos de léguas sem fim, transitavam tropas num eterno ir e vir, conduzindo camponeses, carregando bichos, gente e víveres para os pontos mais remotos do sertão onde não havia navegação. O próprio frei Manoel Procópio trazia para a região, quando da sua expedição de 1849, “92 pessoas, sendo: soldados, colonos e suas famílias, remadores, autoridades e mineralogistas”. Não menos que a metade de suas onze embarcações pequenas eram tripuladas por camponeses para iniciar a colônia. (BARROS, 1993, p. 15)

Retornando à discussão da violência contra índios e de todos contra todos, em momentos necessários da colonização – horror para o nosso tempo, sim; mas para a época, não –, a lei da selva era de fato um recurso, por meio de inúmeras alegações, de que dispunha o Estado para revestir os homens de patentes e empreendedores daquele tempo para prosseguir na colonização. Neste contexto não devemos ignorar o papel da Igreja nesse período, dada a importância dos livros de registros paroquiais de terras, que se constituíam em um desdobramento da aplicação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (SMITH, 1990. P. 336), por ser ela a confirmação e, como tal, mecanismo que legitimava as terras que já haviam sido ocupadas – fosse por compra, por sesmaria, por herança, por doação e até por posse –, uma vez que esse registro tinha força de legalidade de posses. Isso põe em relevo a união entre Frei Manoel Procópio e os fazendeiros.

Não podemos condenar a historiografia local por não ter ido ao passado interrogar o conjunto de evidências deixado, para, com perguntas apropriadas, arrancar dali uma lógica oculta ou ignorada pelo Frei e os fazendeiros do seu tempo. Como afirma Albuquerque Júnior. (2008), os discursos lançados são apenas formas de enunciação de uma empiria transformada em evidência. Assim, Albuquerque Jr. nos diz que nada é evidente sem que não seja evidenciado. Ele quer nos afirmar que “somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos, e, no mesmo ato, esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 25).

Por outro lado, também se faz necessário acrescentar que o início da extração da borracha e da castanha⁴¹ em Marabá, por parte dos maranhenses, foi marcado por uma política violenta e disputa de poder, em todo o sul do Maranhão, que culminou numa guerra de desmandos, matanças, arbitrariedades e vinditas entre o todopoderoso do governo do Maranhão, Benedito Leite, e o grande líder de todo o alto sertão, Leão Leda. (ABRANCHES, 1993, p. 198).

O historiador Pachêco Filho (2011, p. 17) defende, em sua tese na área de História Social da Universidade Federal Fluminense, que “o rio Grajaú foi o eixo de ligação entre o sul e o norte do Maranhão no início do século XX”:

Marabá e Conceição do Araguaia, no Pará, cidades fundadas ou densamente povoadas por emigrados maranhenses e nordestinos, viveram todo o ódio político levado do Grajaú. A essa herança podemos juntar a ‘febre’ do caucho e depois da castanha. As disputas por grandes áreas produtoras de borracha e, mais tarde, pelos ricos castanhais fizeram uma nova cartografia da Guerra do Grajaú, já que ela havia se instalado também em Boa Vista, Goiás. As lutas políticas originadas do Grajaú estavam agora em três estados. Grajaú era o centro irradiador de lutas políticas. (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 18 e 77) Grifo no original.

Neste ponto, percebemos que, além do domínio político em disputa por todo o sudoeste, mais o envolvimento de parte de outros dois estados, as matas passavam

⁴¹ Conforme Souza (1980, p. 54-55), nas últimas três décadas do século XIX, a Amazônia passou a atender a indústria automobilística por possuir a maior reserva mundial de seringais. A exportação de borracha extrativa brasileira subiu de 6.000 toneladas nos anos de 1870, para 11.000 toneladas em 1880, 21.000 mil toneladas em 1890 e alcançando a marca de 35.000 toneladas no primeiro decênio do século XX. Foi do Nordeste que a Amazônia recebeu a mão-de-obra necessária à extração da borracha nos seringais e esse período coincidiu com a seca de 1877-1880. Diz ainda que no período entre 1890 até 1910, o êxodo do Nordeste para a Amazônia não seria inferior a meio milhão de pessoas, sendo, portanto, o trabalho destes migrantes camponeses que elevou a produção da borracha ao ponto de representar, em 1910, cerca de 40% do total da exportação brasileira.

a ser objeto de desejo, possibilitando uma experiência nova de domínio e posse. Tratava-se de tomar posse para fins exclusivamente extrativistas. É em meio à trama desse contexto sociopolítico que se desenrola o início da frente extrativista em Marabá no início do século XX.

A guerra entre o governo (Benedito Leite) e o líder do alto sertão (Leão Leda) contribuiu para desarticular o frágil comércio do gado na região e, por consequência, reforçou o extrativismo da borracha e castanha em Marabá. No campo político, o governo, pondo em desterro o líder republicano (Leão Lêda), reordenava a região alinhando-a, por meio da violência, ao comando político do governo do Estado. De fato, como afirma Pachêco Filho, o rio Grajaú, nas últimas três décadas do século XIX, desempenhou importante papel comercial e integrou o centro-sul ao norte do estado.

Essa nova ordem econômica, bem como todo o avanço rumo ao oeste maranhense, caminhava por baixo do manto do conflito histórico de disputa de poder político entre lideranças do norte e do sul, entre monarquistas e republicanos, que teve seu início nas lutas pela Independência, arrastou-se por todo o primeiro reinado, explodiu com violência na Regência com a guerra da Balaiada (1838-1841), perdurou por todo o segundo Reinado, alcançando a República, novamente em violência, com a denominada Guerra do Leda⁴².

Ainda de acordo com Pachêco Filho (2016, p. 111), o mapa do conflito se estendia por Grajaú, Boa Vista, Marabá, Conceição do Araguaia e Porto Nacional. Vale lembrar que o rio Grajaú se tornou eixo de ligação desde o governo de Eduardo Olímpio Machado (1855-1856), quando a Assembleia Provincial votou aprovando a

⁴² Guerra do Lêda foi o título dado por Parsondas de Carvalho ao seu livro, narrando o grande e violento conflito político depois da Balaiada no sul do Maranhão. Episódio em que, paradoxalmente, as forças do governo republicano (no Maranhão assumiu pela elite conservadora do Império), procuravam exterminar, por meio da violência, o último grande líder republicano do sertão maranhense, Leão Rodrigues de Miranda Lêda, durante os fortes embates políticos pelos idos de 1895 e 1898 no município de Grajaú (a Guerra do Lêda), angariou apoio em todo o Alto Sertão do Mearim, onde mobilizou forças arregimentando grupos de fazendeiros e camponeses armados que, corriqueiramente, entravam em embates com as forças oficiais do governo conservador de São Luís. O estopim da fúria do governo maranhense liderada por Benedito Pereira Leite e seguidores locais como Araújo Costa e o federalista Jeferson Nunes se deu quando Leão Lêda fez publicar em Grajaú e por todo o sul do estado a Proclamação da República de Pastos Bons, declarou a formação da República de Pastos Bons, e se autodenominava seu primeiro presidente. Não obteve o apoio desejado em São Luís e nem na esfera federal, resultando por terminar mergulhando seu grupo num sangrento conflito no ano de 1898. A morte de um promotor de Justiça na região foi atribuída a Leão Lêda como mandante. Tal fato justificou o envio de um grande contingente do Corpo Militar do Estado, pelo governo maranhense, forçando o grupo a fugir para o norte do estado do Goiás (hoje Tocantins). Leão foi assassinado em 11 de março, de 1909 em Conceição do Araguaia – Pará. (AUDRIN, 1947, p. 88-91); (COUTINHO, 2006, p.276-277).

Lei nº 429, de 20 de agosto de 1856, dando uma autorização para o governo contratar uma companhia de navegação. O governo, por meio da navegação do rio Grajaú, fazendo investimentos, passaria, através de seus prepostos, a deter o controle do centro-sul do estado e, por extensão, de forma definitiva, manteria o domínio sobre todo o sudoeste, tal qual já o fazia sobre a região de Pastos Bons a sudeste do estado. No entanto, essa disputa de poder entre o governo e as lideranças políticas do sul do estado durou meio século, esgotando-se somente com a guerra do Leda, quando o governo derrota e extermina o último líder da chapada.

Empurramos a guerra do Leda para uma nota de rodapé a fim de manter o curso da narrativa, sempre que possível, evidenciando a questão do extermínio dos índios em vez de destacar sua insignificante evangelização. Não é por desmerecimento, posto que este fato se encontra também no centro da trama de empoderamento na construção das relações de domínio regional; contudo, estaríamos apenas mudando o foco da trama, estaríamos incorrendo no impasse epistemológico entre a história social e a história cultural diante da realidade.

Desse modo,

qualquer evento histórico é uma mistura tal de variáveis, é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 29).

Dentro dessa compreensão, não devemos estranhar se os estudos não mostram a prospecção sócio-histórica da região tocantina, seja por viés antropológico, sociológico ou político, uma vez que os camponeses continuam exigindo reflexões sobre muito de suas escolhas e práticas ao longo do rio que comandava a vida. Dessa maneira, a bacia do Tocantins, esse ‘rico manancial’ — com seu porto seguro em Imperatriz — ‘será’ sempre encontro de sertão e selva, empiria para dar conta do real, uma capacidade vasta de elementos simbólicos de liberdade que comportam gestos bárbaros, sejam de índios Gaviões, de camponeses ou de criadores de gado.

Durante séculos, os colonizadores renomearam de ‘gaviões’ os povos da margem direita do rio Tocantins. No intuito de destruí-los, reuniram forças do Estado, fazendeiros, lavradores, castanheiros e seringueiros, em ataques num cerco de bacamartes contra flechas e bordunas que durou mais de meio século. Franklin afirma que, em outubro de 1896,

dois irmãos, Antônio e Hermínio Pimentel, criadores maranhenses de Riachão, impedidos pela cheia do rio Tocantins de prosseguir viagem com uma boiada que conduziam para a feira de Itapecuru, estacionaram na nascente do Itacaiúnas (que mais tarde se transformaria na cidade de Marabá), deixando seu gado na ilha do Jacaré. Ociosos, resolveram empreender explorações pelas matas subindo o rio Itacaiúnas, Depois de várias expedições, descobriram “campos gerais” adequados à criação de gado e também uma árvore leitosa da qual extraíram o látex e o enviaram ao Governo do Pará. Essa descoberta alterou definitivamente a história do sul do Pará e de todo o Médio Tocantins. (FRANKLIN, 2008, p. 44). Grifo no original

Muito embora a região já fosse conhecida desde 1774 e explorada desde 1879, a descoberta da existência da borracha na região de Marabá foi obra de criadores de gado do município maranhense de Riachão. Uma vez testada, a exploração se deu, imediatamente, por já haver uma rede comercial de exportação consolidada em Belém para a venda do caucho⁴³. Em 19 de março de 1904, o jornalista João Bento, correspondente do jornal ‘O Norte’ de Barra do Corda, publicou em Imperatriz:

Depois de três, a quatro meses de acurado serviço, extraíndo a borracha, descem nas primeiras enchentes ao Marabá, onde a vendem por um bom preço, embolsando com singular garbo o fruto do trabalho de poucos meses. Qualquer cidadão caucheiro (como se chama aqui) por mais maltrapilho que se apresente saca do bolso de uma calça de riscado nacional 200, 300, 500, 600, 800\$ e contos de réis em moeda papel, bonitas e novas. (O NORTE, 19.03.1904, p. 2).

Estes valores exorbitavam qualquer atividade agrícola e nem a pecuária alcançava estes rendimentos; portanto, migrantes de todos os níveis econômicos e patentes de vários escalões lançavam-se inevitavelmente para a região de Marabá. O mesmo jornal, edição de 20 de agosto de 1904, estampava anúncios de que se compravam em Barra do Corda, no alto sertão maranhense, diversos produtos de exportação, entre eles a borracha. A distância entre Marabá e Barra do Corda é de aproximadamente 571 km. A lógica dessa operação comercial era a de que mesmo dobrando a distância para chegar ao porto de São Luís, ainda assim era menor que o

⁴³ Trata-se da árvore (*Castilla ulei*), popularmente conhecida como caucho em todo o norte do Brasil. É uma árvore nativa da floresta amazônica e da qual se extrai um látex utilizado para se fabricar borracha. É utilizada pelos índios e seringueiros para se fabricar os encauchados. Afirma Souza (1980, p. 54) que na segunda metade do século XVII, os jesuítas e carmelitas habilmente conseguiram apresar inúmeras aldeias e transformar os índios em mão-de-obra na exploração desse produto. Teve seu primeiro surto de extração com a indústria automobilística e o segundo momento de alta em 1942, devido ao envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, na famosa “Batalha da Borracha” cuja meta do governo para produzir toda essa borracha “deveria totalizar 500 mil trabalhadores nordestinos”.

percurso de Marabá a Belém. Na disputa, venceu a rota comercial por Belém pelo fato de ser na direção do curso das águas do rio Tocantins e do rio Amazonas:

Tabela 1 - Lista de preços de gêneros em Barra do Corda em 1904.

Couros de gado, pele	7:500 8:000
Borracha de caucho	Kg 5:000
Borracha de mangabeira	Kg 2:600
Pena de ema	Kg 9:000
Crina de animal	Kg 1:100
Óleo de copahiba	Litro 1:500
Resina de jatobá	Kg 340

Fonte: O NORTE, 20.08.1904, p. 3. Disponível na Biblioteca Benedito Leite em São Luís-MA.

Em menos de uma década da descoberta da borracha na região, em 03 de dezembro de 1904 – oito anos depois do achado dos dois irmãos Pimentel –, o jornal ‘O Norte’, do município de Barra do Corda, publicava a reclamação daqueles que comercializavam o caucho (borracha), por esta Praça até São Luiz, uma vez que o governo do Pará baixava medidas visando impedir que o produto saísse para outros estados. Afirma o jornal que

bem desagradáveis, para os que têm relações comerciais com as zonas do caucho, são as notícias ultimamente chegadas do Araguaya. O governo do Pará, com o fim de impedir a exportação daquele produto para os Estados do Maranhão e Piauí, acaba de o tributar com vexatórios impostos e proibir por meios violentos a sua saída para outros estados.

[...] segundo uma carta que temos presente, datada de 8 deste mez, chegara a nomeação de um agente fiscal para a cobrança de imposto de sua exportação, sendo ali também esperados o Collector e o Prefeito da zona, que, com aquelle, devem empregar o máximo rigor e vigilância para que não se transvie do opulento Estado um só kilogramma de caucho. Além do imposto de 300\$000 por anno que o negociante ou comprador de borracha paga pelo exercício de sua profissão, cada kilogramma de caucho que sahir para fora do Estado está sujeito ao imposto de 1\$450. As medidas coercivas, já em alguns lugares adoptadas com o fim de evitar a saída, são as mais vexatórias e vão desde a detenção do produto até a prisão violenta do infractor [...] Uma outra carta escripta de Imperatriz, de 7 deste mesmo mez, com referencia á exaggeração dessas medidas, assim se exprime: “Extinguiu-se nas mattas de S. João a arvore do caucho, e, as explorações d’ahi encontraram-se com as de S. Vicente do Araguaya; entretanto continuaram rasgando a matta em novas explorações para a safra vindoura, as quaes aproximam-se muito do rio Itacaúnas e alguns de seus tributários. A safra do corrente anno, segundo dizem, é maior que a do anno passado e maior parte da borracha deveria ser transportada por aqui para ser vendida na praça do Maranhão, se o visinho Estado do Pará não tivesse mandado emissários aos diversos pontos de armazéns ou depósitos exercer a mais terrível pressão cobrando cerca de 1\$500 por cada kilogramma de caucho, 600 réis por litro de cachaça e tudo quanto seja vendido nos referidos pontos [sic]. (O NORTE, 03.12.1904, p. 1).

De fato, as medidas do governo do Pará visavam estancar a rota comercial que vinha se estabelecendo via Maranhão e Piauí, uma vez que muitos dos que exploravam a borracha em Marabá eram comerciantes ou extratores que residiam em diversas partes do sul do Maranhão e conheciam muito bem o quanto poderiam obter na redução do transporte da mercadoria. O tributo taxado inviabilizava o comércio nas praças da nova rota, retirando o lucro que se obtinha com o frete e o imposto maranhense. Carvalho, contemporânea daquele período, escrevia, em seu livro (primeira edição em 1924), que

a fama dessa riqueza atraiu quantidade inumerável de gente de todas as partes do Brasil e uma onda interminável de emigrantes da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Maranhão transitou pelo porto da Imperatriz em busca do Eldorado do Itacaiúna. Desde o Piauí, todo o sertão exportou víveres, carne de boi e de porco; toucinho, farinha seca e de puba, açúcar, rapadura, cachaça, tabaco, doces, queijos, galinhas, ovos, bois vivos, porcos e vacas paridas, até laranjas, abóboras e inhames para a fantástica e maravilhosa Marabá, surgida de repente como obra de magia na foz do escuro rio Itacaiúna. (CARVALHO, 2006, p. 221).

Grande parte do sul do Maranhão se tornou um corredor de abastecimento de Marabá e seu entorno, tornando Imperatriz seu principal porto de abastecimento. A borracha amazônica havia alcançado seu lugar no comércio internacional, tendo seu primeiro auge de 1879 a 1912, com milhares de camponeses da região envolvidos no processo de extração. A crise da borracha aumentou a partir de 1910, enquanto a castanha subia à condição de principal produto comercial, registrado no Livro Tombo da Paróquia de Imperatriz, em 1927, pelo frei Cherubim de Carpiano. Franklin transcreve a seguinte passagem do Livro Tombo da Paróquia de Santa Teresa d'Ávila em 2 de fevereiro de 1924:

O pessoal masculino, hábil ao trabalho, passa o inverno nos igarapés das vizinhanças de Marabá, ajuntando castanha, cuja colheita só pode ser em pleno inverno, porque, todos dizem, as castanhas só caem pelas chuvas. O pessoal começa a descer no fim de outubro e já pelo janeiro-fevereiro e parte de março a vila de Imperatriz está quase deserta. (FRANKLIN, 2008, p. 50).

Conforme Franklin em uma citação de outra passagem do Livro Tombo de 1927 escrito por frei Cherubim,

Esse ramo de indústria, em certos anos, oferece aos negociantes um lucro extraordinário. Conheço uns deles que em 1925 ganharam em poucos meses mais de 150 contos. [...] O inconveniente aqui que se nota é que quase todos os comerciantes, junto com seu pessoal, passam de cinco a seis meses fora de casa. Vão comerciar castanhas no Estado do Pará, à respeitável distância de 180 quilômetros mais ou menos. [...] Esse ramo de indústria, em certos anos, oferece aos negociantes um lucro extraordinário [...] mais bem pouco aproveitam aos pobres 'castanheiros' [...] Esses coitados levam uma vida laboriosíssima e, pode-se dizer, vida de mártires. Tem que entrar em espessas mata, em terrenos úmidos, muitas vezes alagadiços, debaixo de chuvas torrenciais. É dessa forma que os castanheiros juntam as castanhas para seus patrões. [...] Certos negociantes, se quiserem ser sinceros, tem que afirmar que sobre 100 castanheiros uma porcentagem de 25 não voltam mais! [...] A meu parecer, se todo esse povo se dedicasse a qualquer outra indústria e não abandonasse o cultivo dos campos, e aquilo que mais importa, a sua família, a religião seria mais sentida e os coitados sofreriam menos. (FRANKLIN, 2008, p. 51).

Se frei Cherubim se escandalizava com o extraordinário ganho de alguns desses comerciantes, também se escandalizava o coletor camponês. Segundo Velho (2013, p. 77), um bom castanheiro apanhava, em média, cerca de 2 hectolitros de castanha bruta por dia. A medida de um hectolitro tem um peso entre 50 e 60 kg. Essa variação era determinada pelo comprador, ainda no barracão onde era feita a medição. Tal acréscimo era justificado para descontar as perdas no transporte ou a qualidade da castanha.

Como relatou frei Cherubim, a população produtiva de camponeses e comerciantes permanecia por seis meses, em média, envolvida na extração e comercialização, testemunhando claramente que os camponeses estavam voltados para os ganhos nos castanhais, sendo essa sua principal atividade. As roças eram relegadas a um segundo plano, na condição apenas de complemento. No ciclo da castanha, as roças eram feitas a uma condição onde o necessário era suficiente. Um fenômeno igual havia se repetido no ciclo do gado. É possível arriscar que – considerando a onda do ouro, do diamante, do gado e da castanha – os camponeses mantinham suas roças somente, na maioria das vezes, dentro do limite do consumo.

Cada atividade se tornava um arranque social, profissional e simbólico. Martins (1996, p. 41) afirma que na frente agrícola este arranque se espalhava por um amplo território, "uma espécie de estrutura migrante". Essa estrutura social intensa garantia um nível de existência relacional mínimo que os nutria na aventura do sacrifício. Esse ataque campesino, aos milhares, em qualquer atividade produtiva, era uma garantia de evitar que fossem uma presa fácil para os que lhes exploravam; no entanto, gerava redução de ganhos pelo excesso de oferta.

O médico sanitarista Júlio Paternostro (1945, p. 81) – na época funcionário do Serviço de Febre Amarela do Governo Federal, e com 27 anos – percorreu o curso do rio Tocantins por cinco meses (entre maio e setembro de 1935) visitando a população e fazendo seu levantamento, aproveitando para tomar nota de muitos elementos úteis à geografia e também sobre a sociedade em que vivia. “Esse material resultou no livro ‘Viagem ao Tocantins’ – escrito em 1935, mas publicado somente em 1945. Afirma ele que os castanheiros apanhadores de castanha ganhavam 10\$000 réis por cada hectolitro vendido aos comerciantes, estes vendiam ao exportador por 58\$000, e o exportador repassava para o exterior ao preço de 100\$000 réis o hectolitro. Observamos que a maior margem de lucro ficava distribuída entre comerciantes e exportadores. Mas, como foi dito, um bom apanhador catava, por dia, até 2 hectolitros, podendo assim ganhar até 20\$000 réis.

Dentro de um mês, mesmo que ele coletasse por apenas quinze dias – e os outros quinze fossem gastos nas demandas de localização das árvores, limpeza e transporte da castanha do interior da mata –, conseguia, em meio à tamanha diversidade, um ganho de 300\$000 réis. Embora metade desse valor fosse gasto com seu aviamento, entre ferramentas e mantimentos, no final de uma safra (quatro a cinco meses) qualquer camponês “saca do bolso de uma calça de riscado nacional 200, 300, 500, 600, 800\$ contos de réis em moeda papel, bonitas e novas” (O NORTE, 19.03.1904, p. 2); como afirmava o jornalista correspondente do jornal ‘O Norte’ do município de Barra do Corda, no começo do século passado.

Estas mesmas condições de ganhos não foram oferecidas no período da segunda guerra. Era grande a propaganda do governo para atrair a mão de obra nordestina para serem “os soldados da borracha” (MELLO, 1956, p.107). Dessa forma, as autoridades esperavam resolver, com um único golpe, dois problemas: o crônico desemprego no nordeste – levando milhares de nordestinos para o interior da Amazônia –, e dispor de abundante mão de obra barata para extração da borracha. Os camponeses que se deixaram seduzir pelo projeto – e milhares viam ali uma alternativa para romper com as amarras dos coronéis – partiram por espontânea vontade. Contudo, muito cedo perceberam a cilada armada (brutal exploração) sobre eles, e na mesma proporção foi o abandono com a fuga da escravidão. O processo foi tão violento que o governo não conseguia abafar, e o desespero dos camponeses fazia eco por todo o país. Tal situação durante a guerra não se assemelhou à ocorrida no tempo em que estamos narrando, ou seja, nas primeiras décadas do século XX,

pois, mesmo sendo grande a exploração, os camponeses coletores obtinham ganhos acima da média do preço da mão de obra comum. (MELLO, 1956, p. 108).

O ano em que o jornalista publicou estas informações colhidas em Imperatriz foi o de 1904, enquanto o registro de frei Cherubim é de 1927. Para efeito de comparação, o Decreto-Lei 2162 de 1940 do governo federal estabelecia um salário mínimo de 240\$000 réis. O salário mínimo estabelecido para São Luís em 1944 (IBGE, 1944) era de 200\$000 réis mensais. Por fim, a Sinopse Estatística do Maranhão, publicada em 1937 informa os salários médios diários dos trabalhadores rurais em 1934:

Tabela 2 - Diárias de trabalho no Maranhão em 1934

Arador	6\$500 réis
Carpinteiro	8\$500 réis
Ferreiro	8\$500 réis
Pedreiro	9\$800 réis
Trabalhador de enxada	3\$500 réis

Fonte: Sinopse Estatística do Maranhão, publicada em 1937, p. 46.

Diante desta constatação, fica evidente por que os camponeses preferiram, por conta e risco, permanecer, por toda a primeira metade do século XX, dando preferência à extração do caucho e à coleta de castanha e abandonarem, quase que por completo, a lavoura em Imperatriz. Na frente extrativista poderiam ganhar diariamente até 20\$000 réis (o dobro da diária de um pedreiro, a mais alta no quadro acima exposto). Portanto, a atividade extrativista, apesar das dificuldades, apresentava-se como um atrativo para os homens acostumados às dificuldades e com desejo de conquistar uma vida melhor e mais digna para si e suas famílias.

O preço da diária de um homem comum, no serviço braçal, no caso um trabalhador de enxada, chegava somente a 3\$500 réis. Era essa, portanto, a razão de ganho que fazia com que os camponeses arriscassem a descida para o extrativismo, mesmo correndo os riscos inerentes ao serviço de extração. Também o custo de vida era alto, como apontam os preços de alguns produtos registrados pela mesma Sinopse citada:

Tabela 3 - Lista de preços dos principais produtos comercializados no Maranhão em 1934

Açúcar (kg)	2\$000 réis
Arroz (kg)	\$500 réis
Carne (kg)	1\$400 réis
Carne Seca (kg)	2\$500 réis
Farinha (kg)	\$300 réis
Feijão (kg)	\$300 réis

Fonte: Sinopse Estatística do Maranhão, publicada em 1937, p. 46.

Com efeito, embora os preços das diárias, bem como o custo do quilo de alguns produtos fossem indicadores da capital São Luís, os preços da mão de obra e desses produtos, no interior, tendiam a ser mais baixos. Supomos que o preço de uma diária de um homem de enxada, muito provavelmente, fosse inferior a 3\$500 réis.

Podemos extrair dessa tabela vários elementos. Destacando apenas dois, podemos ver que o 'lucro era extraordinário', por isso atraía gente de várias partes. Embora os seringueiros e castanheiros fossem brutalmente explorados, a atividade dava margem a perfazerem pequeno capital, o que nenhuma outra atividade ligada à lavoura, naquele momento, permitia. Esse entendimento era compreendido muito cedo pelos camponeses. Havia os riscos da atividade; porém, era uma oportunidade ímpar não encontrada nem na lida com o gado e muito menos em ralas diárias de trabalho que, por ventura, conseguissem arranjar na minúscula sede do município distante de onde moravam. O outro ponto está vinculado à estratégia. Ao retornar, no verão, os camponeses chegavam a tempo de preparar suas roças, queimar, encoivarar e deixar o terreno em condições para que os demais membros da família plantassem e fizessem a colheita necessária.

Essa dupla jornada fazia parte da lógica produtiva e de ganho pela qual se lançavam os camponeses a tal aventura. A brecha real de ganho aparecia no movimento produtivo conduzido pelo fazendeiro ou empresário da borracha ou da castanha. O camponês supria, de forma artesanal, aquilo que o processo produtivo exigia, alcançando com sua coragem, seu saber e sua maneira tradicional, o que alcançava a tecnologia. No interior do seringal, no castanhal ou no serrado tocando gado, eles eram os grandes senhores – tudo dependia destes homens naquela ambiência que exigia prática.

De toda maneira, isto ajuda a explicar por que as matas fronteiriças à cidade de Imperatriz, do município de João Lisboa, onde fica a gleba Boca da Mata e

Amarante, permaneceram praticamente intactas até 1950, pois no intervalo de 1930-1950 a crise era contornada com a exploração do babaçu, e somente a partir da década de 1950 despontou a agricultura do algodão, seguida imediatamente da do arroz, como saída para a crise extrativista da castanha. Essa situação assemelha-se muito ao que afirma Schneider ao relatar que

não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades não agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, no sentido da remuneração que se obtém pela força de trabalho camponesa, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas. (SCHNEIDER, 2003, p. 83).

Embora Schneider esteja analisando outro contexto do campesinato no país e discutindo multifuncionalidade e pluriatividade, de qualquer forma discute atividade agrícola e não agrícola, mas, se firma ao pressupor a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas agrícolas, dessa forma a pluriatividade, como afirma Schneider (2003), é heterogênea e ao mesmo tempo diversificada, mantendo-se de um lado as estratégias sociais e produtivas que em determinado contexto vierem a ser adotadas pela família camponesa. Sendo assim, a pluriatividade surge no debate da nova ruralidade. No entanto, destacamos a 'situação de mercado' como elemento relacional que estabelece ressonância no contexto estudado por esse autor, como presente dentro de certa variação no caso da extração da castanha.

Pelo que foi examinado, podemos afirmar que a situação camponesa na primeira metade do século XX, em Imperatriz, expressa uma realidade diferenciada das demais partes do oeste maranhense. Por meio século, os migrantes camponeses evitaram se dedicar exclusivamente à lavoura, muito embora as matas abundantes (enquanto parte dos meios de produção) estivessem ao seu dispor, livres para posse. Nem fazendeiros e nem camponeses desejavam tomar posse das matas por aquele período, uns e outros estavam aliados, cada qual a seu modo, a uma situação de mercado mais favorável, como afirma Schneider ao discutir a pluriatividade na agricultura familiar.

Para Schneider (2003), é essa combinação de atividades agrícolas e não agrícolas numa mesma família que caracterizava e definia o fenômeno da pluriatividade e que, como tal, ela devia ser entendida

como uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais sua

integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. (SCHNEIDER, 2003, p. 14). Grifo nosso.

Por mais de meio século, e apelando para este recurso estratégico, a grande maioria dos camponeses rejeitou viver somente da agricultura familiar ou obtendo ganhos exclusivos da venda da produção agrícola, como expomos, colocada e complementada. Tal fenômeno se assemelha à remuneração que os camponeses obtinham pela força de trabalho empregada nos seringais ou castanhais. Além do mais, os valores obtidos nessas atividades eram muito superiores aos que eles poderiam obter na agricultura. Era, portanto, essa lógica que os fazia arriscar-se em outras atividades.

Mesmo o parco avanço da agricultura praticada na primeira metade do século não tinha como fim, exclusivamente, a subsistência, mas visava, também, dispor de excedente para o mercado de abastecimento do extrativismo em Marabá. Vários desses elementos são percebidos ainda no fim do Império. Barros (1996) afirma que, pouco antes da proclamação da República, já havia certa constatação da queda na produção dos rebanhos, pois

os campos naturais dessa região já se mostravam cansados pela queima, ano após anos, e que a força de trabalho, até então limitada à criação de gado e lavoura, passou a ter outra alternativa que era a borracha, em seguida a castanha e que, com a crise desses dois produtos, os garimpos de diamantes obtiveram relevo no final da década de trinta. O principal deles era o garimpo de 'Pedral', no rio Tocantins entre Itupiranga e Tucuruí. (BARROS, 1996, p. 90).

A agricultura era uma atividade a que os camponeses dessa região recorriam apenas em última instância. Descreve a autora, ainda, que os garimpos menores nos municípios próximos de Imperatriz, como o garimpo Monção, os dos riachos Clementino e Barbosa na região de Montes Altos e, mesmo em Imperatriz, onde ela descreve a extração de diamantes pequenos encontrados no morro do Bate Saco, foram sempre atividades através das quais os camponeses procuraram obter ganhos superiores aos obtidos na agricultura.

A crise da borracha e da castanha, e a insuficiência dos garimpos nas décadas de 1930 e 1940, levou ao colapso o município de Imperatriz. O prefeito de Imperatriz, Fortunato Bandeira, comentava em telegrama do dia 8 de abril de 1933, conforme livro de registro da correspondência do poder executivo daquele ano, que ainda se

encontra nos arquivos da prefeitura, “que a crise pavorosa que” atravessa Marabá está repercutindo de modo muito sensível neste município, tanto que a arrecadação está sendo por demais exígua [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Livro de Registro, p. 7 v, Telegrama nº 24 de 8.4.1933).

No mês seguinte, Fortunato Bandeira informava ao chefe do Departamento Municipal do Maranhão, por telegrama no dia 2 de maio de 1933, que

a crise comercial aqui está deplorável. Não há dinheiro. Farinha, arroz, milho, principais gêneros de produção deste município, estão quase sem cotação. A baixa da castanha do Estado do Pará tem influído diretamente sobre o comércio desta localidade, em virtude dos negociantes fazerem suas principais transações com esse gênero [...]. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Livro de Registro, p. 8 v, Telegrama nº 28 de 2.5.1933).

O telegrama constatava a produção agrícola de certos gêneros e, ao mesmo tempo, a sua dependência do mercado extralocal. O impacto da crise impunha o retorno permanente de centenas de camponeses do extrativismo, pela condição inflacionária, da escassez e, principalmente, por não haver dinheiro — toda a massa camponesa ia, pouco a pouco, retornando ao seu local de origem e se dirigindo para as matas de cocais. Tal proceder se constitui, gradualmente, numa nova estratégia adotada para dar continuidade a sua reprodução. A posse das matas de cocais constituía-se parte dos meios de produção, sobretudo para atender a demanda com baixa cotação, apontada por Fortunato Bandeira em seu telegrama.

Percebendo isso, o prefeito, em junho do mesmo ano de 33, em outro telegrama em resposta ao Inspetor Agrícola do Estado, informa que a “colheita do arroz, milho, algodão será maior que a do ano passado”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. Livro de Registro, p.11v, Telegrama de 9.6.1933). Grifo no original.

Do exposto, infere-se que os arranjos em direção à retomada da lavoura era a única alternativa para todos aqueles que se encontravam represados na região em função da crise da borracha, da castanha e dos garimpos, alcançando os três principais segmentos da região: fazendeiros, camponeses e comerciantes. Os arranjos na reordenação do que restou de todo o período extrativista foram direcionados para o comércio local, haja vista o forte aumento da população na região de Imperatriz que trabalhava para manter o mercado da borracha e castanha no sul do Pará, o que dava consistência provisória ao que estava ocorrendo.

Foi também nesse ano (1933) que alguns empresários de Belém comandados pelo comerciante daquela praça, coronel Augusto Dias, procuram contatos com Imperatriz a fim de extrair e beneficiar a amêndoa do coco babaçu, cuja produção havia permanecido por décadas sendo explorada de forma marginal. O produto seguia pelo rio Tocantins até Belém. Superados os embaraços da produção, comercialização e transporte do produto, rapidamente se consolidou o comércio diante da abundância de cocais na região, e também porque o pagamento era feito de imediato na entrega do produto na balança. Esse dinheiro, obtido semanalmente ou em maior tempo, atraía grande parcela dos camponeses para essa fonte de renda, e passou a se constituir no elemento motivador principal para sua ação territorializante com a abertura dos primeiros 'centros' nas áreas de cocais.

As terras de matas fechadas, sem a presença de babaçu, eram mais propícias à cultura do algodão e do arroz. A combinação da exploração desses três produtos terminava por determinar muito da escolha do lugar de fundação dos 'centros', tanto a oeste quanto a leste da cidade de Imperatriz. Assim, a década de 1930 passou a ser o marco inicial da frente combinada extrativismo do babaçu/agricultura. Por duas décadas, o babaçu e o algodão, transportados via rio Tocantins para a capital do estado do Pará, foi o carro chefe da economia de Imperatriz. Os arranjos feitos inicialmente na economia local tinham a rota do rio como eixo principal.

Este novo arranque camponês vai se estender pela extensa faixa de matas de cocais situada entre o sertão e a floresta amazônica. O rio Tocantins, rota dos produtos para Belém, tinha, em média, 80 km das terras da sua margem direita coberta por uma espessa mata de cocais que, de imediato, passou a ser cobiçada por camponeses, comerciantes e fazendeiros.

No segundo semestre de 1933, o prefeito Fortunato Bandeira pediu redução de impostos ao Interventor Federal em São Luís, a fim de atender aos comerciantes de Belém com estímulos, o que demonstrava seu empenho em facilitar e incentivar essa relação comercial com a capital do estado vizinho. Diz ele em seu telegrama ao Interventor Federal: "Podeis contar amplo apoio vosso salutar empreendimento. Impostos não são exagerados. Estou incentivando plantio de algodão extração babaçu. Respeitosas saudações". (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. Livro de Registro, 1932-1936, p. 16 v. Telegrama. 22.8.1933).

Foi um ano em que grande parte da população residente nestas plagas retornou para seus locais de moradia no esforço de mitigar a crise. As matas, até

então praticamente inertes, tornaram-se matéria prima e ambiência para os camponeses darem continuidade de ganho no interior da crise. Eram as matas em abundância que, a partir de então, seria objeto de desejo dos camponeses que passavam a tomar posse das mesmas como terra de trabalho.

Se as matas permaneceram intactas até àquela época, ou exploradas muito periféricamente — uma vez que nem os camponeses nem os fazendeiros haviam encontrado até aquele momento uma utilidade prática para intensa exploração da floresta —, a lavoura e os babaçuais passaram a ser, a partir daquela realidade, a razão de seu devassamento.

Premidos pelas circunstâncias relacionais entre índios e fazendeiros, os camponeses do sul do Maranhão viveram, por séculos, entre flechas, bordunas e bacamartes. Na região de Imperatriz, segundo Frei Eugênio Deslandes, os camponeses se fizeram presentes mesmo antes da chegada de Frei Manoel Procópio em 1852, quando este aportou em Imperatriz liderando os fazendeiros para tomarem posse da área, como atestam depoimentos colhidos pelo Frei Deslandes em 1909.

Em Marabá, no sul do Pará, os camponeses se fizeram presentes durante toda a primeira metade do século XX, no período da borracha e da castanha, bem como na instalação das fazendas daquela região. Por cem anos, os camponeses estiveram sempre em uma encruzilhada extremamente violenta e perigosa: por um lado, a reação dos ataques dos índios na defesa de seu território; e, por outro, a sujeição que lhes impunham os fazendeiros e comerciantes no processo de ocupação da região. Mesmo não tendo que pagar meia da produção e nem renda, e não serem agregados, sendo quando muito morador ou mesmo na condição de não morador, os camponeses dependiam de ferro, sal e outros produtos, além de proteção, inclusive na contingência dos conflitos de poder entre fazendeiros. De qualquer forma, tinha-se que tomar partido para evitar ser trucidado pelos dois lados. Mesmo nos processos partidários, todos tinham de se manter taticamente alinhados na disputa política entre os coronéis.

De todo modo, o camponês tinha, em seu horizonte de trabalho para sobreviver, a agricultura, a pecuária, o extrativismo e um ralo garimpo — além de uma infinidade de atividades miúdas que poderiam render algum ganho, como as trocas, o comércio de produtos silvestres, transporte fluvial ou terrestre. Embora mantivesse um nítido sentido de exclusividade, a economia extrativista vegetal, em seus interstícios ocupacionais, dava margem à possibilidade de outras formas de produção, como era o caso da agricultura como última opção.

Decerto que, durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século seguinte, por causa da frente de expansão pastoril e extrativista — que resultou na eliminação quase completa dos índios —, esse imenso território de matas e campos nativos se encontrava livre da presença das tribos. No conjunto, e em tempo, merece destaque a observação de Velho sobre o inter-relacionamento das frentes, ao comentar que

a queda da borracha coincidirá, aproximadamente, com o início do movimento migratório de caráter agrícola em direção aos vales úmidos do Maranhão. Trata-se, de certa forma, de uma tentativa de escapar do sistema. Nesse sentido seria marginal ao extremo, já que mesmo enquanto reserva de mão-de-obra estes indivíduos não teriam mais lugar. Todavia, é exatamente essa marginalidade extremada, em face de novas condições que vão surgindo, que permite, de certo modo, vislumbrar-se uma nova posição. Isso porque, aos poucos, a marginalidade em relação à plantation deixa de identificar-se com uma marginalização em relação à formação social como um todo, dado, particularmente, o crescimento do mercado interno. (VELHO, 2013, p. 170).

Infere-se, deste ponto, o nascimento e consolidação da frente agrícola apontado pelo autor. Para alguns (ALMEIDA, 2010, p. 124) não se tratava de um escapismo do sistema, menos ainda de uma forma ‘espontânea’ como é dado a ler por outros (MUSUMECI, 1988). Aliás, tal ideia de espontaneidade quase sempre se refere ao camponês que, em sua ação territorializante, adianta-se ao espaço dirigido ou, acompanhando-o em sua fronteira, ocupa terras livres na condição de posseiro. Essa concepção — que atribuía espontaneidade na atitude camponesa no ato de ocupar — constituía-se em um equívoco por tornar a ação do camponês como se fosse algo a-histórico. Induz a conceber que o camponês migrante se deslocava por livre e espontânea vontade, sem pressões e condicionamentos de qualquer ordem. Hebette & Marin, de forma sensata, tece lúcido comentário sobre o tema:

A colonização espontânea é muito mal batizada; ela não tem geralmente esta característica de espontaneidade, seja entendida como ausência de necessidade ou de compulsão (uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, sai de sua terra pressionado por diversas premências), seja entendida pejorativamente no sentido de iniciativa desordenada, com falta de previsão. (HEBETTE & MARIN, 1979, p. 143).

Tais molduras são, quase sempre, argumentos balizados por interpretações ortodoxas que concebem os camponeses dentro de um quadro de desintegração no

interior do sistema, e, dessa forma, fadados ao desaparecimento pela espiral do progresso social no interior do desenvolvimento das forças produtivas⁴⁴.

Veremos, a seguir, como a frente de expansão extrativista alcançou, em seu inter-relacionamento, outras frentes na região maranhense de Imperatriz. Quando o sudoeste maranhense passou a subsidiar, abastecendo o núcleo extrativista de Marabá-PA e, em seguida, sofrendo as consequências da crise daquele comércio, a região se debateu de igual modo na crise, procurando ainda alternativas nesse contexto. As matas, pela primeira vez, passaram a receber atenção como possibilidade de exploração pelos camponeses em novos arranjos criativos para manter seus ganhos.

1.4 As frentes de expansão no município de Imperatriz

Os antropólogos e sociólogos que estudaram o oeste maranhense suplantaram pouco a pouco a denominação da geografia de frente pioneira centrada na questão da terra, passando a perceber a fronteira a partir do entendimento de que ali se complexificava algo maior do que a questão fundiária, levando em conta, além da ocupação do espaço que tinham como referência, os povos indígenas, os empresários, os fazendeiros, os comerciantes e os pequenos agricultores. Dessa maneira, passaram a conceber e entender tal realidade como frente de expansão. Da mesma forma, Martins (1996, p. 33) concebe que essa seja “a categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica [...] porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade”. De todo modo, para Martins, a distinção entre frente de expansão e frente pioneira se constitui em um instrumento, na melhor das hipóteses, que auxilia na compreensão e descrição dos fatos e também dos acontecimentos de fronteira, onde a junção ou mesmo o confronto entre as duas concepções permite analisar como um momento histórico combinado e distinto da expansão do capital.

⁴⁴ Essa leitura sobre os camponeses tem por fundo as bases teóricas que alimentavam os estudos e debates no passado recente sobre a questão agrária, posições estas já até então revisadas pelo próprio Estado, como podemos ver no discurso do mesmo: “A lógica da produção intelectual no Brasil quando não relegou tornou irrelevante as relações de produção no campo ditada por um determinismo e intensa polêmica classificatória arrastando-as ora para tomá-las por relações ‘feudais’, ora por ‘capitalista’ desconsiderando as formas tradicionais da ação dos camponeses sempre por considerá-los ‘obsoletos’ em seus sistemas de apossamentos pré-existentes.” (Proposta de elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, Mirad – 1985, p. 33) (Grifo no original).

Em seu estudo sobre a frente de expansão, Otávio Guilherme Velho, embora mais detidamente estude a frente de expansão agropecuária, afirma haver – de sua parte – um interesse particular com o inter-relacionamento entre as diversas frentes. Em seu entender, a área de Marabá, no sul do Pará, era o local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, Goiás e Maranhão – em outras palavras, ali em Marabá, para o autor, encontraram-se as quatro frentes: pecuária, extrativista, agrícola e mineradora num mesmo espaço (VELHO, 2013, p. 30).

Essas evidências mostravam e fundamentavam razões para justificar a intensa e contínua migração de nordestinos que descia para a região – principalmente via Imperatriz, centro abastecedor de Marabá – procurando se integrar ao fluxo comercial e extrativista que havia colocado a região na rota de um comércio suprarregional suprindo demandas que a grande rota por Belém não alcançava. Carece ainda observar que o arroz não aparece nesta lista feita naquela época.

Carvalho (2011), em sua obra, fala de um tempo represado, de um tempo em que todos estavam vivendo o dissabor de uma crise que já aparecia no horizonte da frente extrativista, que ia freando na retaguarda, de igual modo, a rede de abastecimento mantida por ricos e pobres, fazendeiros e camponeses.

Embora sendo o principal fornecedor, Imperatriz terminou por receber pouca atenção de Otávio Guilherme Velho em seu estudo sobre as frentes de expansão – consta menos de uma página. Na parte referente à frente pastoril, Velho (2013, p. 44), embora aponte Imperatriz como símbolo do limite dos criadores na região tocantina, descreve, apenas sumariando datas do avanço da pecuária, e atribui a sua criação, bem como a criação de outras vilas nos seus arredores, a motivações políticas entre Maranhão, Pará e Goiás.

Por mais distante que fossem as povoações, era, contudo, uma política territorial do Estado que dava ordenamento jurídico para a questão fundiária, econômica e social. Os coronéis eram a presença viva do Estado nos cantos mais distantes. A estes conferia-se autoridade para zelarem pela ordem, pela lei e pelo seu cumprimento. De acordo com Leal:

Por isso mesmo, o coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto,

esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público. (LEAL, 1997, p. 40).

Neste sentido, a Guarda Nacional — criada por Lei de 18 de agosto de 1831, como organização permanente —, segundo Leal (1997, p. 289-290), tinha como missão fazer valer e defender a Constituição, a liberdade e a independência, e velar pela integridade da Nação dentro e fora do município. É possível que o avanço sobre os sertões do rio Tocantins também fosse para dar foro territorial aos muitos novos patenteados por aquela lei, conforme a aliança do Frei Manoel Procópio, vindo do Pará, com os fazendeiros que se deslocaram do município de Carolina para fundarem Imperatriz em 1852. Como disse Albuquerque Júnior referindo-se à região:

Ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 26).

Nesse sentido, as patentes militares combinadas com as ações da Igreja receberam o apoio do Estado para legitimar um domínio territorial resultado da preponderância dos fazendeiros. Quanto ao desenvolvimento de Imperatriz, Velho (2013, p.45) prefere ressaltar uma passagem amarga e pessimista da historiadora maranhense Carlota de Carvalho, em seu livro **O sertão** de 1924. E, de igual modo, fala das condições vegetativas da cidade, atribuídas em 1939, por um **Álbum do Pará**, organizado pelo paraense Hildebrando Rodrigues e publicado naquela data em Belém. Velho valeu-se dessa imagem-síntese para acrescentar que, por anos, o município manteve-se estagnado, e acrescenta, logo em seguida, que “o pouco desenvolvimento que ainda teve, deveu-se a suas ligações comerciais com Marabá”. Há verdades também nestes juízos, uma vez que a rede de abastecimento teve de se adequar, ficando quase que reduzida ao mercado local.

Por fim, o autor afirma que o camponês

embrenhava-se nas matas por ocasião da entressafra, para fixar num gênero de vida caracterizado pelas atividades de subsistência [...] Com a diferença, apenas, que em geral continuavam a alternar entre a agricultura de subsistência e o trabalho sazonal da castanha, quando não com a atividade de garimpagem. (VELHO, 2013, p. 109).

Conforme descreve Velho, essa foi, em geral, a forma de vida dos camponeses de Imperatriz durante todo o período em que a borracha e a castanha permitiram algum ganho, até a década de 1930. No entanto, o autor comete um equívoco em relação à população existente no município em 1958 ao afirmar que, naquela data, não passava de três mil habitantes, quando na realidade a população, já em 1950, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, tendo como base o Censo – 1950, era de 13.877 habitantes. Tal equívoco é cometido também em outro fundamental estudo realizado em Imperatriz por Francisca Vieira Keller em (1975, p. 690).

A confusão criada em torno da população existente em Imperatriz em 1950, registrada pelo censo, deu-se pelo fato de que no ano anterior (1949) o governo havia criado o município de Montes Altos, ficando a cargo do município de Imperatriz, ainda naquele ano, realizar seu desmembramento; porém, as autoridades locais não tomaram nenhuma providência, e isso gerou uma forte intriga política que perdurou até 1955, quando, por intervenção do governo estadual, impôs-se o desmembramento da área de Imperatriz; ficando, portanto, a partir daquela data, criado o município de Montes Altos. (FRANKLIN, 2005, p. 87).

Quando se deu o censo de 1950, este registrou em Imperatriz uma população de 14.064 habitantes, e, em Montes Altos, uma população de 9.049 habitantes. Por força da lei de 1949, fazia-se o cálculo subtraindo da população de Imperatriz a cifra de Montes Altos. Ao fazer essa subtração, cometia-se um equívoco, pois estes números eram, de fato, os números reais, e não havia necessidade de fazer tal operação aritmética. Outras fontes também reforçam o número mais elevado para Imperatriz. A estatística do governo estadual atribuía para o município de Imperatriz em 1940 uma população de 9.331 habitantes, sendo 1.000 na cidade e o restante no interior. No governo de Sebastião Archer (1947-1951), o Departamento de Geografia, História e Estatística registrou para este município uma população de 10.857. (Ver também Coutinho, 1994) ⁴⁵.

⁴⁵ De acordo com o Censo de 1950, a população de Imperatriz, no quadro referente ao município, era de 14.064 habitantes (CENSO, 1055, p. 71). Já no quadro referente ao município e os distritos, os dados são: Imperatriz com uma população de 5.015 habitantes sendo homens 2.539 e 2.485 mulheres, e Montes Altos com uma população de 9.049 habitantes. Afora esse equívoco de subtração, por força da lei que havia criado o município de Montes Altos, ressaltamos que a população do município de Imperatriz como um todo já era superior a 23 mil habitantes. Estes números dimensionam melhor o universo social e econômico que estava em curso em meados do século XX.

Em relação à frente agrícola no Maranhão, no tocante a Imperatriz, Velho (1981, p. 96) dispensa novamente apenas meia página, onde ressalta a importante hipótese de “que a decadência da exploração amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920, o que evitará a interrupção do fluxo de nordestino que já estava se dando”.

Nesse ponto é importante ressaltar que Imperatriz passou a receber dois fluxos: recebia comerciantes, camponeses, seringueiros, castanheiros e fazendeiros que retornavam de Marabá, dada a crise no setor extrativista, e recebia, de forma contínua, as levas de novos nordestinos que para a região se dirigiam. O município acolhia estes dois fluxos — que ali permaneciam represados — e, por outro lado, acumulava também as limitações do mercado pastoril, agravando ainda mais o “inter-relacionamento” entre as diversas frentes, como aponta Velho.

Albuquerque Jr. nos orienta que

Cada atividade humana carrega em si uma dimensão espacial que a ela pertence e por ela é definida. As fronteiras, as identidades espaciais, os territórios, os lugares passam a ser pensados como tendo sido definidos a partir de contendas, de conflitos, sendo frutos de relações que se estabeleceram entre diferentes agentes e agências em um dado momento histórico, sendo, portanto, passíveis de dissolução, desconstrução, sempre que as relações sociais que os engendraram sejam modificadas, que os saberes que os puseram de pé sejam desmontados e que as relações de poder que os sustentaram sofram deslocamentos. (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 71-72).

Todos que retornavam para Imperatriz açoitados pela crise do extrativismo ou os novos migrantes que chegavam dos demais estados do Nordeste encontraram-se sem alternativas de ganhos que, até então, haviam sido oferecidos pelo extrativismo da borracha e da castanha. Essa situação veio a valorizar a forma extrativista do babaçu como mais um recurso de ganho, por ser este produto abundante em Imperatriz, e porque já vinha, havia certo tempo, sendo explorado de forma marginal e vendido em Belém.

Essa proposição nos obriga a olhar mais detidamente a questão espacial de Imperatriz e seus arredores. Desde sua origem, a maior parte da área de Imperatriz era coberta pela floresta amazônica, e outra parte — ao sul — era formada pelos campos gerais, propícios à criação de gado. Sua origem histórica, como já frisamos, remonta a 1852/54, quando levas de criadores de gado e camponeses exterminaram os índios que ali habitavam e se apossaram das terras, uns para montarem fazendas,

e outros para lavrarem. Dessa forma, por aquela época, a área cobiçada e disputada pelos criadores era tão somente a parte de campos nativos, ficando a grande floresta de matas virgens devolutas livres, onde os camponeses praticavam suas lavouras a partir das extremas dos campos.

Devemos também ressaltar que essa ação de posse foi um gesto refletido da Lei de terras de 1850. Matas estas que, uma vez não tendo como se ganhar dinheiro com elas, passavam a não fazer parte do interesse direto dos proprietários. As matas, não tendo seringa ou castanha, e não sendo do interesse dos fazendeiros, eram assim terras devolutas, eram terras 'libertas' pelos fazendeiros, tornando-se terras da nação das quais os camponeses podiam tomar posse. Em relação aos seringais e castanhais, também não se tinha extrema cobiça pela terra em si. A disputa de grandes áreas visava a uma maior quantidade de árvores, fosse de seringueiras ou castanheiras. As concessões dependiam de licença de arrendamento das terras devolutas do Estado, concedidas inicialmente por cinco anos e depois renovadas.

Leal (2007, p. 54) procurou em sua pesquisa perceber as estratégias de resistência dos camponeses num contexto marcado pela violência entre patrões e seringueiros no final do século XIX e início do século XX; porém, não deixa de transparecer que a luta nos seringais ia além de patrões e seringueiros, a extração deste produto acabou gerando muitos outros conflitos entre os próprios patrões, pois, se havia por toda parte uma rede de forte controle dos seringueiros, também naquele mundo havia muitas frestas nas relações devido à estrutura de monopólio que predominou entre 1920-1950.

O município de Marabá esteve contrito ao mesmo monopólio. Embora desmembrado do município de São João do Araguaia e tornado independente em 1913, manteve-se alinhado à oligarquia do Tocantins, da qual alguns de Imperatriz participavam. A esse pequeno e seletivo grupo, Emmi (1988, p. 51), em sua pesquisa **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**, denominava de oligarquia latifundiária mercantil, por entender que o poder de monopólio que estes detinham não se encontrava sobre a posse da terra, mas, sim, por deter o controle efetivo do direito de explorar os castanhais e, de igual modo, do processo de transporte dos produtos e da comercialização de toda castanha coletada e comprada de outros castanhais.

Dessa forma, tal como aconteceu com a exploração da borracha até o início da década de 1920, a exploração da castanha também na sua fase inicial viveu uma época de extração livre, quando os castanheiros tinham pleno acesso às terras dos

castanhais. Os passos iniciais de apropriação das áreas de castanhais ocorriam por volta de 1918, quando a Lei nº1747 estabelecia a compra de terras devolutas no estado do Pará. Pouco tempo depois (três anos) a Lei nº1947 concedia o aforamento de forma perpétua das então chamadas terras devolutas.

Mas, é a partir de 1925, com a introdução do arrendamento, ou seja, com o arrendamento da terra por determinado período ou por safra de castanha, que rapidamente se espalhou ao ponto de, em 1930, tornar-se inviável para o médio e para o pequeno, que ainda de forma livre coletava a castanha. Essa modalidade se constituiu num arrocho, por parte da oligarquia, para obter mais lucro e, por outro lado, para manter o poder político sobre determinados segmentos inferiores e, dessa forma, continuar a monopolizar o comércio da castanha.

Mas foi com a Lei n.º 913 que, a partir de 1954, o aforamento se generalizou como forma principal de aquisição de castanhais, e, então, não foi mais motivo de interesse para o camponês, uma vez que não lhes possibilitava ganhos como quando a extração era livre. Essa explicação, de forma bastante sumária, mostra a lógica do processo de concentração oligárquica e, ao mesmo tempo, justifica o abandono dos castanhais por parte dos camponeses que, em grande número, retornaram para seus lares sabendo que teriam de procurar novamente outra forma de ganhar a vida.

Para termos uma ideia do 'jogo jogado' nesse domínio, na época da borracha, citamos uma situação ocorrida em Imperatriz na primeira década do século passado. Observa Coutinho (1984) que, no dia 8 de maio de 1908, em um dos últimos atos no governo do Maranhão, Benedito Leite (1906-1910) assina a Lei 499, estabelecendo o monopólio da borracha em todo o território de Imperatriz, determinando que

fica concedida a Fortunato Rebelo Bandeira, permissão por 10 anos para explorar a extração da borracha de qualquer espécie, nas terras devolutas existentes no município de Imperatriz, independente de foros, a partir da data de vigência desta lei. COUTINHO (1994, p. 148).

Esse monopólio, porém, não embaraçava a pequena agricultura e não se constituía ainda motivo de fortes conflitos. Com efeito, a República havia criado o cargo de intendente, com eleições gerais em 1900. O Coronel Fortunato Bandeira, na segunda eleição para intendente em Imperatriz, usurpou o cargo do indicado no pleito 1905/1907, uma vez que João Pereira Lima, eleito em dezembro de 1904, não tomou posse por causa de contendas com Fortunato que, por conta própria, autoproclamou-

se intendente e tomou a liberdade de enviar um ofício ao governo do estado comunicando haver tomado posse no referido cargo.

O intendente do pleito passado informou o governador de que o eleito teria sido outro, e não Fortunato, mas, mesmo assim, quem ficou no cargo foi Fortunato. À revelia da lei, Fortunato permaneceu no cargo e foi reconduzido no mandato seguinte. Foi da posse desse cargo que conseguiu, junto ao governo do estado, a exclusividade para a exploração da seringa no município. Essa postura do intendente denota o quanto as relações de poder local nem sempre se cumpriam na forma da lei. Eram apenas arranjos de conveniência entre as elites do local.

Os demais segmentos, e em especial os camponeses, sabiam de longa data lidar com essas situações de mando. Interessante notar que, conforme estudo de Barreiros (1980, p. 30), não havia seringa e nem mesmo castanha na parte maranhense. Alegam alguns que se tratava de astúcia por parte de Fortunato que, aproveitando o desconhecimento do governo maranhense sobre o cargo de intendente e da existência e dimensões de seringueiras no município, passava, por meio dessa concessão, a explorar outros ganhos e alcançar maior domínio político.

Coutinho (1994, p. 148) esclarece que, bem mais tarde, por força dessa permissão, o mesmo Fortunato se apossou de milhares de hectares no município, registrando-os como seus. Acrescenta ainda que, menos de uma década (1917) depois, já havia registros de 445 propriedades, sendo elas, em sua grande maioria, áreas de grande latifúndio. De qualquer maneira, o Ato de 1908 parece ser o primeiro indicativo de que os fazendeiros começavam a se voltar para as matas mirando interesses econômicos, uma vez que, até então, as florestas eram relegadas por não serem úteis de ganhos.

Quando Paula Ribeiro, em seu Roteiro de viagem de 1815 (2002, p. 76), retratava as matas do sul como propícias para a lavoura, ele estava pensando na grande lavoura agroexportadora praticada no norte do estado. O que o escritor descrevia era o que estava vendo, ou seja, o experimento produtivo das roças tratadas por camponeses ao longo de toda a rota percorrida por ele em 1815, região que ia desde a povoação de Pastos Bons até Carolina nas margens do rio Tocantins.

A decadência da borracha e, em seguida, da castanha alavancou com mais vigor a frente agrícola que já estava em curso na órbita da floresta amazônica e se espalhava por todo o oeste do estado, abarcando-o de norte a sul. O cerco das matas nesta região vinha sendo realizada lentamente pelos camponeses. Nessa frente de

expansão, e pela dupla atividade, os camponeses mantinham sua condição de agricultor e, ao mesmo, tempo sua articulação no interior do processo produtivo ligado ao circuito mercantil via processo extrativista.

Nesta quadra, com sorte e por conta e risco, ele podia extrair algum lucro distinto do que era oferecido pela agricultura na condição camponesa de reprodução. frei Cherubim, em 1927, parecia não entender que no estreito limite e risco dessa ação se encontrava o desejo de ascensão social do lavrador. Para isso, ele sacrificava provisoriamente o convívio com a família e a religião, sua liberdade e autonomia relativa de camponês. Se o rico ganhava seu milhão, ele também ganhava seu tostão. No avanço da fronteira no sul do Maranhão, a condição relacional sempre fora da seguinte maneira: se o rico fazendeiro ficava com os campos de criar, o camponês ficava com as matas para lavar.

A fronteira, em seu movimento de avanço, sempre permitia aos ditos camponeses uma brecha de ascensão na ordem produtiva, seja qual fosse ela, tanto como prêmio pelo extermínio dos índios quanto pela extração da borracha ou coleta de castanha ou de qualquer outro produto oriundo do extrativismo. A participação nessas empreitadas em determinados lugares praticados, mesmo em condições subalternas, suturava uma subjetiva aliança de coexistência entre os fazendeiros ou comerciantes e os camponeses.

Em 1933, aparece uma clara intenção do poder municipal — o prefeito Fortunado Bandeira pede apoio ao governo do Estado para explorar as matas da região:

Tenho a subida honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a que as espessas matas de que é dotado o futuro município de Imperatriz são de uma fertilidade admirável, para produzir arroz, milho, mandioca, café, cacão e tudo o mais que plantar-se. Em sua maioria é composta de babaçu, cumaru, copahyba etc. A despeito de tudo isso, estão as matas incultas por falta de braços. Não há lavoura, principalmente na parte que diz respeito ao algodão. Seria de vantagem elevada, se fossem criados núcleos agrícolas, não só pela margem do Tocantins na extensão de 360 quilômetros de matas virgens que pertencem a este município, a começar do subúrbio dessa cidade, até as confrontações de S. João do Araguaia, E. do Pará, como também na direção da Serra da Desordem, que dista pelo máximo 70 quilômetros desta cidade, composta de matas, abastecidas por regatos de águas cristalinas. O estabelecimento da lavoura, pela forma acima indicada, seria bastante para o desenvolvimento desta, e para as explorações dos produtos naturais [...]. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, 1932-1936, p. 15. v/16. 9 de agosto, 1933).

Destaca-se nesta missiva o interesse de lavrar ao longo da margem do rio Tocantins e o fato de que a agricultura era tão incipiente a ponto de o prefeito declarar que não havia lavoura. Dizia também que a lavoura poderia começar do subúrbio da cidade, revelando que, até 1933, as matas inexploradas ainda se encontravam muito próximo à cidade. Desfeitas naturalmente as alianças de coexistência durante o período extrativista no estado do Pará, tendo que manter a sobrevivência, os camponeses foram gradualmente retornando e reassumindo o extrativismo⁴⁶ do babaçu e a lavoura. Os poucos recursos ganhos vão sendo aplicados em pequenos investimentos, e, para isso, espalham-se às margens do Médio Tocantins na sua parte maranhense, completando o cerco das matas do oeste do estado do Maranhão. Dessa maneira, vão formando uma espécie de cinturão em seu entorno, antecipando um espaço por meio da fundação de seus 'centros', configurando um lugar de novas práticas e, com isso, moldando e suturando novas relações.

Até a primeira metade do século XIX, o rio Tocantins era – como já frisamos – a principal rota comercial com Belém. Por força disso, e com o esgotamento do extrativismo, os camponeses represados passaram a ocupar as terras da margem direita do rio Tocantins, no trecho de Imperatriz até a confluência do rio Araguaia com o rio Tocantins, com lavoura e extração da amêndoa de babaçu, visando ao sustento da família e para atender a ampla população agregada a este fluxo comercial que havia se deslocado para a área. Permaneceu-se produzindo quase tudo para atender o que restara do amplo comércio que existia. (COELHO NETO, 1979).

Acreditamos, pela constatação, que esta já era, de longa data, uma estratégia social e econômica dos camponeses tendo em vista sua reprodução. Um exemplo emblemático da possibilidade de ascensão para muitos pobres era o caso de um

⁴⁶ Almeida (2004, p. 13 e 2010, p. 114) trabalhando determinados domínios designados como “terras de preto”, “terras de santo” e “terras dos Índios” para dar a perceber a diversidade fundiária muito embora nesta região até a presente data não haja estudo constatando os dois primeiros domínios, “terras de preto” e de ‘Santos’ no Maranhão, estes se localizam ao norte da frente de expansão nas proximidades do raio de colonização da frente agroexportadora. A sudoeste do estado após o quase total extermínio dos índios Gaviões restou apenas a reserva destes índios no município de Amarante homologada em 1982, a Resex Mata Grande, criada pelo Dec. 532, de 20 de maio de 1992 com área aproximada em 10.450 há abrangendo o município de Davinópolis e Senador La Roque, a Resex do Ciriaco, com 8.013 ha, criada na mesma data da anterior pelo Dec. 534, localizada na área da antiga fazenda Campos dos Frades no município de Cidelândia. Em sendo assim permaneceu como terras tradicionalmente ocupadas na microrregião de Imperatriz apenas as áreas indígenas com usufruto dos recursos naturais, as duas reservas no âmbito das quebradeiras de coco babaçu sem posse e sem propriedade fazendo uso comum dos babaçuais das reservas. Conforme o Art. 225 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei n. 9.985, de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza mencionando por meio do Art. 17 como “populações tradicionais e/ou populações extrativistas tradicionais”.

castanheiro de Imperatriz — Simplício Alves Moreira — que viera de Grajaú ainda criança. Nascido em 1897, veio arrastado pelo surto econômico da borracha e da castanha naquela época. Muito cedo, com a perda do pai, tornou-se arrimo de família. Embora sua filha, Maria José Sampaio Moreira, mais conhecida como ‘Zequinha Moreira’, o apresentasse como simples castanheiro, em outras passagens de seu livro afirma que antes de se tornar castanheiro, Simplício Moreira já havia desenvolvido inúmeras outras atividades, tais como oleiro, lavrador, taverneiro e pequeno comerciante. Como castanheiro, sua filha o apresenta como sendo:

Simples castanheiro. Observou que não lhe dava lucro e, por essa razão, no ano seguinte resolveu contratar três homens para ajudá-lo a explorar as matas virgens à procura do produto. Teve muita sorte, pois encontrou castanhais produtivos em abundância. Assim foi crescendo a colheita e começou a exportar o produto para Belém. A cada ano aumentava a produção e, conseqüentemente o número de castanheiros. No decorrer dos anos papai conseguiu comprar do governo federal, no Estado do Pará, diversos pontos de castanhais, cuja área era de 4.356.00.00 hectares [...] Em 1954, decidiu-se vender os castanhais para o senhor Nelito. (MOREIRA, 1997, p. 29).

Desta passagem retiramos a visão de como o pequeno se fez grande — tornando-se objeto de referência e inspiração para centenas de camponeses que se deslocaram de suas terras de origem em busca de melhores meios de sobrevivência. Em 1926, Simplício Moreira já era um destacado comerciante de castanha e seguira tocando essa atividade, entre outras, até 1954. A partir de então, concentrou-se em manter um empório comercial em Imperatriz para abastecer a região e a dirigir suas fazendas e demarcar sua ação política. Tornara-se homem de fortuna e destacado político na região.

Também merece destacar, a título de esclarecimento, que Simplício Alves Moreira, morador de Imperatriz em 1947, entrou para a política local a convite do capitão Manoel da Rocha Rolin, presidente do Partido Social Trabalhista (PST), sigla pertencente a Vitorino Freire — oligarquia que dominou a política maranhense entre 1945 e 1965 com mão de ferro, a partir de prestígio político conquistado na esfera do governo federal. Neste alinhamento, foi prefeito em 1948-1952 e vice por poucos meses, assumindo o lugar do titular na gestão 1952-1956.

Eleito prefeito em 1948, Simplício Moreira criou, em janeiro de 1950, o Serviço de Estradas de Rodagem (Lei nº26 de 10 de janeiro). No entanto, conforme Franklin (2008), somente em 1953, já no seu segundo mandato, recebeu recursos federais no valor de Cr\$ 250.000,00 para a construção de estradas, interligando definitivamente

Imperatriz a Montes Altos e a Sítio Novo, que já se interligava com o município de Grajaú, e deste com o restante do Nordeste.

Essa via de acesso ao Nordeste impunha um novo reordenamento no transporte da produção, tornando-se, de imediato, a principal rota comercial de toda a produção na região, reduzindo fortemente a capacidade de transporte fluvial do rio Tocantins. Esse feito também levou o arroz, de forma acelerada, a se tornar o principal produto comercial da região por décadas, uma vez que, sete anos depois, o governo Federal inaugurou a rodovia federal Belém-Brasília conectando a cidade ao sul do país.

Voltando ainda ao rio Tocantins, informam os ribeirinhos que a margem do rio foi a primeira a ser ocupada por gente que retornava dos castanhais. Ocuparam somente a margem direita do rio – dado que, da ribeira, seus produtos poderiam ser colocados no eixo navegável com certa facilidade, propiciando maior margem de lucro aos camponeses – que, em menos de três anos, avançaram para o interior das matas. Paternostro (1945, p.17) pontua em seu mapa os minúsculos povoados que foram se formando ao longo da margem direita do rio: Embiral, Praia Chata, Frades, Gavião e Cocal.

Essa ocupação alcançou inicialmente até duas léguas para o interior dos cocais e da mata, afastando-se do leito do rio. Os produtos eram transportados para o leito do rio Tocantins pelos inúmeros igarapés, utilizando-se de canoas, e no lombo de burros em tropas pelos caminhos, como atestam os antigos camponeses que tomaram posse da margem do rio.

Manoel Reinaldo, lavrador, morador na ribeira do Tocantins, no Centro Bom Jesus nas proximidades do povoado dos Frades, ao ser perguntado quando havia vindo morar em Bom Jesus (hoje reserva do Ciriaco), afirmou que viera para o ‘centro’ em 1956, já pela estrada conhecida como ‘estrada do arroz’.



Figura 6 - Miguel Reinaldo, Francisca e Manuel Reinaldo⁴⁷.
 Fonte: Acervo particular do autor (fotografia cedida pela família de Miguel - 2016)

Essa estrada foi a primeira aberta por camponeses, numa distância de aproximadamente duas léguas da margem direita do rio Tocantins, sendo ampliada, ano a ano, à medida que avançava o processo de ocupação. Cunha (1977), em seu livro “Terra de promessa”, resultado de uma pesquisa realizada em Imperatriz nos anos 1971/72, corrobora com o que dissera Velho (2013, p. 107), que igualmente pesquisou a região entre 1966-1972, e também com a historiadora Barros (1972, p. 117), ao afirmar que:

A marcha do povoamento é o resultado do deslocamento da frente de expansão agrícola constituída por indivíduos originários dos estados nordestinos [...] Tal movimento de populações se vem desenvolvendo em

⁴⁷ Da esquerda para a direita: Miguel Reinaldo que se localizou na frente de expansão às margens do córrego Cinzeiro que depois expropriado migrou para o tabuleiro da serra na Gleba Boca da Mata em João Lisboa – MA. No centro da foto a filha de Miguel, e à direita seu irmão Manuel Reinaldo, que migrou para a região em 1956, e se localizou às margens do rio Tocantins, no ‘Centro’ Bom Jesus nas proximidades dos campos dos Frades. Para esta região se estendeu o primeiro braço da frente extrativista do babaçu e em seguida a frente agrícola. Os dois irmãos haviam se separado em Brejo Paraibano e, mesmo quando os dois já se encontravam na região de Imperatriz, desconheciam a localidade em que cada um se encontrava morando.

ritmo mais ou menos contínuo, desde o início do ano de 1930, na primeira etapa, e a partir de 1960, na segunda. [...] primeiro seguiu diretamente para os municípios de Imperatriz e João Lisboa, enquanto o outro grupo seguia em busca do Pindaré [...] e daí para Imperatriz. (CUNHA, 1977, p. 22).

Essa demarcação de tempo e espaço capturada por estes autores permite perceber os dois momentos de maior intensidade da ação camponesa no município de João Lisboa. Como já nos reportamos, há dados que demonstram ter sido a ocupação dos camponeses no município de João Lisboa iniciada precisamente em 1929, por ser ali uma região de encontro das terras de cocais, terra de matas, e divisa dos campos gerais. Ali a terra era 'liberada' pelos fazendeiros, pois lhes era vantajoso – aqueles que se instalavam nessas paragens afugentavam as onças que atacavam os rebanhos, e acabavam formando uma espécie de escudo humano ao longo da mata.

Keller (1975), em artigo resultante de uma pesquisa realizada na região em 1969/1970, comenta onde se encontrava a agricultura:

Porto Franco e Santa Tereza da Imperatriz foram fundadas em 1852, nos limites da zona de pastos naturais e, portanto, da expansão da pecuária. Ao norte de Imperatriz, a floresta amazônica formava uma barreira, na orla da qual e ao longo das matas ciliares encontrava-se uma agricultura de subsistência. (KELLER, 1975, p. 666).

Esta visão denota de forma consensual que os camponeses se afastavam dos campos e das matas do cerrado para se instalarem ao longo da floresta amazônica. Esta escolha não se definia unicamente pela qualidade dos terrenos, a escolha também dependia das relações que tinham no seu próprio meio camponês e das relações que mantinham com fazendeiros ou comerciantes, uma vez que há registro – como apontamos no tópico anterior – da existência de 445 propriedades, na sua maioria grandes latifúndios estabelecidos desde 1917, cujos limites, na prática, eram definidos pela dimensão de poder estabelecido entre os que detinham posses, dado que as cartas não eram topográficas. Os marcos de divisa destas propriedades eram referentes vagos⁴⁸, ditados por informações imprecisas por aqueles que as requeriam. (COUTINHO, 1994, p. 148).

⁴⁸ A Lei de Terras havia criado em 1850 o primeiro cadastro de terras, sendo por ela denominado de 'registro paroquial' tal propósito vai se efetivar com o Artigo 91 do Decreto nº 1.218/1854. Este decreto previa que todos os que possuíam terras ou possessão seriam obrigados a fazerem registros das terras que possuíam, sendo os vigários as autoridades onde os mesmos deveriam efetuar o registro (este registro passou a ser conhecido popularmente como Registro do Vigário).

Da lógica do processo de posse, no início do século, fosse por fazendeiros ou por camponeses, a margem do rio Tocantins era uma área privilegiada, por ser o rio o canal responsável pelo transporte de tudo que se produzia e de tudo que chegava como abastecimento. Era rota de gente indo e vindo. Como dizem os ribeirinhos até hoje: por onde corre um rio, corre dinheiro. Por isso as terras localizadas entre Imperatriz, descendo ou subindo o rio, eram as mais cobiçadas. A rota do início do século XX foi estabelecida pelo rio Tocantins. Este era o rio que comandava a vida e a cartografia física, econômica e social daquele tempo. Os que ali viviam tinham seu alicerce no rio, nos campos, cocais e na grande floresta; de tal sorte que o primeiro surto de ocupação das matas por camponeses se deu no trecho compreendido entre Imperatriz e o povoado Bom Jesus por força do extrativismo do babaçu. Este povoado, que ainda existe, fica situado próximo a Campos dos Frades, numa distância aproximada de 87 quilômetros de Imperatriz, pela margem do rio.

Toda a margem direita do rio foi ocupada pelos camponeses que retornavam daquela exploração. Muito embora parecessem terras tradicionalmente ocupadas, desde os tempos dos Jesuítas, e depois compradas em leilão pelo coronel Amaro Batista, elas foram abandonadas, dado o impacto do comércio extrativista, e novamente reocupadas depois da crise. Certo é que a posse dessas terras foi feita por camponeses sem nenhuma contestação até 1954.

As matas, até então relegadas a segundo plano, passam imediatamente a ser um recurso natural útil (as que tinham as palmeiras de babaçu) na exploração dessa amêndoa, e também no cultivo da lavoura para atender o mercado interno que restara, pois a população que havia se instalado no entorno da frente extrativista havia, mesmo na crise, de algum modo, permanecido na região.

No âmbito dessa modernidade comercial provocada pelo extrativismo, somada ao contingente de camponeses, as terras da margem direita do rio passaram a ser ocupadas, desta feita, através de disputa entre os próprios lavradores. Keller (1975, p. 691) confecciona um mapa, a exemplo de Paternostro, assinalando na margem direita do rio Tocantins — estendendo até os cocais e intercalado aos povoados

A declaração da terra deveria conter o nome do possuidor, designação da freguesia, a situação, a extensão se fosse conhecida e seus limites. Por este registro seria cobrado do declarante emolumento correspondente ao número de letras que contivesse a declaração, a razão de dois reais por letra, conforme o artigo 103. Desta forma, quanto mais detalhado o teor das descrições, mais caras ficariam e por conta disto as declarações tornaram-se mais resumidas e vagas. (SMITH, 1990, p. 323).

apontados por Paternostro — vários novos ‘centros’ resultados do avanço que a frente agrícola estava alcançando. Novamente ao comércio seria imputado a forma como foi definida a apropriação da terra. A disputa inicial entre eles era para que suas moradas tivessem acesso ao rio para evitar o longo transporte dos produtos por terra. Essas circunstâncias obrigavam os camponeses e mesmo os fazendeiros — que também passaram a atuar na lavoura — a demarcar, à moda costumeira, seus portos na margem do rio.

Essa ocupação inicial das terras entre Bom Jesus e Imperatriz foi muito rápida também em função da exploração do babaçu, como atestam os telegramas citados, obrigando o restante dos lavradores a abrirem uma estrada paralela ao rio para ocuparem as terras dos fundos destes primeiros domínios, na mesma extensão, entre o povoado citado e Imperatriz. Essa estrada passou a se chamar ‘estrada do arroz’ por força da lavoura desse grão, já pelos idos da década de 1950. Esse nome permanece até o tempo atual, sendo impactada pela construção da ‘Suzano papel e celulose’⁴⁹.

O camponês cearense aposentado, Amadeus Conceição Dias, 89 anos (lúcido, cego nos dias atuais e extremamente alegre), ainda morador de Imperatriz, nas proximidades do, hoje, bairro ‘Boca da Mata’⁵⁰, relata-nos o seguinte:

⁴⁹ Instalada nas proximidades de Imperatriz, na margem dessa estrada, só de fato asfaltada recentemente, na gestão do atual governador, embora a melhoria tenha sido objeto de promessa desde a década de 1970. A antropóloga Andrade (2012, p.01) em seu artigo ‘O cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose’, discute largamente expansão do agronegócio nesta região, em detrimento da preservação ambiental e da reprodução dos camponeses na região por meio de sua agricultura, mostrando os móveis dos conflitos socioambientais provocados pela ação empresarial da Suzano que, ao se lançar na compra de terras e arrendamento de milhões de hectares, quebra a continuidade da sustentabilidade camponesa diante do gigantismo da concentração fundiária. A Suzano Papel e Celulose começou no dia 30 de dezembro de 2013 as suas atividades na produção de celulose na fábrica de Imperatriz, no Maranhão. A fábrica, com capacidade de 1,5 milhão de toneladas dizem os jornais que é uma das mais modernas do mundo e sua produção está voltada, prioritariamente, para os mercados europeu e norte-americano. O investimento inicialmente planejado foi de US\$ 2,3 bilhões. O investimento florestal é de US\$ 575 milhões. Opera comercializando em 31 países, e vende papel em mais de 60 países. Fato é que a pouca agricultura e a grande pecuária da região vem sendo fortemente impactada por essa grande empresa, dada a compra das terras e arrendamento para o plantio de eucalipto.

⁵⁰ Boca da Mata era um termo genérico usado por todos da época para distinguir a fronteira nativa entre o sertão e a floresta amazônica. Na época havia uma área com esse nome de Boca da Mata, ocupada por nordestinos migrantes nos arredores de Imperatriz à direita do antigo campo de aviação e depois da estrada do Apolinário. O lugarejo se consolidou com esse nome por ser a parte da mata de onde era extraída a lenha para abastecer as duas ruas mais antigas onde moravam os de maior condição financeira. Grande parte da lenha consumida era proveniente desta localidade. Esta área hoje se tornou um grande bairro da cidade de Imperatriz. Façamos um esclarecimento nesse ponto: A gleba Boca da Mata/Barreirão está situada no município de João Lisboa numa distância de quinze quilômetros distante de Imperatriz.

Cheguei em 1954 em Imperatriz pela primeira vez. Vim deixar meu pai. Mais eu mesmo vim pra morar em 55 e nós botava nossas roças mais vendia muita lenha naquele tempo para os ricos daqui. Todo mundo só cozinhava com lenha. No ano que cheguei inventei de caçar pra conhecer os centros pra me localizar. Andei por muito canto. Tinha lugar bom mais a condição não dava. Fui um mês caçar já no começo das águas no fim da estrada do Apolinário, ele tinha aberto a estada no fim das águas pra tirar o legume pois ele me disse que havia botado duas roças lá na beira do riacho Barra Grande indo de canoa descendo o Tocantins e quando chegava no barra grande subia pra mais de légua. Ele usava tropa pra retirar o legume pra vender aqui saia mais em conta, os penta (barco de pequeno calado) era uma carestia pra trazer as coisas. Fui muitas vezes, gostava de caçar. Depois chegava gente demais vindo de todo canto e se danaram pra Bacaba pra Esperantina pro Mariano, Olho D'água do Paulo, Olho D'água dos Martins que eu lembre Açaizal, Angical, Coquelândia, São Felix. Cheguei em setembro, foi; tinha coco demais. E todo mundo quebrava. Naquele tempo vendia em Belém. Eu num tava muito acostumado com aquilo não. Depois o pessoal se danou a plantar arroz e virou estrada do arroz mais era estrada do Apolinário. (AMADEUS CONCEIÇÃO DIAS. Entrevista concedida em 21/03/2015).

Parte da produção dessa área era destinada a Marabá no Pará, enquanto a outra parte se destinava a Imperatriz. Com a abertura da 'estrada do arroz', Imperatriz passou a ser abastecida por estas duas via de escoamento: uma fluvial e a outra carroçável. Essa estrada seguia perpendicularmente sempre próximo ao rio Tocantins, sendo interligada em vários pontos por caminhos abertos pelos lavradores na medida em que seguiam abrindo seus centros agrícolas. Mesmo assim, as terras da margem do rio e da nova estrada não foram suficientes para atender a demanda por terras por parte dos camponeses. Se havia abundância de matas, há de se perguntar — por que se disputavam precisamente aquelas? A resposta é de cunho prático: porque aquelas se encontravam no epicentro do eixo comercial e às margens da única rota fluvial que permitia o fluxo do que se produzia.

Encontrar uma 'colocação' era possibilidade de ganho, era ponto estratégico para melhorar de vida, dado o volume de negócios que se poderia realizar desse ponto. Muitos se sujeitavam a permanecer em áreas muito pequenas para não perder o fluxo comercial. As cartas topográficas demarcatórias do GETAT nesta região (no caso a gleba Barra Grande, com 54.653,0641 hectares, estendendo-se de Imperatriz até o rio Bom Jesus, afluente do rio Tocantins, onde ficava localizado o povoado com o mesmo nome) registram uma grande quantidade de lotes com pequenas áreas, muitas vezes inferiores às áreas demarcadas para os camponeses do loteamento Pé de Galinha no município de João Lisboa.

1.5 Antecedentes históricos da ocupação da gleba Boca da Mata

A gleba Boca da Mata⁵¹ está distribuída numa área de 107.700 ha. Compreende mais da metade de todo o território do município de João Lisboa, que na época era de 2.055 km², ou seja, 205.000 ha. João Lisboa é um dos quinze municípios que compõem a microrregião de Imperatriz, no oeste do Maranhão.

Com exceção dos municípios de Amarante do Maranhão e Lajeado Novo, todos os imensos territórios dos demais municípios da microrregião pertenciam unicamente ao município de Imperatriz, desde os seus primórdios. A partir de 1955, devido às transformações pelas quais vinha passando a região, vários distritos reivindicavam sua autonomia e, por essa razão, foram sendo desmembrados do território de Imperatriz constituindo-se em novos municípios.

A saber: Montes Altos em 1955; João Lisboa em 1961 (em anos posteriores, foram desmembrados do território de João Lisboa os municípios de Senador La Roque e Buritirana, os dois em 1994); Açailândia em 1981 (sendo desmembrado de seu território em 1994 o município de Itinga do Maranhão); Cidelândia; São Pedro da Água Branca; Vila Nova dos Martírios; São Francisco do Brejão; Ribamar Fiquene; Governador Edson Lobão e Davinópolis, emancipados em 1994 (NADIR, 2001).

⁵¹ De acordo com o mapa de jurisdição da Unidade Executiva de Imperatriz, com data de 01 de junho de 1984, a gleba Boca da Mata faz parte de um total de 22 glebas. A soma total da área destas glebas aproxima-se de 4.300.000 hectares. Cobrindo toda a divisa do estado do Maranhão com o estado do Pará desde a região do Gurupi ao norte até Carolina e Riachão ao extremo sul do Maranhão (Mapa da Unidade Executora de Imperatriz/planta consultada na unidade, arquivo do setor de topografia).



Figura 7 – Mapa da microrregião de Imperatriz.⁵²
Fonte: Nascimento (2001, p. 19)

⁵² Esses municípios eram: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Buritirana e Vila Nova dos Martírios.

O povoado de Gameleira, distrito de imperatriz, (vide figura 01) teve sua elevação à condição de município em 15 dezembro de 1961 pela Lei nº 2.167, e renomeado com o nome João Lisboa (em homenagem ao historiador, político, jornalista e escritor maranhense, João Francisco Lisboa [1812 – 1863]).

Históricamente, a área desmembrada esteve no passado relacionada e vinculada diretamente ao fundador de Imperatriz em 1852, Frei Manoel Procópio. Afirma a historiadora Edelvira Marques de Moraes Barros que parte da área do município de João Lisboa, criado em 1961, principalmente a parte de sertão, fazia parte das terras da Fazenda Soledade, pertencente a frei Manoel Procópio (BARROS, 1996). O território desse município é transpassado pela floresta amazônica, por uma floresta de cocais e pelo cerrado.

Ainda segundo a historiadora Barros, frei Manoel Procópio, antes de retornar à Bahia, vendeu a propriedade para o senhor Martinho da Cunha Araújo, que mais tarde a repassou ao fazendeiro Marcos Gomes Moraes. Este se instalou na parte sul da sesmaria, área de campos nativos propícios à criação de gado, ficando a parte norte abandonada, por se tratar das ‘matas gerais’, como era nominado por aquela época, e hoje conhecida por floresta amazônica, como atesta ainda a historiadora Barros ao afirmar que

o fazendeiro localizou-se na parte sul da sesmaria, local ainda hoje cultivado por seus descendentes. A parte norte depois de algumas tentativas de colonização ficou abandonada até o ano de 1929, quando os pioneiros: Joaquim Alves da Silva, Manoel Félix e João Lopes, localizaram-se num recanto aprazível de bonitos olhos d’águas e frondosas gameleiras, que passou a ser chamado Gameleira, bem como a Joaquim seu morador. (BARROS, 1972, p. 151).

Pelo exposto, um dos pioneiros passa também a ser chamado de “Gameleira” pelos demais da redondeza. A historiadora constata de que se tratava de um ‘recanto aprazível’ com abundância de água e muita sombra, devido à existência de enormes e ‘frondosas gameleiras’. Há também uma outra localidade com o mesmo nome. Por se tratar de duas denominações dentro de uma mesma área, ou não, Parsondas de Carvalho, que tinha terras de heranças no sertão da Buritirana, poucas léguas a leste da sesmaria de frei Manoel Procópio, escrevendo em 25/02/1902 sobre a guerra entre governo e o líder sertanejo Leão Leda, fala de uma fazenda com esse nome — ‘Gameleira’— nas proximidades. Escreve ele:

Colhi informações, muni-me de jornais e retornei para o sítio onde estava escrevendo a história que agora está sendo publicada. Era no lugar Soledade, à margem do pequeno rio Cacao, à sombra de vasto laranjal, ouvindo ali o cantar dos pássaros no mato e o mugir das vacas leiteiras no curral. O interesse de outras informações me obrigou a transladar a residência para aquém da Serra do Corrente e nessa vinda encontrei na *fazenda Gameleira*, ainda campos do Cacao, Raimundo Francisco Ribeiro Soáres, que ia à vila da Imperatriz. (CARVALHO, *apud* DINO, 2007, p. 233) Grifo nosso.

Por essa leitura, é muito provável que Parsondas se encontrasse beirano as matas gerais em território do, hoje, município de Senador La Roque ou Buritirana, pois ele declarou estar 'aquém da serra do corrente' 'ainda em campos do cacao'. Ora, a nascente do rio Cacao fica no pé da serra existente no município de Buritirana. Ele havia partido da localidade de Soledade, que tinha sido a fazenda de Frei Manoel Procópio. Se a fazenda 'Gameleira', citada por Parsondas de Carvalho, encontrava-se ainda em campos do Cacao, certamente não se encontrava distante muitas léguas da outra Gameleira citada por Barros. (1972, p. 151).

É de se supor que aquela tenha induzido a esta, por ser mais antiga e ocupar léguas. Ou ser mera coincidência apenas, o que é mais provável que seja, um nome nativo nominando duas localidades distintas: o centro Gameleira próximo de Imperatriz, fundado por camponeses, e o mesmo nome igualmente nominando uma fazenda, pertencente a alguém de posse ou a camponeses que melhoraram de condições, por partilha, e instalado ali, na beira da mata, com o mesmo nome, localizada a algumas léguas adiante, sendo as duas localidades, sempre próximas do rio Cacao.

Somente em 1929, quase oito décadas depois da apropriação dessas terras por parte de frei Manoel Procópio e outros fazendeiros, é que, de fato, os camponeses iniciaram os apossamentos das matas desse 'recanto' por força da crise da borracha e da castanha. Durante a segunda metade do século XIX, boa parte dos camponeses preferiram os ganhos das atividades pastoris; porém, mantendo uma lavoura mínima que praticamente não afetava as grandes matas. Durante a primeira metade do século XX, novamente se reproduz a experiência passada, a grande maioria embarcava para a extração da borracha e da castanha, como já expomos, mais uma vez os camponeses permaneciam arredios das matas gerais.

A partir de 1930, devido à crise na extração da borracha e da castanha, os camponeses, como que sem alternativa, apelavam para a exploração dos cocais, de onde ainda poderiam obter ganhos, mesmo que inferior ao obtido em Marabá no Pará. Somente quando a região se interligou por meio das estradas de rodagem ao restante

do Nordeste na década de 1950, as matas passaram a ter serventia para camponeses e fazendeiros. O uso dessas matas foi além da sobrevivência familiar pelos camponeses, tornando-se alternativas de exploração econômica e de novos ganhos por parte da grande leva de camponeses represada nesta região decorrente da crise extrativista da borracha, da castanha e do babaçu.

Salientamos, ainda, que o elemento facilitador de aproximação de novas levas de camponeses a esse recanto distante eram as estradas de rodagem que se aproximavam de Imperatriz. Quando foi eleito presidente do Maranhão, José Maria Magalhães de Almeida, em 1925, era conhecedor do problema rodoviário desde a infância, pois era filho do município de Codó, no leste maranhense, distante da capital apenas 290 km. Ele elaborou um plano rodoviário para o estado, abrindo novas estradas e recuperando as já existentes, interligando todo o leste maranhense de norte a sul.

Em 1928, ele percorreu toda a área conferindo, *in loco*, as estradas. Num roteiro dessa viagem escrito por Clarindo Santiago, um dos participantes da comitiva do presidente, há um mapa elaborado (e publicado no ano seguinte, 1929) da incursão e das demais estradas trafegáveis. O ponto mais extremo a oeste, alcançado por seu plano de estradas carroçáveis e em bom funcionamento, é o município de Porto Franco. Consta nesse mapa, em sua legenda, apenas o traçado da existência de caminhos e estradas projetadas. De Imperatriz ao Pindaré, apenas caminhos numa distância de 90 quilômetros. Estrada projetada de Imperatriz até a Estiva, numa distância de 108 quilômetros; e de Imperatriz ao Pindaré, distância de 90 quilômetros.

O Mapa (figura 8) de Clarindo Santiago assemelha-se muito ao mapa do Major Francisco de Paula Ribeiro (1819), mais de um século de diferença entre os dois mapas, sinalizando que a fronteira pouco havia avançado sobre o oeste maranhense. A máxima distinção entre o percurso feito pelo Major, no seu tempo; e por Magalhães, na sua época, dá-se porque o primeiro fez o trecho a cavalo e com muita dificuldade, já o segundo o percorreu de automóvel, mesmo em estradas precárias.

Assim, registramos um significativo avanço de melhorias apenas de norte a sul do leste do Maranhão. Neste mapa, podemos perceber que a estrada que ligava Imperatriz ao sistema de estradas do estado se encontrava apenas pontilhado. Na legenda do mapa, o traçado pontilhado representava as estradas projetadas pelo governo; portanto, até aquela data, a cidade de Imperatriz continuava isolada da malha rodoviária do estado, condição que permaneceu até o início da década de 1950.

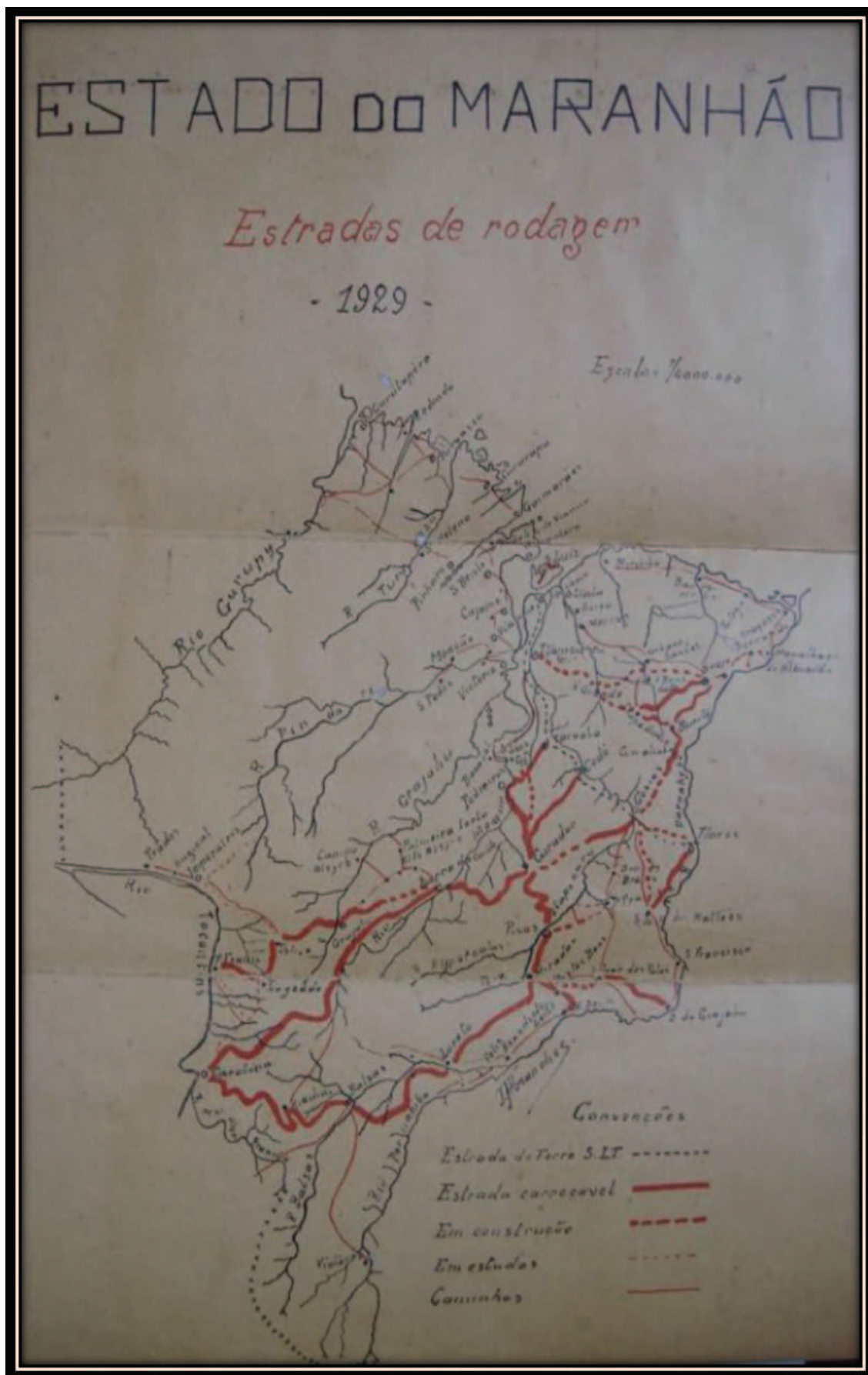


Figura 8 – Mapa do Maranhão de 1929.
 Fonte: Santiago (1929, p.41)

Entre a posse dos fazendeiros (juntamente com frei Manoel Procópio) e a iniciativa dos camponeses de fundarem o Centro Gameleira em 1929, perfazem 77 anos em que a lavoura praticada nessas matas não ia além dos arredores de Imperatriz. Existe um 'centro' antigo chamado Camaçari, distante sete quilômetros de Imperatriz, localizado na beira da estrada que dá acesso à sede do município de João Lisboa, em área ainda do sertão. Mas não foi possível saber, mesmo por fontes orais, se ele existia antes da fundação da antiga Gameleira.

É no contexto inicial da crise que os novos camponeses migrantes nordestinos, desestimulados da frente extrativista, localizaram-se na 'boca da mata'⁵³ do Centro Gameleira e retomaram com força suas ações territorializantes ao cultivarem suas roças.

Essa localidade se tornou, mais tarde, passagem e rancharia de muitos camponeses e fazendeiros em travessia do município de Amarante do Maranhão para Imperatriz. Nas duas décadas seguintes, após 1929, o lugar de rancharia resultou num pequeno aglomerado cujo nome identificava gente e ambiência.

De acordo com Barros (1972), desde 1953 as matas contíguas ao povoado Gameleira vinham sendo apossadas por um contingente de camponeses oriundos de várias partes do Maranhão e demais estados do Nordeste. Essa ocupação camponesa, distante 12 km da sede do município de Imperatriz, foi disputada e ampliada pela abertura da estrada de rodagem construída pelo prefeito de Imperatriz em seu segundo mandato (1953-1956). Na mesma época construiu a estrada que ligava a sede do município ao povoado Rebeirãozinho, algumas léguas rio acima, às margens do rio Tocantins, elo definitivo de aceleração comercial do município de Imperatriz.

Esse entrocamento tornou-se a rota de passagem de todos aqueles que para Imperatriz se dirigiam, uma vez que conectava a região a todo o sul do Maranhão e aos demais estados do Nordeste. Uma rota com travessia pelos municípios de Montes Altos, Sitio Novo, Grajaú, Barra do Corda, Presidente Dutra, rumo a Floriano no estado do Piauí, ou Caxias no Maranhão, extrema do estado do Piauí.

⁵³ Referência que nomina o primeiro termo da gleba, na década de 1980 pelo GETAT, o segundo termo 'Barreirão' se refere a um riacho, tomado como a outra extrema da gleba a oeste. Assim, a gleba fica situada entre os extremos: boca da mata e a lagoa Barreirão.

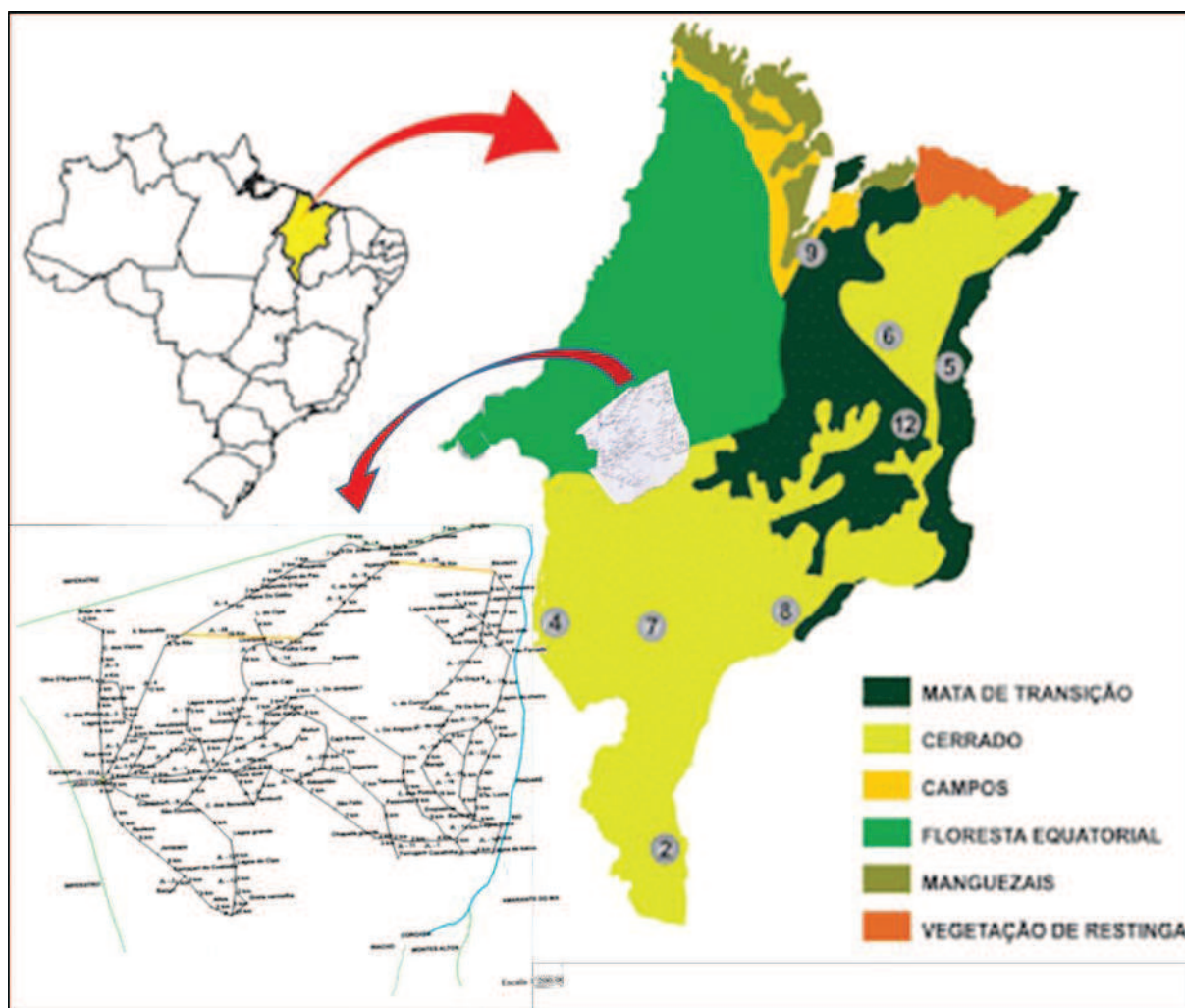


Figura 9 – Mapa da composição dos tipos de vegetação do Maranhão. Com destaque no canto esquerdo inferior do mapa do município de João Lisboa (1975) e no seu interior a rota das estradas e centros fundados pelos camponeses na gleba Boca da Mata.

Fonte: Adaptado de 'Pequenos Cientistas: Biomas maranhenses'. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=mapas+do+maranh%C3%A3o&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjerufnrq3XAhUGh5AKHT7WDvMQsAQIKA&biw=1600&bih=794#imgrc=PVMniZa35QPozM:>> acesso em agosto de 2017

Essa estrada, segundo Barros (1972, p.151; 1996, p. 103), foi responsável pela quebra do isolamento (por terra) de Imperatriz com a capital e com o restante do Nordeste – impondo uma aceleração econômica em outras bases, no interior da frente de expansão, uma vez que os caminhões davam uma mobilidade no transporte de gente e mercadorias nunca alcançada pela via fluvial.

A antropóloga Keller relata que

em 1950, a construção de uma estrada carroçável, liga a cidade de Imperatriz a Grajaú, cidade às margens do rio do mesmo nome, importante centro comercial, ponto terminal de navegação e ligada a Barra do Corda e ao Piauí. Logo a seguir a prefeitura de Imperatriz adquire o primeiro veículo motorizado a trafegar na região. [...] A construção dessa estrada carroçável permitiu não

apenas a vinda de migrantes nordestinos, mas também intensificou as ligações comerciais com Fortaleza e Recife, onde os comerciantes passaram a se abastecer, enfraquecendo-se concomitantemente as ligações fluviais com Belém, no Pará. (KELLER, 1975, p. 671).

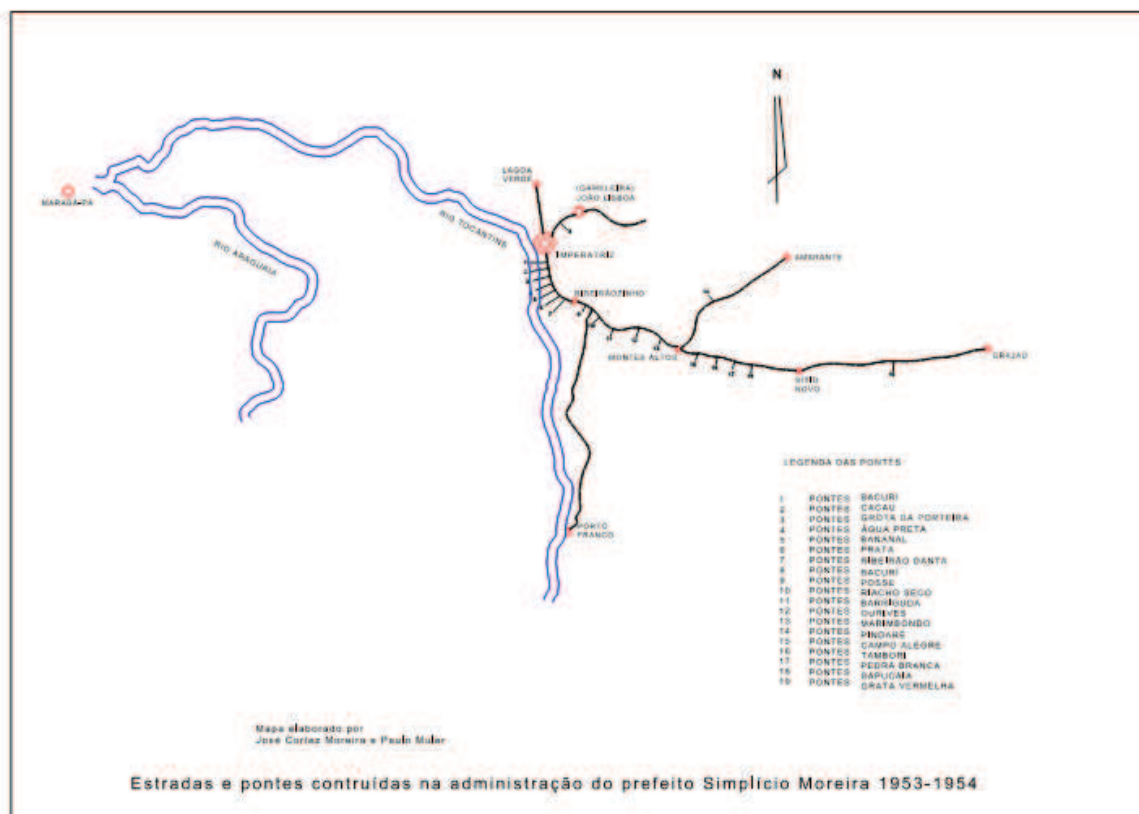


Figura 10 - Estradas e pontes construídas na administração do prefeito Simplício Moreira⁵⁴.
Fonte: Moreira (1997, p. 154).

De acordo com uma publicação (1937) do Departamento Estadual de Estatística, ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Imperatriz havia comercializado o seguinte volume de babaçu.

Tabela 4 - Produção de babaçu no município de Imperatriz – MA

ANO	LOCALIDADE	QUILOS
1934	Imperatriz	25.111
1939	Imperatriz	21.164
1940	Imperatriz	24.157
1941	Imperatriz	19.324

Fonte: IBGE – Publicação do Depto. Estadual de Estatística do Maranhão, 1937. (1934-1941).

⁵⁴ Em 1953 o prefeito municipal Simplício Moreira concluiu seu plano de expansão das estradas carroçáveis do município abrindo uma estrada até a localidade Lagoa Verde, uma segunda até o Centro do Bom Lugar passando pela povoação Gameleira e interligou outras duas com os municípios vizinhos de Porto Franco e Grajaú. Esta última estrada carroçável ligava Imperatriz ao restante do Nordeste.

Por esses dados, tínhamos ainda uma produção reduzida. Embora eles sejam incompletos e não apresentem uma sequência, temos uma média equilibrada nos anos de 1934, 39 e 40, com redução mais forte em 1941. A mesma publicação ainda fornece dados tomados em separado da região tocantina, por ser a única das cinco áreas de coleta de babaçu no Maranhão pela qual o escoamento não se dava pela capital do estado, sua produção era toda comercializada por Belém.

O Departamento Estadual de Estatística informa que em 1939 o vale do Tocantins produziu 65.068 quilos de amêndoa: em 1940, 100.428 quilos, e em 1941 alcançou a produção de 128.314 quilos de babaçu. Essa sequência de aumento constante de produção reflete a inserção camponesa nesse ramo extrativista nas décadas de 1930 e 1940.

Por estes dados é possível afirmar que, antes da frente de expansão agrícola do arroz se consolidar no vale tocantino, a frente extrativista do babaçu se manteve por duas décadas ocupando este espaço e reordenando as relações produtivas do lugar. Seguramente, a gleba Boca da Mata – região que viria a ser no futuro (1961) o município de João Lisboa – seria desde aquelas décadas influenciada por aquele contexto.

Historiamos um século (1852-1950) do processo de devassamento e ocupação das terras da região tocantina. Como afirmamos no início do capítulo, o eixo da narrativa tinha como centralidade os acontecimentos, os lugares e personagens dentro de uma ordem socioeconômica tangida pela criação de gado, seguida pelo extrativismo da borracha, castanha e babaçu, mas tendo uma agricultura perene que perpassou toda essa longa fase de exploração dos recursos naturais, diante da trama socioeconômica que, direta ou indiretamente, movia a todos os envolvidos por aquele período.

Extraímos a compreensão de que por todo esse período (1852-1950) os camponeses não tinham como mira (única e exclusiva) a posse das terras para praticarem lavouras de subsistência ou de excecente, como a literatura regional apregoou sobre a região. O processo de colonização do Maranhão foi guiado por duas frentes: uma no norte e outra no sul do estado. A estabelecida no norte – caracterizada por ser fortemente escravista e praticar a grande lavoura para exportação – imprimiu ressonância específica no campesinato de seu entorno e foi extremamente excludente em suas relações de produção com os camponeses, uma vez que os escravos eram os ‘pés e as mãos’ do modelo agroexportador implantado.

Por sua vez, no sul do estado, o processo produtivo moldado pela frente pastoril e conduzido de forma autônoma por fazendeiros e comerciantes ocorreu sem a presença do Estado, até meados do século XIX. Aqui não havia predominância de escravo no processo produtivo. Eram os camponeses que se constituíam no elemento executor, sendo, portanto, os camponeses os ‘pés e as mãos’ que operacionalizavam a frente pastoril.

A identidade distinta das duas frentes de colonização se encontra presente na historiografia recente — Ribeiro (2002), Abreu (1982), Barros (1996), Netto (1979), Carvalho (2011), Franklin (2008), Cabral (2008) Pachêco Filho (2016) — fazendo um contraponto da história escrita sobre a frente colonizadora do norte que, por ser a sede do governo, insistia em homogeneizar o processo de colonização somente na perspectiva da frente agroexportadora, encobrendo, dessa forma, diversas particularidades específicas de outros centros irradiadores.

Por todo o período citado, os camponeses no sul do Maranhão avançavam de forma sempre agregada ao processo produtivo em curso. Mantiveram-se no sertão, com autonomia relativa, diante do pouco ganho que a frente pastoril e os garimpos marginais ofereciam; por décadas foram a grande mão de obra da frente extrativista da borracha, da castanha e do coco babaçu, tendo nesses ganhos obtido a renda complementar para sua reprodução, até o início da década de 1950.

As roças eram sempre um aproveitamento estratégico que eles poderiam utilizar em qualquer lugar, fosse no sertão, em áreas de mata, nos cocais, ou mesmo nas grandes matas gerais. Afinal, a roça pequena de um hectare, ou menos disso, sempre esteve mais relacionada com a sobra de tempo para outros ganhos do que com a capacidade produtiva do trabalho da família camponesa na região. A roça era sempre a garantia mínima da existência, um estoque de reserva estável diante da instabilidade dos ganhos que estivessem ao alcance no correr do ano.

Nesse período (1852-1950) a sobrevivência dos camponeses consistia fortemente na conjugação do extrativismo e da pequena lavoura. No entanto, sabemos que os camponeses não formam um grupo social homogêneo, e, dessa forma, contêm uma grande diversidade moldada por um conjunto de elementos de suas condições objetivas de produção e ganhos, pois, afinal, “há situações e ritmos de evolução diferentes [...] a exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive”. (LAMARCHE, 1993, p. 23).

A relação de toda a população rural, fosse na região de Imperatriz ou em Marabá, com os recursos naturais constiuia-se em um quadro em que o aproveitamento de tudo que era encontrado nesses locais (matéria-prima e alimentos produzidos) era algo espontâneo e resultava em decisiva manutenção da população. Os dados, embora adversos e muitas vezes colhidos de distintas fontes, dão consistência conclusiva na direção de localizar e apontar o foco de interesse dos camponeses no período que antecede a formação da frente agrícola no município de João Lisboa e região.

Esta convicção, respaldada na diversidade destas fontes, confronta com determinadas visões que tomam os camponeses apenas como forças produtivas atrasadas e subjugadas, sem a devida análise das relações de produção em que considere a experiência humana no interior de diferentes processos culturais.

2 O ESPAÇO DA DIFERENÇA

Durante toda a história do Maranhão, o Estado não escuta a territorialidade camponesa. Grosso modo, segundo Cabral (2008), o Maranhão em sua formação, desde os tempos coloniais, resultou das ações de três frentes de ocupação e povoamento. A primeira frente adentrou o espaço maranhense pelo litoral em 1612, estendendo-se no sentido norte-sul, sob os efeitos da dinâmica externa, consolidando-se na agroexportação por todo o período Colonial e Imperial, alcançando os vales úmidos do rio Pindaré, subindo o rio Itapecuru até as antigas Aldeias Altas, hoje município de Caxias. Cidade localizada no terço médio de sua divisa com o estado do Piauí. Ancorada nos engenhos e depois na grande lavoura, requereu desde cedo como mão-de-obra uma imensa escravaria, sendo inicialmente constituída de índios locais e, em seguida, substituindo-os gradativamente pelos escravos africanos até se tornar de forma absoluta a partir das ações do Marques de Pombal.

A segunda frente, composta por fazendeiros, avançou pelo sul do estado desde 1730 – estendendo-se por todo o cerrado maranhense – até 1852. Sua ocupação, realizada no sentido inverso da primeira, alcançou uma área superior à extensão da frente litorânea. Neste intervalo de tempo (1730 – 1852) avançou para o sul até a nascente do rio Parnaíba e, no sentido oeste alcançava a região média do rio Tocantins. (NETTO, 1979).

Essas duas frentes tinham em comum, em seus respectivos processos produtivos, a quase absoluta exclusão dos camponeses durante todo o seu longo período de avanço sobre o território maranhense. Esse processo de rejeição natural, conduzido pela grande lavoura e pela pecuária, veio instalar uma brecha de acomodação da terceira frente, constituída basicamente, em sua maioria, de camponeses migrantes oriundo dos demais estados do Nordeste.

A frente camponesa adentrou as terras maranhenses favorecida pela brecha relacional produtiva proporcionada pelas duas primeiras frentes anteriores. Essas terras eram consideradas ‘livres’ pelas condições climatológicas, qualidade das terras, das águas, da abundância de matas virgens e também por não serem objeto de interesse primordial do grande senhor da lavoura. Os fazendeiros almejavam apenas os campos nativos – desde o período colonial. Por esses motivos as terras eram denominadas ‘livres’.

A frente camponesa ao entrar no Maranhão se dirigiu à região da floresta amazônica, portanto em direção ao oeste do estado, subdividindo-se em quatro grandes ramos: o primeiro permaneceu explorando as matas da parte central; o segundo seguiu o curso dos rios em direção ao norte; o terceiro serpenteou-se em direção ao sul do Maranhão, e o quarto seguiu a orla da floresta e o cerrado, alcançando o sudoeste, região onde se localiza nosso objeto de estudo. Convém acrescentar que, de maneira geral, a ação colonizadora das três frentes continha um projeto totalizante por parte de seus agentes; sua força motriz se nutria ao ocupar novas terras, explorando os recursos naturais, explorando seus bens para submeter os naturais da região.

Vemos assim que o ocorrido no Maranhão por aqueles idos, em termos de ocupação e povoamento, resultou das transformações que se processaram no meio rural maranhense e é, sobretudo, resultado do efeito, no plano local, do que se dava de forma mais geral enquanto processo amplo da sociedade brasileira. As condições preexistentes encontradas pelos camponeses, fossem elas fundiárias ou relacionais, — condições propiciadas pela imposição dos marcos comerciais impostos pela agroexportação da grande lavoura ou da pecuária extensiva — tiveram consequências sobre suas ações territorializantes, uma vez que o poder local exercido era mantido por uma elite que detinha o domínio da grande propriedade de terras e, dessa forma, dispensava um tratamento desqualificador em relação aos não proprietários. Naquele contexto:

Se a elite latifundiária se sentia, frequentemente, acima da lei, na medida em que a lei se confundia com o próprio poder local, os não proprietários eram ignorados como sujeitos de direitos, as políticas para o meio rural pouco levavam em conta a melhoria de suas condições materiais de vida e nem sequer eram reconhecidos como trabalhadores. (NAZARETH; WANDERLEY, 2010, p. 82).

Essa condição supressora, por outro lado, permitiu um grau de autonomia ao camponês, possibilitando a ele uma vida dispersa na mata e em grande isolamento, o que no curso de muitas existências deu margem, pela tradição, a engendrarem outros regimes de propriedade da terra. Do norte maranhense até pouco além da parte central do oeste do estado, dado o labor agroexportador, o regime de terra teve forte efeito no processo de ocupação realizado pelo campesinato. Estas terras foram tradicionalmente ocupadas à revelia das políticas fundiárias e de ordenamento territorial do Estado.

No sudoeste do estado os camponeses enfrentaram uma conjunção de outros fatores de ordem econômica, social e de governança. No plano econômico, envolveu a pecuária, garimpo, borracha e a extração da castanha. Em todos estes processos, que correspondem às diversas formas de ocupação, afirma Bosi (1992, p. 12), “a colonização dá um ar de recomeço e de arranques”. Em tais circunstâncias a territorialidade camponesa, enquanto território de pertencimento, ondulou de acordo com a ótica e especificidade de cada processo de exploração.

O avanço da fronteira⁵⁵ sobre o oeste maranhense é de longa data, mas se deu, sobretudo, pela forte presença camponesa a partir da década de 1930. A partir de 1950, vários estudos baseados em pesquisas diretas foram realizados sobre essa região procurando investigar os camponeses em suas unidades produtivas familiares, procurando desvendar suas especificidades no interior da ampla atividade produtiva que ocorria na frente de expansão, especialmente, a questão de posse e uso da terra. (VELHO, 2013).

Grande parte dos pesquisadores sociais que estiveram na região entre 1960 e 1980, com aportes teóricos de inspiração marxista, debruçaram-se a estudar os lavradores e a fronteira. Estes estudos, de maneira ampla, partiam sempre de um referente dualista e contraditório, tomando o campesinato sempre na contramão do capitalismo. Nestes termos, o camponês disputando a posse da terra, no arco da frente em expansão no oeste maranhense, foi tomado por estes cientistas como um sujeito com concepção não capitalista, sendo sua produção voltada quase que totalmente para o sustento da família. Em sendo assim, com essa visão de mundo, o posseiro engendraria outras formas de ocupação que não se identifica com a propriedade formal capitalista da terra. Tal postura camponesa, não ajustada com as normas jurídicas de acesso à terra, constituir-se-ia num sistema camponês que, mais cedo ou mais tarde, entraria em conflito com os fundamentos do sistema capitalista onde a economia de mercado exigia que a propriedade da terra fosse privada.

Muitas das pesquisas acadêmicas realizadas ao longo do oeste maranhense adotaram este conceito e utilizaram o mesmo aporte teórico. Mesmo com uma variada

⁵⁵ De acordo com Aragón e Mougeot (1986, p.8) “Uma região torna-se fronteira na medida em que apresenta condições de expansão econômica em determinada época. Sua ocupação se efetiva através de frentes humanas, que podem ser descontínuas no espaço e inconstante no tempo, e das quais participam principalmente, populações excedentes, ou seja, expelidas de outras regiões por fatores de estagnação e/ou mudanças econômicas; essas populações muitas vezes encontram no seu deslocamento para a fronteira, uma forma de resistir à proletarianização, como o demonstra o caso do Nordeste no período de 1950-70”.

discordância em suas abordagens, convergiam sempre ao mesmo núcleo comum. Sendo assim, terminavam por homogeneizar o campesinato desta parte do Maranhão sem, no entanto, reconhecer-lhes as diferenças. Outros pesquisadores, trabalhando na mesma região, com referentes distintos daqueles e utilizando-se do conceito de pequeno produtor, chegaram a afirmar que os camponeses jamais viveram numa economia de subsistência ou em uma economia de excedente, concluindo que estes sempre estiveram vinculados a uma rede comercial supralocal. No entanto, esta conclusão sobre os camponeses recaía, como as anteriores, na mesma generalização, de tal forma que o elenco de interpretações daquele período sobre os camponeses no Maranhão resultou na conformação destes esquemas teóricos explicativos e, como tal, estas explicações se interpunham como mediação para que o pesquisador dotado dessa compreensão alcançasse significado intrínseco da condição relacional dos camponeses para com a sociedade envolvente.

Se a recomposição destes mecanismos de explicações foi, por um lado, de inestimável valor e contribuição para os estudos iniciais, mais tarde tornou-se cristalizada a ponto de marcar, em muito, toda a pesquisa ulterior; o que acabou por ser um sério obstáculo na medida em que obstruía o avanço de novos entendimentos e compreensão que a especificidade exigia.

De forma preliminar, buscamos estabelecer um diálogo que ofereça condições para uma análise crítica da condição relacional camponesa, de modo que realce exatamente o espaço da diferença buscando a especificidade estrutural da gleba Boca da Mata na região tocantina. Na tentativa de ir além das interpretações recorrentes, tratadas inicialmente e também das interpretações nativas – mas ainda no âmbito do tempo da fronteira (MARTINS, 1996) –, tomaremos o camponês posseiro no momento da sua transição da franja intermediária na superação de sua economia de excedente e se vinculando a “uma rede mercantil supralocal” (MUSUMECI, 1988, p. 19) como exigia a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão. (MARTINS, 1996, p. 45).

Diante disso, veremos as transformações sociais, econômicas e de governança pelas quais passou a região na segunda metade do século XX com a chegada da frente pioneira, quando, diante do novo quadro, os camponeses improvisaram novos arranjos territoriais, desenvolvendo novas atividades produtivas em conexão com esse novo contexto. Apoiando-se nessa nova atividade produtiva, continuaram obtendo ganhos que, embora não fossem os valores ganhos com o extrativismo

(exposto no primeiro capítulo), ainda tinham consistente alinhamento com o novo mercado emergente.

Nesse novo ambiente relacional de superposição das frentes, explodia a violência, e novamente vale lembrar Albuquerque Júnior (2001), quando desnaturaliza a região.

A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, divide-se em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2001, p. 49).

No passado, num primeiro momento, a região tinha sido disputada entre várias nações indígenas, dada a compressão do espaço resultante do avanço da frente litorânea ao norte do Maranhão, em seu modelo agroexportador, e a frente pastoril ao sul do estado, ambas avançando sobre o imenso território maranhense. (RIBEIRO, 2002; ZANNONI, 1999).

Num segundo momento, a frente pastoril surgiu como resultado de uma aliança relacional entre fazendeiros e camponeses em que, juntos, combatiam os índios, disputando o sertão do Tocantins maranhense. Num terceiro momento, reúnem-se a frente pastoril (formada por camponeses e fazendeiros) e a frente extrativista (composta de camponeses seringueiros, castanheiros e grandes comerciantes desses produtos) para, juntos, partirem em definitivo para confrontos com os índios, visando tomar posse de toda a região de florestas da bacia tocantina — o que de fato ocorreu.

Veremos ainda um quarto momento de disputa desse mesmo botim (área florestal), numa batalha, desta feita entre camponeses, fazendeiros, empresários e grandes empresas multinacionais, além do Estado e de forças políticas, com projetos para a região. Relataremos também — valendo-nos da memória dos camponeses — um caso familiar para contextualizar a situação de milhares de camponeses em suas ações territorializantes no interior da gleba Boca da Mata.

2.1 As coalizões predatórias no Maranhão na reestruturação do capitalismo

O presidente Juscelino Kubitschek (1956/60) buscou proporcionar uma estrutura apropriada para expansão das multinacionais. Com efeito, com a

implantação do seu Plano de Metas (Cinquenta anos em cinco) foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento, consultorias e comissões de trabalho — os Grupos Executivos. Eles formavam uma administração paralela, coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. (PICOLI, 2006).

Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de decisão, contornando, assim, as estruturas de representação do regime populista. “[...] Isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiam a coexistência de capital local e multinacional”. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

O Plano de Metas não obteve sucesso total devido a problemas com o orçamento da União. O financiamento dos projetos previa o custeio em: 50% do orçamento pela União, 35% pela iniciativa privada e 15% pelas agências de crédito governamentais. Mas, na realidade, a grande maioria dos recursos despendidos ficou sob a responsabilidade do Estado, pois foi pequena a participação financeira da iniciativa privada. Esse desconcerto financeiro no setor público gerava outra condição inflacionária. João Goulart fez um esforço para controlar com medidas rápidas as amplas mobilizações que lutavam contra a corrosão dos salários, mas, de repente, conforme Lobo (1996, p. 71), o bloco conservador-modernizante começou a promover outras mudanças. Assim, o governo de JK acabou sendo um dos principais responsáveis pela crise econômica vivida pelo país durante os governos de Jânio e João Goulart, culminando com o golpe militar de 1964.

Os Grupos Executivos, criados por JK para substituir ‘burocracias velhas e inúteis’, não substituíram a velha e inútil burocracia. De algum modo, acabaram se adaptando ao aparato legal da época. Vale lembrar que a Lei imperial nº 2.687 de 1875 já orientava as províncias, naquela época, para que oferecessem garantias de isenção de impostos, equipamentos e máquinas às empresas que fizessem investimentos de seu capital em engenhos. Esse modelo de isenção entre o Estado e o capital acolheu a expansão das multinacionais na Amazônia Legal.

O ritmo de implantação do Plano de Metas de JK alcançou Imperatriz através da abertura da rodovia Belém-Brasília em 1958 (OLIVEIRA, 1991, p. 19). A comissão

responsável pela obra de construção da rodovia era a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília – RODOBRÁS, subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, criada pelo Decreto nº 43.710, de 15 de maio de 1958. A pressa de JK, expressa em suas Metas, estava diretamente impulsionada pelas reestruturações produtivas. Barbosa (2006) afirma que

na segunda metade da década de 1950, ocorreu uma intensa e acelerada reestruturação produtiva do Brasil, com a implantação da industrialização pesada, principalmente a indústria automobilística. Nesse período, foi implantado um bloco integrado de investimentos que revolucionou as forças produtivas da economia brasileira, a partir da criação das bases materiais de uma industrialização que, segundo Mello (1982), é “retardatária” e subordinada à lógica do capital internacional e de seus centros hegemônicos. (BARBOSA, 2006, p. 49).

Movendo-se na articulação de tamanha força desenvolvimentista, articulada a partir de Brasília, JK não só alcançou Imperatriz em 1960, como também, pessoalmente, visitou a cidade. Circulando por suas ruas, conversando com as autoridades locais, com as caravanas de migrantes e com a população em geral debaixo das frondosas mangueiras, comoveu a todos. No final de sua visita, JK garantiu a instalação de uma agência do Banco do Brasil. Barros (1996, p. 119), ao registrar a passagem do presidente por Imperatriz, comentou sobre os efeitos da implantação da rodovia executada por ele: “um marco, o mais indelével marco da história de Imperatriz, que era uma, antes dela (rodovia Belém-Brasília) e **outra inteiramente diferente depois de sua construção, tráfego e colonização**” (Grifo nosso). A rodovia Belém-Brasília, de fato, transformou a realidade da região.

Desde a independência do país, o sul do Maranhão tinha mantido uma luta ferrenha para manter sua autonomia diante do governo do estado, sediado em São Luís, em decorrência do abandono e descaso para com a região. Conforme Cabral (2008), as lideranças do sul do estado sonhavam fundar a ‘Republica de Pastos Bons’. Sem obter sucesso, muitos mantinham vivo o sonho de emancipação política. Agora, com a visita do presidente, sentiam seu desejo parcialmente mitigado por ver que aquela parte do sul do Maranhão passava a receber apoio diretamente do governo federal. Esse era um sentimento nutrido pela população existente, já ilhada em meio ao turbilhão de migrantes que chegavam à cidade, dia a dia, para trabalhar na rodovia ou dirigir-se às grandes matas ainda virgens do bioma amazônico que caracterizavam grande parte do município de Imperatriz e de outros municípios do sudoeste maranhense. (NETTO, 1979, p. 45).

Coutinho (1994) também comenta a vertigem do ritmo de ocupação e penetração do capital na Amazônia maranhense:

A vida da cidade, dia, mês e ano, muda de tonalidade, de feitio. O grileiro urbano surge como que por encanto. E aí as novas ruas se vão abrindo, atropelando-se sem plano diretor. Lutas judiciárias infestam, agora, o Foro antes pacato. Para Imperatriz começam a se deslocar os advogados formados. Vão ficar ricos, mais tarde, aqueles pioneiros. Médicos e novos hospitais particulares se acotovelam, já agora. Dentistas caem às pencas. E mais problemas, para os prefeitos, que veem a cidade sair do seu controle total. Difícil, impossível mesmo, dirigir agora a Nova Imperatriz, pomposa, confusa, cheia de crimes violentos, nascidos do dinheiro fácil caído de Brasília e das fortunas que se vão fazendo no comércio, na especulação imobiliária, nos novos bares, restaurantes, “boites” apinhadas de novas, robustas e belas meretrizes, vindas de todos os pontos do Brasil. Campos de pouso aparecem com asfalto, para aeronaves de porte avantajado. Tudo muda do dia para a noite. Casas são construídas, como que por milagre, da noite para o dia. A parafernália é tal e as autoridades do Estado, alertadas, já não conseguem dar água, luz e educação para tanta gente, centuplicadas em tão pouco tempo. (COUTINHO, 1994, p. 152).

Pronto. Estava dada a largada do devir capitalista. A frente pioneira se instalava acelerando crescimento e desenvolvimento para a exploração e ampliação dos mercados local e regional. Essas ações fundadoras faziam parte da tese de JK para atrair capital estrangeiro e para obter prosperidade econômica. O portal de entrada da Amazônia maranhense se fazia nesse momento por Imperatriz e não pela capital. Poucos anos depois, em 1967 (durante o governo militar), instalou-se a Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia – CIDA, o primeiro grande projeto visando à exploração da grande floresta (que iniciava em imperatriz), financiado pelo Banco da Amazônia S/A – BASA – e totalmente beneficiado pelos incentivos fiscais garantidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. (FRANKLIN, 2008, p.141).

Em 1973 (governo militar) foi implantado o Quinquagésimo Batalhão de Infantaria e Selva (50º BIS) como presença ostensiva permanente das forças armadas na região e como vigilante desse portal. Nesse mesmo ano foi inaugurado o novo aeroporto (com asfalto) que, a partir de 1980, conforme Barros (1996), passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), intensificando o transporte aéreo com o aumento da frequência de voos, fatores que influenciaram o desenvolvimento da região.

De acordo com Franklin (2008, p. 141), a centralidade dos objetivos constantes no projeto de JK era exploração, beneficiamento e exportação de madeira somada à

atividade pecuária. Imediatamente, a companhia (CIDA) abriu uma estrada de 70 km, partindo da rodovia Belém-Brasília (quarenta km abaixo de Imperatriz) em direção à confluência do rio Tocantins com o rio Araguaia (estrada de Cidelândia). Sua sede foi instalada perto da antiga localidade Campos dos Frades, nas margens do rio Tocantins, respaldada por uma escritura (uma área de 10.000 hectares) registrada em Goiânia, adquirida na fazenda Frades.

A sede da Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia ficou conhecida na região como 'Acampamento da Cida'. Seu impacto gerou de imediato, a ampliação do povoado e mais tarde sua emancipação em município. Tendo aquele empreendimento como referência, o novo município passou a se chamar Cidelândia. A Companhia (que na realidade era uma serraria de grande porte) extraiu madeira, dita nobre, em uma área de 50.000 hectares, embora fosse detentora de apenas 10.000 ha.

Franklin (2008, p. 181) comenta que, embora a Companhia tenha recebido o montante constante no projeto para o desenvolvimento da atividade pecuarista, nenhum investimento foi feito neste sentido. No entanto, acrescenta, referindo-se à Companhia: "sua investida estimulou a implantação de diversos empreendimentos pecuários, vários deles pela força da grilagem".

Outro texto expõe, também, juízos sobre esse empreendimento. A geógrafa Sader (1986), em sua tese "Espaço e luta no Bico do Papagaio" apresentada à USP, descreve a atuação da Companhia. Não bastando os 50 mil ha que dizia possuir, a CIDA avançou para as terras dos posseiros situadas a leste do córrego Frades. O mecanismo encontrado para implantar o pânico entre os camponeses foi o seguinte:

Fez correr a notícia de que os Gaviões iriam atacar os povoados, e 'aquele que não teve coragem, correu. E perdeu as posses'. Além disso, proclamando [...] 'sua área de influência por mais de 300 mil ha, englobando terras do Pará, Maranhão e Goiás' não só ocupava a terra dos índios como a área de circulação dos mesmos. [...] Da firma só existem hoje em Imperatriz, as máquinas que foram deixadas para trás, as histórias de expulsão de posseiros e índios, os cocais de babaçu de que ocuparam a 'planície limpa surgida da mata virgem', por obra da maquinaria de terraplanagem e motosserras trazidos pelos responsáveis. (SADER, 1986, p. 61-61). Grifo no original

Devemos observar neste gesto operacional da Companhia, o caráter predatório e o início da grande grilagem de terras na região, fenômeno só comparado com o impacto ocorrido no início da década de 1980 (ainda no governo militar). Para Barbosa (2006, p. 59-60), o Programa Grande Carajás, aprovado em dezembro de 1980, teria

sido de fato “a gênese de uma nova era de desenvolvimento para o Maranhão, que passava a ser o centro de um importante polo siderúrgico para a exportação do minério”. Sendo assim considerado, acrescentamos que a partir da inauguração, em 1985 (último ano do governo militar), do programa Grande Carajás, a expansão capitalista, bem como as transformações socioeconômicas e ambientais tomaram um novo impulso. Dessa forma, seria a década de 1980 o marco de redefinição da economia do estado, que sairia da condição de produtor de alimentos para a de exportação de minério, o que lhe garantia o *status* de gerador de divisas.

Para Picoli (2006), a seleção e escolha da Amazônia como território para a expansão do capitalismo já definia, de antemão, os princípios do sistema que o concebia. Assim, os discursos nacionalistas em relação à Amazônia de ‘integrar para não entregar’, realizado por meio da internacionalização desse espaço, fundindo capital nacional e internacional, constituiu-se na estratégia política e militar que visava, por fim, favorecer grupos econômicos, entendendo que, uma vez dentro do mercado mundial, colocaria a Amazônia dentro das perspectivas capitalistas, porém definitivamente integrada nesse processo histórico. Uma vez em curso esse modelo de integração, Picoli diz que

essa estratégia [...] não deixa alternativa para os proletários, índios, sitiados, caboclos, posseiros e colonos, que passam a ser expulsos ou subordinados aos que de fato vieram à Amazônia para dominar. O deslocamento de grupos capitalistas teve como finalidade concentrar e centralizar capitais, para atuar nas metas capitalistas de acumulação na região. (PICOLI, 2006, p. 50).

Essa leitura, transcorridas mais de três décadas, é, portanto, carregada de retrodição, onde essa posição, no tempo presente, permite analisar um passado do qual já conhecemos o futuro. Porquanto o futuro não estava catalisado pelas décadas posteriores, ele se encontrava embutido nos empreendimentos que foram executados na região, onde era executado o Programa Grande Carajás e não em seus objetivos.

Expõe-nos Almeida Jr. (1986, p. 13) que a área do Programa era de 895.265 km², localizados na Amazônia Oriental, cobrindo 95% de área do estado do Maranhão, 40% de área do estado do Pará e 10% de área do estado do Goiás (hoje, Tocantins), de acordo com o Decreto-Lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980. Toda esta região envolvia 220 municípios e 33 microrregiões, com uma estimativa populacional de cerca de oito milhões de habitantes naquele período. Seu único objetivo se constituía na seguinte retórica: “Criar condições para o desenvolvimento socioeconômico –

planejado, integrado e acelerado – de uma área selecionada da Amazônia Oriental” (OLIVEIRA, 1991, p. 30). “Planejado, integrado e acelerado” por três empreendimentos:

(1) Serviços de infraestrutura (com prioridade para: Ferrovia Serra de Carajás – São Luís; instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento hidrelétrico das bacias hidrográficas); (2) Projetos que tenham por objetivo atividades de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; agricultura, pecuária, pesca e agroindústrias; florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; e aproveitamento de fontes energéticas; (3) Outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. (ALMEIDA JR, 1986, p.13-14).

Inúmeras interfaces desses empreendimentos, tendo como eixo a Ferrovia Carajás, alcançaram 18 municípios maranhenses, atingindo 70% da população rural: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Rosário, Santa Rita, Anajatuba, Itapecuru Mirim, Arari, Vitória do Mearim, Cajari, Pindaré, Santa Inês, Santa Luzia, Pio XII, Bom Jardim, Monção, Açailândia e Imperatriz. (BARBOSA, 2006, p. 60).

Em 1983 (ainda no governo militar), basicamente dois anos depois de aprovado o Programa Grande Carajás, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE – publicou um livro com o título “Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro”, em que emitia a opinião de que o Programa se tratava de um

Projeto de internacionalização, enclave econômico e conjunto ‘lógico’ de inversões que certamente representará a drenagem de recursos minerais, naturais e financeiros do país para o exterior, sob a alegação de esforço para resolver as dificuldades da balança de pagamentos. (IBASE, 1983, p.76).

No livro, os autores comentam, com convicção, que Carajás era apenas um grande projeto de exploração de minas, e que, com ele, o Brasil estava hipotecando seu futuro, como atesta a tese do título. Recentemente o IBASE (2014, p. 4-103), publicou outro livro: “Projeto Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado”. Com esse livro, o IBASE confirma o que foi escrito no livro anterior. A Vale do Rio Doce, estatal responsável pelo projeto, foi privatizada em 1990, levando consigo a mina de Carajás. Com a privatização, Carajás radicaliza seu caráter de negócio de fora e para

fora, ditando o ritmo e possibilidades de acumulação do capital, contra a própria população e seu território.

Tudo em Carajás é grandioso, principalmente a tragédia humana. A Serra Pelada, retirada dos garimpeiros, é então explorada pela Vale e pela empresa canadense *Colossus*. A maior floresta tropical do mundo já não existe no sudeste do Pará devido ao desmatamento contínuo promovido pelo agronegócio, pelas mineradoras e pelas madeireiras. A mais rica província mineral do planeta testemunha a depleção da rica hematita, fonte da acumulação privada e fator da pobreza da maioria (IBASE, 2014 p. 4-103).

É bem verdade que o IBASE, em suas assertivas, expressa um referencial ideológico contrário ao daqueles que influenciavam politicamente e decidiam o rumo da economia por décadas. No entanto, o IBASE restringiu o grau de destruição apenas ao estado do Pará. No Maranhão, o quadro se repetia e se repete mediante a exploração da floresta e extração da madeira – em 1981, somente em Imperatriz, havia 68 indústrias madeireiras. (COUTINHO, 1994, p. 164).

Essa descrição histórica permite compreender que este vasto território da bacia do rio Tocantins, em sua parte maranhense, foi palco de várias disputas. Os índios Gaviões mantiveram domínio sobre a floresta e o cerrado – enquanto povos indígenas – até 1852, quando a frente pastoril concluiu o avanço sobre os campos nativos, em pleno cerrado, sob o poder dos Gaviões, apropriando-se de toda a área, permanecendo circunscrito a este espaço até o final do século XIX.

Em seguida, a frente extrativista da borracha e da castanha disputou e conquistou a grande floresta, até então sob o poder dos Gaviões, permanecendo na extração desses produtos até a primeira metade do século XX. Os camponeses estiveram presentes em todos esses processos através das diversas frentes que em diferentes momentos avançaram sobre a região, ou mesmo em situações de superposição de uma frente com outra, em determinados períodos. (MARTINS, 1996, p. 44).

Contudo, o espaço imperatrizense, em relação à frente extrativista da borracha e da castanha, participou apenas como área vizinha, por motivos ecológicos, por não conter as espécies de árvores que caracterizavam as frentes. Portanto, mantendo apenas relações comerciais de abastecimento das mesmas. No entanto, devemos acrescentar que a dinâmica resultante desse acelerado apossamento de terras na região se deu por fora de uma estruturação de ordem legal. O Estado manteve uma

posição de legitimar e discriminar apenas os grandes projetos, postando-se numa posição indefinida e dúbia em relação a certa homogeneidade imprimida pela migração camponesa, que permaneceu sem legitimação de sua posse, até o início da década de 1980.

Nenhuma outra região do oeste maranhense apresenta semelhança em relação ao processo de ocupação e exploração dos recursos naturais que se efetivou na microrregião de Imperatriz. Desde o início do período colonial no Maranhão (1612), a frente litorânea, partindo do norte em seu avanço sobre as terras – praticando sua agroexportação – alcançou a região de Pindaré-Mirim (engenho central) – a oeste do estado – somente no final do Império (CARVALHO, 2015, p. 48). Da mesma forma, a frente pastoril entrou no Maranhão pelo sul do estado, vindo da Bahia, ainda no período colonial, e avançou sobre os campos gerais em direção ao oeste, alcançando o fim dos campos gerais, em Imperatriz, em meados do século XIX. (CABRAL, 2008, p. 81).

O cerco dessas duas frentes sobre o oeste maranhense obrigou milhares de índios, como último recurso, a se refugiarem depois da serra do Gurupi, na região tocantina maranhense. No entanto, foram alcançados na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX através de ‘acordos’ e ‘tratados de paz’, cujo “resultado foi a dizimação de populações indígenas inteiras” pela frente pastoril e pelas frentes extrativistas da borracha e da castanha. Eram eles, os índios Gaviões, que se identificavam como donos do lugar (as grandes matas), e outras tribos circunvizinhas que tinham seu território no cerrado: Guajajaras, Krikatí, Rancocamecrãs-canelas e Apaniecrãs-canelas. (PACHÊCO FILHO, 2015, p. 234).

Dessa forma, foi a única região do oeste maranhense cuja feição fundiária foi impactada por várias frentes, sendo a primeira pastoril, seguida das frentes extrativistas da borracha, da castanha e do babaçu, e, dentro de pouco tempo, pela frente pioneira, a partir do final da década de 1950.

2.2 As distinções dos lugares

De maneira geral, os antropólogos e sociólogos que pesquisaram nesta região, caracterizaram a frente de expansão com base nas transformações ocorridas, tendo como ponto central as atividades econômicas, relações de trabalho, ecologia, ou

ainda, envolvendo a posse e uso da terra. O conceito, na maioria das vezes, apanha a ordem relacional na sua totalidade, muito por cima.

Tomando dois exemplos: Velho (2013, p. 30), na condição de antropólogo, afirma que “Essas frentes de expansão, por sua vez, serão caracterizadas e distinguidas de acordo, basicamente, com as relações fundamentais que estabeleçam com a natureza, e conforme as relações de produção e trabalho prevalentes” (Grifo nosso). Dois aspectos sobressaem nesta sua caracterização: as relações com a natureza e as relações de produção e trabalho prevalentes. Ao captar somente o que relacionalmente prevalece no âmbito da natureza, produção e trabalho, fica de fora diversas relações preestabelecidas com a natureza, bem como com a produção.

Reportando-se ao início dos debates conceituais, por volta da década de 1930 e 1950, entre estas duas áreas do conhecimento e tratando do mesmo assunto, Martins (1996, p. 30) comenta que “quando os antropólogos falavam originariamente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista”. Afirma isto, com a ideia de que a fronteira “é, simultaneamente, lugar de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos” (MARTINS, 1996, p. 27), nesse sentido acrescenta, “nessa concepção de frente de expansão e de frente pioneira [...] não são propriamente conceitos, mas, apenas designações” (MARTINS, 1996, p. 28), concluindo que “a categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica é a de frente de expansão porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade”. (MARTINS, 1996, p. 33).

Afora o elemento ideológico, os dois conceitos ou concepções miram bem as áreas compactas em transformação pelas frentes de expansão. Como afirmamos no capítulo anterior, a região de Imperatriz participou diretamente de três áreas compactas: pastoril, extrativista e agrícola. Se, em Velho (2013, p. 27), o que caracteriza a frente é basicamente as relações que estabelece com a natureza, e sendo, para Martins (1996, p. 27), este espaço lugar e tempo de conflito e de alteridade, muito podemos extrair das três ambiências dessas frentes na particularidade de seus próprios agentes comuns.

Um caso extraído que pode ser de bom exemplo, fronteiriço à gleba Boca da Mata, mas que no contexto do estudo pesquisado pela antropóloga Keller (1977) e mais tarde publicado no “Anuário Antropológico nº 76”, ilustra bem um ‘quadro da vida’ em conflito resultante das relações com a natureza. O conflito relacional resultante da

diferença da cultura dos que vivem na frente agrícola, em meio à grande mata, e, de igual modo, dos que vivem no sertão, e historicamente fazem parte da frente pastoril.

Keller (1977, p. 33) publicou um artigo sob o título “Carmosa e seu vaqueiro: um caso famoso no sertão” para realçar exatamente o conflito e a alteridade na relação de Carmosa com Antônio, ambos provenientes de distintas relações com a natureza. Afirma Keller que Carmosa (Carmosina) — quando a frente de expansão alcançou aquela região, por volta de 1950 — era uma moça de fronteira agrícola, nascida em Bacabal, filha de lavradores, criada nos centros agrícolas — ambiente de intenso convívio entre as famílias no interior das matas.

Carmosina, menina de doze anos, namorou Antônio, filho mais velho de dona Odila, viúva e proprietária de uma fazenda no Morro do Sal no sertão⁵⁶ de Buenos Aires, riozinho na divisa de Imperatriz com o município de Montes Altos, por volta de 1971. Ele, criado nessa região, típico vaqueiro sertanejo, analfabeto, rústico, mas exímio no trato com o gado no sertão, comerciava o gado da família e de outros laços para Bacabal, Imperatriz, Marabá, Pedreiras, e mesmo para o Mato Grosso. Tempo depois se casaram e ele a levou para o sertão, lugar que ele afirmava ser belo e sadio.

Keller (1977, p. 55) descreveu ser Sumaúma um pequeno povoado fundado por sertanejos onde, no passado, houve uma pequena jazida de diamantes às margens desse riacho que atraiu sertanejos para o lugar. Por ser ali uma boca de matas do cerrado, e com o esgotamento dos diamantes, muitos passaram a lavar aquelas matas. A localidade atraiu outros segmentos. Foi o caso da família de

⁵⁶ O historiador Pachêco Filho (2015, p.225) observa, em discordância com a concepção de sertão euclidiana e afirma que este sertão do sul do Maranhão, “é um rico manancial. Contribui decisivamente com as bacias hidrográficas dos rios Parnaíba e Tocantins [...] e de suas serras nascem os principais rios do Maranhão”. Conforme Janaína Amado (1995, p. 145-151 passim) no Brasil às vésperas da independência, “sertão” ou “certão” era uma categoria espacial muito disseminada no meio popular, porém carregada de significados. Escreve a autora que era palavra conhecida dos lusitanos bem antes de sua chegada ao Brasil e que se tratava de uma categoria carregada de sentido negativo “terra sem fé, lei ou rei”, “espaços vastos, desconhecido, longínquos e pouco habitado” e que para o colonizador “sertão” “constituiu o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que outro senão o próprio eu invertido, deformado, estilizado?” Nos fala, ela ainda, que a noção foi amplamente difundida pelos colonizadores e igualmente absorvida pelos colonos diretamente vinculados aos interesses da Coroa. O termo em sua amplitude terminou escapando da órbita do poder e outros segmentos tomaram a dar outro sentido ao termo, na medida em que ia sendo apropriado o termo, passou de negativo para positivo pelos que eram excluídos da sociedade colonial, tais como os “degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos”, dessa maneira o termo passou a representar, para os de então “liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida melhor, mais feliz”. E dependendo do lugar de onde se fala o seu caráter dual aflora em sentido. Para o “sertão” em epígrafe neste texto ele denota liberdade e esperança, como era tomado no sul do Maranhão.

Carmosa, que se deslocou para Sumaúma seguindo a frente agrícola, e também para ficar mais próxima de Carmosina, que havia ido embora com Antônio.

A percepção mais física de que o povoado foi fundado por famílias do sertão, descreveu Keller (1977, p. 51), estava no formato e construção das moradas. A casa do sertão é coberta de piaçaba, pequena palmeira rasteira que só existe nas chapadas e agrestes do sertão e não nas matas gerais características da Amazônia. As casas eram separadas, feitas de pau a pique, sala ampla e dois quartos, com a cozinha situada separadamente, há poucos metros da casa principal, sendo uma parte aberta e a outra fechada para despensa.

As casas dos camponeses que vivem nas matas eram geralmente de um só pavimento repartido: sala, quartos, cozinha e despensa. Construídas de pau a pique ou tapada de palha de coco injá ou de coco babaçu tanto em sua volta (algumas) quanto em sua cobertura, especialmente em um tempo em que na região não se fabricavam tijolos e telhas. A partir de esse olhar, distinguimos, naturalmente, se o morador é um camponês do sertão ou da frente agrícola.

Keller (1977, p.58) afirma ter encontrado Carmosa na Sumaúma, em uma viagem que fez com os padres, quando em desobrigas, visitando regiões distantes, casando e batizando. Convidada, foi a conhecer a região do sertão, próximo ao riacho de sumaúma, distante de Montes Altos e Imperatriz, em pleno sertão, local de muita atividade pastoril e de pouca atividade agrícola. Haveria uma missa na casa de dona Odila (mãe de Antônio) no Morro do Sal, e Carmosa tomou assento no Jeep, ao lado da pesquisadora (Keller). Ainda na Sumaúma, indagada por Keller se morava lá, respondeu que sim, estava ali na casa de seus pais, com os filhos, passando um tempo em visitas, e que dona Odila era sua sogra.

Carmosa estava aproveitando a viagem para ir lá e retornar, pois seus filhos haviam ficado com sua mãe na Sumaúma. Na viagem, relatando seu drama para a pesquisadora, explicou que estava a ponto de se separar do marido por não aguentar mais viver naquele mundo distante e isolado, posto que o marido não aceitava morar fora do sertão. Carmosa relatou para Keller, quando retornavam da missa, o motivo da contenda:

Antônio quer que eu vá para o sertão, mas não vou não. Ir me enterrar lá naquele sertão, você conheceu, mas era dia de festa, depois não fica ninguém. E lá, a casa da minha sogra até que é chapadão, é bom. Para onde ele quer me levar não tem ninguém duas léguas de distância e barreiro no

inverno é só uma lama... E me deixar lá sozinha com os meninos. Não vou não. Não vou morrer por quem não morre por mim. (KELLER, 1977, p. 59).

A noção de mundo de Carmosa era a das relações de camponeses numa frente agrícola, cujos 'Centros' se mantêm num intenso relacionamento e movimentação nas casas, os mutirões que a lavoura exige... Tudo isso se opunha totalmente ao isolamento do mundo de Antônio, principalmente de sua morada. Antônio pouco permanecia no sertão, pois vivia no mundo: Belém-PA, Tocantinópolis-GO, Imperatriz-MA e no estado do Mato Grosso. Carmosa ficava vivendo isolada no sertão, sempre sozinha, sem vizinhos para apelar e, por esse motivo, não havia se adaptado. Antônio não queria criar seus filhos nos centros agrícolas, lugares sem rumo onde tudo era misturado. Além do mais, ele considerava as matas um lugar doentio, muito diferente da chapada, que era um lugar sadio.

O conceito ou noção de frente de expansão, como expõe Martins (1996, p.31), captura a diversidade cultural existente na frente, uma vez que os elementos de coexistência praticados em um lugar, embora sejam a teia na qual todos se encontram suspensos, comportam diferentes visões de mundo carregadas pelos diferentes sujeitos da frente de expansão em tempos históricos diferentes. Nestes casos, as diferenças de segmentações individuais convivem sempre de forma conflitiva. Nas frentes imperam novas relações constituídas, exigindo, de todos, jogar um jogo de novas relações.

Conforme Keller (1977, p. 64-65), quando as ondas de migrantes chegaram por ali, repercutiu nas representações dos camponeses do sertão. Para eles, esses migrantes eram "habitantes de centros e povoados" que reafirmavam, por contraste com o sertão, através de regras definidas, uma ordem distinta daquela. A frente extrativista ou agrícola – por representar outro modo de vida – terminou por arrastar muitos dos sertanejos que sentiam desejos de mudar, e, para tanto, deslocaram-se para os centros e povoados transformando-se em lavradores – "transformaram em negativo aqueles caracteres positivos das representações sertanejas: a possibilidade de acumulação de dinheiro como capital produtivo, a existência de comércio e de escola para os filhos".

O espaço da diferença: a frente extrativista ou agrícola comportava uma variedade de habitantes provenientes de diversas partes (KELLER, 1977, p. 68), e como tal, cada segmento camponês carregava um legado de vivência – esse seu

modo de vida era nominado para identificar as diferenças nos modos de cada segmento em meio à diversidade de migrantes que compunham a massa camponesa. Dessa forma, passavam a ser conhecidos pelos outros por adjetivos que os denominavam como ‘sertanejos’, ‘paraibanos’, ‘maranhenses’, ‘piauienses’, ‘pernambucanos’, ‘cearenses’, ‘baianos’, ‘mineiros’, ‘paulistas’, ‘capixabas’, ‘quiribas’, entre outros de menor expressão. Ali também se encontravam embutidos tempos históricos distintos entre o camponês dedicado a uma agricultura de excedente e o tempo histórico do camponês “cuja produção é mediada pelo capital”. (MARTINS, 1996, p. 32)

Essas nomações, que em geral identificavam o sujeito pelo estado de origem, assinalavam, no entanto, distinção pela ação territorializante que cada um imprimia na frente enquanto forma de ocupação — modo de cada segmento se apoderar da natureza, fazer uso dos recursos naturais e por sua inclinação exploratória. Essa variedade de camponeses avançou, com mais constância na década de 1950, em duas direções: a oeste do município de Imperatriz e ao norte do município de João Lisboa. O contingente que chegava à região diuturnamente, quebrou muito das regras tradicionais do local, e a convivência entre esses grupos terminava por exigir, de todos, o cuidado de comportar as diferenças que cada um detinha em sua forma de ser em sua territorialidade.

Embora toda essa singularidade esteja agregada à insígnia da tradicionalidade, ela caracteriza situações e modos de ação onde cada uma condensa uma forma de se colocar numa frente de expansão ou frente pioneira e não pode ser reduzida à matiz que toma a terra apenas como fator econômico e, dessa forma, desvincula a condição camponesa de uma dimensão cultural. O convívio num mesmo lugar de enfrentamento impõe um feixe de opiniões que todos passam a ter uns dos outros, implicando também um jogo de forças e posições no espaço e rupturas de práticas relacionais antigas.

Uma dessas práticas, segundo Moreira (1997, p. 44), mantida pelos coronéis do lugar desde o início da chegada da frente pastoril na região, era o costume de que, quando alguém chegava de fora, fosse camponês ou autoridade, para se instalar na região, devia tomar café com a autoridade local, apresentar-se, dizer de onde vinha e de qual família era, falando de sua intenção no município. Assim, as casas dos coronéis amanheciam algumas vezes com uma multidão nas portas; a grande maioria

era formada por camponeses se apresentando, outros procurando orientação ou até mesmo tentando registrar queixas diante das autoridades.

Ser visto era ser reconhecido pelo prefeito, era atar um laço de conhecimento, uma forma de ser conhecido pela autoridade ou mesmo ser orientado sobre onde poderia arrumar colocação e trabalho. Isso era verdade para todos os camponeses que desejavam tomar posse das matas. Quando o prefeito indicava a região a que eles deveriam se dirigir, eles já se dirigiam a ela com autoridade, mesmo quando recebiam orientação somente para se arrancar em algum lugar das matas nos arredores, isso era um consentimento de posse, um visto de entrada, de permanência. Nada escrito, apenas um acordo baseado na palavra da autoridade era suficiente como garantia na teia relacional no meio camponês. Essa tradição que durou décadas, somente foi quebrada na segunda metade da década de 1950, como informa a autora.

As regras costumeiras que haviam se tornado tradição e elemento de controle e poder sobre a população foram rapidamente excluídas com o início da construção da rodovia Belém-Brasília em 1958, atravessando a microrregião de Imperatriz. Uma nova ordem se instalou permitindo um novo trânsito relacional numa esfera distinta de poder local que emergiu junto com o novo empreendimento rodoviário, como veremos no tópico seguinte. No campo político, brotava do interior das construções rodoviárias lideranças que passaram a disputar o poder local manejando os segmentos sociais que se apressavam em ocupar um lugar para atuar, fosse ocupando a floresta ou se firmando no meio comercial e industrial.

Essa intercessão de poder político configura uma nova ordem resultante direta da intervenção do governo federal (MARTINS, 1996, p. 44). Por meio da nova rodovia, que se constituía em um dos tentáculos do “Plano de metas” de Juscelino Kubitschek, o governo federal alcançava a região Tocantina ensejando, dessa forma, a instalação de sua administração paralela, provocando, de imediato, a emergência de novas relações sociais e políticas no plano local. Essa intervenção direta do Estado fez acelerar o deslocamento de agentes típicos da frente pioneira e, ao mesmo tempo, era um ato colonizador que, alavancando a economia local em um novo recomeço, possibilitava um arranque em direção à busca de terras novas para desenvolverem suas atividades econômicas.

Nas palavras de Martins (1996, p. 45), ocorria nesse momento a superposição da frente pioneira com a frente de expansão, ou seja, o deslocamento sobre as terras

novas e sobre as terras anteriormente ocupadas pela frente de expansão. Esse avanço tinha como elemento propulsor os interesses imobiliários do grande capital que rompia de imediato o pouco direito de uso das terras gerado pelo trabalho dos camponeses e impunha, de maneira violenta, um novo regime fundiário.

Se o habitat camponês contribui para fazer o hábito e por estes serem caracterizados de ‘sertanejos’, ‘paraibanos’, ‘maranhenses’, ‘piauienses’, ‘pernambucanos’, ‘cearenses’, ‘baianos’ e outros; este mesmo hábito, da mesma forma, contribuiu também para fazer o habitat por meios dos costumes sociais ajustados e adequados que o habitat estimula a fazer. Neste caso, a disputa de apropriação do espaço resultou em tomar a forma individual, pois, afinal, a estrutura do espaço social se retraduz no espaço físico, e este

espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que a constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais [...] A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. (BOURDIEU, 2011, p. 159).

Essa surda injunção de apropriação, confeccionada pelos camponeses, sempre esteve associada, relacionalmente e racionalmente, ao contexto econômico supralocal imprimido pelos que detinham o poder econômico e político da região em todas as fases de sua ocupação: durante a frente pastoril, extrativista (drogas, diamante, ouro, borracha e castanha) e agrícola. Nesta injunção estava incluído o poder econômico e de trabalho da massa camponesa.

2.3 A região muda de rumo e de dono

[...] as estruturas de significado através das quais os homens dão forma as suas experiências, e a política não são golpes ou constituições, mas umas das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente. Algumas das decisões mais críticas que concernem à direção da vida pública não são tomadas nos parlamentos e *presidiums*, mas nos reinos não-formalizados (GEERTZ, 1978, p. 207 e 211).

O conjunto de mudanças ocorridas na região se deu quase sempre no ‘reino não formalizado’, e a principal consequência resultou no reconhecimento da supremacia, quase que absoluta, dos novos grupos que chegavam a Imperatriz, fossem no meio urbano ou rural. Esses grupos assumiram todo o processo de

manipulação do poder, tanto econômico quanto político, instalado a partir de 1958. Seguindo a tradição de controle do poder (advinda dos coronéis) pelas famílias ricas da cidade – que há mais de um século comandavam na região –, na antessala da transformação impactada pela abertura da rodovia Belém-Brasília, foi eleito para prefeito da cidade de Imperatriz, Antenor Fontenele Bastos, para um mandato de janeiro de 1956 a janeiro de 1961.

Antenor era escrivão do Cartório do 2º Ofício, e também era dono de pontos de coletas de castanhas em Marabá e na região de Viração, local próximo do Campo dos Frades (terras dos índios Gaviões). Era também grande comprador de coco babaçu na mesma região citada e em Imperatriz. Tinha como vice-prefeito, Raimundo de Moraes Barros, mais conhecido por 'Mundico Barros', que era advogado provisionado (rábula).

Conforme afirma Franklin; Lima (2016, p. 52), Mundico Barros era homem pobre. Entrou para o serviço público em 1920 como escrivão do Cartório do 1º Ofício em Imperatriz – sendo promotor interino da cidade na década seguinte – e atuou na vida política como vereador. Afastou-se da política por ser contrário à ditadura Vargas, passando a trabalhar nos garimpos da região e retornando à política em 1951, como vereador, liderando a Câmara com dois mandados na presidência daquela casa. Não se adaptando com a adversidade pela qual estava passando seu município, “naqueles lugares sem rumo onde tudo é misturado” (BARROS, 1996, p. 106), Antenor, depois de pedir licença por várias vezes, alegando falta de tempo para cuidar de seus negócios, transferiu definitivamente o cargo para seu vice, Mundico Barros, que passou a conduzir o restante do mandato. Cita Franklin; Lima (2016) que

ainda no primeiro semestre de 1958 foi instalado o escritório da Rodobrás em Imperatriz, na rua 15 de Novembro, esquina com a rua Bom Futuro, onde se iniciou um movimento intenso de pessoas, veículos e máquinas. Até helicópteros desciam frente ao escritório, conduzindo dirigentes e técnicos graduados da Rodobrás. Ali, frequentemente, comparecia Bernardo Sayão, o construtor da ousada epopeia. [...] Imperatriz se transformava rapidamente num imenso canteiro de obras e diversas empresas privadas se estabeleciam na cidade para a realização das obras de construção da estrada. Traziam técnicos e administradores e no local contratavam a mão de obra não especializada, homens acostumados ao trabalho rude de derrubada de árvores a machado, mateiros conhecedores da floresta e de índios, carregadores de equipamentos e outros [...] João Menezes foi contratado para ali prestar seus serviços. Foi nomeado diretor administrativo do escritório da Rodobrás, prestando contas diretamente a Bernardo Sayão ou à direção central da Rodobrás. Controlava o setor financeiro e era o responsável pelo pagamento dos trabalhadores, o que era feito pessoalmente, em espécie, nas frentes de serviço. Carregava dinheiro em sacos, cédulas novas, em pacotes lacrados, apenas com a indicação do

montante. Esse dinheiro era guardado em cofre por João Menezes, que era também o portador da chave e do segredo. Muito dinheiro, para pagar milhares de operários. (FRANKLIN; LIMA, 2016, p. 54-55).

O gigantismo da obra instalada em Imperatriz foi tão grande que sua repercussão e impacto resultaram na desconstrução da ordem política, econômica e social. Começava então, num cenário que parecia fixo, a se desenrolar inúmeras histórias, algo de múltiplas temporalidades, sendo assim, um construto histórico mutável e reinventado. Desde 1920, quando Imperatriz se tornou município, um mesmo grupo de 'coronéis' e suas famílias constituíam a elite econômica e política do município, com uma nova incorporação em 1940, quando o ex-prefeito e rico fazendeiro, Manoel da Rocha Rolim, negociou com Simplício Moreira para que este fosse mais um novo integrante do poder político.

Desse momento em diante, esses dois 'coronéis', aliados ao homem que comandava o estado do Maranhão, Senador Vitorino Freire, conduziram a política local. Foi nesse alicerce político que se instalaram os homens do governo federal para tocarem a obra da rodovia. O escritório da Rodobrás, que comandava a obra, constituía-se como um poder paralelo, não somente pela pujança financeira, mas porque todo melhoramento da cidade dependia da maquinaria que estava sob controle do escritório, cuja decisão passava pelas mãos do homem que, financeiramente, administrava os recursos da obra no local. Dessa forma, o poder político municipal subsumiu diante do poder operante do escritório da RODOBRÁS.

Fazendo parte do contexto do governo nacional, o técnico em contabilidade João Menezes era, naturalmente, contra a oligarquia maranhense comandada por Vitorino Freire. Assim, João Menezes fundou, ainda em 1958, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – em Imperatriz, para influenciar na oposição a Vitorino Freire, e ele mesmo se candidatou a vereador nas eleições de 3 de outubro daquele ano. Seu partido elegeu quatro vereadores – sendo ele um dos eleitos para o pleito de 1959-1963.

Com respaldo popular, estava criado um novo grupo político, distinto e contrário à velha oligarquia local. O partido PSD, comandado por Simplício Moreira, líder da tradição política do lugar, elegeu cinco vereadores. A posse dos vereadores de ambos partidos ocorreu em 1º de fevereiro de 1959. João Menezes, uma vez vereador, continuou sua função de contador no escritório da Rodobrás, intensificando suas

visitas aos centros e povoados, estreitando ainda mais seus laços de novo líder do imenso 'campesinato' que migrou para a região desde as primeiras levas de 1953.

Um líder comum, 'comia no mesmo prato'⁵⁷, tomava café com os camponeses e muitas vezes dormia em meio à mata nos centros distantes. Seis meses depois, pediu licença do mandato para atender as demandas na Rodobrás. Ao reassumir o mandato, já pelo segundo ano, sua afirmativa como político já era tão vasta no meio popular, que se tornara o símbolo local do novo tempo e das transformações que ali ocorreram em menos de dois anos.

Nas eleições para prefeito do ano seguinte, 1960, o nível de relações do novo líder foi tão intenso que o obrigou a se lançar como candidato a prefeito. Deslocava-se a pé, seguido por uma multidão de camponeses, para realizar os comícios nas redondezas. Nesse ritmo, esteve na Boca da Mata, estendeu-se até Gameleira e Bom Lugar, Lagoa Verde, e, por onde passava, a festa era enorme. Em pouco tempo seus partidários estavam convictos das reais chances de derrotar a elite rica do lugar. Era o candidato da libertação.

Manoel Ribeiro, o candidato que tinha o apoio da elite da cidade e também do governo do estado, arrogou riqueza diante do candidato adversário, dando entrevistas, afirmando que dispunha de quinze milhões de cruzeiros para ganhar as eleições, o que, de imediato, conforme o jornal "O Governo" da capital do estado (04 de julho de 1960), gerou o mote do opositor: "o tostão contra o milhão". Franklin; Lima (2016) escreveu tratando do assunto:

Essa frase simplória tinha forte impacto e significação para aquela gente, migrantes pobres nordestinos, que no seu cotidiano se sentiam cidadãos de categoria menor, olhados sempre como inferiores pelos coronéis, a quem ao longo de suas vidas tiveram que prestar obediência, pagar pelo uso de suas terras e votar em seus candidatos. Aquela era uma oportunidade de desforra que sempre sonharam. Viam-se numa terra próspera, abundante, como nunca antes tiveram, e livres do mando dos coronéis, como jamais haviam experimentado. Sentiam-se empoderados. [...] Todos entendiam o que dizia. Falava das carências da cidade e dos problemas do povo; criticava os exploradores e a violência dos grileiros que tentavam tomar as terras dos lavradores. (FRANKLIN; LIMA, 2016, p. 77).

A grilagem se antecipara à abertura da rodovia. Ao tomarem conhecimento do traçado da rodovia em fins de 1957, aqueles que tinham condições procuraram expulsar os camponeses que se encontravam, eventualmente, no traçado da estrada.

⁵⁷ Expressão popular utilizada no meio camponês, como forma de se relacionarem de igual para igual.

Dois focos de grilagem se destacavam. Um nas terras laterais da ‘estrada do arroz’, e a outra nas terras das margens da Belém-Brasília.

Esse longo eixo rodoviário, depois de aberto e desbravado, passou a ser ocupado por centenas e centenas de famílias nordestinas, que fundaram povoados e plantaram as primeiras lavouras. Tudo depois de 1959, porque antes só havia a floresta. Desde então, depois de povoada e trabalhada a terra, esses pioneiros começaram a ver as suas glebas ameaçadas pelos “grileiros” das capitais, todos agitando títulos de propriedade absolutamente discutíveis, fraudulentos mesmo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro 29 de fevereiro de 1964).

O governo federal, que mantinha o empenho de abrir a rodovia, não executou um plano de distribuição das terras adjacentes, deixando que o processo de ocupação se fizesse de forma competitiva entre os agentes que desejassem tomar posse. Terminada a votação e a apuração, ganhou as eleições João Menezes de Santana, então com 29 anos de idade. Seu vice era Pedro Guarda. Os dois tomaram posse em 31 de janeiro de 1961. (FRANKLIN, 2016, p.87)

Este fato revela o peso das mudanças que a construção da Belém-Brasília provocou em todos os níveis da sociedade local. Desde 1953 começara a quebrar a ordem local. Muitos dos camponeses que chegavam, dirigiam-se agora direto para as matas, normalmente onde se encontravam parentes e conhecidos, sem ter então de tomar o café da manhã com os coronéis para serem vistos ou para ganharem sua aprovação e sua bênção.

João Menezes não tinha o apoio do governo do estado — aliado dos ‘coronéis’ que haviam perdido as eleições. Seu apoio era constituído de uma bancada de deputados que faziam oposição ao vitorinismo no Maranhão. Era por meio desses deputados que o prefeito João Menezes conseguia recursos junto ao governo federal. Seu principal aliado era o deputado federal Neiva Moreira. (O SEMANÁRIO, 1960, p. 6)

Conforme Franklin (2016, p.98), por intermédio desse apoio, João Menezes conseguiu recurso junto ao Fundo Rodoviário Nacional para aquisição de uma caçamba, no final de 1961. O recurso ficou depositado em Belém por não haver agência bancária em Imperatriz. O veículo foi comprado em Goiânia, porque o preço era melhor, e levou mais de três meses para chegar à cidade devido à burocracia e porque a estrada Belém-Brasília se encontrava cortada, em vários pontos, em decorrência do forte inverno daquele ano. Isso foi tempo suficiente para acusarem o

prefeito do desvio dessa verba. E, numa cooptação do governo do estado e seus aliados na cidade, mais que depressa cassaram o mandado do prefeito, por meio do juiz suplente Raimundo Ribeiro, inimigo declarado de João Menezes, alegando o desvio de verbas e a não prestação de contas dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional (FRANKLIN; LIMA, 2016, p. 99).

Por ser um dos maiores redutos eleitorais do município de Imperatriz e onde o prefeito tinha alcançado uma vantagem de votos esmagadora perante o seu adversário na eleição, a elite local e o governador do estado, Newton de Barros Bello, sabendo não haver consistência nesse ato judicial, criou um novo município, desmembrando o povoado de Gameleira, ainda no mês de dezembro. No dia 15 de dezembro de 1961, através da Lei nº 2.167, o governo Newton Bello, como era conhecido, sancionou a lei e, por aquele mesmo ato, nomeia a Gameleira com o nome de João Lisboa. Menos de uma semana depois do ato de criação da nova unidade político-administrativa, no dia 22 de dezembro de 1961, o governo instala o novo município e dá posse ao interventor, Nestor Milhomem, um dos principais líderes da região, aliado do senador Vitorino Freire e filho do ex-prefeito de Imperatriz, Gumercindo Milhomem (FRANKLIN; LIMA, 2016, p. 90).

João Menezes de Santana foi reintegrado ao cargo, por força de liminar, em maio de 1962, uma vez comprovado – com a chegada da caçamba – não ter ocorrido desvio de verba do erário público. Ainda assim, amparados pela polícia, seus adversários não entregaram o cargo. Diante de tais circunstâncias, João Menezes se deslocou para o povoado Ribeirãozinho, distante trinta quilômetros da cidade, de onde passou a despachar como prefeito. Mais tarde, por força do judiciário da capital, retornou a despachar na sede da Prefeitura. Com a vitória obtida nas eleições, a situação se tornou explosiva em função de ameaças de morte, pistolagem, assassinatos e violência contra os aliados de João Menezes, praticados por seus opositores. Para sobreviver, o prefeito passou a ter uma vida quase clandestina. Nas eleições de 1962, obteve esmagadora vitória na eleição de vereadores, mas a institucionalidade pouco adiantava diante da fúria que ali se encontrava instalada.

Em 23 de maio de 1964, conforme o Livro de Atas da Câmara, foi novamente cassado, acusado de ter ideias subversivas e de estar ligado ao grupo do ex-presidente João Goulart, conforme Inquérito Policial Militar. Preso, foi levado para Belém em um avião da FAB. Alguns dias depois, foi conduzido para o 24º Batalhão

de Caçadores em São Luís, e após trinta dias foi solto. Ao retornar para Imperatriz, foi novamente preso e levado para Brasília, ficando em liberdade condicional. Meses depois foi reempessoado. Mas, estando preso em Brasília por crime de subversão e mantido em liberdade vigiada, não pode retornar e assumir o resto do mandato. Sem recursos, peregrinou por Brasília, Goiânia, Anápolis, sendo novamente preso e liberto, depois de novos depoimentos, sendo obrigado a não se retirar da capital federal e sendo mantido vigiado (MOREIRA, 1989, p. 72).

Conforme, Franklin; Lima (2016, p.206), na eleição de 1965, mesmo distante e sem poder se afastar de Brasília, João Menezes mantinha-se bastante informado dos acontecimentos sociais e políticos de Imperatriz. Por combater o vitorinismo⁵⁸ local e estadual, estendeu seu apoio à candidatura de José Sarney para o governo do estado, e à candidatura de Eurípedes Bernardino Bezerra Fialho para prefeito de Imperatriz. João enviou uma carta aberta ao povo de Imperatriz conclamando-o ao apoio destas duas candidaturas. Conforme o Relatório Secreto do Ministério da Guerra (IV Ex. 10ª RM, Fortaleza, 15 de julho 1965), no ano seguinte, João Menezes chegou a ir até Montevidéu, a pedido do ex-deputado Neiva Moreira, que trabalhava com Brizola na articulação de um foco revolucionário em Imperatriz (FRANKLIN; LIMA, 2016, p. 196).

No final de 1966, João Menezes foi autorizado a morar em Tocantinópolis, pequena cidade às margens do rio Tocantins, no estado de Goiás, distante aproximadamente 120 km de Imperatriz, enquanto aguardava o julgamento por subversão, junto ao Superior Tribunal Militar. No início do ano seguinte, 1967, foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Ainda no primeiro semestre desse mesmo ano, a experiência de guerrilha de Caparaó foi derrotada e Brizola desistiu do projeto revolucionário, fundamentado na teoria do foco.

Absolvido e livre do compromisso do plano revolucionário de Brizola, João Menezes resolveu retornar para Imperatriz e, no dia 16 de março, uma multidão foi ao seu encontro no aeroporto. Seu retorno continuou a suscitar temor por parte dos

⁵⁸ O termo 'vitorinismo' designa um período da política maranhense implantada pelo político Vitorino de Brito Freire, natural de Pernambuco que fez seu corpo no Maranhão a partir de 1940, uma vez favorecido pelo governo federal, passou a dirigir a política no estado do Maranhão até 1965. Desde então seu nome passou a simbolizar esse longo período de mandonismo e coronelismo como característica dessas práticas, consolidando-se devido ao prestígio da pessoa de Victorino nas altas esferas administrativas do poder central junto aos que governavam o país.

antigos adversários, a ponto de o líder desse grupo na Câmara encaminhar uma carta, três dias depois, ao Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva.

[...] Quando foi no dia 16 do corrente mês, às 17,30 horas, deu entrada nesta cidade o subversivista João Menezes Santana, que teve o seu mandato cassado a 23 de maio de 1964, por solicitação do cap. Raimundo Nonato da Silva Miranda, encarregado do IPM nesta cidade, havendo grande manifestação por parte dos seus adeptos, como também pelos promoventes, que são os vereadores Carlos Lima de Almeida e João Palmeira; fez parte também da recepção o prefeito Eurípedes Bernardino Bezerra que no dia seguinte lhe ofereceu um almoço, tendo João Menezes Santana discursado não só ao entrar na cidade como também na porta da casa de sua propriedade e no carro que conduzia João Menezes, este com uma faixa com os seguintes dizeres: Voltei para ouvir o povo [...] (FRANKLIN; Lima, 2016, p. 238).

Conforme afirma Franklin; Lima (2016, p. 222), como líder de oposição, recebeu todos os revolucionários comunistas que desejavam se implantar na região, embora mantivesse sua posição de autonomia, sendo apenas um 'intelectual orgânico' nas palavras desse historiador. Desde o pessoal que compôs o foco guerrilheiro do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), entre eles alguns jovens de Imperatriz, pessoal da ANL de Marighela, pessoal da VAR-Palmares de Lamarca, MR-8 e o PRT de Alípio de Freitas, até o pessoal do PC do B era de forte presença na região. Asseguram alguns que as armas para essa revolução eram guardadas pelo pessoal de João Menezes.

Em Imperatriz, instalara-se a base logística da guerrilha, onde cerca de oitenta militantes do PC do B trabalhavam sigilosamente para garantir apoio aos que deveriam entrar em combate. À disposição do movimento havia um hotel, na Praça Brasil; dois barcos no rio, que faziam transporte de passageiros e pequenas cargas pelo Tocantins e Araguaia, dissimulando sua função de levar os militantes até Xambioá; um restaurante; e várias pessoas em outras atividades, para não despertarem suspeitas (FRANKLIN; Lima, 2016, p. 231).

Em 1969, novamente um ano eleitoral, politicamente não houve tantos conflitos. O município de João Lisboa era conduzido por Sebastião Antônio da Silva (figura 11), aliado dos vitorinistas. João Menezes lançou a candidatura de sua mulher, Maria Nita Menezes, em comum acordo com o deputado La Rocque. Nita Menezes, como era conhecida, ganhou as eleições para um mandato de três anos. No final de seu mandato, elegeu seu sucessor, e logo após este concluir seu mandato, Nita novamente se elegeu prefeita para o quadriênio 1978 – 1982. Durante o mandato de Nita, a Câmara Municipal de vereadores de João Lisboa (figura 12) começou a

funcionar em um prédio da rua principal. João Menezes não foi mais candidato; no entanto, continuou nos bastidores conduzindo articulações e orientações políticas. Faleceu 14 anos depois de Nita, sua mulher, concluir o mandato, em 23 de setembro de 1996.



Figura 11 – Sebastião Antônio da Silva – Prefeito de João Lisboa em 1969 e Edimilson Rosa.
Fonte: Acervo do autor.



Figura 12 – Câmara Municipal: João Lisboa, MA (ano 1983).
Fonte: Câmaras municipais; Edifícios públicos; João Lisboa (MA); Maranhão. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432630>

Conforme Gaspari, toda a região fez parte dos projetos revolucionários das organizações clandestinas que se faziam presentes na época.

A guerrilha amazônica estivera nos projetos de todas as organizações da esquerda armada, mas também nos cuidados de todos os governos da ditadura. [...] **Chegou a haver um engarrafamento de projetos guerrilheiros na região** do Bico do Papagaio, para onde confluíram o PC do B, a ALN e a VAR - Palmares. Essa coincidência, com todos os tumultos e dificuldades que produziu, levou o PC do B a atravessar o rio Araguaia, afastando-se da sua margem goiana e do entroncamento rodoviário de Imperatriz, no Maranhão. Por essa cidade passaram pelo menos quatro organizações com seus projetos de foco rural. Com exceção de algo como setenta quadros que o PC do B manteve espalhados na região, todas as outras bases foram desbaratadas ou neutralizadas pela simples chegada das tropas. Entre maio de 1970 e agosto de 71, sem um tiro, três expedições dissolveram pelo menos seis bases da ALN e da VAR - Palmares, prendendo, por baixo, 39 pessoas. (GASPARI, 2002, p. 93). Grifo nosso.

Morais e Silva (2005, p. 28) publicou **A operação Araguaia**, livro no qual se encontram vários documentos tidos como secretos, dentre eles 'O Relatório da Operação Mesopotâmia' (doc. 02) – documento secreto do Ministério do Exército, de 17 de agosto de 1971. Neste consta que o MNR de Brizola havia de fato articulado um foco de resistência na região em 1965. O PCdoB se fez presente na região desde 1966, mantendo seu plano de estruturar uma base de resistência à ditadura na região de Imperatriz até 1969; por sua vez, a VAR-PALMARES tinha terras em Imperatriz-MA e Itaguatins-GO. A ALN estava articulada em Marabá-PA, Conceição do Araguaia-PA, Imperatriz-MA, São Geraldo-GO e Colinas-GO, com planos de estabelecer-se no eixo Imperatriz-Araguaia com o mesmo objetivo.

No primeiro comunicado que o 'Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia' fez à população, em 25 de maio de 1972, dirigiu-se

aos POSSEIROS TRABALHADORES DO CAMPO e a todas as pessoas progressistas do sul do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás. Aos moradores dos municípios de Marabá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Araguatins, Xambioá, **Imperatriz**, Tocantinópolis, Porto Franco e Araguaína. (GUERRILHA DO ARAGUAIA, 2005, p. 138) Grifo nosso.

O intento do marco teórico do levante era de que os camponeses se constituíssem nos soldados da revolução, diante do quadro inóspito da sua existência. Uma revolução que partiria do foco e se massificaria com a intensidade da luta. No entanto, tal intensidade não ganhou proporção enquanto ocorria a avalanche das tropas do exército, que aconteceu em massa para a região com a

finalidade de combater o foco guerrilheiro na região do Bico do Papagaio, no estado de Goiás e no sul do Pará. Dois elementos se constituíam nos atrativos dos guerrilheiros para cooptar os camponeses: consolidar uma amizade pessoal e prestar assistência, por meio da profissão que o guerrilheiro detinha, e outras atividades solidárias. Tais elementos parecem não ter sido suficientes para se constituir em um rápido multiplicador, nos poucos anos que antecederam a guerra de guerrilha, conhecida como Guerrilha do Araguaia.

Em meio à violência militarizada, a posse precária da terra parecia conter elementos que impediam a sublevação, uma vez que não mais o camponês se encontrava condicionado à obrigação moral de uma relação tão clientelista do favor que garantia a condição de morador, agregado ou rendeiro, em grande parte do Nordeste. A migração foi sentida por muitos como um desterro voluntário de situações relacionais impostas. A posse, de toda maneira, era o máximo de liberdade que o camponês conseguia naquele contexto relacional.

Aos camponeses, em situações extremas, era mais prático repetir o que já vinham fazendo milhares de outras famílias: continuar migrando, deslocando-se para o limite da fronteira, entrar na mata e antecipar um espaço formando uma nova posse, e aguardar ali a frente pioneira. De forma pragmática, a migração, sob os auspícios do governo, era amplamente incentivada, alegando uma reforma agrária em andamento, dentro de uma razão discursiva criada pelo próprio governo: “terra sem homens para homens sem-terra” (OLIVEIRA, 1991, p. 27). No entanto, a titulação da posse do camponês era como uma gota d’água num oceano, pois ele permanecia naquele meio, sob os açoitamentos do capital, tal qual a condição dos escravos após a libertação – sem terra e sem nada.

O governo financiava as atividades através de incentivos fiscais, visando ao mercado regional, nacional e até mesmo internacional, por meio da integração da Amazônia ao eixo comercial do Centro-sul, enquadrando-a na economia de exportação. O governo entendia que para modernizar a Amazônia, não seria por meio dos camponeses enquanto pequenos proprietários, mas nos moldes da grande empresa agrícola financiada com recursos públicos (PICOLI, 2006, p. 36).

Nesse contexto, partindo dessa posição assumida pelo governo, podemos entender a violência desse estado de coisas, promovida por todos. José de Souza Martins avançou por demonstrar que todo esse processo de integração econômica, na ótica do poder militar, forçosamente se realizaria pela via da grande empresa

agrícola ou mineral à qual o Estado concedeu grandes incentivos (MARTINS, 1991; 1997).

Para as forças em guerra, fossem os militares ou os guerrilheiros, os camponeses não eram os elementos centrais para pensar a economia da Amazônia Legal. Outros eram os horizontes do Governo, dos militares, dos guerrilheiros, dos empresários e dos fazendeiros. Aos camponeses restavam os destroços da violência, de todos contra os mesmos, uma vez que teimavam em se fazer presente aos milhares. Foi noticiado no jornal 'O Globo' (09/07/2013), que as Forças Armadas fizeram três campanhas até destruir a Guerrilha do Araguaia. O governo militar mandara entre 3,5 mil e 20 mil homens para combater os rebeldes 'terroristas', como o exército os denominava, no seio da população, para justificar a onda de terror e sua imponência nacional.

O fluxo de militares do Exército foi muito intenso por toda essa região desde a segunda metade da década de 1960 — na década seguinte eram milhares. O General Médici decretou a Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, que estabelecia ser "indispensáveis à segurança nacional e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal e dá outras providências". (D.O.U., de 02.04.1971, p. 1). Nesta Lei estava incluída a BR-230, BR-080, BR- 226/153 e BR-010/230.

Diante disso, toda a região passava para o controle federal. O 50º Batalhão de Infantaria de Selva (50º BIS) foi fundado às pressas em outubro de 1973 e todo seu treinamento estava voltado para o combate aos 'subversivos', supostamente inseridos entre os camponeses nos minúsculos centros espalhados pela floresta, justificando sua presença ostensiva permanente, enquanto forças armadas na região e como vigilante desse portal. Os camponeses da região eram tratados como suspeitos de colaboradores dos 'terroristas', acusados de escondê-los, protegê-los e alimentá-los.

Todos os segmentos e agentes, institucionalizados ou não, tinham projetos para a região do Araguaia-Tocantins. Para Oliveira (1991), o governo federal — através de suas metas e bases para a ação do Governo do General Médici consubstanciadas no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) — tinha por objetivo

Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando em grande escala e numa região com manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de

penetração vinham fazendo [...] Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...] Criar as condições para a incorporação à economia de mercado. (OLIVEIRA, 1991, p.74-75).

O governo havia criado o INCRA, através do Decreto-Lei nº 1.110 em 09/07/1970, como forma de legitimar as terras para os grandes projetos agrominerais e agropecuários, atraindo para a região uma legião de grandes empresários dos dois setores para, através de incentivos fiscais, desenvolverem suas atividades de exploração da Amazônia em consonância com o grande capital, fazendo assim a integração da região amazônica ao mercado – isto se constituía também num projeto privado. Em tudo, o dinheiro chegava primeiro.

Aproximadamente uma década antes, em 15 de setembro de 1962, havia sido criada em Imperatriz uma agência do Banco da Amazônia – BASA. Esta agência deveria concentrar todos os recursos da SUDAM e do FIDAM para financiar todas as iniciativas que visassem à exploração da floresta amazônica e contribuir com a política de integração concebida, e em plena implantação, pelo governo federal. Em face disso, os empresários, ávidos pelos recursos – o incentivo poderia chegar até 100%, desde que instalados até 1974 –, corriam para implantar seus projetos empresariais. Sobre os guerrilheiros comunistas, Amorim (2014); Martins (1982); Studart (2006); Maciel (2014) e os próprios comunistas informaram que estes tomavam a área para um projeto de revolução, conforme manifesto dirigido em primeiro lugar aos camponeses posseiros:

Aos POSSEIROS TRABALHADORES DO campo e a todas as pessoas progressistas do sul do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás [...] Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para resistir com êxito ao inimigo mais numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, pela liberdade e por uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. (GUERRILHA DO ARAGUAIA, 1986, p. 138. Doc. Do PC do B). Grifo no original

Aos camponeses restou seguir sua intuição inicial, fazer o que vinham fazendo: prosseguir nas suas ações territorializantes a seu modo, enfrentando a grilagem que, desde o início, avançava sobre suas posses. Todos esses avanços políticos, econômicos e culturais, em um movimento de apropriação e reprodução de relações sociais, engendraram uma extrema complexidade, impondo processos e conflitos, e, da mesma forma, temporalidades e territorialidades.

O Semanário (nº 00241) divulgou a denúncia do deputado maranhense Neiva Moreira sobre a grilagem em Imperatriz:

O sistema de grilagem oficial das terras é feita no meu Estado através de concessões ilícitas aos apaniguados políticos ou aos sindicatos de grileiros que estão em marcha acelerada para aquela região, que é ocupada por pequenos e vorazes grupos que se convertem em proprietários de glebas imensas que, inevitavelmente, no futuro, serão pontos de discórdia, focos de insurreição social, naquela zona do País. [...] Levas e levadas de agricultores – do Nordeste, da zona do Sudoeste do Maranhão e das zonas mais velhas do Rio Parnaíba, do Balsas e do Pindaré – estão chegando tumultuariamente ao Vale do Tocantins. Desorientados, sem apoio, sem assistência técnica de qualquer natureza, estão convertendo Imperatriz e toda aquela região do Brasil em novo deserto! (O SEMANÁRIO, nº 00241 – Rio de Janeiro / Semana de 18 a 25 de dezembro de 1960).

Mesmo no brado de uma denúncia, no fulgor do tempo ocorrido, os camponeses eram ainda tomados como ‘desorientados’ por aqueles que se lançavam em sua defesa. Estudando a grilagem de terra na região, Asselin (2009, p. 33), em seu livro ‘Grilagem’ (1ª edição, 1982), afirma que essa prática foi iniciada aqui, no curso da abertura da própria rodovia Belém-Brasília. No fim de 1959 e início de 1960, nasceu no sul de Imperatriz o grilo denominado ‘Torre Segunda’, registrado no cartório do 1º Ofício da cidade.

No final de 1960, outros dois grilos foram abertos: ‘Campo Alegre’ e ‘Frades’. Estes atingiram a área de povoação camponesa mais antiga nas margens do rio Tocantins, resultante da crise extrativista da castanha, do lado esquerdo da Belém-Brasília no sentido Imperatriz-Belém. Os focos da grilagem da Belém-Brasília eram os grilos de ‘Tircambu’, ‘Gurupi’ e ‘Serra Grande’. Por volta de 1963 foi iniciada a grande grilagem do Pindaré. Afirma Asselin que

a dimensão do grilo foi tão elástica que, ainda hoje, ele não parou de inchar. Na fraude, perpetrada em 1968, incluiu-se, num inventário do século passado ‘uma posse na Vila Imperatriz’. Esse inventário havia sido julgado, em 1886, pelo juiz de Órfãos e Desvalidos de Carolina (MA). Quase um século depois, em 1975, ao julgar um processo aberto na Justiça Federal pelo Incra e Estado do Maranhão, o juiz Carlos Madeira, de São Luís, referiu-se ironicamente ao inventário falsificado: “Que desvalidos são esses que tinham uma posse digna dos maiores representantes de Portugal?” (ASSELIN, 2009, p. 55).

Com efeito, não temos dúvidas de que a grilagem visava à apropriação de quase todas as terras que ainda não estavam incorporadas ao sistema de propriedade privada do sistema capitalista. O rápido deslocamento do foco da grilagem se

espalhava. Iniciou pela região de Imperatriz e Amarante, estendendo-se pela Belém-Brasília, no trecho entre Imperatriz e Paragominas, alcançava Bom Jardim e seguia pela BR-222, cobrindo o percurso de Açailândia-Santa Luzia. Até aquele momento, toda essa imensa região era entremeada por uma territorialidade camponesa.

Monteiro Lobato, em 'A onda verde', faz a seguinte afirmação:

As terras devolutas, que a inercia do Estado conserva a monte, sem saber por quê nem para quê; terras legitimamente, legalmente "apropriariadas" – nada disso é obstáculo à solércia do grileiro. Ele, ao partir para o sertão, deixou em casa, na gaveta, os escrúpulos da consciência. Vem firme, vem "feito" como um gavião. Opera as maiores falcatruas; falsifica firma, papéis, selos; falsifica rios e montanhas; falsifica o fiel da balança de Themis; falsifica o céu, a terra e as águas; falsifica Deus e o Diabo. Mas vence. E por arte dessa obra-prima de malabarismo, espoliando posseiros ou donos, firmados na gazúia da lei, os grileiros expelem das terras, num estupendo parigato, todos os barba ralas que ali vivejam parasitariamente, tentando resistir ao arranque da civilização. (LOBATO, 1922, p. 12). Grifo no original.

A visão lobatiana, em 'A Onda Verde', sobre a expansão do café em São Paulo, dá conta de como a grilagem arranca o posseiro camponês através de mecanismos cartoriais fraudulentos, apropriando-se de terras, devolutas ou não, para a implantação do progresso por meio da penetração do capitalismo. Seu texto toma os posseiros como uns 'barbas ralas', sujeitos que se arrastam 'parasitariamente' e que, vivendo nessa condição, afrontam o 'arranque da civilização'.

Essa visão, com esse entendimento, atravessou décadas mantendo-se enclausurada na mentalidade da classe dominante, de tal forma que os militares, em seu projeto de integração da Amazônia, permitiram os mesmos procedimentos, ou seja, no avanço da fronteira procuraram veladamente não interferir no processo de aquisição de terras; muito pelo contrário, criaram condições por meio dos incentivos fiscais para grandes projetos, abrindo os recursos naturais de uma região, entregando aos grupos econômicos para que pudessem expropriar por meio da fraude e da violência. Essa postura do Estado pode ser observada no ato de criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT (1980); portanto, duas décadas após a trágica expulsão campesina das terras.

O grilo das terras na região envolvendo os três estados, segundo Asselin (2009, p. 57), por sua proporção, envolveu várias etapas. A primeira delas iniciou antes de 1960 e se formalizou em 1968, com a fraude de um inventário no cartório do 2º Ofício de Imperatriz. Era uma formulação "jurídico-legal" visando levar a crer "que a terra não era devoluta, mas de domínio particular, há mais de 100 anos", envolvendo a atuação

de grupo sulista e o pessoal do Paraná. Mesmo em 1964, diz o autor, João Menezes e Epaminondas Gonçalves tinham criado o personagem “Faustino Pereira de Carvalho” para formalizar um grilo através do qual obtiveram poucos rendimentos. Novamente em 1968:

Antônio Raimundo Feitosa, Epaminondas Gonçalves Lima, João Menezes Santana, João Bandeira Bastos e José Daher engendraram o plano. Após entendimento com Menezes e Feitosa, João Bandeira Bastos entregou a José Daher e a Epaminondas os processos do inventário de Maria Alves e de Jacinto da Silva Aguiar. Daher e Epaminondas dirigiram-se em seguida a Goiânia para efetuar lá as alterações. (ASSELIN, 2009, p. 62).

Na década seguinte, conforme Almeida (1981, p. 07), o conflito permaneceu intenso entre camponeses e fazendeiros, grileiros e pistoleiros, seguindo as mesmas linhas de forças da década passada, ou seja, intensificando-se no leste, norte e oeste de Imperatriz. Não foi por acaso que uma Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – foi instalada em Imperatriz no dia 22 de maio de 1972, permanecendo vinculada à Superintendência do Maranhão até o primeiro semestre de 1977, quando passou à esfera da, então recém criada, Coordenadoria Especial Araguaia-Tocantins – CEAT, instalada em Marabá-PA. Essa medida visava imprimir uma ação mais eficaz, ao molde do governo militar, sobre a questão fundiária na vasta bacia do rio Araguaia e do rio Tocantins.

Um registro feito pela Promotoria de Imperatriz dá conta da desordem em que se encontrava a questão fundiária, como podemos constatar nos registros de depoimentos de vários presos feitos perante a promotoria – como veremos no tópico seguinte.

2.4 A expropriação da posse

Neste tópico, e no seguinte, veremos um ‘quadro da vida’ de luta dos camponeses Francisco Alves e Miguel Reinaldo no interior de uma expropriação que envolvia 170 famílias, ocorrida no córrego Cinzeiro. Trata-se do uso de algumas formas da técnica da história de vida, não nos moldes memorialistas, que sempre trabalha com a ideia de vida de forma fechada e, como tal, dentro da ideia de precisão rigorosa, que quer detalhar com todos os pormenores, com começo, etapas e um fim, ou seja, uma história acabada.

Recorremos à noção de trajetória para reconstituição do passado e como forma de inspiração de abordagem. Entendemos que a noção de trajetória nos permite uma reconstituição do passado visando sempre à posição em que os entrevistados encontram-se no presente. Neste sentido, acatamos trajetória “como [uma] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a transformações”. (BOURDIEU, 1996, p. 189).

Esforçamo-nos para tomar como premissa essa noção e fazer uso de alguns elementos da técnica da história de vida para interpretar e avaliar posições e relações que os camponeses desempenharam na luta pela posse da terra. Nesse sentido, buscamos trabalhar na perspectiva desenvolvida por Halbwachs (1990, p. 143), que concebe a memória coletiva como fruto da relação do indivíduo junto aos meios coletivos, estando sujeito a mudanças, de acordo com a posição ocupada nessa relação.

Esta localidade, Cinzeiro, tinha o mesmo nome do córrego e ficava localizada na margem direita da rodovia Belém-Brasília no ano de 1973. Em seguida, o esforço empreendido por Miguel Reinaldo e Francisco Alves visando ao domínio de uma nova posse na gleba Boca da Mata no ano de 1974.

Eram duas famílias que, pela unidade, formavam uma só. Miguel Reinaldo e a esposa, embora tenham adotado várias crianças como filhos de criação e os tenham criado, tiveram vários filhos legítimos, mas somente uma filha sobreviveu. Essa filha se casou com Francisco Alves e, desde o casamento, viveram sempre juntos, sogro e genro, como se fossem apenas uma família. Embora morassem em casas separadas, porém próximas, mantinham os negócios e trabalhos sem partilhas, e compartilharam a longa migração para o Maranhão.

Essas duas famílias não estavam nas contas do Censo de 1970 no município de João Lisboa. O censo havia constatado naquele ano, a existência de 5.967 famílias no município. Como vimos anteriormente, nesse período eles ainda se encontravam lutando para permanecer na primeira posse, no córrego Cinzeiro. Miguel e Francisco somente em 1974 vieram somar-se a essas quase seis mil famílias que disputavam uma posse de terra na imensa área do município — àquela época, na ordem de 2.055 km².

A totalidade dessas famílias passava por um processo de adaptação e ajuste no âmbito da própria região, uma vez que a grande maioria da população (18.418) vinha de outros municípios do próprio estado, e os demais provinham de vários

estados da federação, especialmente da região Nordeste, conforme o censo de 1970. Essa população camponesa, de uma maneira ou de outra, em termos gerais, afora algumas especificidades, tinha um histórico de migração, de vivência no sertão e de luta pela posse da terra.

A escolha dessas duas famílias (Miguel Reinaldo e Francisco Alves) tomadas como representação das condições dos demais não foi aleatória, não foram pinçadas apenas para preencher as exigências da pesquisa – mesmo porque o censo registrou, em 1970, apenas 74 pessoas de Pernambuco, 8 da Paraíba e 408 do Ceará. A razão da escolha foi o grau de aproximação mantida com elas durante os anos em que eu havia trabalhado na região como educador.

Ali pelos idos de 1984, passamos a tomar conhecimento da história de Francisco e Miguel. Nada os distinguiu do histórico dos demais camponeses que frequentavam o sindicato dos trabalhadores rurais no município e, da mesma forma, dos que participavam dos trabalhos educativos. Durante aqueles anos, presenciamos a labuta no trabalho, momentos de aflições com a perda de entes queridos e momentos de satisfação por algumas conquistas e fartura da família.

Como veremos mais adiante, muitas destas famílias terminaram por não ter a mesma sorte que o acaso reservou a Francisco e Miguel. O processo de expropriação obrigou milhares de famílias a continuar a migração em busca de um lugar de ganhos no interior do processo produtivo conduzido pela superposição da frente pioneira. Assim, qualquer uma daquelas famílias poderia – diante do que viveram ali e das situações que enfrentaram – dar conta de uma amostra do conflito que, em geral, ocorreu com todos na luta por inserção social e disputa por posse de terras na área da gleba Boca da Mata.

Francisco e Miguel foram entrevistados em 1984 e 1985 quando o CENTRUMA realizou uma pesquisa junto aos camponeses visando reunir subsídios para a elaboração de seu projeto educativo. Grande parte das entrevistas foi registrada no relatório “Estudo de Sistemas Agrários no sudoeste do Maranhão” editado em 1986, nele encontram-se transcritas várias falas dos dois camponeses.

Embora houvesse essas informações e antecedentes de Francisco e Miguel que permitiriam testemunhar o registro de suas ações na região, preferimos, inicialmente, tratar de um segundo relatório, produzido pelo Promotor de Justiça de Imperatriz e contendo o relato de camponeses que viveram a expropriação no início dos anos de 1970. O Promotor de Justiça, Dr. José Maria Rodrigues, da Comarca de

Imperatriz escreveu, em 5/7/1972, os depoimentos de seis pessoas presas como subversivas pelo delegado dessa jurisdição:

RAIMUNDO NONATO DOS REIS FARIAS, 17 anos, vulgo “Faixa Preta” natural de Santa Inês-MA, foi preso no dia 25 de junho de 1972 na terra do Sr. José Vermelho e trabalhando para este como caçador para alimentar os arranchados de empreitas. [...] Tivemos oportunidade de verificar que o mesmo se encontra bastante cortado nas costas e nos braços, deixando de pedir a que o mesmo fosse submetido a exame de corpo de delito ante a falta de segurança que vem reinando na cidade, ante o fato de terem sido requisitados pistoleiro, que dizem serem participantes do sindicato do crime, deles até respondendo por participação de assassinato de presos dentro da cadeia, para auxiliarem a polícia na operação, que segundo se sabe, diz o Capitão Delegado ter recebido ordens do General Antônio Bandeira para assim proceder. O referido Faixa Preta declara que só deu o depoimento que fora gravado, por ter sido dura e severamente castigado para tal fim.

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, vulgo “José Vermelho”, residente há muitos anos nesta cidade. É inimigo do Sr. Clodomir Bonfim e seus filhos José e Joaquim pelo fato de trabalho relacionado com lavoura e derrubada de mata para roçado, do que é contrário aos mesmos. Foi o dito José Vermelho preso, nesta cidade, no dia 26 de junho de 1972, pela alegação referida pelo “Faixa Preta” (acusação), de ser o fornecedor de armas, munições, mantimento e pessoal para enfrentar a polícia na mata, em razão do que seria levado para São Luís para ser entregue no DOPS, fato que não aconteceu, pois que o Delegado viajou levando alguns e sem qualquer explicação deixou este preso. Declara que não foi maltratado.

AIRTON BONIFÁCIO BRITO foi preso nesta cidade, embora resida nas matas onde trabalha, no dia 27 de junho de 1972, quando aqui se encontrava em casa do Sr. Pedro Barbosa de Sousa, de quem é empregado, tendo vindo aqui a procura de recursos médicos, pois está gravemente doente de malária. Foi preso sob a alegação de ser subversivo, encontrando-se bastante e gravemente doente, não podendo mesmo nem se levantar da rede dentro do xadrez, pois a febre continua, sem que o mesmo, desde que foi preso, tenha tomado qualquer remédio que fosse. O referido senhor está preso em um xadrez, onde também se encontra preso, um senhor afetado dos pulmões, dois doentes mentais e outros três aparentemente sadios.

MIGUEL GONÇALVES BASTOS trabalha e reside nas matas do conflito e foi preso, com a acusação de ser subversivo, no dia 24 de julho de 1972, e trazido para a cadeia, tendo deixado lá nas matas, sozinho, os seus cinco filhos menores que a mãe falecera há alguns meses, cujos meninos conta o mais velho 13 anos de idade e o mais novo apenas um ano e meio, sujeitos as feras e mesmo aos desordeiros. Até a presente data não foi ainda ouvido (dia 4/7/72). Este senhor também se encontra no mesmo xadrez em que se encontra o AIRTON.

LUCAS PEREIRA DE SOUZA, maranhense de Colinas, estava viajando no carro do Sr. João Lourenço em direção as matas do **Pindaré**⁵⁹ na M-74, onde

⁵⁹ Estas prisões se referem a uma operação de “limpeza de área” para retirar camponeses posseiros de determinados trechos no grilo do Pindaré realizada em junho de 1972. Para executar a operação foi contratado o mais temível pistoleiro e corretor de fazendas por aquela época, Pedro Dias Ladeira. Afirma Asselin (2009) que ele era natural de Palma (MG) e que fugiu de lá por homicídio, para o Paraná. De Londrina rumou para o sul do Maranhão, chegando a Imperatriz por volta de 1961 instalando uma fazenda no Morro do Chapéu (esse morro fica localizado no município de João Lisboa, no sopé da serra, há poucos quilômetros da sede do município, fazendo parte do primeiro loteamento da **Gleba Boca da Mata/Barreirão**. Esta fazenda até hoje pertence a pessoas que faziam parte do bando de

ia trabalhar para Pedro Leite, quando foi preso no dia 26 de junho de 1972, ocasião em que foi preso, também o referido João Lourenço. Nunca foi ouvido na polícia e ainda continua preso, tendo deixado sua família sem notícias alguma, pois viera à procura de ganhar dinheiro para poder manter sua família.

JOSÉ LOPES DA SILVA, baiano residente no Estado do Pará, também estava viajando com o Sr. Lourenço, no veículo deste com destino às matas do Pindaré, aonde iria à procura de serviço de corte de arroz, quando foi preso, o que se deu no dia 26 de junho de 1972, ocasião em que foram presos, também, próprios João Lourenço e Lucas Pereira de Souza, este companheiro de viagem. Ainda se encontra preso, sem ter sido interrogado. Se sabe que lhe disseram que se encontrava preso por ser subversivo⁶⁰.

O Promotor toma por nota, ainda, as reclamações de pessoas que não foram presas, mas que apresentaram queixas de grilagens em outros trechos nas proximidades da rodovia Belém-Brasília.

RAIMUNDO FERNANDES CAMPOS, natural de Barra do Corda-MA. Há dois anos está residindo e trabalhando de lavoura no lugar Cinzeiro, deste

outro famoso pistoleiro que liderou na década seguinte, Davi Alves Silva, que chegou a ser prefeito de Imperatriz no período de 1989-1993. Os camponeses ainda no início desse ano, 2017, comentam a boca pequena que José Ribamar Bonfim havia passado alguns meses nesta fazenda). Logo de início, Pedro Ladeira passou a se entrosar com todas as autoridades, especialmente com o INCRA, com o delegado de Terras, juízes e demais autoridades ligadas à questão fundiária. Pedro Ladeira, conhecendo que o aliciamento das autoridades no Maranhão era tido como natural, reforçou sua atuação através de suborno fácil e da corrupção. Tornou-se em pouco tempo homem de prestígio junto às autoridades de Imperatriz e até de São Luís, e chegou a dar ordens ao juiz de Direito, ao prefeito, à Polícia Militar, aos cartórios, aos funcionários do Incra, da Delegacia de Terras e a homens de influência em São Luís. Consta ainda que o mesmo mantinha uma ajuda mensal para a polícia no valor de Cr\$ 20.000,00 por mês para ter o pronto atendimento da polícia a qualquer momento que precisasse (ASSELIN, 2009, p. 66).

⁶⁰ Asselin (2009, p.126) informa que a operação de “limpeza da área” conduzida por Pedro Ladeira se constituiu numa diligência policial planejada dias antes no Hotel Redenção em Imperatriz por ele e vários gananciosos por daquelas terras. Dado o grau de resistência que os posseiros vinham fazendo e enfrentando os grileiros com seus pistoleiros e até mesmo elementos do judiciário, tendo certo apoio de “José Vermelho”, que era também grileiro e um inimigo declarado de Pedro Ladeira, foi então pensada uma ação mais forte contra José Vermelho e aos demais camponeses que, alinhados a ele ou mesmo por conta própria, insistiam em permanecer em suas posses. Na época, os ecos da violência da guerrilha do Araguaia alcançavam fortemente Imperatriz, dado seu histórico de conter várias alcovas de guerrilheiros espalhados na região e, por esta razão, era constante a movimentação de pelotão do exército, Serviço Nacional de Informação, Dops e Polícia Federal. No contexto desse pânico e terror a operação de limpeza seria justificada como mais uma das inúmeras diligências para desbaratar o “movimento subversivo” que supunha se encontrar em algum ponto da floresta em meios aos camponeses. Afirma Asselin que a diligência era composta de mais ou menos 35 homens que ali permaneceram por vários dias (23, 24, 25, 26 de junho de 1972) matando, espancando e prendendo posseiros alegando serem os mesmos subversivos. Ainda no dia 27 do mesmo mês prenderam gente que se encontrava em Imperatriz. O Terror destas ações garantiu aos grileiros – uma vez expulsos os camponeses – demarcar suas terras. Meses depois houve uma sindicância por parte do governo do estado mais que nenhuma medida resultou por parte do governo do Estado. Dois anos e meio depois, por força da mesma onda de grilagem, foi assassinado no Pindaré o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Imperatriz, João Palmeiras Sobrinho, que era posseiro naquela região. Foi morto em 8 de janeiro de 1975 e logo no dia 30 deste mesmo mês o grileiro recebeu o despacho favorável de uma ação se apropriando da posse de João Palmeiras.

município. Diz que quando ali chegou ouviu falar que a terra ali tinha dono, mas nunca tido oportunidade de ser importunado por alguém. Como tem conhecimento de lavradores que ali habitam e trabalham há mais de dez anos, que não conheciam se tinha algum dono a referida terra. Fez sua roça e ano passado tinha já colhido o arroz. Faltava ainda colher três linha de mandioca, meia linha de bananas, quatro linha de milho, bastante cana de açúcar. Porém está agora corrido por José Bonfim, filho de Clodomir Bonfim, sem poder colher sua mandioca, macaxeira e outros gêneros, tendo vindo se esconder nesta cidade, porque está ameaçado de morte se aparecer lá nas matas. O José Bonfim tem contrato com o Gilson filho de um Sr. Ariston, Baiano que diz ser o dono da terra, para que o mesmo retire dali os lavradores. Que o José Bonfim está esperando o pagamento de Cr\$ 15.000,00 para poder tirar todos os lavradores até o fim do mês, pois terão que sair debaixo de “Taca” e bala. O reclamante ia brocar sua roça deste ano, mais foi impedido de fazê-la pelo filho do Bonfim. O reclamante veio a esta cidade a procura de amparo da lei, mas não encontrou. (MINISTÉRIO PÚBLICO, Comarca de Imperatriz-MA. Arquivo Morto. Maço 1968/1973).

No fim dos depoimentos tomados, o Promotor escreveu a seguinte observação: “Apontamentos estes colhidos por mim, através dos depoimentos das pessoas relacionadas que me procuraram para fazê-lo, **sem que eu pudesse encontrar solução**”. (MINISTÉRIO PÚBLICO, Comarca de Imperatriz-MA. Arquivo Morto. Maço 1968/1973). Grifo nosso

Que solução poderia ser dada para o conflito que a sociedade estava vivendo por mais de uma década naquela época, e que somente naquele mês o INCRA havia se instalado na cidade? Se as relações estavam transpassadas por vários tipos de violência, a primeira delas era que os camponeses viveram por décadas coexistindo com a violência dos coronéis. Durante a Guerra do Leda as chacinas não haviam alcançado tamanhas proporções⁶¹ pelo fato de que poucas famílias formavam a elite até 1958.

Daquele momento em diante, formou-se uma espécie de classe média rural, composta de gente do centro-sul e do sul do país, com algum capital, disposta a executar uma extrema violência para se apossar das terras dos camponeses. De igual modo, acima desta classe média, empresários, comerciantes, fazendeiros e aventureiros de todos os tipos, dispostos a tudo para enriquecer rápido, apoderavam-se dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo.

Os camponeses enfrentavam diversas formas de violência. A primeira delas, a caça aos posseiros pelos pistoleiros liderados por fazendeiros com apoio da Polícia

⁶¹ Ver o jornal ‘*A Pacotilha*’ sob o título ‘A guerra do Leda’, publicado em São Luís entre janeiro de 1902 e fevereiro de 1903, disponível na Biblioteca Benedito Leite – São Luís; ver também o *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro, deste mesmo período, sob o título ‘Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX’, no Arquivo Nacional.

Militar, da ação truculenta dos Agentes Federais, do Exército à procura de subversivos disfarçados de camponeses. Havia a violência das autoridades políticas e jurídicas; a violência praticada entre os próprios pistoleiros e fazendeiros devido à ambição de ambos; a violência do Estado, que em alguns casos tentava moralizar determinadas situações eliminando pistoleiros por meio de órgãos oficiais; a violência, por fim, do Exército nas áreas ditas de segurança nacional. (FREGONA, 1999, p. 161).

Martins (1982) fez o seguinte comentário sobre esse processo:

A violência que geralmente acompanha a expropriação não é o seu aspecto principal. O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. (MARTINS, 1982, p. 54).

A terra de trabalho como regime de propriedade camponesa é severamente arrastada, por sucção, pelo regime violento de propriedade da terra de negócio. No interior desse processo, muitos camponeses se esforçam procurando se adaptar à nova ordem relacional, tentando manter-se como donos de uma posse no vendaval da expropriação. Nesse tempo, afirma Martins (1996, p. 31), tanto os indígenas quanto os “não índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários [...], estão inseridos diversamente na História”, nesse caso:

Ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o de poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 1996, p. 32).

Esse esforço de Martins em interpretar dialeticamente uma expressão da realidade da frente de expansão, por um lado demanda de uma expressiva tradição sócio-histórica no Brasil; por outro, outorga uma condição ao camponês de praticar uma agricultura de excedentes. Esse esforço de adequação teórica, visando explicar a expansão empiricamente, remete a alguma dúvida, qual seja, ‘se a bala atravessa o espaço destes dois mundos, sendo este espaço um lugar praticado’, a ordem moral camponesa, não de todo, resvala ou se opõe à sociedade moderna regida por uma ordem econômica de mercado. O espaço é também a intersecção onde sua tradição

impõe uma ordem com elementos de sua coexistência litigada, é também um espaço ecossistêmico específico de onde se vive, e das representações de onde se vê.

Sendo a campesinidade, assim, apenas uma situação comum de diferente e específico grupo, presente em distintos tempos e lugares. Woortmann (1990, p. 14) dá elasticidade a essa situação ao afirmar que “não encontramos então camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade”, uma vez que toda identidade traz e carrega tudo aquilo que foi, mais o que criou e, de igual modo, o que se tornou. A identidade só se faz presente revelando-se através das relações sociais.

Segundo os camponeses, havia também outras dimensões silenciosas de violência. Uma das mais comuns, praticada pelos fazendeiros, era, às escondidas, jogarem capim nos caminhos e estradas dos centros agrícolas dos camponeses. Em dois ou três anos, suas terras estavam contaminadas de capim, os animais grudavam sementes em suas pernas e lentamente as espalhavam pelas estradas e caminhos em que os camponeses trafegavam. Jogavam sementes nos igarapés para que a correnteza as levasse contaminando os centros por onde suas águas iam passando. Relatam os camponeses que os fazendeiros inventavam caças noturnas, atravessando as roças para lançarem, em vários pontos do roçado, punhados de capim e, com isso, inutilizar as terras para o cultivo no ano seguinte, levando o camponês ao desgosto de ver sua roça e sua terra suja, imprópria para continuar cultivando. Esse desgosto motivava o posseiro a descartar sua posse e vendê-la ao fazendeiro — que já havia pedido a preferência.

Victor Asselin, comentando a intensidade que foi tomando a violência, afirma que

As arbitrariedades dos poderosos ‘donos de terras’ foram, dia a dia, tomando maior vulto, com um único objetivo: afastar os posseiros da área. É de se notar que, antes de chegarem às repressões violentas, os jagunços, a mando dos patrões, usavam como ainda usam o método de inutilização da lavoura, que consiste em atirar sementes de capim sobre a plantação de arroz dos lavradores, serviços estes, feitos de avião e até mesmo de helicóptero. Depois, vem a pressão para a célebre ‘indenização’ e ‘desocupação’ da área, oportunidade em que surgia a colaboração policial, no sentido de apreender as espingardas dos lavradores, armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens. Nessas apreensões, a pretexto de desarmamento, quase sempre levam até mesmo os utensílios necessários à lavoura, como sejam: facão, faca e foice. (ASSELIN, 2009, p. 121) Grifo no original.

Outras tantas são as formas subjetivas, e nem por isso menos violentas, como forma de coagir e pressionar a expulsão ou o afastamento dos camponeses de suas posses de terra.

O Livro Tombo da Paroquia de Coquelândia, 1967-1975, contém registro da contingência dos camponeses. O cronista relata a preocupação e o sentimento de condução e acompanhamento da Igreja numa negociação do conflito entre grileiros e posseiros, nas proximidades do povoado.

O povoado Coquelândia se localiza a 23 quilômetros a oeste da rodovia Belém-Brasília. Foi fundada em 1960 por camponeses que haviam sido expulsos por grileiros das margens da rodovia federal. Seu primeiro nome era “Coco Redondo”, nome atribuído por Josias Mendes de Souza; porém, dois anos depois, o nome inicial foi substituído pelo nome atual. Tem como principal via de acesso a estrada do arroz, numa distância de 45 km de Imperatriz. Escreveu o cronista no dia 9 de julho de 1974:

O problema da terra e um acordo.

A luta dentro da justiça a favor dos lavradores merece a atenção prioritária dos que amam o povo do campo e acreditam em sua dignidade humana. Uma Igreja que por omissão silencia ante a agressão dos lavradores está traindo o evangelho. (D. Frágoso). O problema das terras na nossa Paróquia é muito atual. Os lavradores moram normalmente desde o ano de 1958, nestas terras. Eles vivem com medo de serem expulsos por ricos fazendeiros. Já foram inúmeras vezes em Imperatriz. Pediram ajuda ao prefeito, ao delegado de terras, ao Exército e ao INCRA. Todos garantem que eles têm direito a terra por usucapião, que eles são os posseiros e os pioneiros. As perseguições são grandes. Os fazendeiros invadem capoeiras, passam o arame no meio das roças já queimadas, semeiam capim nas roças e soltam o gado para destruir as colheitas deles.

Umaz vezes a polícia aparece e leva para a cadeia estes lavradores, acusados de invasores. São as grandes injustiças do tempo de hoje! Como aconteceu no mês de agosto de 1972 e no dia 03-07-1974. No dia 9-7-1974, na sede do INCRA de Imperatriz depois de quase 2 anos de luta, chegou-se a um acordo entre um fazendeiro e os lavradores. Estes eram representados por nosso vigário Frei Osvaldo, e o fazendeiro era o Sr. Laurindo Gomes. Os representantes do INCRA eram a favor do fazendeiro, alegando que ele já tinha passado o arame e que precisava de 5.000 ha para a criação de seu gado. O acordo assinado por 3 advogados, pelo executor do INCRA, pelos posseiros, pelo Frei Osvaldo e pelo fazendeiro, consiste na entrega de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) ao Frei Osvaldo para indenizar os posseiros e para a compra de outra área de terra de aproximadamente 300 ou 400 ha. O que foi feito. O nosso vigário indenizou todos os posseiros e foram compradas outras áreas de terra de 664 ha. A relação completa foi entregue no INCRA no dia 25-11-74 e enumerada no protocolo nº 00120/74. (LIVRO TOMBO, 1968-1975/COQUELÂNDIA, p. 14, 15).

Neste relato descrito, mesmo com a mediação da Igreja por meio do seu vigário e somado ao longo tempo de moradia em suas posses, a negociação beneficiou o

fazendeiro, uma vez que a indenização não cobriria as perdas e a dimensão das posses seriam comprimidas em uma área bem menor que a área que foi entregue ao fazendeiro.

No registro do ano seguinte, 1975, o cronista intensifica os relatos sobre a violência dos fazendeiros por meio do uso de pistoleiros. Relata o assassinato de camponeses na região, destruição de roças e a expulsão de moradores de centros inteiros; descreve, ainda, várias conversas mantidas com os pistoleiros de Fogoioó, no intuito de, por meio do aconselhamento, rebaixar os ânimos para alcançar uma solução da grilagem por meios pacíficos.

Retornando ao relato do Promotor, seus últimos apontamentos no Relatório foram sobre o reclamante Raimundo Fernandes Campos. Esse camponês apelava ao promotor alguma providência no sentido de que pudesse retornar para sua roça e colher o restante de seus legumes, pois se deslocara para Imperatriz para se esconder e pedir amparo, uma vez que fora ameaçado por José Bonfim de concluir a colheita de sua safra daquele ano, e se encontrava impedido de brocar a próxima roça na localidade Cinzeiro, onde morava.

O grilo do córrego Cinzeiro ficaria sem registro se não fosse o último apontamento, na forma de complemento, escrito pelo Promotor José Maria Rodrigues em 05/07/1972. Quando o CENTRU-MA realizou sua pesquisa entre 1984 e 1986, encontrou muitos camponeses na gleba Boca da Mata que eram provenientes do grilo do córrego Cinzeiro, e sobre esse grilo foram tomados vários depoimentos que constam no relatório 'Estudo do Sistema Agrário no sul do Maranhão'. A narrativa do grilo do córrego Cinzeiro tem como base os depoimentos contidos neste relatório, mais as entrevistas e depoimentos que tomamos, nos anos de 2016 e 2017, entre vários camponeses, e principalmente as informações obtidas por Miguel Reinaldo e Francisco Alves, que haviam participado ativamente do conflito.

Assim, combinando as entrevistas da década de 1980, alguns documentos, e os depoimentos recentes de dois protagonistas, procurando ao máximo extrair minúcias do grilo do Cinzeiro, recompomos a trama da curta história de uma expropriação. O mapa de Victor Asselin, em seu livro, mostra o quanto a expropriação estava espalhada na região. Esta curta descrição fez parte do contraponto da expropriação praticada pelos próprios camponeses, como veremos na gleba Boca da Mata, quando estes disputavam seus lotes de posses acima de 50 hectares.

Dez anos depois do grilo, Victor Asselin publicou o Relatório na forma de anexo, em seu livro “Grilagem”, em 1982. Dois anos depois, 1984, por intermédio dos trabalhos educativos, conhecemos os camponeses Francisco e Miguel, que haviam sido expropriados de suas posses no Cinzeiro. Dezesete anos mais tarde, em 1999, José Bonfim publicou um livro narrando sua versão dos fatos, onde citou sua participação no grilo do córrego Cinzeiros.

O córrego Cinzeiro corta a rodovia Belém-Brasília numa distância de 30 km ao norte de Imperatriz, nasce distante 25 km da margem direita desta rodovia, no pé da serra que faz divisa da bacia do rio Tocantins com a bacia do rio Pindaré e foz com o rio Tocantins, pela margem esquerda da rodovia, numa distância de 20 km do povoado Coquelândia. O córrego atraiu muitos camponeses no início da década de 1960 pelo largo baixão que ladeava seu leito.

Naquelas terras pretas e férteis, o camponês conseguia retirar duas colheitas de arroz num único plantio. Plantava o arroz cedo, em final de outubro e novembro; entre fevereiro e março fazia a primeira apanha. A apanha do arroz era feita pelo cacho, com facas de trança. Nesse primeiro corte a palha do arroz já era toda virada pelo lavrador, com um gesto brusco efetuado com os pés. Cada touceira de arroz brotava novamente, soltando novos cachos, possibilitando uma segunda apanha, por volta do mês de maio, quando então o corte se fazia pelo cacho ou pela touceira. Normalmente, fazia-se novamente a apanha pelo cacho, deixando a nova palha para servir de cobertura para ser roçada no verão, quando se fazia uma nova limpa com fogo para se aproveitar pela segunda vez a área desmatada. Essa segunda apanha do arroz era conhecida na região como ‘soca’, por ser uma segunda produção da cultura.

Os que moravam no baixão ou na várzea do córrego Cinzeiro eram conhecidos como ‘soqueiros’. Não somente por que faziam uma segunda apanha, mas, também, porque eram privilegiados por se encontrar numa área de alta produtividade. A segunda safra era o estoque que era guardado para a subsistência, pois a primeira era projetada para o negócio.

Quem tinha dez linhas (em média 30.000m²) de roça de arroz estimava colher 150 sacas (quinze sacos por linha). A apanha era dada de três por uma, ou seja, para cada três arrobas colhidas pelos colhedores, estes ganhavam uma arroba. Sendo assim, o camponês tinha crédito na praça ‘pra vender uma carrada de arroz’.

Uma vez que todos — atravessadores, compradores e usineiros — sabiam a capacidade de negócio do camponês naquele ano, que tinha dez linhas de arroz na várzea do Cinzeiro, todos sabiam também que o arroz de consumo do produtor viria da soca. Muitos ainda se utilizavam dessa reserva para ampliar seus negócios, dado que a soca, na maioria das vezes, ultrapassava o volume que era reservado para o consumo até alcançar a outra safra.

Esse diferencial era significativo em relação a muitas outras áreas próximas impactadas por cocais, por matas do cerrado, terras de transição e lugares localizados em pontos inóspitos para a retirada da safra. Por viver da lavoura, muito cedo os camponeses perceberam a qualidade daquele solo rico em húmus. Muitos lavradores declararam que mal podiam caminhar no solo, devido à irregularidade do terreno provocada pela abundância de minhocas existentes na terra.

Esse atrativo singular, e mais a existência de peixes e caça, provocou em poucos anos uma compressão do espaço entre os posseiros que ali chegavam demarcando seus lotes entre a rodovia e a serra. O reclamante Raimundo morava na margem direita da rodovia, na várzea do córrego Cinzeiro. Era uma área que tinha, em média, 8 km margeando a Belém-Brasília pelo lado direito, e se estendia por aproximadamente 24 km de fundo encostando-se à serra que recebia o nome de serra do Cravinho, por ser morada de camponês que há muito tempo vivia neste lugar.

O Cinzeiro era uma área com vários Centros espalhados ao longo do córrego. Ali, em um vão da serra, brotavam as nascentes do córrego Cinzeiro. Raimundo não vivia isolado no interior da mata. Pesquisando entre muitos que lá moravam, foi revelado por depoimentos que havia 173 famílias distribuídas neste trecho de florestas. De fato, quando Raimundo chegou a Cinzeiro em 1970, essa vasta área de terra já se encontrava quase toda ocupada por camponeses, desde os primeiros anos da década de 1960.

Uns se deslocaram para este local devido à pressão dos grileiros na margem esquerda da rodovia. Evitando se dirigir em direção a Coquelândia ou a São João do Andirobal (mais no interior da mata), atravessaram a rodovia Belém-Brasília e procuraram se estabelecer na margem direita, sem se afastar da várzea. Outros vinham diretamente seguindo a onda de posse que a nova rodovia permitia.

Um dos informantes e ex-morador de Cinzeiro, o lavrador Manoel Alves, mais popularmente conhecido por 'Manoel Vermelho⁶²', em 1985 declarou que havia chegado à várzea do Cinzeiro em 1958, na abertura da rodovia. Por ter família de muita gente (14 filhos, oito homens e seis mulheres), mediu oitocentas braças na margem esquerda, por ser o lado da sombra, e mandou os filhos cortarem pra dentro da mata mais três distâncias iguais à da frente, assim botou sua primeira roça.

Assegurou que foi um ano bom, de muita fartura, e que comprara três vacas, pois o atoleiro da rodovia era constante na passagem do córrego Cinzeiro e se ganhava dinheiro com o leite vendido na porta de casa para o pessoal com os caminhões atolados. Indagado por que havia saído da localidade, respondeu que, no ano seguinte, por duas vezes o gado do baiano, seu vizinho, havia entrado em suas roças e que tivera trabalho para receber alguma paga, e o dono do gado falou para ele que tomasse providências e cercasse a roça.

Manoel, depois de muito ajuizar e vistoriar o local da invasão do gado, percebeu que este havia sido tangido em direção a sua lavoura de propósito pelo vizinho baiano, e que, no ano seguinte, o baiano continuou causando desordem alvoroçando seus filhos.

Ao pressentir aquela continuidade, Manoel avisou para sua mulher, dona Antônia, que entendia que o baiano queria botar a mão na posse. Também, por quase nada, não viu a hora de seus filhos matarem gente. Ouvira de terceiros que seu filho mais afoito e destemido havia dito que iria dar trinta facadas em um baiano para que ele aprendesse a respeitar paraibanos.

Quando o velho baiano, depois do acontecido, teve a coragem de vir à sua casa propor negociar seu direito, viu que era melhor assim para proteger seus filhos de desgraças maiores. Se não se dispusesse ao negócio, e Manoel bem podia não se dispor, estaria aberta a contenda, veladamente. Dali para a frente, valeria a astúcia, habilidade e violência no enfrentamento.

Tendo o consentimento só da mulher, que já havia entendido da trama e permanecera em silêncio diante dos filhos para que esses não soubessem o real

⁶² Este lavrador da Paraíba não tinha nenhum grau de parentesco com o José Vermelho citado pelo promotor, e menos ainda com os Bonfim. Este nome já veio receber no Maranhão quando era ainda criança. Seu pai veio fugido da Paraíba para tentar salvar seus filhos, uma vez que lá havia uma mortandade sem fim entre sua família e outra família na mesma região onde moravam. Chegando ao Maranhão, apagou rumos morando em vários lugares em pouco tempo e providenciou e trocou o nome de todos os membros da família para não deixar pista e evitar o rastreamento pelo nome ou sobrenome.

motivo, aceitou vender a posse. Vendeu sem ouvir os filhos, que eram totalmente contrários que ele assim o fizesse. Impôs sua autoridade, e os filhos tiveram que, a contragosto, aceitar. Trocou por oito vacas e uma pequena parte em dinheiro — Cr\$ 1.500,00 —, e foi se arrancar na outra parte do Cinzeiro com seus filhos, onde fundou um centro por nome de Aracati. Nome dado por um dos filhos que nascera nessa localidade, no Ceará, quando a família se deslocara da Paraíba em direção ao Maranhão.

Manoel comenta que ponderou a situação, por estar fugindo de desgraça maior, e também por haver ainda, por aquele tempo, folga de terra em área próxima. Quem de fato completou a informação neste sentido foi dona Antônia, mulher de Manoel. Ela era conhecida apenas por 'Toinha'. Em outra visita à sua casa, visando completar entendimento sobre o ocorrido no Cinzeiro, contou-me, em particular, em sua cozinha, que 'Mané' — como chamava seu marido — dizia que era por folga de terra para não afrontar seus filhos, pois se estes soubessem o verdadeiro motivo, partiriam para a violência. Conhecendo o gênio destemido do marido, deu graças a Deus por ele ter acatado sua opinião e salvar seus filhos, pois não tinha vindo de tão longe para jogar seus filhos em outro precipício.

Afora os grandes grilos de milhares de hectares, estas eram práticas comuns executadas pelos médios e pequenos fazendeiros, até mesmo entre os camponeses havia esses empurra-empurras, dentro das mais hábeis astúcias, para conseguir a ampliação de suas posses.

No Cinzeiro, por uma década, os camponeses trabalharam para beneficiar suas terras dentro de uma tranquilidade razoável, até o início de 1971, quando apareceram os pistoleiros, avisando que aquelas terras tinham donos. Muitos ficaram incrédulos, pois todos já tinham feito seu cadastro no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e estavam com seu cartão de protocolo, aguardando para legalizar sua posse.

Outros argumentavam que aquilo não era coisa só do Zé Bomfim. Achavam que havia mais coisas por trás das ameaças. Do Zé mesmo, ali ninguém tinha medo. Pelos argumentos, todos eles estavam prontos para peitar com ele a qualquer momento. No entanto, o que estava por trás era o que deixava a todos com receio e com 'as barbas de molho', como dizem quando pressentem uma história incompleta. Conheciam de perto as expulsões que estavam ocorrendo para todos os lados.

Havia um volume de comunicação muito grande que circulava de forma rasteira entre os camponeses. O trânsito de lugar para lugar, entre todos, em muitos espaços

públicos — nas feiras nos finais de semana, nas festas (religiosas ou não), nos mutirões da lavoura, e mesmo, em segredo, em fundos de quintal —, formava uma rede contínua de informações e segredos que deixava todos em sintonia com tudo que se passava em seu lugar e nas proximidades.

O uso do rádio era também algo muito intenso. Os camponeses adoravam um rádio e uma boa espingarda. Na roça, colocavam o rádio em cima dos tocos das árvores abatidas, e trabalhavam o dia inteiro ouvindo programas voltados para o campo, notícias e músicas. Correm informações nanicas, na forma de fuxico, dando singularidade a todas as famílias e seus segredos. Por meio dessas informações, cada um se deslocava em busca de posições no jogo relacional, econômico e social.

As feiras, especialmente, eram locais de troca de informações entre os camponeses, principalmente a área destinada aos animais. Nesse espaço, que funcionava também como um lugar de negócios — quase sempre por trocas e poucos recursos em dinheiro —, os homens passavam a maioria do tempo circulando em volta das trocas negociadas, olhando os animais ou de cócoras conversando.

De modo que a década de 1960 foi uma década de muita violência e intrigas, com as quais os camponeses aprenderam a conviver, ora fugindo da desgraça, ora abraçando-a com as duas mãos, numa disputa por uma posse de terra. Essa insistência compunha uma gigantesca estrutura territorializante dos camponeses que se moviam na região por centenas de quilômetros, em toda a floresta da região tocantina. Na década seguinte, manteve-se o mesmo ritmo da anterior, como constatamos no grilo do córrego do Cinzeiro.

Eram, de fato, 173 famílias (contadas) que tomaram posse daquela área (e conferidas em 1971), conforme o relato de Francisco Alves. Essas informações foram confrontadas com as de vários ex-posseiros do Cinzeiro: Manoel Vermelho, Miguel Reinaldo, Cícero Pedra, Ramiro Alves, Manoel Preto, Virgulino Pedra e Maria Severiana de Sá. O relato desses informantes, depois de tanto tempo transcorridos os fatos, só foi possível porque, afinal, todas as mágoas tendem a ser suportáveis quando, de alguma forma, fazemos delas uma história ou quando contamos uma história a seu respeito.

Tratava-se de uma lista de posseiros da área que foi datilografada com todos esses signatários que recorreram aos órgãos locais oficiais, no fim do ano de 1971, na busca de encontrar respaldo legal para as ameaças que vinham sofrendo desde o

início daquele ano, de José Bonfim e outros de seu grupo. Ele mesmo (José Bonfim) se dizia contratado pelo baiano Ariston e seu filho Gilson para retirar todas aquelas famílias alegando serem eles os verdadeiros donos daquelas terras, uma vez que possuíam os títulos de propriedade.

De fato, na autobiografia de José Ribamar Bonfim, escrita por um membro da Academia Imperatrizense de Letras, Livaldo Fregona (1999), com o título “A fama e a verdade de José Bonfim”, ele confirma o negócio. Diz Zé Bonfim:

Em menos de cinco minutos de conversa percebi que Gilson era “grileiro da pesada”, mas eu não estava nem aí para as pretensões dele. O que eu queria mesmo era um vultoso pagamento para resolver os meus problemas mais urgentes. Além de uma caminhonete C-10 ele me ofereceu muito dinheiro e o negócio foi fechado. Eu teria que entregar a terra livre dos posseiros e ainda fincar uma porteira com cadeado para que outros não voltassem a lhe ameaçar o direito de posse (FREGONA, 1999, p. 37).

Relatam os informantes que, durante o ano de 1971, ninguém deste local teve mais sossego, e que inúmeras vezes tiveram que fazer mutirão para destruir as cercas de arame farpado que Ariston insistia em construir na margem da Belém-Brasília, obstruindo a estrada que dava acesso às suas terras. Falavam que os grileiros pleiteavam ficar com as terras que iam da estrada até próximo ao pé da serra, numa extensão de 18 km, e que era absurdo, para os camponeses, uma só família querer tomar posse de toda aquela extensão de terra.

Vemos que os informantes confirmam que não viram os tais documentos, mas que o advogado, o senhor Jurivê de Macedo, falava em cinco quilômetros de frente por dezoito de fundo, as terras do pai e do filho. Relatam que a última vez que tentaram fazer uma cerca, as intenções dos camponeses foram além de apenas destruir a tentativa de colocarem uma cancela na estrada.

Conforme Fregona (1999, p.40), Zé Bonfim também narra este episódio, informando que na parte inicial eram apenas 40 posseiros, e que logo nas primeiras ameaças todos abandonaram suas casas pelo medo, pela má fama que haviam criado em torno de sua pessoa, e que, portanto, até ali fora fácil.

Restava, agora, colocar a cancela para impedir que outras pessoas passassem por ali. E o que parecia ser o mais fácil, na verdade, foi o mais difícil. Como já disse, nos fundos das terras que o Gilson dizia ser suas, moravam mais de 100 posseiros comandados pelo senhor “Cravim”. Embora eu soubesse que a cancela não seria aceita, deixei no local quatro homens para que abrissem os buracos dos esteios [...] Quando retornei, deparei-me com um verdadeiro

batalhão de invasores, todos armados de espingardas e ferramentas de trabalho [...] Dei bom dia e a resposta foi um silêncio assustador. Se um palito de fósforo fosse aceso, todos ouviriam o chiar do atrito. Em minha vida atribulada, nunca senti mau presságio pior que o silêncio. Deduzi, pela minha experiência, que eles haviam tramado minha morte e confesso: nunca senti tanto em minhas veias. (FREGONA, 1999, p. 41).

A história segue com o relato de que chegaram a puxar das armas, até que o chefe dos camponeses se dispôs a falar com ele. Nessa conversa, conseguiu que eles aceitassem colocar a cancela, sendo que ele ficaria com uma chave e os camponeses com outra. A versão dos camponeses é a de que após destruírem a cerca e queimarem a madeira, nunca mais houve tentativa de erguer cerca ou colocar cancelas. A entrada permaneceu aberta até final de 1973, quando foram indenizados.

Porém, a tribulação que viveram foi intensa. Várias vezes lotaram carrocerias de caminhões para virem a contragosto até Imperatriz, intimados por delegado e juízes, sob a ameaça de que, se não comparecessem, seriam presos por desacato a uma intimação das autoridades. No início do ano seguinte, descreveram os entrevistados, a violência foi redobrada, correram boatos de que iriam entrar queimando todas as casas.

Os parentes eram abordados para que transmitissem recados de ofertas isoladas, até que a Justiça mandou intimar a todos novamente e, perante os que estavam presentes na reunião, declarou que, a partir daquela data, todos os moradores da área em litígio estariam suspensos de abrirem novas roças por dois anos, e que aguardassem em suas casas até ser concluída a questão. Quem desobedecesse à decisão judicial seria multado. Periodicamente, oficiais faziam vistorias para constatarem se a decisão estaria sendo cumprida. Era o fim. Como um camponês poderia passar dois anos naquelas condições? A revolta foi geral.

Ao retornarem naquela tarde, exaustos e decepcionados, para o Cinzeiro, tomaram conhecimento de que os pistoleiros, aproveitando-se da situação, haviam tocado fogo em duas moradas que se encontravam sem os donos, uma vez que os proprietários haviam viajado para atender a intimação da Justiça, e as mulheres e crianças, por temor, haviam ficado em casas de outras famílias. Todos esses procedimentos de violência ocorriam e estavam ocorrendo naquele tempo em várias outras localidades.

Pela madrugada do dia seguinte, um dos que lideravam a resistência camponesa, armou-se e partiu pela beira da estrada até um comércio onde, com

frequência, tinha gente dos Bonfim. Encontrando-os, mandou o recado: disse que havia visto as duas casas queimadas por ele no dia anterior, e que Zé Bonfim soubesse que eles iriam aguardar a decisão da justiça, porém, se alguma casa do Cinzeiro, fosse de quem fosse, aparecesse dali por diante queimada, ele seria responsabilizado, e que faria com ele um acerto de contas. Esse camponês conhecia a família dos Bonfim de muito antes, do município maranhense de Mirador, onde já havia morado, uma vez que quando chegou da Paraíba, os Bonfim já residiam naquele lugar. Tanto seu pai, Manoel Alves, quanto o de Zé Bonfim, há muito se conheciam. A família de Zé havia vindo embora devido a um conflito de morte entre membros da própria família. Dito isso, passado o recado, retornou imediatamente para o Cinzeiro.

Sua casa ficava às margens do córrego Cinzeiro, na beira da estrada, distante três quilômetros e meio da rodovia Belém-Brasília. Essa estrada vicinal era obra realizada a troco de braços e machados que, em mutirões, os camponeses abriram no início da década de 1960. Ele mesmo entrou para aquele lugar em 1963.

A ponte construída no local, a poucos metros sobre o córrego, exigiu um trabalho hercúleo, árvores enormes de madeira de lei foram arrastadas para formar o lastro da ponte, mesmo assim, no inverno, o volume torrencial das águas terminava por desalinhar o vão da ponte. No verão, o riacho Cinzeiro dava passagem aos caminhões e caminhonetes por seu leito.

No dia seguinte ao acontecimento, afastados de suas mulheres, Francisco Alves relatou o ocorrido ao sogro e aos outros camponeses que haviam vindo para planejar o que fazer depois da decisão da Justiça. Muitos estavam desiludidos. Tantos anos de trabalho duro, de sacrifícios, e até de perda de membros da família destruída pela malária, parecia ser em vão diante dos acontecimentos. Para todos os lados as histórias sobre as grilagens eram as mesmas, violência e mortes eram constantes. Uma das últimas atitudes de resistência à expulsão era tomar posse de terras em nova região.

O confronto e a ameaça de Francisco aos pistoleiros transformaram-se em uma posição extrema e indelimitada entre os camponeses. Afinal, em toda ação, a intenção é sempre, mesmo sendo ela resultante de uma necessidade natural ou ainda de vontade própria, revelar sua própria imagem. Este último recurso – a violência de morte – onde todos são senhores de si, nesse gesto, é também o mais temível em sua honra e escolha. Matar ou morrer faz parte, naturalmente, de sua conduta de homem testado a ferro e fogo na ordem relacional de sua dura existência. A perda maior, em última instância, para ele, era que, matando ou morrendo, era quase certo

que sua família estaria destruída. Por força disso, diante do adverso à sua submissão, diante dos ricos e do Estado, não revelava sua real potência, ela era um decalque, uma astúcia relacional para manter os seus, mesmo no mais hostil ambiente.

Arendt, ao tratar da condição humana, faz a seguinte afirmação:

Nas condições da vida humana, a única alternativa do poder não é a resistência – impotente ante o poder – mas unicamente a força, que um homem sozinho pode exercer contra seu semelhante, e da qual um ou vários homens podem ter o monopólio ao se apoderarem dos meios de violência. (ARENDR, 2008, p. 214).

A justiça havia decantado o ódio reprimido dos camponeses. Miguel, sogro de Francisco, não censurou o genro por saber da coragem dele. No entanto, mais cauteloso, propôs ainda outro recurso: o de se deslocarem até a capital do estado e pedir uma audiência com o governador para relatar aquela situação e solicitar o amparo de uma solução a favor dos que moravam no Cinzeiro. A proposta foi prontamente aceita pela maioria, mas alguns achavam que seria melhor uma ação violenta contra aqueles que se diziam donos das terras.

Era meio do ano de 1972, época de começarem as novas roças. Muitos decidiram aproveitar a palhada⁶³ da roça do ano anterior. Outros, os que moravam mais próximos da serra, resolveram subir e fazer as roças na planada, e alguns iriam plantar somente para o consumo. Fato é que a decisão judicial tolhia a liberdade produtiva e os investimentos nas posses realizados com recursos próprios.

Em relação à violência, o confronto parecia iminente, uma vez que a ameaça feita resultou em contra-ameaças por parte dos Bonfim. Os ânimos se acirravam. Na manhã de certo dia do início de agosto (nem mesmo Francisco soube precisar a data), Francisco envarava o resto de parede de sua casa nova de pau a pique, quando uma caminhonete C-10 amarela atravessou lentamente as águas do Cinzeiro e, ao chegar ao pátio da casa de Francisco, fez a manobra ficando de frente para a estrada de onde

⁶³ Chama-se “palhada” a cobertura que permanece no terreno deixado pelos pés de arroz após a colheita resultante das touceiras. Trata-se, portanto, do aproveitamento de uma área de terra que fora roça no ano anterior feita em mata virgem. O reaproveitamento de uma mesma área por dois anos ou três dependendo da situação do camponês. Ele reutiliza a mesma área para aproveitar o tempo de trabalho que ele teria que executar novamente para fazer uma nova abertura, ou seja, para brocar e derrubar uma nova mata. O tempo de trabalho gasto para limpar uma palhada é infinitamente menor do que o tempo de trabalho gasto para abrir uma nova área em mata virgem. O tempo livre proporcionado por esta escolha quase sempre ele emprega vendendo sua força de trabalho para outros camponeses que estão abrindo uma nova área. Com essa medida ele amplia sua renda.

viera. Seis homens desembarcaram três do interior do carro e três da carroceria, e se dirigiram todos para a casa de Francisco.

Como a várzea estava queimada, de longe Francisco observou a movimentação do veículo. Quando percebeu de fato quem eram os que chegavam, não havia mais tempo de ir até o quarto e se armar. Manteve-se armado como estava: com uma faca 'língua de peba'⁶⁴. Dirigiu-se para a porta e aguardou que se manifestassem. Clodomir deu bom dia. Francisco respondeu convidando-os a entrar.

Era Clodomir Bezerra Bonfim, seu filho José Ribamar Bonfim, o advogado Jurivê de Macedo e os demais acompanhantes que lhe eram desconhecidos. Fora o advogado, todos se encontravam com revólveres na cinta. A conversa foi franca, sagaz e fria. Francisco cumprimentou os principais sem pegar na mão. Colocou-se em pé encostado na forquilha do centro da casa, ficando a menos de dois metros aproximadamente, encurtando a distância ao máximo entre ele e os visitantes, para, se tivesse que usar sua faca, estar em condições de enfrentá-los. Complementou os cumprimentos inquirindo as visitas sobre os motivos que os trouxeram até sua casa.

No ínterim da fala de Francisco, chega à sala, vindo pelo corredor, Manoel Preto, camponês que há muitos anos vivia botando roça com Francisco e que, naquele instante, encontrava-se 'pilando' arroz próximo à cozinha. Sem demora, Clodomir disse que tinha vindo naquela embaixada com o filho e com o advogado de Ariston para saber se os moradores já tinham decidido aceitar as indenizações propostas, e também para saber se, de fato, Francisco havia mandado um recado com ameaça de morte para seu filho José Bonfim. Francisco respondeu, de pronto, que estranhava sua vinda, porque até aquele momento nenhuma proposta de indenização tinha sido feita pela Justiça. Quanto à ameaça, declarou que achava até oportuna a vinda dos dois, pai e filho, até sua casa, porque seu desejo era de dizer perante os dois o que deixara dito como recado, e voltou a repetir, dizendo que se o Zé, que já havia queimado duas casas de moradores ali, se atrevesse a queimar mais alguma, Francisco ou o José morreria. Nesse momento o advogado interveio dizendo que

⁶⁴ Trata-se de uma faca estreita e longa medindo em média nove polegadas (próximo de 35 centímetros), muito usada pelos camponeses. Geralmente feita artesanalmente por ferreiros da região resultado do aproveitamento de facões desgastados pelo uso, mas reciclados e encabados com chifres e afiado por um dos lados e por um terço das costas da lâmina. De uso inseparável, durante o dia mantém-na atada à cintura e à noite ele dorme sempre com ela ao alcance de sua mão. Esta ferramenta se torna uma arma para defesa pessoal e ataque a curta distância de extrema eficiência quando manejada com destreza. Em geral um camponês se sente armado e seguro com esta arma em seu cinturão.

aquilo era coisa do passado, a Justiça já havia tomado de conta da questão, agora era ele o procurador da questão perante a Justiça, e que estava ali para discutir as indenizações, uma vez que era necessário tomar por nota as benfeitorias de cada um.

José Bonfim quis falar, mas seu pai atalhou: — Doutor, eu considero muito seu pai, você e seus irmãos desde lá de fora, do Mirador, vocês e meus filhos, pode-se dizer, foram criados próximos... — E continuou dizendo que, por aquela consideração, daria sua palavra a partir daquele instante, afirmando que nada mais aconteceria com ninguém do Cinzeiro a mando do Zé, e pedia que Francisco abaixasse as intenções e que não seria por aqueles problemas que as duas famílias entrariam em desgraça.

Francisco acrescentou que dependeria do comportamento do Zé, pois, pessoalmente, não tinha nada contra ele, mas não aceitava que ele ateasse fogo nas casas dos moradores. Clodomir, ao se levantar estendendo a mão em cumprimento, disse que acatava aquela conversa. Despediu-se, tomou a condução e partiu com seus acompanhantes.

Francisco, mais que rapidamente, foi até o quarto, apanhou o revólver e ficou observando o carro sair lentamente. Depois que o carro reduziu a marcha para atravessar o córrego, Francisco dirigiu-se para o terreiro da casa. Seguiu com a vista a C-10 para se certificar de que ela não iria encostar-se à casa de seu sogro, que ficava logo ali do outro lado, próximo ao riacho. Manoel, ao seu lado, praguejava. O carro seguiu direto.

Francisco retornou ao interior da casa e se pôs a conversar com sua mulher sobre o motivo daquela visita. Resolveu, então, ir, por um caminho interno, até a casa do sogro. Talvez o bando parasse o carro bem mais à frente e retornasse a pé para um ataque surpresa. Pediu a Manoel que se armasse e ficasse em casa.

Ao sair pela cozinha, Francisco se deparou com seu filho de quinze anos retornando do riacho e portando a espingarda vinte e muita munição. Questionou por que ele não se encontrava em seu quarto, uma vez que amanhecera com muita febre. O garoto respondeu que havia acompanhado a chegada do pessoal com arma na cinta. Quando ouviu o nome de Zé Bonfim, apanhou a espingarda e munição e foi aguardar no jatobá que atravessava o córrego por baixo da ingazeira, e se manteve ali aguardando. Se ouvisse tiros em casa, no ato da fuga eles teriam que passar devagar no Cinzeiro para não apagar o motor. Seria o tempo suficiente para ele atirar em todos de onde se encontrava. Francisco disse que não havia necessidade daquilo e mandou que ele ficasse em casa com Manoel.

Um bom tempo depois, perto do meio dia, Francisco retornou da casa do sogro, já com notícias de que os Bonfim haviam tomado a rodovia Belém-Brasília no sentido Imperatriz.

Como a estrada era a única via de acesso até o pé da serra, o movimento de gente trafegando era intenso. A notícia se espalhou rápido. Na parte da tarde, já havia muitos homens em suas montarias espalhados do Cinzeiro até a encruzilhada, onde morava Cícero Pedra. Desse ponto, partia pela direita a curta estrada, com menos de três quilômetros, que dava acesso ao centro Aracati, de Manoel Vermelho.

Passado o ímpeto da possibilidade de violência, perceberam que o pior tinha sido a presença do advogado propondo iniciar a relação de bens de cada um. O que estava em jogo não era mais saber de quem, de direito, era a terra em questão, Entendiam, agora, que a suspensão de suas roças era, na realidade, para enfraquecê-los, para forçá-los a entregar suas terras a preço de banana.

Nesse alvoroço de raiva, indignação e temor de perda e descrença em tudo, para alguns a saída era dar cabo de Ariston; para os mais cautelosos restava acelerar o apelo ao governador do estado. A lista, mais uma vez conferida e assinada por todos (a maioria com a digital do polegar), foi preparada e entregue aos cuidados de Miguel Reinaldo e outros ativos camponeses que se deslocaram para a capital. Recebidos em uma audiência precária e abreviada pelo governador, conseguiram arrancar dele a promessa de providências urgentes para que os camponeses não perdessem suas posses. A comissão informal retornou descrente, por entender que as providências não passavam de promessa 'da boca para fora'.

O governador na época era Pedro Neiva de Santana⁶⁵. Sua gestão dava continuidade à política de seu antecessor. Conduzia o estado encaixando o Maranhão dentro do que era preconizado pelo Governo Federal, aprovando leis e adotando medidas em relação à questão agrária radicalmente contrárias à petição dos camponeses das margens do córrego Cinzeiro. (Asselin, 2009, p. 157).

⁶⁵ Governador posterior ao governo de José Sarney (1966 – 1970). Esteve no cargo de governador no período de (15/03/1971-15/03/1975) eleito indiretamente para o cargo pela Assembleia Legislativa. Filho do coronel Manuel José de Santana, nasceu no município de Nova Iorque-MA, localizado no sul do Maranhão e extrema com o estado do Piauí. Médico, já havia sido prefeito de São Luís, deputado federal, Reitor da Universidade Federal do Maranhão e na gestão do governo anterior havia sido Secretário de Fazenda.

Vale contextualizar que no final do governo anterior tinha sido aprovada uma lei, conhecida como 'Lei Sarney', que, para Asselin (2009) foi responsável pela expulsão da população camponesa das terras maranhenses, notadamente do oeste do estado. Tratava-se da Lei de Terras, nº 2979, que teve sua aprovação em 17 de julho de 1969. Esta lei consubstanciava toda uma legislação que viabilizava o latifúndio. Embora gestada por aquela data, foi somente no governo seguinte que, de fato, a lei foi promulgada, criando um mercado de terras.

Asselin (2009) assevera que a finalidade dessa lei era garantir

[...] que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. **É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão, como já vinha ocorrendo no Sul do país.** Era uma lei que jogava o Estado do Maranhão dentro de uma nova realidade política nacional. [...] Era uma mentalidade filha da ideologia da segurança nacional que vive enxergando inimigos da pátria em todos os recantos do país. Por essa ideologia o inimigo, em vez de estar no estrangeiro, passa a estar em todos os lugares do país. **Quem reclamasse direitos, mesmo da lei, quem denunciasse injustiças, quem se organizasse, quem ajudasse o povo a se organizar, quem pensasse em sua própria cabeça etc., passaria a ser olhado e tratado como inimigo.** [...] O capital passou a ser considerado e tratado como o grande amigo da pátria. O povo tinha que se curvar a ele, sem reclamar, pois reclamar era subversão. (ASSELIN, 2009, p. 196). Grifo nosso

Os gestos percebidos pela comissão camponesa diante do governador, e o pessimismo com o qual regressaram, expressavam o dissabor da leitura empírica daquele momento. Afinal, o governo acabara de dar forma a uma ideia sua, para dar operacionalidade a uma política que ainda estava em ajustes – havia promulgado a 'lei Sarney' e, imediatamente, através da Lei 3.230 em 6/12/1971, criou a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO. (FERREIRA, 2008, p. 142).

Esta empresa, apoiada em instrumentos legais, inclusive na 'lei Sarney', e de uma generosa política de incentivos fiscais, possibilitou a imediata aquisição de terras por preços simbólicos por parte de grandes grupos empresariais do país. Sem dúvida, a grilagem não lhe era estranha, pois na formação de sua equipe de governo, Pedro Neiva mantinha os nomes dos que eram considerados envolvidos com a grilagem. Asselin (2009) nos faz lembrar que:

Na composição de seu secretariado, ficaram na Secretaria da Agricultura Lourenço Vieira da Silva e seus principais assessores inclusive os funcionários envolvidos na grilagem, tanto da Delegacia de Imperatriz como da própria Secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA. (ASSELIN, 2009, p.156).

Tratava-se do mesmo pessoal que durante anos vinha auxiliando nos trâmites dos grilos. Transcorreu o inverno de 1972 e nenhuma providência aconteceu. Vários descontentes e de menores posses, começaram a se retirar da área, uma vez que não poderiam ficar sem lavouras no ano seguinte, e com pesar pediram aos dirigentes que reconsiderassem sua situação, diante da possibilidade da indenização, para que não saíssem de suas terras com as mãos vazias.

Com isso, ganhava força a ideia desesperada de recorrer à violência. Um seletivo grupo de radicais decidiu eliminar Ariston, e comunicou a apenas três membros dos que estavam à frente das reuniões, pedindo segredo, mas que se preparassem para as consequências. Diante disso, os líderes optaram por não tentar dissuadi-los, pois não havia mais apelos a fazer. A decisão já estava tomada.

Um ativo camponês, apelidado de Flores, que morava próximo ao pé da serra executaria a ação⁶⁶. O levantamento do possível local onde poderia encontrar o grileiro foi feito com cautela. Os articuladores do plano aproveitaram vários camponeses insatisfeitos que aceitavam a indenização, mas na condição de que fosse paga pelo próprio Ariston, para não dizerem depois que o pretense dono não tomara conhecimento de suas decisões. Esse grupo de lavradores não sabia do sinistro. Foram algumas vezes até ao advogado, e este os acolheu muito bem e afirmou que ele mesmo tinha autorização para pagar as indenizações. Mas isso não os removeu da ideia de que só acertariam o negócio com o 'dono' das terras presente.

Certo dia, o advogado avisou que o 'dono' viria para acertar aquele lote de indenizações. No dia do acerto, todos os camponeses presentes trataram-no com muita cortesia e amabilidade e muitas perguntas: de que vivia? Morava em que lugar? Trabalhava onde? De certo que, embora fosse baiano, tinha negócios em São Paulo, onde passava a maior parte do tempo.

Flores acompanhou de perto todo o encontro e chegou a conversar com Ariston, animando-o, dizendo que dali por diante era uma questão de tempo para a

⁶⁶ Extrai-se dessa condução que as formas de luta quase sempre adotadas por camponeses vão desde abaixo-assinados, registro de queixas em delegacias, cartas encaminhadas às autoridades religiosas e públicas, ajuizamento de ações encaminhadas por advogados de sindicatos e em alguns lugares pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, resistência armada aos frequentes ataques dos pistoleiros. Nem sempre ocorre o esgotamento de um apelo para o outro se suceder. Todas estas formas situam-se num mesmo tempo. Camponeses atiram no gado que invadem suas roças, resistem na esfera jurídica, enfrentam as tocaias dos pistoleiros. Não havendo uma espera apenas jurídica, portanto não há espaço para um gradualismo formal como ocorre no meio urbano.

desocupação. Mirou muito bem a fisionomia do interlocutor, catou detalhes para a memória não reter nenhuma dúvida. No retorno de todos ao Cinzeiro, o grupo que havia planejado a violência concluiu que já detinha todas as informações para localizar o grileiro em São Paulo. Portanto, Flores viajaria logo no mês seguinte para o fúnebre encontro. Deixaria sua pequena palhada, plantada apenas de arroz, que os vizinhos membros do plano em curso iriam zelar até seu retorno.

Francisco Alves, não podendo prever o desenrolar do que aconteceria, tomou a providência junto com o sogro de enviar um dos seus dois filhos — o que era chamado pelo apelido de ‘Machadinho’, o mais afoito e que estivera de tocaia no dia do encontro com os Bonfim — para São Paulo, onde tinham parentes, alegando que iria estudar, mas, na verdade, temia que seu filho fosse arrastado pelos acontecimentos, caso algo mais grave ocorresse, diante de tudo aquilo que estava se passando, e se transformasse numa tragédia.

Por ironia do destino, uma semana antes de Flores embarcar em viagem para São Paulo, correu a notícia de que um vizinho o havia matado por descobrir que ele tinha um relacionamento com sua mulher. O crime ocorrera num final de tarde com um tiro de espingarda vinte quando Flores atravessava as águas de um riacho. O executor do crime fugira ganhando a mata. Este fato abalou a todos, não pela infidelidade ou o fracasso do plano, muito mais pela dúvida de que pudesse ter sido uma astúcia do outro lado, aproveitando o ensejo do delito amoroso.

A dúvida havia paralisado a todos. Por meses tentaram descobrir o paradeiro do assassino na esperança de encontrá-lo para que esclarecesse se de fato tinha sido movido unicamente pela honra. Gente rondava os bares do povoado do km Mil e Setecentos — onde os pistoleiros costumavam embebedar-se — na tentativa de ouvir rumores sobre o ocorrido. Tudo em vão.

A desconfiança de que pudesse ter olheiro entre os próprios camponeses passando informações para o lado oposto, dilacerou muito a unidade dos posseiros. A unidade na violência do grupo radical deu lugar à insegurança pelo ocorrido, e este acabou por se diluir. No ano seguinte, 1973, diante de tudo, e pressionados pelas mulheres, face ao temor de ocorrer desgraças maiores, os camponeses se renderam a receber as miseráveis indenizações e perderem tudo que haviam construído. Uma decisão amarga.

Estava concluído, por efeito indireto, o contrato feito entre Zé Bonfim e Gilson, filho de Ariston: a expulsão dos posseiros da várzea do córrego Cinzeiro, depois de

uma década de territorialidade camponesa, havia se efetivada. A ordem da coexistência territorializante camponesa do lugar havia sido quebrada. A dispersão foi o destino de todos.

Frades, região da margem direita do rio Tocantins, era foco de grandes projetos e principal foco de grilagem. Envolvia toda a região que pertencera aos índios Gaviões e que passara para o domínio de fazendeiros e camponeses. Os principais povoados eram Embiral, Saranzal, Primeiro Cocal, Castanhal e Bom Jesus (todos resultado de posse da década de 1950-1960), Gurupi, Torre Segunda, Campo Alegre, bem como os focos da grilagem na rodovia Belém-Brasília em toda sua extensão entre Imperatriz e Paragominas; grilos da via Carajás, e Pindaré. (ASSELIN, 2009, p 33-53).

O espaço – como diz Certeau – não é um cenário fixo onde se desenrolam inúmeras histórias, mas algo de múltiplas temporalidades, e, sendo assim, é construído mutável, histórico e reinventado a todo instante; enfim, o espaço é um lugar praticado. As famílias de Francisco e de Miguel, bem como todas as demais famílias, retiraram-se de suas terras depois de uma década de trabalho árduo e privações para garantirem um mínimo de investimento.

Francisco e Miguel foram indenizados, cada um com Cr\$ 4.500,00. Valor inferior a um terço do que recebera José Bonfim (15.000,00) pela empreitada de retirar os posseiros. Contrariados como todos os demais e sem saber que destino tomar, retornaram a Imperatriz para que os meninos estudassem. Compraram cada um uma casa de pau a pique próximo ao mercadinho – uma feira popular de intenso movimento –, aplicaram o restante do dinheiro em mercadoria e voltaram a comercializar ao ar livre, uma vez que os poucos recursos não permitiam a aquisição de pontos comerciais.

Em poucos meses, expõe Francisco Alves, a situação havia ficado difícil. Perceberam que a margem de lucro mal atenderia suas necessidades. Sua mulher procurou auxiliar cultivando pequenas hortas nos quintais e vendendo as hortaliças na feira. Sem perspectiva de prosperarem, as duas famílias decidem que mais uma vez tentariam a sorte em busca de uma nova posse ainda naquele ano de 1974. (CENTRU-MA, 1986, p. 32).

2.5. Uma posse nas alturas

Neste tópico, por meio de entrevista e depoimentos, veremos como Francisco Alves e Miguel Reinaldo enfrentaram os conflitos de ordem material e de relações com outros camponeses para fundarem um ‘centro agrícola’. O feixe de elementos que empurra o camponês em direção ao interior das matas tem origem diversa no contexto da superposição da frente pioneira. Nessa frente não há mais espaço para o uso comum da terra e esta já se encontra sob a lógica do mercado. Uma situação se impõe praticamente a todos: eles não dispõem de capital para adquirir uma posse nas áreas já ocupadas; também não dispõem de recursos próprios para atravessar um ano agrícola sem comprometer a sobrevivência da família. Se retrocedesse para a condição de agregado, selava definitivamente sua impossibilidade de inserção social. Assim, arremessarem-se na antecipação de um novo espaço era estrategicamente, apesar dos riscos, a possibilidade mais rica. Se obtivessem êxito, sairiam da condição de migrante sem-terra para a condição de posseiro, posição que garantia distinção social e material.

A mata devoluta era, dia após dia, tomada por reconhecimento por camponeses e caçadores que iam progressivamente mapeando e repassando estas informações nos povoados e ‘centros’. Estas informações eram colhidas pelos que desejavam tomar posse, isso fazia com que cada quinhão de terra fosse disputado por dezenas de camponeses que tinham um mesmo propósito: tomar posse e fundar um ‘centro’.

Miguel e Francisco nos contam que fizeram o reconhecimento das matas do Trecho Seco (região muito adiante do Cinzeiro e ainda próximo à Belém-Brasília). Francisco, por ser mais experiente e conhecedor das matas, ficou com a incumbência de sozinho fazer a escolha. De outra feita, foi até o Brejão (outra área a vinte quilômetros da mesma rodovia), onde tinha parentes. Alguns dos posseiros expropriados haviam ido para essa localidade quando saíram do Cinzeiro. Gostou das matas e das águas, mas pressentiu, por haver muitos fazendeiros na região, que o avanço deles sobre os lavradores seria inevitável. Retornou alegando que naquelas terras, além de não terem acesso para retirar a produção, terminariam ficando sujeitos, por demais, aos fazendeiros⁶⁷. Dias depois, fora com Miguel visitar uma

⁶⁷ Essa recusa de Francisco e Manoel de praticarem apenas uma agricultura de subsistência impõe questionamento no momento da adequação dessa escolha dentro de um quadro teórico. Naquilo que José de Souza Martins (1996, p. 49) chama de “economia de excedente”, em detrimento da “economia

região no interior do município de João Lisboa, bem mais distante, cerca de 50 km da Belém-Brasília. A região foi escolhida. Ficariam nos arredores da povoação Mucuíba⁶⁸. Venderam as casas que tinham em Imperatriz. Miguel comprou uma pequena área de um hectare, depois do centro do Alto do Coco, num ramal à direita de Mucuíba, distante 5 km desta, no centro Santa Luzia.

Francisco partiu com a família pela estrada que ia de Mucuíba em direção à serra do Araparí. Atravessou as localidades de Beija-flor, Boca da Mata, Sumaúma, Lagoa do Caju, Açaizal e instalou-se em Nova Brasília, distante 15 km de Mucuíba. A razão dessa escolha, segundo Francisco, era porque este último povoado, localizado na beira da estrada, estava em formação, ou seja, estava aglutinando muitos camponeses que deixavam suas famílias e subiam a serra para botarem suas roças, uma vez que ali no tabuleiro ainda se encontrava muita ponta de mata pelos vãos da serra.

O que Francisco pleiteava fazer era o mesmo que os camponeses deste novo povoado já estavam fazendo. Para tanto, os camponeses deixavam as famílias na localidade, onde havia água e escola para os filhos, e adentravam as matas no tabuleiro da serra. Região inóspita pela falta de água e disputada naquele período apenas por camponeses.

Outra razão alegada era a de que neste novo povoado não havia até o momento nenhum comércio que fornecesse gêneros de primeira necessidade aos que ali iam se instalando. Aproveitando-se disso, reuniu as sobras de mercadorias de seu

de subsistência” e os argumentos de Musumeci (1988, p. 19) ao afirmar que “os camponeses [...] não vivem e jamais viveram numa economia “de subsistência” ou “de excedentes”. Sua atividade econômica sempre se vinculou a uma rede mercantil supralocal”. Não há exclusão de nenhum desses postulados e menos ainda a supressão de uma realidade pela a outra como dá a entender o debate teórico de Musumeci em sua importante dissertação. As duas realidades camponesas coexistem a um só tempo – o que determina a vivência do camponês em ambas as situações é o lugar na ordem em que ele se encontra num dado período de tempo.

⁶⁸ O povoado de Mucuíba recebeu esse nome nativo devido à existência de várias árvores com esse nome na localidade pela época de sua fundação. Trata-se de uma árvore típica do cerrado brasileiro. A mucuíba, (*Virola sebifera*) planta arbórea da família Miristicácea, é muito utilizada pelos camponeses como anti-inflamatório e cicatrizante. (Fernandes-Bulhão 2002). O povoado Mucuíba, assim como João Lisboa, foi no passado centro agrícola fundado por camponeses na extrema da grande floresta amazônica e matas do cerrado. A existência nativa desta árvore ali é símbolo dessa extrema. Três quilômetros ao norte dessa localidade está o povoado Boca da Mata, que deu nome à Gleba Boca da Mata/Barreirão demarcada pelo GETAT. O povoado Mucuíba remonta ao final da década de 1950. Um de seus fundadores, o senhor João Paulo (em depoimento) nos disse por aquela época que ele e outros camponeses se instalaram às margens do riacho Cacau para lavrarem. Mucuíba fazia parte do município de João Lisboa/MA, quando em meio à criação de dezenas de outros municípios pelo governo do Estado. Em 10 de novembro de 1994 foi emancipado pela Lei Nº 6.169, desde então passou a se chamar Senador La Rocque, tendo em 1996 sua primeira eleição para prefeito e vereadores.

sogro e as suas, e já chegou com a mudança e o saldo de mercadoria abrindo imediatamente um negócio. Esperava com isso obter um mínimo de lucro para custear as despesas de casa e evitar vender por muito tempo sua mão de obra para terceiros, sobrando mais tempo de trabalho para ser aplicado em sua roça.

‘Tudo no tempo certo’, dizia sempre Francisco. Como não havia mais tempo para brocar⁶⁹ uma roça, encontrou um camponês disposto a lhe vender uma palhada de pouco mais de um hectare. Foi olhar a roça para comprar. A roça ficava a 17 km. Subia a serra e na ladeira da onça, pouco antes do povoado Araparí, abandonava a estrada principal e tomava um caminho à esquerda e seguia por 7 km até a lagoa do Cipó. Esta lagoa não tinha água permanente, uma vez que todo o tabuleiro da serra era seco. Ela somente tinha água no período chuvoso. Tratava-se de uma depressão mais saliente que recebia água das encostas da serra durante o período chuvoso. Na estiagem, por força da pouca infiltração e evaporação, era represada pela extensa cobertura permanente das copas das árvores, mantendo sempre um ambiente mais úmido. Em agosto já estava seca.

A palhada foi comprada. Em outubro, ‘bateu a palhada’, como dizem, tratando de revirar toda a palha do arroz do ano anterior, retirando as ralas moitas. Esperou uma semana de sol para logo em seguida fazer a limpeza com fogo. Trabalho duro, sem água, muito diferente da várzea do Cinzeiro de água abundante. Francisco e os seus teriam de se adaptar a essa nova realidade de trabalhar no tabuleiro do topo da serra, região totalmente seca.

A água ficava a duas léguas de distância, no pé da serra, num lugar conhecido pelo nome de Sete Anta, um pouco adiante de Nova Brasília, porém na mesma estrada. Uma semana antes, havia tomado um animal emprestado, comprado duas ancoretas de borracha de pneus, com capacidade de 40 litros cada. Partiu muito cedo com os oitenta litros de água no animal, subiu a longa serra auxiliando o burro, depositou a água no lugar escolhido e ‘retornou por cima do rastro’, como dizem quando se faz uma viagem e se retorna rápido.

⁶⁹ Broque ou brocar é uma das primeiras fases da constituição de uma lavoura executada de forma artesanal utilizando-se de ferramentas rústicas – sendo a primeira o aceiro. Trata-se o broque de um roço cortando as ramas, cipós e árvores de altura inferior a 4 metros e fazendo a desobstrução dos troncos das grandes árvores para a posterior executar a derrubada destas árvores grandes com machados. O broque é geralmente feito com foice, uma ferramenta curva na sua lâmina recebendo um cabo de madeira em uma de suas extremidades por onde opera o camponês adestrado cortando sempre na diagonal. Esse corte é por eles chamado de “bico de gaita”, numa expressão simbólica ao instrumento. De acordo com Cunha (1983), o preparo de uma roça na mata envolve cinco momentos distintos: o aceiro, o broque, a derrubada, a queima e a coivara.

Na semana seguinte, Francisco e seu filho mais velho, Cícero, subiram a serra. No primeiro dia, fizeram o rancho (pequena choupana) tapado e coberto de palhas de coqueiro anajá, nos demais dias da semana bateram a palhada, e no sábado à tarde queimaram a roça. Nesses seis dias, racionaram a água ao máximo. Os dois teriam apenas 80 litros de água para atender a todas as suas necessidades: beber, cozinhar e tomar banho. Na folga do meio dia os dois entravam na mata à procura de cipó de mucunã. Mantendo o cipó na vertical, cortavam na parte inferior e imediatamente na parte superior, em tamanho de metro e meio ou dois, aparando imediatamente na parte inferior. A água que saía do interior do cipó poderia ser tomada pura ou misturada com a água transportada.

Todos os que estavam trabalhando na serra estavam vivendo aquela dura realidade. No verão, quando era realizada parte dos serviços da roça (aceiros, broque, derruba, queima e encoivamento), e a água da lagoa esgotava, todos tinham que transportar água do pé da serra, numa distância de 12 km.

Enquanto tinha água na lagoa do Cipó, ela se transformava em ponto de encontro dos camponeses. Ali obtinham-se informações sobre tudo que estava ocorrendo naquela região: conflitos, negócios, produção, vivência, topografia da área, conhecimentos entre si e de todos que trabalhavam naquele perímetro. Fora desse período de água na lagoa, o conjunto destas relações necessárias se transportava para a estrada. Então, todos os caminhos das roças convergiam para a ladeira da Onça, ponto em que se tomava a estrada principal, descendo a serra, para se chegar à localidade de Sete Anta, onde as cargas dos animais eram abastecidas de água. Assim, por dois ou três meses, a movimentação de camponeses subindo e descendo a serra por esse trecho era intensa. Havia ainda um caminho que acessava o povoado do Araparí; porém, era pouco utilizado por não haver água nesse lugar. Suas poucas casas eram abastecidas por caminhões que subiam a serra para retirar a produção e pelos que iniciavam a extração de madeiras.

Era um tempo de invernos regulares. Finalzinho de outubro as chuvas chegavam, e todos imediatamente procuravam armazenar água, aparando-a das coberturas de seus barracos, utilizando-se de grandes bicas de cascas das grandes árvores que haviam sido abatidas. Uma vez murchas ou secas, estas árvores soltavam a casca ao longo de sua haste, então os camponeses as retiravam e as estendiam pelas duas laterais de suas toscas casas, canalizando a água para uma

espécie de caixa d'água escavada no chão revestida de plástico ou concretada. Garantiam, assim, água suficiente para tirarem a safra.

No inverno, subiam a serra os demais membros das famílias: crianças, mulheres, anciãos e muitos camponeses que vinham ganhar arroz nas apanhas das roças. Uma realidade completamente diferente da que Francisco vivera por longos anos nas margens do córrego Cinzeiro. Adaptando-se rápido, cuidou com zelo de sua pequena roça, fazendo tudo no tempo certo. Seu filho passou a fazer a alimentação para os dois, a cuidar da água e a armazenar lenha para o inverno. A Francisco cabia caçar para obter carne e cuidar da roça. Obteve uma excelente safra. Colhida a roça, dispôs-se a reconhecer uma área de matas de que havia tomado conhecimento em conversa na lagoa do Cipó.

Levando água para três dias, percorreu a mata, conversou com o último morador que se encontrava tratando de roça no local, um camponês por nome Raimundo, mais conhecido por 'Mundá'. Mundá já havia feito piques demarcatórios (variantes) de sua posse com 22 alqueires (82,5 ha) e, de pronto, cedeu a Francisco o direito para que tomasse posse ao lado da sua, justificando que ter um vizinho seria bom, uma vez que já fazia dois anos que vivia sozinho, isolado. O fato de maior importância para Francisco era o de que um caminhão já tinha vindo até aquele local para puxar a safra.

Retornando para sua roça, relatou ao filho o reconhecimento que tinha feito e desceu imediatamente para a Nova Brasília para conversar com a mulher sobre seu intento. Em seguida, desceu até o centro Santa Luzia para encontrar o sogro, que tomou conhecimento da possibilidade de abrirem um novo centro. Sabedores de que o maior problema era a água, fez uma troca, com a garantia do sogro, de trinta sacos de arroz por dois burros encangalhados, na condição de que o arroz fosse entregue em Mucuíba.



Figura 13 – Francisco Alves em Santa Luzia.
Fonte: Acervo particular do autor. (Fotografia cedida por Francisco Alves)

Retornou com o sogro, já conduzindo a parrelha de burros e mais um par de ancoretas. Permaneceram por dois dias em Nova Brasília de onde partiram ao encontro de seu filho Cícero. Tinham pressa, e logo se dirigiram para o novo local no interior da mata onde fizeram o aceiro de 12 hectares para a primeira roça. Concluíram a roça do ano anterior e fizeram o restante da colheita — o milho, a fava branca, o abafado de feijão.

De tudo que haviam produzido, deixam um pouco para levarem para a nova roça e retiram do local uma carrada completa somente de arroz. O arroz de Francisco era somente 89 sacas, que colheu muito rápido por ser uma roça pequena. Mas, por ser muito hábil na colheita de arroz, ainda conseguiu ganhar nas roças dos vizinhos, de forma arranchada, 17 sacas, apanhando de três uma, ou seja, a cada três arrobas de 45 kg apanhadas, duas eram do dono da roça e o apanhador ficava com uma. Praticamente o arroz de sua despesa, haja vista que em cima da serra o arroz de soca era muito pouco. Seu filho ainda colheu para ele seis sacos. Dizia Miguel que uma roça era um lugar abençoado, pois cinco anos depois, se você chegasse a uma roça, ainda encontraria alguns legumes para não morrer de fome.

Levaram a produção para a povoação de Mucuíba, onde entregaram as trinta sacas pelo pagamento dos burros, e venderam o restante da produção para um grande comprador de arroz de nome José Pernambuco, descontando o frete do caminhão, uma vez que esse comprador era o dono do transporte. José Pernambuco se dispunha — uma vez sabendo que Francisco estava com o plano de cultivar 50 linhas de roça — a ser seu comprador, se fosse de seu agrado.

Segundo Francisco, no início de julho de 1974 estavam os três improvisando o rancho para se estabelecerem. A organização era simples: seu filho fazia com os dois burros o transporte da água da lagoa do Cipó ou descia a serra para apanhar a água no povoado Sete Anta. Seu sogro fazia a alimentação na parte da manhã, e à tarde iria com ele para o trabalho na roça.

Afirmam que em um mês o broque já estava pronto. Partiram então para a tarefa mais árdua: realizar a derrubada das grandes árvores. Por essa época, toda a execução do serviço era feita manualmente com machados. Do preparo da terra para a lavoura, a derrubada era entre todas as tarefas o serviço mais perigoso e o que requeria mais experiência. Às vezes trabalhavam uma semana inteira fazendo corte apenas em uma lateral das árvores de menor porte e, em seguida, lançavam as de grande porte sobre as demais já parcialmente cortadas, derrubando, assim, grandes ‘eitos’ de mata. Serviço de muita atenção e cuidado. Árvore de grande porte consumia dois ou mais dias de um hábil cortador.

De certo – diziam – que em meados de outubro a roça havia sido queimada. Uma parte ficou muito limpa de garranchos devido à qualidade do serviço. No entanto, mais de cinco hectares não queimara satisfatoriamente, obrigando Francisco a um árduo esforço – cortar e encoivarar⁷⁰ – para salvar aquela parte.

O tempo era tão curto em relação à demanda de serviço, que tinha – relatou Francisco – que encoivarar a roça durante a noite. Reunia os garranchos numa coivara sob a claridade de outra coivara em chamas. Concluída essa parte, imediatamente plantaram a roça ‘ainda no pó da cinza, e foi mesmo que Deus pôr a mão’⁷¹. Na noite do último dia de plantação ocorreu uma chuva torrencial fechando por completo as covas abertas. No primeiro ano de lavoura, em terra de mataria, quase não era necessário providenciar uma capina antes da colheita, quando muito retirar algumas esparsas moitas. Nesse meio tempo, entre a plantação e a colheita, o camponês permanece de vigília em seu campo, atento aos insetos e outras pragas,

⁷⁰ “Encoivarar” é picar os garranchos sapecados depois do fogo, reuni-los em vários montes e atear fogo completando a limpeza da área que não foi feito plenamente pelo fogo principal.

⁷¹ Expressões comuns usadas pelos camponeses: “no pó da cinza”, ou seja, antes de chover e mais, ao perfurar o solo com máquina plantadeira abastecida de arroz, em movimentos rápidos, o plantador imprime um corte na terra permanecendo aberta com as sementes que vão sendo lentamente cobertas com as cinzas pela força dos ventos e ao serem cobertas dificulta o ataque das pragas e de pássaros e também eles entendem que o sal da cinza ajuda no crescimento e fortalecimento das plantas. “Mesmo que Deus pôr a mão” significa eles terem sido abençoados pelo toque divino em movimentar a natureza para irrigar sua plantação no momento exato. O toque divino que complementa o seu árduo esforço. A chuva ao drenar o solo cobre aterrando por completo as covas com as sementes cheias de cinzas encerrando uma importante etapa inicial de proteção dos grãos.

além de providenciar uma série de outros arranjos complementares necessários, de forma que tudo esteja pronto para o início da colheita.

Seu filho, ao passar todo dia no local da roça do ano anterior para transportar a água necessária para tocarem os serviços da roça nova, resolveu bater a palhada da pequena roça pela segunda vez – fazendo todo dia uma parada no local e executando aos poucos o serviço. Quando Francisco e Miguel tomaram conhecimento, a roça já estava plantada.



Figura 14 – Filho de Francisco transportando água.
Fonte: Acervo particular do autor. (Fotografia cedida por Cicero)

Quando fizeram a colheita das duas roças e contabilizaram a produção, ficaram maravilhados: haviam produzido 1.000 sacas de arroz. Como muitas arrobas foram pagas para apanhar em dinheiro, retiraram livre de despesas aproximadamente umas 700 sacas. Com essa produção, Francisco e Miguel dizem que obtiveram o reconhecimento na localidade como grandes produtores, e garantiram crédito na praça de Mucuíba perante os compradores de arroz e as casas comerciais.



Figura 15 – Paiol de arroz de Francisco Ales e Miguel Reinaldo. Fonte: arquivo pessoal de Francisco Alves.



Figura 16 – Paiol de arroz, no 'Centro do Dotô'.
Fonte: arquivo pessoal de Francisco Alves.



Figura 17 – Hora do almoço na colheita do arroz no ‘Centro do Dotô’.
Fonte: acervo pessoal de Francisco Alves.

Foi este feito produtivo praticado por Francisco nessa localidade que levou à renomeação daquele espaço. Conhecido antes apenas pelos caçadores por Barraca de Folhas — uma grande poça de lama natural acumulada no inverno no meio da mata que servia de banho para varas de porcos selvagens, onde os caçadores armavam uma barraca de folhas para fazer tocaia a esses animais —, o local passou a ser conhecido como ‘Centro do Dotô. A ação territorializante de Francisco e Miguel renomeou o lugar, os conhecidos passaram a chamar o local não mais pelo nome dado pelos caçadores, e sim de ‘Centro do Dotô’. O ‘Doutor’ era porque Francisco era conhecido desde a infância pelo apelido de Dotô, pois desde garoto primava por estar sempre arrumado e limpo, mesmo na labuta da roça. Por essa maneira de se conduzir, passou a ser chamado de ‘dotô’, numa alusão aos homens bem vestidos da cidade.

Com esse salto, eles procuraram melhorar sua localidade fazendo quatro grandes tanques (35 mil litros) para reservatório de água com cimento e pedras socadas. Cobriram uma casa de pau a pique com cavacos largos de madeira. Como haviam plantado capim colonião em 10 hectares consorciado com o arroz, cercaram com arame farpado a área e fizeram um pequeno e forte curral de varão. Compraram também suas duas primeiras vacas e um garrote. Francisco lembra com alegria seus nomes: ‘cara preta e boneca, as duas vacas; e crioulo, o garrote’. Recomeçava assim sua atividade pastoril. Distante cinquenta metros da casa, estava sua grande obra — um açude todo na força dos braços da família. Aproveitando muito as noites de lua cheia — com o tempo frio — cavavam e retiravam em carros de mão a terra do funil do

açude de pequeno porte, mas que daria para os animais beberem por algum tempo na estiagem.

Francisco, com frequência, narra sua paixão pelo gado. Quando era muito jovem e vivia no município de Brejo Paraibano, seu pai havia sido açougueiro por muito tempo nessa localidade e cabia a ele, por ser um dos filhos mais velhos, a responsabilidade de conduzir o gado que seu pai comprava para o abate na cidade. Conta ele que grande parte de sua vida de solteiro, desde a infância, foi trabalhando na lavoura e na condução de gado.

Relata a mágoa que tinha de seu pai devido a um ocorrido pouco antes de casar-se. Com plano de se casar, forçou no trabalho para dar conta da roça do pai e para criar os numerosos irmãos, já que o pai vivia a tocar o açougue nos finais de semana e, no correr da mesma, recebia o que era vendido fiado. Cabia a ele e seu irmão mais velho, José, conhecido pelo apelido de Zequinha, os trabalhos da roça e o arrasto do gado comprado para ser abatido no açougue, pois os demais irmãos eram muito pequenos e ainda de pouca lida.

Mesmo assim, assumiu compromisso de campear um gado em um retiro, distante duas léguas, ganhando cria de ‘cinco por uma’⁷². Trabalhou a morrer para dar conta das três atividades – pouco vinha em casa, não contou os meses que dormiu ao relento em plena chapada, comia ‘d’água no sal’, num improvisado de bicho. Caçando de arapucas, pescando e às vezes cozinhando. Por um ano e meio tocou nesse rojão, sem domingo ou dia santo. Diz que sua vida nesse tempo foi da roça para a chapada onde ficava o retiro, e sua mãe brigando com ele por estar magro, por não se alimentar direito.

Terminado o prazo, foi com o fazendeiro entregar o gado e receber a partilha. Havia ganhado nove novilhas, as quais desejava vender para realizar seu casamento. Qual não foi a surpresa, quando o fazendeiro lhe informou que seu pai já havia retirado o dinheiro. Ressentido, pois contra o pai não poderia fazer nada, relatou para o pai da moça o acontecido e o motivo de sua desistência. O pai de sua noiva, Miguel, ao tomar conhecimento, informou a Francisco que não fosse por aquele motivo. Se ele de fato

⁷² Nestes termos, de cada cinco bezerros que nascem e se cria até a desmama, um passa a ser do vaqueiro. Com exceção do sal e alguns medicamentos, todas as demais despesas de manejo, pastoreio e proteção do rebanho bem como a própria alimentação do cuidador corre por conta do vaqueiro.

desejasse casar com sua filha na data, ele faria o casamento com toda a despesa por sua conta, e que Francisco não ficasse ofendido. Casaram-se

A mulher de Francisco relata que, àquela época, além de gostar dele o suficiente para decidir-se a casar, tinha muita pena dele por ser um rapaz tão trabalhador e ver que o pai o explorava. O pai dele vivia a jogar baralho, enquanto ele se matava na roça. Esclarece que não guarda ressentimentos e gosta muito de seu sogro, mas todos percebiam aquele ocorrido – ele gosta de jogar até hoje, quando tem tempo.

No ano seguinte, 1977⁷³, Francisco manteve a palhada do ano anterior e ampliou em 10 hectares de mata a área. A madeira destes 10 hectares de mata foi negociada com um comprador de toras em troca do compromisso de que o mesmo abastecesse com água seus tanques no início do verão e derrubasse a madeira da roça com motosserras no tempo certo, ficando a alimentação por conta de Francisco.



Figura 18 – Primeira morada de Francisco e Miguel no Centro do Dotô. Do lado esquerdo da foto e ao pé da antena parabólica podem-se observar as bordas de um dos tanques perfurados pelos dois depoentes. Do lado direito ainda se pode ver o primeiro barracão coberto de cavaco extraído no local. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

⁷³ O ano para o camponês é um tanto duplo. Conta pelo calendário Gregoriano apenas suas relações com a sociedade formal. Para o seu mundo rural usa um calendário agrícola com o qual costura relações no meio camponês. Esse segundo calendário começa em julho de um ano com o início do preparo das roças e termina em junho do ano seguinte com o encerramento da safra. Muitas das obrigações e relações, sejam elas econômicas, sociais e mesmo afetivas, têm esse calendário como base. Seu planejamento de qualquer ordem corre sempre ajustado ao ano agrícola – mesmo os que vivem apenas vendendo sua mão de obra se baseiam apenas em duas estações do ano: inverno e verão, que são o tempo de suas lavras.

Um único problema, fora da produção, incomodava genro e sogro. No final do ano anterior, os dois souberam que, embora o camponês Mundá tocasse roça ali como posseiro de direito, o verdadeiro dono da posse era um senhor por nome de Trucilo. Este era um camponês que havia ganhado um bom dinheiro no ramo da compra de gêneros, depois que trocou uma posse por um caminhão e passou a trabalhar somente na compra de arroz. Em 1974 já estava em negócio para comprar outro caminhão para puxar madeira e vender na indústria madeireira⁷⁴ que vinha se instalando rapidamente em Imperatriz, depois que a rodovia Belém-Brasília foi asfaltada. O município de João Lisboa chegou a possuir um polo madeireiro, embora nos tempos atuais poucas madeireiras que se adaptaram na movelaria ainda operem na avenida industrial, como ainda é chamado o setor.

Mundá era cunhado de Trucilo. Este era quem custeava o cunhado para morar na localidade visando garantir a área para colocar roça e a futura exploração da madeira. E mais, no início do ano de 1977 souberam que o mesmo Trucilo havia dito, em meio de vários compradores de arroz, que todas aquelas matas adjacentes ao Centro do Mundá e a serra eram suas e que iria retirar, após a colheita dos legumes, todos que se encontrassem nessa área.

Essa ameaça era suficientemente comprometedora, haja vista que Miguel já tinha comprado um direito de posse em um vão da serra, de aproximadamente 48 hectares, em frente à posse de Mundá, Francisco, além da roça de 12 hectares, já havia comprado mais dois direitos de roça a oeste da posse do Mundá.

Como essas terras eram de exuberantes florestas, entendiam que o comentário feito por Trucilo em Mucuíba tinha sido indiretamente voltado para eles. Temiam ter que novamente se envolver em conflito e pôr em jogo, novamente, a pouca conquista realizada nessa nova posse. O que fazer se de fato o Trucilo cumprisse com violência a ameaça feita, uma vez que ele tinha fama de muito violento e vivia em companhia de pistoleiros da região?

⁷⁴ O marco inicial da exploração de madeira na região para um grande mercado nacional e internacional é o ano de 1974, conforme Franklin (2008, p. 140), proporcionado pelo asfaltamento da rodovia Belém-Brasília. Para o autor, a “perspectiva de enriquecimento com essa atividade econômica atraiu para Imperatriz milhares de pessoas experimentadas na exploração de madeiras, principalmente do Sul-Sudeste”. Trabalhando com dados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDFD, Coutinho (1994) afirma que já em 1976 foi serrado em Imperatriz 187.251 m³; as exportações em 1979 e 1980 foram nessa ordem 156.175 m³ e 431.920 m³, portanto, em um ano mais que dobrou o volume de madeira somente exportada. Barros (1996) comenta que, pelo fim da década de 1988, havia 66 serrarias na cidade de Imperatriz.

Viveram todo esse dilema durante os quatro primeiros meses do ano de 1977, sabendo que seria no início do verão o prazo para que Trucilo executasse suas ameaças. Atentos, aguardavam. Desde que haviam tomado conhecimento do problema, e embora tivessem conversa quase diária com Mundá, jamais conversaram com ele sobre as ameaças que ouviram em Mucuíba. Mantiveram em relação a ele a mesma amizade de quando por ali chegaram, pois percebiam nele a mesma conduta de quando os acolheu.

Entretanto, um fato ocorrido em Mucuíba modificou a condição relacional que estavam vivendo. Em um cabaré da cidade, Trucilo mata a tiros o filho de um dos fundadores da povoação, conhecido por João Paulo. O assassino ao se deslocar por uma rua estreita e escura em direção à rua principal para empreender fuga, cruzou com alguém que seguia no sentido contrário ao seu e com este falou, dizendo que acabara de desgrçar alguém ali naquele momento, e desapareceu. A pessoa que cruzou com Trucilo era João Paulo, que estava indo retirar o filho daquele ambiente. Ao chegar ao local, deparou-se com a fatalidade: a pessoa assassinada era seu próprio filho. Essa desgraça indiretamente suprimiu o que poderia vir a acontecer no verão por aquelas matas em que Francisco e o sogro se encontravam. O fato trouxe alívio aos dois e a outros que por ali também trabalhavam. “Todos sabiam veladamente que o assassino não mais poderia voltar a viver na região”.

Um ano havia transcorrido depois do acontecido e as ações camponesas continuavam intensas em seus avanços, desmatando e lavrando aquelas terras. Havia rumores de que a esposa de Trucilo iria embora para onde se encontrava o marido e, em comum acordo com o irmão Mundá, venderia a posse.

Alguns meses depois de correr a informação de que Mundá e sua irmã venderiam a posse, mais uma notícia de morte correu em Mucuíba. Dois homens armados de revólveres haviam matado Trucilo nas matas do município de Bom Jardim⁷⁵, no Maranhão, distante aproximadamente 450 km de Mucuíba. O crime não foi apurado até recentemente pela justiça. Não se sabe se a morte foi fruto do caráter violento da vítima ou se, de fato, foi crime encomendado por vingança.

⁷⁵ Este município, criado em 1967, também faz parte do oeste maranhense e teve sua ocupação marcada pela frente de expansão agrícola recebendo uma leva muito grande de migrantes nordestinos, desde o início da década de 1960, que adentraram suas matas pela cidade de Santa Inês. Mais tarde, de maneira acelerada, o sul do município foi ocupado em toda a sua extensão, com a implantação da BR 222, por camponeses expropriados ao longo da rodovia Belém-Brasília e de toda a região de Imperatriz.

No ano seguinte, Francisco descobriu quatro camponeses brocando roças por cima de seu limite de posse. Eram homens que vinham pelas veredas que partiam de uma estrada vicinal e adentravam em sua direção. Para se prevenir desse avanço, Francisco e Miguel decidiram adiar o trabalho em uma parte da mata que havia sido selecionada para a roça daquele ano, e fazer a roça na boca do vão da serra impedindo que os camponeses avançassem por aquele lado. Com isso isolavam a seu favor um vão de matas com mais de cem hectares.

Estiveram com os camponeses que brocavam e negociaram com eles para que brocassem explorando mais à direita de seu pique. Francisco negociou um pouco de rancho e emprestou seus animais para os lavradores buscarem água até concluírem o broque. Com isto estava mais uma vez negociada a posse da área.

Francisco e Miguel estavam arrumando uma parte da sacaria da roça em 1978, ainda no paiol, um pouco afastado de sua casa, por volta do meio dia, quando apareceu no rancho um mineiro à procura do Centro do Mundá. Agradável acolhimento deu Francisco ao forasteiro que, aparentemente, parecia não saber bem onde se encontrava. Em conversa, esclareceu que tinha comprado uma posse distante, supunha uns dois quilômetros dali, e que desejava comprar mais posses na região. Havia vindo na esperança de encontrar este senhor — de quem havia tido notícias de que estaria vendendo sua posse — para ver se ele confirmaria se ainda mantinha a intenção de venda. Indagou se não havia mais gente querendo vender capoeira nos arredores. Miguel, de pronto, respondeu que não. Francisco já tinha ouvido falar da existência dessa posse a que o mineiro se referia. Ficava realmente distante dali em direção ao nascente, ao lado do Centro do João Chicô. A bem da verdade, Francisco esclareceu que o mineiro, em sua trajetória até ali, já havia passado pelo Centro do Mundá. O mineiro complementou dizendo que, como não havia ninguém em casa, ele havia prosseguido supondo que seria mais na frente, terminando por encontrar com Francisco. Almoçou e, no inclinar do sol, tomou o burro e partiu por onde veio, prometendo retornar ao encontro do Mundá, mas que também iria procurá-lo na Mucuíba.

Miguel e Francisco entenderam perfeitamente a vinda do mineiro até sua localidade. Concluíram que não havia sido somente porque ele não encontrara gente na casa de Mundá. Ele estivera ali para levantar a possibilidade de comprar mais direitos de quem estivesse trabalhando aquelas terras. Eles já conheciam de antemão as práticas dos mineiros e baianos: eles compravam vários direitos de posse de

camponeses em pontos espalhados, mesmo separados, e depois expulsavam ou indenizavam por quase nada os que ficavam no meio do cerco, unificando, assim, uma vasta extensão. Embora tenham dito ao mineiro que não havia direitos para vender ali por perto, eles já sabiam da existência de um vizinho de terra (Raimundo Preto) que estava disposto a vender seu direito logo após a colheita da roça. Raimundo desejava ir para mais perto de parentes, na rota de Capemba D'água, em direção ao Muçambê. Alguns dias atrás, quase haviam comprado o direito de Raimundo Preto. Propuseram pagar com arroz, mas ele insistiu que, para onde ia, precisava era de um burro. Eles não trocaram, porque os dois animais eram os pés e as mãos de sua terra. Quase tudo de serviço de transporte e abastecimento de água dependia desses dois burros.

Se o mineiro comprasse a posse ao lado, o perigo de conflito novamente se avizinharia. Resolveram comprar, em sigilo, o que pudessem em volta da posse de Mundá para ver se o mineiro desistiria quando retornasse. Dois dias depois, trocaram um dos burros e voltaram, em dinheiro, o equivalente a cinquenta sacas de arroz. Com isso, duas laterais da posse em questão ficaram bloqueadas. Por sorte, a posse que fazia divisa no fundo com a terra ocupada por Mundá foi também negociada com um camponês que morava na Capemba D'água, distante dali três quilômetros de onde ficava a terra.

Dito e feito. Quando em outubro daquele ano o mineiro retornou — depois de já haver mantido contato com a esposa de Trucilo e com o próprio Mundá acertando que somente fecharia a compra quando retornasse de uma nova visita ao lugar—, sentiu a posição ferrenha de Francisco e Miguel, e vendo que não dava para crescer em direção à Capemba D'água, declarou para eles que não compraria a terra, pois suas pretensões eram maiores. Por meses, os dois esperaram medindo se o dito não era astúcia. No início do ano seguinte, a posse de Trucilo foi vendida para um camponês do Centro dos Carlos. Esse camponês não tinha propósitos maiores que os seus. A posse e a safra dos anos seguintes transcorreram dentro da normalidade e sem ameaças. Prosperaram.

No final do ano de 1980, correu a notícia de que o governo iria demarcar as terras. Algo inédito, jamais visto pelos camponeses nessa região. De fato, o governo criou um novo órgão para ocupar a função do INCRA por meio do Decreto-Lei nº 1.799, com data de 5 de agosto 1980. Por esta lei, criou o Grupo Executivo das Terras

do Araguaia-Tocantins – GETAT⁷⁶, para minimizar duas décadas de expropriação e violência na região.

Em 1981 o novo órgão começou suas ações no município de João Lisboa, junto à gleba Boca da Mata. Dois anos depois, no dia 8 de julho de 1982, Francisco assinou o Título Definitivo nº 4 (GETAT)82(6)2179 mediante condição resolutive de pagar Cr\$ 486.026,18 (Quatrocentos e oitenta e seis mil, vinte seis cruzeiros e dezoito centavos) alienáveis em quatro prestações iguais e anuais, sendo a primeira com vencimento em 07/07/1984 e a última em 07/07/1987. Esse montante se referia ao valor da terra nua (Cr\$ 178.436,99) somado ao valor da demarcação (Cr\$ 307.589,19). As posses dos dois, sogro e genro, foram reunidas em um único título em nome de Francisco (os dois resolveram unificar suas posses). Como eles, centenas de outros camponeses foram igualmente beneficiados.

Anterior a essa ação demarcatória, muitos camponeses em várias partes da fronteira, por descrença na possibilidade de ser dono de áreas maiores e também por serem conhecedores do processo de expropriação pelo qual os pobres eram submetidos, adotavam taticamente o modelo da terra agregada⁷⁷. Ou seja, mantinham uma agricultura itinerante, mudando sempre que encontravam obstáculos relacionais ou pela falta de ‘terra de trabalho’, como expõe José de Souza Martins. Esta tática era

⁷⁶ O funcionário Clóvis do INCRA que pertencera ao antigo GETAT em uma entrevista de 05.11.2016 informa que ‘Conflito sempre teve naqueles tempos e nos tempos atuais, mas bem nessa unidade o Getat somente demarcou as terras de posses dos lavradores e dos fazendeiros e empresas. As terras todas basicamente já estavam delimitadas como posses. Era, podemos dizer assim, uma espécie de reforma localizada que não reformava, apenas consolidava a posse por meio da titulação. Quem se encontrava no poder de uma posse, fosse grande ou pequeno, era titulado. Claro que isto estava sempre respaldado na lei que o governo havia promulgado para este fim. Se a terra fosse distribuída somente para os lavradores de acordo com a posse que ele já mantinha em domínio, mesmo assim não daria. Era gente demais no meio rural resultado de problemas sociais mais de longa data. Olhando de hoje vejo que foi positiva a ação do governo. Olhe como ficou ainda hoje, podemos dizer que os lavradores saíram ganhando, oxalá tivesse sido um pouco antes e por todo o Maranhão, acho que em termos fundiários o estado teria dado um salto qualitativo que haveria de ter validade social muito forte’ (C. G. C. Entrevista em 05.11.2016).

⁷⁷ Prática antiga usada pelos camponeses nas sesmarias dos coronéis. Nesse modelo ele percorria muitas partes da grande propriedade morando em vários lugares onde tivesse capão de mata boa para a lavoura. Como a criação do gado era solta, o camponês tinha que manter cercada a roça e o minúsculo sítio. No geral, no sítio plantava algumas touceiras de cana de açúcar, outras de bananas, vários pés de cafés em redor da casa de pau a pique. Criavam pequenos animais. Quando o tempo de permanência em algum lugar era reduzido, por força de fatores os mais adversos, restringia os pequenos animais a uma porca amarrada pelo meio para reprodução garantindo a extração da gordura e proteínas necessária para a família. Todos os camponeses que chegavam numa fronteira dominavam muito bem esse modelo de itinerância agregada. Quando não se sentiam ameaçados, eram capazes de viverem num mesmo lugar por décadas. (Apontamentos sobre organização camponesa transmitida em palestras realizadas pelo sociólogo Clodomir dos Santos de Moraes quando esteve em Imperatriz em setembro de 1985 a convite do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU).

também praticada quando no passado, vivendo em terras alheias, eram aceitos como moradores.

Desta forma, diferente do rentista, assegura autonomia, liberdade e mobilidade aos camponeses. Tomar a lavoura itinerante, apenas como uma maneira específica do camponês se organizar para produzir os bens necessários a sua existência, desqualifica-o diante da ordem relacional que os ocupantes imprimiam por suas práticas estabelecidas, diante da expropriação movida pelo capital.

De forma sumariada, a história da ação territorializante de Francisco e Miguel por mais de duas décadas, entre a várzea e a serra, ilustra bem que a escolha de um local para abrigo e trabalho era algo mais complexo para o camponês. Ele não poderia se apossar de terras aleatoriamente, sua escolha era sempre uma escolha de vida ou de morte. De suas mãos e de sua experiência ocupacional/relacional e empreendedora dependia a existência de sua família num patamar distinto da condição de itinerância. Por esta razão, Martins (1996, p. 41), fazendo referência às populações camponesas, chama a atenção e reclama que “os estudos sociológicos que tomam como referência uma localidade específica não apanham a realidade social mais profunda que dá sentido à existência dessa espécie de sociedade transumante”.

Pelo relato dos dois camponeses podemos perceber que eles receberam o consentimento do posseiro ‘Mundá’ no início da ocupação da posse e, aproveitando os ganhos decorrentes da produção — embora sendo com frequência ameaçados por fazendeiro e madeireiro, gente com maior condição financeira —, puderam ampliar a posse comprando outras três posses menores. Eles, que corriam o risco de serem expropriados, acabaram expropriando os três camponeses. Os motivos pelos quais os camponeses venderam suas posses podem ter sido os mais diversos, envolvendo desde questões pessoais e familiares ou ainda para alcançar uma pequena capitalização no desapego da posse ou mesmo ainda por pressentirem que, cedo ou tarde, Francisco e Miguel procurariam ampliar suas áreas avançando sobre as deles.

Essa trama constituía o jogo jogado na fronteira. Todos poderiam usar dos mais diversos métodos e astúcias táticas como violência, coação, ameaças, sabotagem ou usar de sujeição aproveitando-se de doenças na família do camponês, adiantando-lhe dinheiro sabendo que tão cedo ele não teria como pagar. Esse ordenamento na fronteira ocorria por fora da lei — uma vez que somente se poderia adquirir terra por meio de compra. Esse processo de expropriação não estava reservado somente a

fazendeiros e camponeses, pois, como vimos, também acontecia entre posseiros. Essa era a regra válida a todos que se lançavam a disputar uma posse de terra na região.

No tópico seguinte, reunimos registros feitos na primeira metade da década de 1980 pelo CENTRU-MA, e entrevistas realizadas por meio da presente pesquisa (2016/2017). Ao cruzar as duas fontes, procuramos definir melhor o perfil dos camponeses que se faziam e se fazem ainda presentes na gleba Boca da Mata e, em especial, o perfil sociocultural das famílias de Francisco Alves e Miguel Reinaldo.

2.6 Por entre velhas e novas anotações

Por três anos (1984 – 1986), tempo de execução de um projeto educacional no meio rural do qual participamos, frequentamos diversas vezes o Centro do Dotô. A casa de Francisco e Miguel serviu-nos sempre como hospedagem. Grande parte dos registros sobre seus esforços e luta pela posse da terra, bem como sobre o processo de expropriação sofrido por eles, foi feita em seu ‘Centro’ por aquela época e completada durante os anos de 2016 e 2017.

A pesquisa de campo do CENTRU-MA realizada naquele período (1984 – 1986) visava, por meio de uma metodologia de diagnóstico do sistema de produção, identificar os gargalos produtivos e buscava também obter um perfil dos diferentes tipos de camponeses no interior de alguns municípios. Foram privilegiados dois municípios situados em áreas que envolvia plena floresta, cocais e cerrado: Imperatriz e João Lisboa

O projeto não se dispunha a transmitir somente estatísticas da realidade produtiva camponesa, buscava também aprofundar alguns sistemas de produção visando apontar encaminhamento de soluções para aqueles sistemas que passavam por problemas cruciais. Dessa forma, procurou capturar a estrutura de posse da terra, a produção dos principais alimentos, as taxas de crescimento dos produtos e os rendimentos dos camponeses dentro de uma tipologia dos seguintes produtores: a) camponeses integrados ao mercado; b) camponeses pecuaristas; c) camponeses em vias de integração ao mercado; c) camponeses de autoconsumo e d) camponeses moradores. Levava em conta a principal fonte de receita, a área trabalhada e a área de posse. Fez levantamentos e entrevistas com comerciantes e usineiros. Afora esses dados da produção, a pesquisa procurava tomar longos depoimentos de vida dos

camponeses procurando situar historicamente a condição de migrante e o seu envolvimento na região – tomando-o como um sujeito portador de cultura diferenciada (CENTRU-MA, 1986, p. 13). Neste nosso trabalho, utilizamos entrevistas de Francisco Alves, de Miguel Reinaldo e de um grande comprador de arroz.

Em 1984, tomou-se por nota o registro de algumas frases ditas por Miguel e Francisco em meio a distintas conversas, e que não foram coletadas na entrevista formal da produção por aquela época. Mesmo sendo um registro fruto da informalidade, estas frases camponesas conseguem mostrar bem o quanto era fértil extrair elementos do que era dito entre eles no dia a dia, uma vez que ilustram bem a relação interna e externa de sua ambiência.

Vários fragmentos ditos em conversas colhidas em 1984 chamaram-nos a atenção, conforme relatório do CENTRU-MA (1986, p. 112): “onde você ver a desgraça por tudo se afaste dela, mas se ela entra na sua casa abrace-a com as duas mãos e com a força que tiver”; ‘o risco que corre o pau corre o machado”; “quem não pode com o pote não pega na rodilha”; “só melhora a condição quem faz monturo”; “formiga saúva trabalha com as mãos e com a cabeça”; “quem não tem cão, caça como gato”; “cabeça não é só para piolho”; “é pra frente que as malas batem” e “não se melhora com as mãos, se melhora com produção”. Na época, estas frases foram anotadas com a intenção de melhor tipificar os camponeses integrados ao mercado e suas lógicas. Na atual pesquisa elas foram tomadas como expressão da ordem instituída pelos camponeses em um lugar.

Estas frases foram capturadas em momentos diversos, e também pronunciadas por diferentes pessoas de outras famílias, além da de Francisco Alves e Miguel. São frases ditas diante das mais distintas situações. Formavam uma espécie de código produzido para atender um conjunto de relações ou serviam como modo próprio para estabelecerem uma ordem no lugar.

Francisco Alves era natural da Paraíba, nascido em 28/01/1930 no município de Cajazeiras, localizado nas proximidades do estado do Ceará. Quando o conhecemos em 1984, tinha 54 anos. A primeira frase — da lista de frases acima arroladas — Francisco pronunciou em meio a uma conversa com Firmino, morador do povoado Sete Anta, num final de tarde debulhando fava branca na frente de seu rancho coberto com cavacos. Ao que Firmino retrucou: ‘Quar, mais se não sei!’. Firmino não tinha posse. Gostava de roça pequena, de no máximo 1,5 hectare, e o resto do tempo empreitava serviços em roças de outros camponeses. Era ele que

dava notícias de tudo, gostava de conhecer outros 'centros'. Pessoa mansa em sua fala e muito prestativa e com muita afinidade com Dotô. Os dois, naquele momento, falavam de um fato recente ocorrido no povoado Sumaúma. Sabiam com minúcias como tudo havia se desenrolado, e que a parte que lhes parecia certa havia falhado por falta de determinação.

Passamos a entender que aquele diálogo fazia parte da razão camponesa, a maneira como era encarado o perigo ou a fatalidade. Algo que, de certa forma, nivelava os camponeses e esclarecia seu gesto extremo em alguns momentos. Entendemos hoje que tais frases expressavam parte da ordem relacional de um lugar camponês.

Miguel Reinaldo, nascido em 01/07/1912, sogro de Francisco, era da povoação Vertente do Lério (na atualidade essa povoação é um município) em Pernambuco, distante 137 km da capital, região do agreste do alto Capibaribe. Dali saíra ainda jovem para o estado do Ceará. Neste estado contraiu matrimônio em 1931 com Maria Severina de Sá, nascida em Juazeiro do Norte no Ceará em 15/04/1914.

Alega Miguel que, devido à seca, começou sua vida andeja muito cedo. Atravessou seu estado de origem e morou alguns anos no Ceará. Cruzou o Piauí e entrou no Maranhão pela cidade de Floriano-PI. Depois de vários anos, alcançou o sul do estado e se instalou no município de Brejo Paraibano, onde sua única filha se casou. Esteve no Baixão Grande, depois seguiu para os municípios de Barra do Corda, Bacabal, alcançando por fim Imperatriz em 1963. Afirmou ele que sempre lavrou e comercializou por todos os municípios por que passou. Os dois, sogro e genro, exaltavam com frequência o fato de que sempre trabalharam juntos e que nunca fizeram acertos de conta 'pois o que era de uma família, era também da outra', diziam.

Conhecemos Francisco e seu sogro por volta do mês de março do ano de 1984 na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa pagando as mensalidades atrasadas. Eles passavam muitos meses sem virem à sede e constantemente atrasavam suas prestações, por descaso e porque também seus vínculos sociais e econômicos eram com a povoação de Mucuíba.

Naquela oportunidade, ficamos sabendo por indicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa que os dois camponeses eram bons produtores e tocavam roças grandes e que moravam próximo ao povoado Capemba D'água. Como tínhamos que visitar a Delegacia Sindical desse povoado, decidimos, mesmo

sendo um pouco mais distante, fazer o percurso visitando a localidade dos dois camponeses tidos como bons produtores.

Nos anos seguintes, nas inúmeras vezes em que estivemos com eles, nunca presenciamos, por parte deles, temor da violência; mas quando se comentava tal assunto, ouvimos várias vezes dona Maria Leonor Alves de Sá, esposa de Francisco, fazer questão de frisar que: ‘Se algum dia matarem um dos nossos, que se puder fazer a vingança que seja feita, senão nem dar parte em delegacia se irá dar’.

Sem a presença da Lei, sem a presença do Estado, quase tudo ali era resolvido de ‘homem pra homem’, de ‘família para família’, dando a entender que existia uma sociedade fora do esquadro do Estado. Esses elementos de conduta nem sempre se consegue extrair na entrevista formal, são em geral capturados na contingência dos fatos, dentro de uma lógica distinta premida pelas circunstâncias.

Essa determinação de fazer justiça com as próprias mãos era a regra líquida e certa para os camponeses naquele período. Era um direito que parecia natural. Era a partir dessa autonomia individual e familiar que a ordem era respeitada. Todas as famílias zelavam para que os seus mantivessem o máximo de respeito para com as demais famílias. O equilíbrio não era fruto do temor, mas da potência que cada um exercia pessoalmente e pela família.

A posse do Cinzeiro e a posse da atual propriedade na serra, em duas décadas, eram muito nítidas quando descritas pelas famílias. Já a dimensão imaginária das duas famílias, obtidas enquanto imagens verbais, foi tomada neste estudo como uma realidade tão presente quanto a vida concreta desses em suas posses, e não concebida de forma a-histórica.

Dos apontamentos de 1984, registramos — em passagem pelo Centro do Dotô numa noite de lua cheia, com os mais velhos sentados na varanda da casa a olhar a alva e prateada copa da mata resultante do reflexo da luz do luar — um comentário (gravado) feito por Francisco Alves a respeito de sua infância:

Lembro como se fosse hoje. A lua clara parecia o dia, pai velho colocava os couros de bois no terreiro e nós meninos ali sentado em redor para a debulha e escutar — tempo frio de noite. Lá fazia frio, muito frio, mais frio que no Baixão, onde nós moramos também. Da Cajazeira tenho pouca lembrança mas do frio todos lembram lá em casa. Ouvei muitas vezes Pai velho dizer que só morria satisfeito se deixasse nós num lugar que tivesse muita água e muita mata, terra boa pra trabalhar. Eu nunca entendia aquilo. Perguntava a Pai velho onde era e ele disse que tinha esse lugar que na revolta ele tinha vindo quando ainda era moço no Maranhão e que nunca mais havia esquecido aquele lugar. Quem sabia lá para onde ficava esse lugar naquele tempo.

Como ainda hoje não sei, eu penso que a Paraíba fica nesse rumo que é onde o sol nasce. Sabemos da travessia do Ceará e do Piauí. Tinha muita pena de meu avô. Quando meu pai veio para o Maranhão não foi por causa disso não, foi por causa de despeita com gente do lugar. Quando a gente veio para esse rumo ele já tinha morrido – Entrevista em 10 de abril de 1984. (CENTRU-MA, (1986, p.115).

Essa fala talvez seja fruto da memória associada involuntariamente ao presente. Três aspectos saltam aos olhos em seu depoimento: abundância de água, matas e a extrema violência. Poderíamos estar diante do imaginário das “Bandeiras Verdes”⁷⁸. Maria Severina de Sá, esposa de Miguel, nascida em Juazeiro do Norte no Ceará em 15/04/1914, era afilhada de Padre Cícero e poderia estar ligada ao imaginário das bandeiras verdes. O avô de Francisco tinha conhecido as matas maranhenses por força da violência (revolta). Os nexos que fazemos aqui demonstram que temos nessas famílias um extrato filtrado do passado. Embora as duas famílias fossem católicas, passavam anos sem visitar uma igreja, somente nos momentos de batismos dos filhos e dos afilhados ou em casamentos.

As mulheres rezavam ao deitar à noite para dormir e ensinavam a oração do ‘Pai Nosso’ aos filhos para que eles o fizessem ao deitar e ao levantar. Afirmavam que não tinham tempo para igrejas, bastava ‘amar a Deus com todo teu entendimento’⁷⁹. Os homens, embora incontestáveis em sua fé, observamos que em nenhum momento faziam orações. Não havia orações nas horas de refeições ou em nenhum outro momento do dia. No entanto, era obrigação dos filhos serem abençoados ao deitar para dormir e logo ao amanhecer.

Se as mulheres reclamavam de que eles, os homens, viviam como bichos e de que isso não eram modos de criarem os filhos, respondiam que estavam cumprindo os mandamentos ‘lutando pra viver do seu trabalho’, alegavam que ‘fazendo isto já estava fazendo muito, pois todos vivem à custa do lavrador neste mundo. Somos nós que ajudamos a criar os filhos de Deus com comida’; diziam assim e iam se afastando da conversa. E acrescentavam que ‘Deus quer saber é do coração, se não há maldade. De nada adianta virar um papa hóstia ou correr centro acima e centro a

⁷⁸ Segundo Vieira em sua tese (2001, p. 15) “As *Bandeiras Verdes* são associadas por camponeses nordestinos e da região centro-oeste à mata amazônica. Elas teriam sido mencionadas em uma profecia do Padre Cícero, que dizia que *no fim dos tempos* seus romeiros deveriam procurar as *Bandeiras Verdes – as matas* – para se livrar das catástrofes do fim do mundo”. (Assim mesmo). Vários pesquisadores que estiveram na região foram atraídos por este referente. Martins (1980), Santos (1981), Velho (1987), Keller (1977) entre outros.

⁷⁹ Cf. a Bíblia, esta fala de Maria Leonor faz referência de forma abreviada a algumas passagens. Encontram-se em Deuteronômio 6:5, 30:6; Mateus 22:37-40 e Marcos 12:30, 31, 33 e 34.

baixo atrás de pastor se tiver maldade'. Francisco falava isso num certo tom de brincadeira – na verdade era um homem contrito na fé. Recebeu o nome de Francisco por indicação de sua mãe, Antônia, para que o santo fosse seu protetor.

Quando no banco, para financiar a compra do gado, pediram um nome de fantasia – que não fosse Centro do Dotô – para sua propriedade que passaria a ser fazenda, ele a nominou de Fazenda São Francisco, e mantém até os dias de hoje um quadro com a imagem do santo na parede da sala de sua casa.

Certo dia, dona Maria Severina de Sá estava com uma mala de madeira exposta ao sol quando, de surpresa, chegamos e nos mostrarmos um tanto curiosos com os pertences espalhados ao sol por sobre uma toalha de plástico. De pronto ela nos explicou que se tratava de imagens de santos e outras peças de seu oratório que carregava consigo desde os tempos de sua mãe. Como se mudava muito, vivia para cima e para baixo, seu oratório vivia dentro daquela mala, de tempos em tempos tinha que tomar sol para matar o mofo.

Esse distanciamento religioso estava presente num vasto segmento de camponeses, muito se diferenciando das formas típicas apresentadas por pesquisadores – Turner (1974 p. 137); Lanternari (1974, p. 333) – que identificaram um vínculo com o milenarismo ou com o messianismo de forma mais coesa. Vieira, em sua tese (2001, p. 81) considerou esses dois termos limitantes para realizar uma pesquisa sobre a profecia das Bandeiras Verdes junto a camponeses de uma região de fronteira da Amazônia Oriental, e adota a noção de movimento sociorreligioso para melhor se aproximar da estrutura migrante, mesmo assim não se aproxima do camponês da gleba Boca da Mata, dado seu caráter móvel, histórico e religiosamente adverso.

As frases citadas, ditas pelos camponeses, pouco assinalam para certa mentalidade coletiva. Ela se faz coletiva enquanto entendimento tático usado por todos em suas individualidades, uma vez incorporadas pelos camponeses que participam na formação social de um lugar disputando a terra em uma frente agrícola.

Nesse sentido, o imaginário das frases citadas se articula com a própria vida de luta que fluía naquele determinado momento, mas de forma muito particular. É de se pensar que o imaginário social de Francisco e Miguel, bem como o dos demais camponeses, tenha sido produzido, adaptado e apropriado pelas circunstâncias sociais e políticas que estava vivendo.

Os ‘Centros agrícolas’ fundados pelos camponeses bem poderiam ser também tomados como o Centro do poder que os mesmos detinham. Sendo assim, os dois casos não resultam de processo de longa duração. Distintamente da lei formal, a ordem de coexistência que se impunha no meio camponês se preservava calcada na potência de vida e morte que cada um carregava em sua moral. Havia uma exigência muito forte no meio rural de que ‘homem, pra ser homem, tem que ser pau pra toda obra’ nas várias circunstâncias que o açoite da vida lhes submeter.

O próprio José Bonfim, em sua biografia escrita por Livaldo Fregona, declara que

numa terra assim, eu sentia pena de alguns pobres coitados que procuravam andar certinhos, imaginando que suas virtudes pudessem ser reconhecidas. Sentia mais pena ainda quando essas pessoas, com todos os direitos legais, precisavam da Polícia e da Justiça para fazer valer a lei, sem imaginar que a lei deles estava sujeita a outra lei imperativa e cruel, exercida, principalmente, pela gangue política do Estado. [...] Convivi nesse meio, e posso assegurar [...] Eles, assim como a maioria dos “homens de bem”, hoje respeitados como policiais de renome, industriais e comerciantes bem sucedidos, juizes e afins... vieram a mim, passando ou pelo menos tentando passar por cima de tudo o que é legal e moral, para “vencerem nessa vida”. (FREGONA, 1999, p.141). Grifo no original.

Como afirma o pistoleiro, o ‘andar certinhos’ nunca foi uma virtude para o camponês. Essa posição é para eles uma artimanha tática contra a violência. Usa a lei não porque acredite nela, pois durante toda a sua existência presenciou sempre a lei servir aos ricos e poderosos. Ele a usa em alguns momentos como artifício, como astúcia de negociação.

Quem era Zé Bonfim, senão um camponês que exteriorizou sua potência de coragem, não apenas para defender sua honra, mas colocando-a ordinariamente a serviço dos poderosos? Esse era o único aspecto que para os camponeses tornava o pistoleiro um desclassificado. O recurso da violência só era admitido em defesa da honra e da família. Este é um princípio muito forte em meio aos camponeses pesquisados.

Essa tensão extrema vivida pelo policial, pistoleiro, camponês, pelo homem rico e também pelo magistrado, permite imaginar que a ordem relacional de convivência que paira em determinado lugar não se fundamenta na lei constituída. Expressa o tempo da fronteira, e como tal, como afirma Martins (1996, p. 32), o limite do humano, conflitando diferentes territorialidades. Uma vez que diferentes interesses de grupos

e pessoas usavam a terra para determinados fins e, dessa forma, davam significados ao lugar e definiam como organizar o espaço.

Ouvíamos os camponeses pronunciarem a frase sobre a ‘desgraça’ (onde você ver a desgraça por tudo se afaste dela, mas se ela entrar na sua casa abrace-a com as duas mãos e com força que tiver), mesmo aqueles camponeses de diferentes origens migratórias, sempre que vivenciavam situações de perigo, fosse por questões ligadas à natureza, fosse por questões relacionais envolvendo posse, trabalho, família, negócios e partilhas. Era uma frase recorrente usada por muitos para contornar, de alguma maneira, a violência.

Francisco e Miguel preferiram perder seu trabalho na posse do Cinzeiro a arriscar ir definitivamente para o confronto. Embora por um momento ele tenha se lançado e ameaçando de morte o pistoleiro que comandava a expulsão dos camponeses da área, recuou. Não por medo – diz ele –, mas por cautela e preservação de sua família. Assumia o ônus de começar tudo novamente em outro lugar, uma vez que, segundo ele, já vivera muitas circunstâncias parecidas nessa caminhada mata a dentro. Um gesto não mais de fúria, mas de astúcia.

Questionado na entrevista de 2016 por que fizera a escolha do Cinzeiro quando de sua vinda pra região de Imperatriz, Francisco Alves explica que

A gente sempre olha se o lugar tem rumo de prosperar. Todo mundo assunta isso, mesmo quando se escolhia um lugar na mata. Quando cheguei em Imperatriz fui trabalhar de aluguel pros guilherminos, que era meu conterrâneo no Brejo Paraibano, e morar perto da Boca da Mata perto do campo de aviação em Imperatriz e da estrada do arroz, mas pra lá se tinha notícias que estava tudo ocupado até os Frades descendo o rio. Mais não foi por isso. Com a mulher com o bucho no pé da goela – tinha que esperar tinha que esperar, fui ser vaqueiro de seu João, pai de Guilermino, na Lagoa Cercada, distante uma légua subindo na Belém-Brasília antes da Lagoa Verde. Meu sogro veio depois, mas meu pai já tinha vindo de animal e arrancar no Cinzeiro, cinco léguas depois da Lagoa Verde em 1958, e em 1960 ele foi me visitar na Lagoa Comprida pertinho de Bacabal e me convidar sabendo que eu estava vivendo de comercio mas morando em terra alheia. Terra ruim, de muito coccal. Agora ali no Cinzeiro nunca vi igual. Terra muito boa. Todo mundo que vivia da lavoura era ‘soqueiro’, numa mesma roça se tirava duas safra no mesmo ano, onde já se viu isso, bastava virar a palha ele brotava novamente muitas vezes com mais fiação que a primeira mesmo com o cacho menor. Fiz muita produção com o arroz palha murcha, cana roxa em terra preta caroçuda só de minhoca. Da primeira apanha se retirava apenas os volumes da planta do próximo ano e se vendia toda a primeira safra, pois o arroz de comer era todo retirado da ‘soca’ da segunda apanha. Cansei de ceder capoeira de dois três anos de algodão sem cobrar nada pra ajudar quem estava chegando fora de época de botar roça, ajudava nas despesas, tinha ano que a arroba de algodão dava bom preço. No ano seguinte se batia a palhada sem trabalho e corria fogo, e dava gosto ver a produção que ainda dava. Em muitos lugares arroz se perdia por não

ter quem apanhasse nem de meia, por falta de munheca – não se cortava ainda pelo pé naquela época, era estragar a terra. Só quando não dava pra puxar o legume pela falta de caminho ou de tropa é que arroz se perdia no paiol; ainda vi na porta de minha casa oito caminhão carregado de arroz esperando passagem no Cinzeiro, preço baratinho, todo mundo tinha, passava de um ano pra outro e os porcos lavavam a égua de tanto comer. Mas mesmo assim era o que dava dinheiro. Milho nem se fala, ficava virado na roça não tinha quase preço nenhum. Não vê que eu inteirei o dinheiro pra me arranchar aqui com venda do terreiro. Engordava cada capado de não poder andar o bicho. (Francisco Alves. Faz. São Francisco, 24.07.2016).

Indagado por que não levou logo a família para próximo de seus pais, Francisco comentou:

Eu vim na frente. A mulher ficou lá com os meninos, dois meninos e uma menina e a mulher em dias de ganhar outro. Vim na frente para tomar pé e preparar as condições. Minha mulher só falta morrer quando vai ter menino, não é parideira. Ninguém entra na mata de mãos abanando. Minha mulher, foi um aperreio, quase morre e eu mal apanhei o algodão que arrumei na meia, apanhado só nas folga do gado lá na Lagoa Cercada, a roça ficava umas quinhentas braças. Vendi as arrobas que ganhei, minha parte todinha só comprando remédio pra menina que nasceu, mas não teve jeito, a menina morreu. O ganho na fazenda de seu João mal dava pra comer. Se perdesse o tempo do broque, pra bem dizer só no outro ano. Ninguém com família entra na mata de mãos abanando. Tem que preparar barraco e ter pelo menos o grosso de comer e completar com o que dá a espingarda. Só doente a menina. Só doente a menina e nós esperando melhora. Quando minha filha faleceu, depois da visita de cova acertei com seu João, já tinha dito pra ele minha intenção e passamos pra dentro da roça – um barraco que fiz com palha de coco najá. Meus irmãos já tinham brocado parte de uma roça pra mim e começado a derruba. (Francisco Alves. Faz. São Francisco, 24.07.2016).

Nessa exposição de Francisco percebemos o quanto era difícil qualquer deslocamento do camponês, contrito por ordem temporal, espacial, familiar e econômica. Mesmo os improvisos tinham que ser minuciosamente pensados. O termo ‘colonização espontânea’ de forma alguma se ajusta para explicar o movimento dos camponeses em direção à fronteira. A família de Francisco era muito hospitaleira. No período entre 1984 e 1986, ficávamos sempre ali, em seu centro. Era ‘homem de barriga cheia’, ‘mesa farta’, como eles falam. Muitos motoristas madeireiros por aquele período exploravam essa generosidade, deixando para pernoitar em sua casa porque a qualquer hora do dia ou da noite se encontraria comida. Em agradecimento, alguns traziam tambores de água para ele e transportavam suas compras. Quando, agora no ano de 2016, passamos um final de semana em sua ‘Fazenda São Francisco’ completando informações,

encontramos a mesma generosidade de quando passávamos por lá na década de 1980.

Certamente o fluxo dos madeireiros favorecia em muito os negócios de transporte, comercialização e relações que Francisco mantinha com o centro comercial no qual ele fazia praça. Indagado a explicar por que havia escolhido uma região extremamente seca e de difícil acesso, uma vez que na outra escolha optara pelas terras do Cinzeiro, rica em matas e águas abundantes e tão próxima da rodovia Belém-Brasília, ele respondeu

Olhe onde eu vim me arrancar já no descambado da serra do outro lado mas não estou mais no sobe e desce pra buscar água. Desde que o GETAT furou um poço na Capemba em 1982 deu condição pra gente aumentar o gadinho. Os fazendeiros não queriam essas terras porque não tinha água pra criar naquele tempo que nós começamos aqui. Como é que iriam criar gado sem um pingo d'água. Eles atravessavam essas planadas e desciam pra onde tinha água. Eu não falo de presença mas dizem que eles já chegaram na região do rio Pindaré. Sei que é nesse rumo porque os outros dizem. Eu mesmo nunca estive lá. Se aqui tivesse água não tinha mais um fiapo de pobre aqui. Olhe mesmo assim nossa situação, na época não se tinha de grão o que os periquitos voassem de manhã pro meio dia. Mesmo assim não tem hoje lugar pra mais ninguém pelo que vejo desde quando cheguei aqui em 74 e olhe que era tudo mata. Pra essas bandas hoje já não há como se arrancar. As terras tá tudo ocupada. Não tem mais nem na subida pelo cravinho, nem pelo hotel da fava, nem pelo Arapari. Mas que dizer que terra tem, só que controlada pelo grande. Muita gente de nossa laia já atravessou o rio Pindaré. Olhe minha situação quando cheguei com uma mão na frente outra no cano, botei roça por dois anos, no segundo ano botei 50 linhas de roça topando no cunhado do Sebastião Toró. Fiz fartura de tudo, muito arroz, milho, criamos tanta galinha que comia uma de manhã e outra à tarde, troquei um burro encangalhado na roça queimada do Raimundo Preto da Capemba e tive que vender um bocado de miunça (criação pequena) para adquirir outros direitos. A gente tinha muito arroz mas o homem cismou que só trocava no burro. Nós era em três, eu meu sogro e meu filho. Vi que dava pra ficar, a presiga era menor na terra seca e fazer produção. Mesmo assim, espie, não foi fácil não. (Francisco Alves. Faz. São Francisco, 25.07.2017)

De fato, em 1984, quando o conhecemos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, Francisco já executava um projeto financiado pelo banco. Recebeu o título definitivo em julho de 1982, registrou no cartório em dezembro do mesmo ano, e em 30 de maio de 1983 assinava a cédula rural hipotecária nº 00783-0 no Banco do Brasil, agência de Imperatriz, no valor de Cr\$ 2.272.560,00 (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e sessenta cruzeiros) para realizar um melhoramento em sua propriedade. O montante financiava 4.000 metros de cerca com arame farpado; construção de um açude barreiro; aquisição de um touro zebu e de dez vacas da mesma raça. Tal propósito estava associado à ideia limite de que, no

verão – uma vez seco o açude –, o gado seria tangido diariamente para beber no poço artesiano furado pelo GETAT na Capemba D'água⁸⁰, distante três quilômetros de sua propriedade.

Ainda em 1984, presenciamos na localidade do poço artesiano a movimentação de dezenas de camponeses tocando – como eles dizem – ‘sua moita de gado’ (financiado) para beber em um enorme tanque construído para esse fim. Francisco era um deles. Víamos o nascimento de uma nova fase que viria a se consolidar em mais de três décadas (1985-2017): uma transição da produção agrícola para a pecuária. Embora ainda de baixa tecnologia, é a mais importante bacia leiteira da região, produzindo mais de dois mil quilos de queijo diariamente nos tempos atuais.

A corrida massiva dos camponeses da gleba Boca da Mata (de posse de seus títulos) em busca de financiamento junto ao Banco do Brasil, fosse para custeio da lavoura ou para melhoramentos, visava romper, ou pelo menos afrouxar o circuito das transações comerciais do arroz que se encontrava repleto de intermediários que emprestavam dinheiro para receber em produtos.

Como sabemos, vivendo da produção do arroz o camponês pegava dinheiro desse produto apenas uma vez por ano, normalmente nos meses de junho ou julho, época em que se comercializava a safra. Isso se vendesse no tempo certo. Nos outros meses do ano era comum ele transacionar a safra já a partir da roça queimada. Para fugir dessa canga⁸¹, como diziam, buscavam outras virações: uma prática consolidada era fazer a desmancha de algumas linhas da mandioca de anos anteriores em farinha⁸². Afora isto, iam vendendo, no picado, a safra dos produtos adjacentes ao

⁸⁰ O camponês Sebastião da Silva, mais conhecido por “Sebastião Toroca”, foi um dos primeiros moradores do Centro Capemba D'água (ele, um outro conhecido pelo apelido de Zezinho e mais dois que hoje não moram mais no lugar). Zezinho foi o primeiro Delegado Sindical da localidade, atividade que desenvolveu por décadas. Hoje, enfermo, encontra-se em Goiânia com os filhos, porém continua proprietário de sua terra. Sebastião veio do município de Colinas no Maranhão em 1959 e por 12 anos viveu na Lagoa da Onça, povoado distante apenas 8 km da sede do município de João Lisboa. Informa o mesmo que – de posse de terra pequena e a família crescendo – procurou uma nova área de mata para criar os nove filhos. Chegou às matas da Capemba D'água em 1970 e ali se localizaram cortando os variantes de suas posses (lotes tendo em média 120 hectares). Os caçadores informaram que muito próximo dali havia um ponto de bebida de caças em uma capemba de um tronco de árvore com um enorme oco no seu centro que acumulava água de um ano para outro e que eles poderiam se abastecer em caso de extrema necessidade. Foram conhecer o local e por meses bebiam e usavam desta água para outras necessidades. Contam que por dois anos suas lavouras eram só para o sustento, pois não havia ainda estradas, era somente uma picada na mata. Esgotada a água do tronco, nos anos seguintes transformaram o tronco em enormes cochas para sevar mandioca. Quando se reuniram para nominar o lugar, homenagearam aquela capemba d'água.

⁸¹ Peça de madeira colocada sobre o pescoço de uma parelha de bois para mantê-los juntos ampliando a força de arrasto do carro de boi ou para pôr em giro as moendas do engenho.

⁸² Em cima da serra, muitos por falta de condições faziam a farinha usando um ralo manual por falta de uma bola de caitetu (peça que alcança alta rotatividade na horizontal uma vez ligada por uma grande

arroz. Vendiam a fava branca, que em geral era plantada nos aceiros da roça; vendiam o feijão de final das águas, resultante dos abafados que faziam; e vendiam o milho do plantio consorciado com o arroz. Além desse faturamento, vendiam, quando dispunham, a miunça (pequenos animais), geralmente porcos ou galinhas criadas no terreiro. Diferentemente do sertão, raramente o camponês posseiro criava ovinos ou caprinos. Na falta destes arranjos, e em última instância, trabalhava no aluguel quando possível.

Na realidade, esta era uma prática disseminada entre todos, do pequeno ao grande. Bastava ter um pouco de capital, ou mesmo um bom saldo em boa safra, para passarem a participar de intermediações, mesmo continuando a produzir em suas roças. De acordo com várias entrevistas⁸³, praticamente todos que faziam financiamento bancário passaram a intermediar.

Nos custeios, os recursos eram direcionados para pagamento de atividades específicas. O próprio camponês financiado procurava executar grande parte desses serviços para reter o dinheiro e investir de outra forma, fosse para ampliar o capital por meio de empréstimo desses recursos a juros de 5% e obter o pagamento em espécie⁸⁴, fosse na compra do arroz 'na folha', ou seja, antes de ser colhido. Era feita também a intermediação por meio de aviamento de mercadoria para acerto no final da safra, e poderia ainda comprar arroz para emprestar na ordem de um por dois na safra seguinte. Ou ainda aplicar no melhoramento funcional da propriedade, ampliar os bens, comprar gado ou animal de trabalho ou adquirir maquinaria.

Francisco e Miguel faziam custeio junto ao banco para lavoura de arroz e de mandioca. Faziam eles mesmos os serviços contratando pouca mão de obra de fora para, assim, se capitalizarem. No caso do financiamento para melhoramento, afirmam eles que procederam da mesma forma. Dos 4 km de cerca eles compraram apenas o

roda bolandeira através de polias e correias). A rotação feita à mão da roda maior multiplica em muito a rotação da menor onde é sevada a raiz de mandioca. A prensa da massa era feita em tipiti de peso, peça feita artesanalmente pelos índios que viviam depois do município de Amarante, e comercializadas na região. Assim, dia após dia, iam ralando, prensando e torrando, e em seguida guardando em um saco até completar 60 kg de farinha para vender na cidade, no rateio ou o saco completo.

⁸³ Antônio Neves; Antônio Raimundo; Elesbão Lira Silva; Felipe da Silva; Francisco Alves; Frutuoso; Inácio Vieira; João Augusto; José Borges; Manoel Alves; Manoel Reinaldo; Mario Ramos; Miguel Reinaldo; Raimundo Alves; Sebastião da Silva.

⁸⁴ De acordo com a economista Furstenau (1987), mesmo havendo um salto na taxa de juros a partir da Resolução n 590 de 07.12.1979 que elevou a taxa de empréstimos de custeio voltado para o pequeno produtor passando de 13% para 24% a. a. em detrimento do período entre 1968 e 1976 que era apenas 10% a. a., esse jogo na maioria das vezes pagava o custeio por completo e com isso saldava a safra.

aramé (32 bolas). Todo o serviço de extração das estacas (1.500), abertura de variantes e implantação das peças e estiramento dos fios foi praticamente executado por eles. O açude e a compra do gado foram, de fato, pagos um pouco abaixo do valor estipulado pelo banco, mas de acordo com o preço de mercado constante no contrato.

Quando conhecemos o seu Dotô e o seu Miguel em 1984, eles já estavam há dez anos morando naquele pé de serra. O primeiro tinha 54 anos e havia chegado naquela localidade com 44, o segundo tinha 72 e contava com 62 na época em que chegara. O Centro era produto de ganhos relacionais nos conflitos anteriores e da produção. Era produto da forma como eles estrategicamente vinham superando os embates, das brechas que eles encontravam com sua astúcia para se reproduzir e manter seu poder de dominação e apropriação. Tudo isso mantinha a inquietude andeja dos lavradores na área. Da mesma forma, tudo isso revela como se dava a ação territorializante dos camponeses na gleba Boca da Mata. A habilidade nas relações referentes ao espaço-tempo permitia por meio de todas as atividades produtivas manterem sua autogestão.

O alcance de suas ações estava sempre equacionado nessa harmonia. Os argumentos de Francisco expressavam uma posição sua e a maneira como operava no interior do processo produtivo ou comercial. Detinha sempre habilidade em seu jogo, fosse social ou fundiário. Essa estrutura, embora fosse de extrema individualidade enquanto posse, avançava de forma sistemática com aparência coletiva pelas mãos dos camponeses que iam se instalando imediatamente uns após outros, tomando posse de um trecho de mata virgem, fundando seus centros agrícolas.

E vão se estendendo por quilômetros e, com isto, conseguem atrair a malha comercial, ou de maneira mais ampla fazem com que a frente pioneira siga ou alcance esta ou aquela direção. Um centro agrícola é, assim, um modo de territorializar do camponês, fixando-se premido pelas circunstâncias internas ou externas, deslocando-se sempre para novas áreas com sua família ou apenas com parte dela (KELLER, 1975, p. 681).

Complementa Martins que

A verdadeira **estrutura social** de referência das populações **camponesas** da fronteira não é a local e visível. Ela **se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária, ainda que duradoura, de pontos do espaço**

percorrido. Os estudos sociológicos que tomam como referência uma localidade específica não apanham a realidade social mais profunda que dá sentido à existência dessa espécie de sociedade transumante. (MARTINS, 1996, p. 41) Grifo nosso.

Essa estrutura social andeja resultante do movimento da ação territorializante dos camponeses, não apenas mediada pela migração ou ocupação temporária, materializa-se em suas práticas produtivas e relacionais. A estrutura migrante da qual fala Martins é possível de ser observada. No nosso caso específico da gleba Boca da Mata se percebia esse deslocamento nos seus 107.700 hectares; o movimento intenso ainda existia na década de 1980; nenhum 'centro agrícola' em toda a área da Gleba foi fundado por segmento distinto, todos foram frutos da contínua ação dos camponeses ocupando as terras, formando "a verdadeira estrutura social" como afirmou Martins (1996, p. 41). Seu avanço é permeado por conflitos, suas ações envolvem lógicas locais em determinado sistema, seja ele fundiário ou de produção. Comporta ainda valores ou mesmo representações da ordem que emerge do lugar.

No caso em tela, Francisco e Miguel se moveram impulsionados pelos embates contraditórios entre vários sujeitos que se moviam em torno da posse. Um jogo de forças em que a maioria perdia, porém não desistia nunca, mirava sempre a posse da terra. Não a terra em si, mas o que ela podia oferecer enquanto meio de produção que pudesse permitir sua inserção na sociedade em condições mais favoráveis. Seja fazendo uso dela como terra agregada ou como posse, esta compressão do espaço expande a estrutura, impondo a migração não apenas de camponeses, mas também de outros segmentos.

Com o tempo, encontramos no tabuleiro da serra muitas das famílias que haviam sido expulsas da área do Cinzeiro, recomeçando em condições extremas no alto da serra na Capemba D'água. Outros foram para outras regiões: Coquelândia, São Pedro D'água Branca, São João do Andirobal, Trecho Seco, Brejão... Muitos abdicaram da condição camponesa, dado o tamanho da expropriação entre camponeses e também de fazendeiros, e passaram a viver em Imperatriz.

Os camponeses são apenas um dos segmentos dessa estrutura ambulante que se move em forma de camadas em busca de terra de trabalho, sobre eles recai o peso de todos os demais segmentos disputando o mesmo território.

Um dos mais agressivos segmentos que se lança sobre as terras de trabalho dos camponeses são os fazendeiros. Eles buscavam se apropriar das áreas já

desmatadas pelos camponeses, mesmo que fossem apenas capoeiras, uma vez que a legislação da época determinava que a demarcação de uma propriedade fosse proporcional à área desmatada. Quanto maior a área desmatada, maior seria a área da qual poderia se pleitear a regularização. O maior ônus para o fazendeiro não eram os custos da demarcação, mas sim os do desmatamento. Esta regra vinha desde o tempo colonial.

Quando o GETAT se dispôs a demarcar essas terras da parte maranhense, também adotou a mesma regra, mas numa escala menor por ser considerada área fria, de posse consolidada ao longo de duas décadas. Assim, para cada hectare desmatado, o posseiro ou fazendeiro poderia demarcar dois de mata virgem. Mesmo utilizando esta escala – como veremos mais adiante na análise dos mapas –, a análise mostra o quanto não foi possível titular grandes áreas por aquela época, mas que o fazendeiro continuou mantendo a posse, mesmo sem o devido título da propriedade.

Historicamente o espaço percorrido pela estrutura social camponesa, como já assinalamos, teve seu início ainda em meados da década de 1950, e nas duas décadas seguintes formou-se um arco de ocupação partindo sempre da rota do gado no sentido Imperatriz-Amarante. A gleba Boca da Mata no município de João Lisboa permite visualizar parte desse traçado.

Em direção ao pé da serra, inúmeros centros foram se compondo e decompondo mediante o avanço camponês. Os mais destacados foram Brejo de Raiz; Brejo do Meio; Centro dos Pintos; Centro dos Lopes; Bom Lugar; Centro do Clarindo Santa Rita; Lagoa da Onça; Lagoa do Caju; Lagoa dos Porcos; Açaisal; Lagoa do Jenipapo; Centro do Raimundão; Lagoa do Angico; Lagoa do Cururu; Pau Ferrado; Lagoa do Mirindiba e Lagoa do Estaleiro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA. Mapa dos Centros e povoados do Município de João Lisboa-MA, 1975. Arquivo da prefeitura de João Lisboa-MA).

Esta ação campesina se constitui em um processo histórico no qual os camponeses, numa constelação de coadaptações contínuas e recíprocas, mantiveram sua diversidade fundiária em escala diferente. A potência de poder talvez possa ser extraída também na interpretação de suas falas, por exemplo, quando dizem: “o risco que corre o pau também corre o machado” (CENTRU-MA 1986, p. 112). Essa ideia de confronto entre materiais distintos e o fato de que o risco da quebra de um ser o mesmo risco para o outro refere-se ao conflito humano que ocorre na

fronteira, fala dos momentos de choque entre os camponeses ricos e os pobres. Ainda que em proporção bem inferior, o risco de o machado quebrar existe. Embora derrube muitas árvores, o machado acaba rompendo-se em determinado momento. Nessa condição os camponeses colocam-se em pé de igualdade socialmente.

Nesse equilíbrio se instala seu poder, seu caráter, sua insubmissão, seu orgulho pela autonomia e independência, colocando-o no campo da resistência diante da trama do poder e no interior do jogo de relações desiguais e móveis. Sendo assim, tais relações de poder contemporaneamente são intencionais e não somente subjetivas.

O machado sempre foi a ferramenta principal para os lavradores enfrentarem as grandes matas da região. Com o machado o camponês sempre fez de tudo. Seria impossível, sem o machado, ele abrir qualquer espaço. A madeira (a floresta) é seu meio circundante, sua ambiência. Ele é o sujeito, a ordem a compor o equilíbrio. Símbolo de força e poder. Fora do equilíbrio, ora quebra um, ora quebra outro, o que faz parte do jogo que, mesmo em desvantagem, o sujeito é compelido a jogar.

3 A COMPRESSÃO DA GLEBA BOCA DA MATA

Este capítulo resulta da análise combinada de apontamentos e entrevistas feitas em várias visitas ao local da pesquisa, cruzadas com as informações extraídas de sete mapas: seis cópias de mapas elaborados pelo GETAT em 1982, mantidos em arquivos do setor de topografia do INCRA – Unidade de Imperatriz⁸⁵, e uma cópia obtida junto à Prefeitura Municipal de João Lisboa. Utilizamos também os dados do censo de 1970 e os dados sobre o município (1977-1981) obtidos em uma publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Maranhão – IPES de outubro de 1983.

A narrativa toma como apoio teórico José de Souza Martins e Alfredo Wagner Berno de Almeida, bem como alguns autores que pesquisaram a região, procurando contextualizar e descrever os ‘centros agrícolas’ e os camponeses na ampla estrutura fundiária imposta por eles na gleba Boca da Mata. Os atos intermitentes dos camponeses — avançando por meio de seus centros — visavam fazer uma antecipação espacial para garantir o controle da área e da produção. Objetivavam, uma vez ocupando um lugar, atrair o mercado e garantir a ampliação de sua atuação de ganhos e de suas condições de reprodução. Esse intento resulta sempre numa territorialidade em rede impulsionada pelos conflitos — principal elemento dinamizador —, “sendo o espaço o instrumento material manipulado para consegui-lo” (BERNARDES, 2014, p. 244).

O ‘visível’ no avanço da territorialização dos camponeses são os centros agrícolas, enquanto locais de moradia e trabalho que, na opinião de Santos (1983, p. 23), funcionam como a ponta de lança e a cabeça da frente, constituindo-se no elemento mais destacado da penetração dos camponeses em direção ao interior das matas, nas frentes de expansão ou na superposição destas pela frente pioneira.

Os centros agrícolas resultam sempre de conflitos e contradições sociais. Como nos diz Chartier (1991, p. 183), os ‘centros agrícolas’ são “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no

⁸⁵ Dos seis mapas fornecidos pela a Unidade do INCRA em Imperatriz, elaborados pelo GETAT no período em que comandou a demarcação nesta região, três (cartas nº 2,3 e 4) são mapas gerais da área de jurisdição daquela unidade executora com o perímetro de todas as Glebas a serem demarcadas. As cartas (nº 5, 6 e 7) são mapas de três dos cinco Loteamentos da Gleba Boca da Mata no município de João Lisboa.

mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Nesse domínio estão estas localidades no Maranhão.

Segundo Almeida (2010, p. 115), na Baixada Ocidental, nos Vales dos rios Mearim, Itapecuru e Parnaíba, onde as atividades agrícolas não chegaram a se desenvolver comercialmente de maneira plena, os ‘centros’ estariam marcados pelo uso comum do solo e certos instrumentos escassos funcionavam dentro de uma reciprocidade. Assim, o “pilão, forno, casa de farinha e animal de tração podem ser compartilhados voluntariamente”. Toda essa região citada se encontra no perímetro do raio de ação demandada no norte do estado pela frente agroexportadora (figura 4). No sudoeste, por força da atividade pastoril, os ‘centros’ não comportavam mais o uso comum da terra e nem dos instrumentos escassos, embora mantivessem boa vizinhança e boa hospitalidade como é próprio do sertão. (CABRAL, 2008, p. 133).

3.1 As distinções dos ‘centros’

Nos estudos rurais realizados na região entre as décadas de 1960 e 1980, pontuamos alguns que frisam os ‘centros’ camponeses de forma distinta de como os concebíamos no início da pesquisa. Grande parte desses estudos não definiram com precisão as localidades camponesas, tecendo apenas alguns comentários sobre as mesmas. Esses comentários eram descritos ora como complemento informativo, ora como elemento descritivo, mas sempre respaldados por noções preconcebidas.

Esses procedimentos não se detinham na especificidade do local, miravam quase sempre o contexto amplo no qual estavam inseridas as ações de diversos agentes no interior das frentes⁸⁶, ou os impactos na superposição da frente pioneira com a frente de expansão. Por esta razão, e de forma resumida, passaremos ao exame de como os centros camponeses foram descritos ou concebidos em alguns

⁸⁶ A definição conceitual de fronteira, frente de expansão e frente pioneira suscitou um amplo debate entre antropólogos, sociólogos e historiadores na década de 1970. Para Cunha (1977, p. 5) “a frente de expansão seria o primeiro estágio do processo evolutivo de ampliação da sociedade nacional, através de seus segmentos regionais, mediante a “posse” pura e simples de áreas até então indevassadas, e/ou “deprimidas” e “marginalizadas”, inseridas numa determinada região”. A penetração desses agentes regionais, desbravando uma região, nem sempre garante a integração desta área à sociedade inclusiva. Muitas vezes ocorre o avanço dos agentes regionais, sem que a efetiva exploração da área esteja sendo feita de forma racional, como exige o mercado. Em sua problematização, discutindo “O tempo da fronteira”, Martins (1972, p. 105) assegura que “a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”.

trabalhos. Entre as principais pesquisas realizadas na região e adjacências, destacamos as seguintes obras: Velho (2013); Keller (1975,1977); Cunha (1977); Arcangeli (1987); Musumeci (1988); Trovão (1989); Asselin (2009) e Almeida (2008).

A seguir serão discutidos aspectos sobre cada uma dessas obras.

Otávio Guilherme Velho publicou **Frente de expansão estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. O autor realizou sua pesquisa no período entre 1966 e 1972. Obra pioneira e, portanto, um clássico para os estudos sobre o campesinato na Pré-Amazônia. Velho analisa as frentes de expansão e a estrutura agrária nos vales úmidos do Maranhão, constatando que as frentes agrícolas na região eram resultado da migração nordestina das décadas de 1930 a 1950 e que, por essa época, já existiam registros da presença dos ‘centros’. (VELHO, 2013, p. 113). Comenta ser ali um local onde camponeses colocavam suas roças. Velho (2013, p.113) toma o termo centro como categoria em oposição à “beira”, onde o “centro” está relacionado ao centro da mata, distanciando-se da aglomeração da “beira” da estrada e da “beira” do rio. Dessa maneira, reduzia o ‘centro’ apenas a um local de trabalho. Embora aponte como um indicativo de caracterização da frente, ele não concebe este lugar como sendo uma dimensão estratégica dos camponeses. O autor ainda afirma que

o padrão usual de ocupação consistia nos indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d’água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro, considerado vantajoso para a lavoura [...] Estabeleciam-se com suas famílias, e realizavam sua queimada. (VELHO, 2013, p. 111).

Nesta citação, o autor procura expor os critérios utilizados pelos “indivíduos” para a escolha do terreno para lavrarem nas proximidades de água. A frase não contém vestígios dos elementos relacionais⁸⁷ das conexões pessoais – fossem elas familiares, econômicas, pacíficas ou não – que as pessoas haviam deixado para trás. No entanto, era da retaguarda que vinha a força que os impulsionava para o interior

⁸⁷ Ver Saquet, (2015, p.91). Para o autor “o espaço é uma realidade relacional [...] o espaço é produzido, neste sentido, pelas ações do homem sobre o próprio espaço que aparece como paisagem artificial [...] o espaço é um produto histórico”. Considerando essa matriz conceitual e estendendo às relações sociais praticadas que o camponês mantém, interna e externamente, com a sociedade envolvente, seja produtiva, comercial, familiar ou social, para o seu bem viver naquele lugar – sejam estas relações fraternas ou conflitivas – tomaremos o ‘centro agrícola’ como produto de uma realidade relacional estabelecida pela ordem do local e seu nexos com a sociedade circundante.

da mata. Mesmo assim, ao definir o centro como um espaço no interior da mata, Velho o faz em relação à “beira”. (VELHO, 2013, p. 113).

A relação que Velho (2013, p. 113) estabelece entre o “centro” e a “beira” da estrada que dá acesso a uma aglomeração maior, pode ser vista de maneira positiva no sentido de que aquele local não era algo isolado, era por meio da “beira” da estrada que se dava todo o fluxo e refluxo relacional de qualquer natureza do ‘centro’ com povoados ou sedes de maior população. Assim, mais adiante em seu texto, afirma Velho (2013, p. 113) que “a oposição *centro-beira* sintetiza uma série de outras oposições através das quais a frente agrícola define a sua identidade ligada à penetração *continental*”. Podemos deduzir que a identidade do centro camponês está marcada por essa ligação relacional que o mesmo mantém com a sociedade abrangente. Uma de suas conclusões é a de que o sistema da *plantation* avança, impedindo o desenvolvimento de uma estrutura camponesa forte e que, nestas condições, sobre esse domínio surge apenas um ralo campesinato marginal, uma vez que, se a dominação se der por forças puramente econômicas, “o destino da agricultura camponesa no Brasil é incerta”. (VELHO 2013, p. 176).

Embora Velho (2013, p. 113) isole o “centro” fisicamente, afirma que “a oposição centro-beira sintetiza uma série de outras oposições”. Essa concepção relacional do centro com a beira também contribuiu para tomarmos os centros como ponto de partida desse trabalho. Quando nos lançamos ao estudo da dimensão relacional dos ‘centros’, chegamos a resultados que se contrapõem ao conjunto das “outras oposições” afirmadas por Velho entre “centro-beira”.

A antropóloga Francisca Isabel Vieira Keller esteve na região em 1969 e em 1970. O resultado de sua pesquisa foi exposto em dois artigos. O primeiro estuda a permanência, mudança e conflito do homem da frente de expansão. O recorte espacial desse artigo corresponde às visitas que a autora fez nas áreas de matas do município de João Lisboa e Imperatriz, comentado no caso de Carmosina, onde estava localizada a frente de expansão, segundo a autora. (KELLER, 1975; 1977). Neste artigo, embora a autora faça uma excelente descrição dos ‘centros’, seu foco foi “discutir algumas representações ideológicas do homem de fronteira, [...] e descrever uma frente de expansão contemporânea no Brasil, examinando os diferentes participantes da frente”. O segundo artigo resulta de uma visita ao município de Montes Altos, região de sertão que fazia, na ocasião, fronteira com João Lisboa e Imperatriz. Neste artigo a autora relata o conflito de uma camponesa da frente agrícola

que havia casado com um vaqueiro nascido e criado no sertão. (KELLER, 1975, p. 666). O texto mostra o quanto a vivência de cada um, em ambientes distintos, torna quase que impossível a convivência dos dois. A antropóloga mostra os 'centros' como lugar de muita gente envolvida nas lavouras, em contraste com o isolamento dos sertões, que é o mundo do vaqueiro, onde as moradas se distanciam por léguas.

Nos dois estudos, embora o foco fossem as representações, a autora expõe em alguns momentos o processo de ocupação, uso e posse da terra, publicando o resultado de seu estudo na Revista de História, nº 102, 2º trimestre, em 1975. Ainda em 1969, Keller (1975), na publicação sobre seu estudo do homem da frente de expansão nesta região, ao examinar permanência, mudanças e conflito, dedicou seis páginas sobre a proliferação dos centros:

No interior da mata, na mata ao longo da rodovia ou nas margens do Tocantins, os nordestinos formavam pequenos aglomerados, os centros, com as roças inicialmente muito próximas. Os mais antigos centros localizavam-se próximo à Belém-Brasília, denominada a Central, e nas matas próximas à cidade de Imperatriz, em direção ao atual município de João Lisboa, a ocorrência de babaçuais tornava possível uma atividade extrativista, executada pelas mulheres e que complementava o orçamento familiar. Mas, com o tempo, essas matas foram sendo desbastadas e após duas colheitas na mesma roça o terreno, conhecido com o nome de capoeira, não apresenta a mesma produtividade, além de exigir muito maior trabalho para limpeza, o que obriga o deslocamento das roças para mais longe, em terras de matas, levando à criação de novos aglomerados para os quais se desloca parte dos habitantes dos antigos povoados e para onde se dirigem os novos migrantes. (KELLER, 1975, p. 673). Grifo nosso.

Nesse pequeno extrato de suas páginas referentes aos 'centros', a narrativa da autora, ao descrever e comentar a fundação de um destes núcleos camponeses, explorou quase que somente os aspectos exteriores. Também realçou a itinerância contextualizando a região, mas, em todo o texto, não discutiu a ordem de coexistência no interior destes centros, de tal sorte que os conflitos somente apareceram no contexto da frente de expansão.

Cunha (1977, p. 8) esteve na região por dois meses no ano de 1971 e por igual período no ano seguinte. Com um enfoque na Antropologia Social, adotou uma metodologia que envolvia a observação participante, entrevistas dirigidas e informais e a aplicação de questionários. Para sua pesquisa, conviveu por quatro meses em um minúsculo centro — Alto do Carvão — localizado a menos de 12 km da margem direita do rio Tocantins e a 59 km abaixo de Imperatriz. Seu texto foi publicado cinco

anos depois (1977) com o título de **Terra de promessa**: luta pela subsistência de um povoado na frente de expansão do Sudoeste do Maranhão.

A autora diz que procurou com este estudo fornecer subsídios para uma maior compreensão do problema de deslocamento de populações nordestinas para áreas da Amazônia Legal. Cunha (1977), na dissertação sobre o Alto do Carvão, dedicou três páginas sobre os centros. Muito embora utilize as mesmas definições já atribuídas por Velho (2013), tomando os centros sempre em oposição à “beira”, ela se concentra em expor o modo como o lavrador empregava tais termos em seu discurso diário. Afora isso, a obra faz uma monumental descrição do interior do centro camponês, registrando desde a fundação do centro à sua organização econômica, detendo-se em todas as etapas das lavouras camponesas e seu extrativismo ligado ao babaçu. Relata também as dificuldades por que passavam os camponeses com roubos, invasões de animais e as constantes ameaças sobre suas roças, além das intrigas de ordem familiar. Detalha a criação de porcos. Descreve a enorme variedade nas relações de trabalho e, por fim, faz uma exaustiva anotação da cadeia produtiva, explorando o transporte da produção vegetal e animal do centro Alto do Carvão e a rede de compradores.

O camponês fundador do centro, em entrevista concedida à autora, testemunhou que havia chegado naquele morro em 1963, mas que já vinha se deslocando (a pé) do seu estado de origem – Piauí – desde 1938. Havia morado por vinte anos nas matas do Japão maranhense. Depois desceu para o município de Barra do Corda⁸⁸; depois para Grajaú; para o município de Amarante – divisa com o município de João Lisboa –; para o povoado Mucuíba (área da gleba Boca da Mata); em seguida para o povoado Lagoa Verde em Imperatriz e, por fim, instalou-se no Alto do Carvão, dois anos depois da inauguração da rodovia Belém-Brasília. Declarou, ainda, que quando chegou havia somente cinco casas e que, com exceção da casa de seu compadre, as demais eram de parentes.

Cunha (1977) registra em sua pesquisa que em 1972, portanto nove anos depois da fundação, o centro já era povoado. Havia 69 casas e contava com uma população de 325 pessoas. Essa população era composta de maranhenses (a

⁸⁸ Somente para constar, conforme já frisamos anteriormente, o município de Barra do Corda havia passado a ser rota da migração desde 1942 quando o governo tentou implantar ali um núcleo de colonização dirigida – projeto que em menos de seis anos fracassou, mas que teve no início forte atração campesina. Mesmo depois do fracasso, prosseguiram a ocupação espontânea da área e avançaram para regiões adjacentes, alcançando na década seguinte a região de Imperatriz.

maioria), piauienses, pernambucanos e cearenses (a minoria). Afirma a autora que no Alto do Carvão

O cultivo básico é o arroz, do qual é retirada uma pequena quantidade – o estritamente necessário à manutenção do lavrador – destinando-se o grosso da safra à comercialização. [...] A coleta do babaçu... [...] poderíamos considerá-la, em ordem de importância, como a segunda atividade econômica do povoado. (CUNHA, 1977, p.52).

Essa afirmação baseia-se nos dados levantados nas roças, seus tamanhos e locais de plantação (se na mata ou capoeira). Identificou que do total de 69 famílias, somente quatro não colocaram roças naquele ano. A área total de produção em 1971 era de apenas 115 hectares, espalhados numa distância entre um e oito quilômetros, o que permitia ver a extensão gradual do desmatamento ao longo de quase uma década. Essa distância era justificada pelos moradores como sendo devido ao fato de eles mesmos, por conta própria, já terem feito a demarcação informal das suas posses.

Cunha (1977), em levantamento na antiga Delegacia de Terras, constatou que havia registros superando a mil processos protocolados no Órgão por camponeses pobres requerendo a titulação de suas posses na vasta região em que estava localizado o Alto do Carvão. Um bom número de moradores do centro, segundo a autora, aguardava já quase por uma década as demarcações solicitadas e não sabiam como proceder naquele ano, tendo em vista que o domínio das terras havia passado para o governo federal, pois a região havia sido declarada como área de Segurança Nacional⁸⁹. A pesquisa de Cunha (1977) contribuiu para reforçar a tese de que não havia mais já na década anterior margem para o uso comum de terras.

Embora o estudo seja fundamental e rico em detalhamentos – com muitos elementos etnográficos da vivência camponesa no interior de um centro –, ele não examina as escolhas, não traz nenhum elemento da etapa anterior à posse, ou seja, em que contexto e em que condições devolutas se apresentavam as matas e cocais das terras do Alto do Carvão, diante do avanço da superposição da frente pioneira sobre a região.

⁸⁹ Até o mês de abril de 1971, era de competência do governo estadual a distribuição das terras com base na Lei nº 2.979 de 17 de julho de 1969. No dia 1º de abril de 1971, através do Decreto-Lei 1.164, as terras do município de Imperatriz, por força desta lei, passaram ao domínio da União. (OLIVEIRA, 1991, p. 78).

Arcangeli (1987) procura fazer uma avaliação econômica de um **projeto de colonização dirigida** conduzido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Maranhão. Toma para estudo o Alto Turi, região ao norte do oeste maranhense. Em sua obra, **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense, publicado em São Luís pela UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987, embora trate especificamente da colonização dirigida, Arcangeli problematiza os demais modelos de colonização ao fazer uma longa narrativa sobre o modelo tradicional, dirigido e espontâneo.

Embora faça uma análise da ocupação tradicional e espontânea e faça referência aos centros de maneira sempre contextual, Arcangeli (1987, p. 186) afirmou que na ocasião em que o governo selecionou a área do Alto Turi para executar uma colonização dirigida na década de 1960, o projeto previa assentar 25.000 famílias. Na região (do projeto) já havia camponeses, mas, quando o governo divulgou o projeto de assentar essa quantidade de lavradores e que haveria boas estradas, boa indústria e agrovilas, a notícia ‘correu como pólvora’ entre a população camponesa. Poucos anos depois já havia alguns milhares de camponeses ocupando por conta própria a região, antecipando-se na esperança de melhor se colocar. Esta espontânea ação territorializante⁹⁰ deu origem ao surgimento de dezenas de ‘centros agrícolas’ na região do projeto.

Arcangeli afirma que buscou no estudo desse projeto

Um pretexto para uma investigação do movimento geral de expansão do capital na agricultura, das formas de submissão que engendra na fronteira, dos mecanismos de defesa ensejados pelos antigos ocupantes da terra, e da ação estatal que, através de suas políticas, viabiliza o desenvolvimento do modo de produção capitalista do Brasil. (ARCANGELI, 1987, p. 24).

Nessa citação o autor deixa claro o seu intento. Buscava entender “o movimento geral da expansão do capital na agricultura” em primeiro plano. A obra deixa transparecer que a ação de posse dos camponeses por meio da fundação destes ‘centros’ não se coadunava com o projeto de uma colonização dirigida, como determinado pelo governo. O Projeto era ambicioso, reservou uma área de 30.065 Km² (cerca de três milhões de hectares) ao norte do oeste maranhense com a

⁹⁰ Ação territorializante é, portanto, um esforço dos camponeses para, em se antecipando ou não, ocuparem um espaço, usar, controlar e se identificar com o território. Doravante o termo será tomado sempre com este sentido.

pretensão de assentar 25.000 famílias, sendo, de imediato, assentadas 6.500. Sua pesquisa concluía que, depois de vinte anos, o projeto fracassara, ficando a região marcada apenas pela ocupação camponesa através de seus 'centros'⁹¹.

Musumeci, com a obra **O mito da terra liberta**, toma o povoado de Barro Vermelho – no município de Poção de Pedras, na Pré-Amazônia maranhense – como um caso específico para refletir a fronteira, o pequeno produtor e a inadequação da premissa campesinato versus capitalismo no discurso dos agentes sociais na década de 1980. Por três períodos curtos, ano a ano, (1978/1979/1980) a autora esteve no local da pesquisa e publicou seus resultados em 1988.

Musumeci trata da colonização espontânea alcançando a mesma conclusão da pesquisa de Cunha realizada em 1970-1971, entendendo de igual modo que

os camponeses do Barro Vermelho não vivem e jamais viveram numa economia 'de subsistência' ou 'de excedentes'. Sua atividade econômica sempre se vinculou a uma rede mercantil supralocal e o produto principal das suas roças sempre foi destinado, predominantemente, à comercialização. (MUSUMECI, 1988, p.19).

Dessa maneira, a autora contesta os argumentos de muitos estudos feitos ao longo dos anos – no oeste maranhense – que afirmavam haver ali, no curso de toda a extensão da frente de expansão capitalista, uma lógica camponesa não mercantil que privilegiava o consumo e a subsistência e que negociava apenas o excedente.

Embora sua pesquisa seja localizada no município de Poção de Pedras, seu estudo procura generalizar a conclusão para todo o oeste maranhense. O local de sua pesquisa é, historicamente, o marco divisor entre a frente agroexportadora e a frente pastoril. A frente agroexportadora – predominantemente escravista – partiu do litoral rumo ao centro do estado praticando a grande lavoura de exportação. Esta característica vai ter forte impacto junto aos camponeses aprofundando sua exclusão e isolamento; portanto, esta especificidade vai ter ressonância em relação à forma de apossamento e contribuir para a condição de uso comum da terra praticado em

⁹¹ O projeto do Alto Turi foi anunciado com alarde pelo Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM) em 1962, projetado numa área de 30.000 km². Um grande número de técnicos se deslocou para a área e ali permaneceu quase que inativo, dando posses a camponeses até 1967. Em seus registros havia cadastros com 6.500 camponeses. Somente cinco anos depois (1967) foram iniciados os trabalhos físicos da área. Ainda no ano de 1962 ocorreu um deslocamento – em massa – de lavradores para a área do projeto ao ponto de no ano seguinte já serem contabilizadas 45.181 pessoas morando na região do projeto, organizadas à maneira camponesa por meio de seus centros. (ARCANGELI, 1987, p. 169).

diversos lugares ao longo da grande lavoura, valorizando o consumo e a subsistência. A frente pastoril, assinalando outras práticas camponesas, privilegia os ganhos e a atividade mercantil favorecida pelo conjunto de relações econômicas e sociais específicas que as circunstâncias historicamente ofereciam.

Musumeci (1988, p. 70) se reporta aos centros, no tópico “direito x benfeitoria”, pelo fato de ter ouvido de um lavrador do Barro Vermelho a seguinte passagem: “Muitos deles só viviam ‘assituando centros’, assituando e vendendo pros outros que chegavam”. Ela se apoia nesta afirmativa para dar a entender que a posse era um negócio lucrativo, uma espécie de “especulação do pobre” — vender seu direito de posse em vez de vender o produto de seu trabalho.

Olhando com mais atenção, podemos perceber que, conforme (Martins, 1996, p. 50), o camponês, ao vender a posse, não desqualifica a lógica não mercantil, uma vez que tanto a subsistência quanto o excedente podem se “encontrar dentro do raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e, sobretudo, quando plantar e até onde plantar”.

Musumeci (1988, p. 69) usa os centros como um elemento de discussão da posse e ao mesmo tempo toma-os como um direito informal adquirido, ensejado pelo trabalho de desmatamento. E como tal, tomado como propriedade, formal ou não, termina por se constituir num monopólio de quem permanece sobre a terra e, dessa maneira, passa a ser passível de venda como era toda a produção gerida pelos camponeses. A venda, na certa, pressupõe determinada fase do avanço sobre as matas, não se trata mais do

limite além do qual não é possível extrair renda capitalista da terra [...] os territórios sobre os quais se move a frente de expansão são claramente marcados pela ausência da propriedade fundiária moderna, predominando a posse efetiva ou o aforamento. (MARTINS, 1996, p. 48).

Neste sentido os centros estariam tão sujeitos a negócios quanto à produção, de acordo com a característica da frente. No caso da frente agroexportadora, tocada exclusivamente pela escravidão, o campesinato muito pouco participou enquanto mão-de-obra e, ao que parece, menos ainda com seus produtos.

Trovão (1989) realizou sua pesquisa no município de Santa Inês, distante apenas 174 quilômetros ao norte do município em que Musumeci havia pesquisado. Em seu livro, **Ilha Latifundiária na Amazônia Maranhense, estudo de expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré**: o caso de Santa Inês, Trovão analisa os grupos migratórios, no contexto da fronteira agrícola, que se dirigiram para o

município e as tentativas de colonização planejada pela SUDENE. Trovão (1989, p. 83) fez uma análise da grilagem e da implantação da ferrovia Carajás no município de Santa Inês. O texto aborda a expulsão - a ferro e fogo – dos posseiros de seus centros, os desmanches e as queimas destes núcleos.

No capítulo II, tratando da fronteira agrícola maranhense, ele comenta a situação e os personagens que compõem os centros e afirma que estas localidades são a cabeça da frente – segundo o autor, nas matas desta região, é o posseiro camponês, por meio de seus centros, o condutor da frente (TROVÃO, 1989, p. 83). Destaca o autor que é através dessa ação territorializante do camponês que se dá o devassamento da floresta. Julgamos importante esse ponto, pois Trovão coloca o camponês como o homem de frente, como o puxador do processo produtivo da frente; portanto, ele teria alguma lucidez da ordem que se estabelecia pelo processo campesino, bem como da ressonância dela na ordem do capital.

Asselin (2009, p. 138), no texto **Grilagem**, comenta a violência ocorrida nas proximidades de uma ponte no rio Pindaré, na altura do km 121 da rodovia MA - 222 no centro Rio dos Sonhos. Descreve o massacre executado por pistoleiros, ocorrido em 29 de janeiro de 1975, a mando de grileiros. Nesta trama havia sido assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, João Palmeiras Sobrinho – esse lavrador havia fundado o sindicato em 1968 e fora seu primeiro presidente. Em 1969, ele e mais dois lavradores fundaram um ‘centro’ próximo ao córrego Rio dos Sonhos⁹², afluente do rio Pindaré, onde demarcaram e tomaram posse de três áreas. O ‘centro’ era um marco no avanço acelerado dos camponeses sobre a floresta. Esse livro de Asselin é o mais completo documentário escrito que encontramos sobre a ‘grilagem’ na região do rio Pindaré e médio Tocantins. Esse fato expõe o quanto era perigoso para o camponês, dependendo da área, fundar um ‘centro’. Essa margem de atrito não se encontrava somente na relação entre camponeses e fazendeiros, ela também estava presente na relação entre os próprios camponeses. O que afrouxava o conflito era avançar para áreas ainda não devassadas, onde a cobiça ainda não estava demarcada.

⁹² Essa região foi emancipada em 1994, tornando-se um novo município do estado do Maranhão com nome de Bom Jesus das Selvas. Pela época do ocorrido, o local era conhecido como km 100, por se encontrar a esta distância do município de Açailândia, localizado às margens da rodovia Belém-Brasília, e o município Açailândia ficar distante 96 km da cidade de Imperatriz.

O livro de Almeida (2008), **A ideologia da decadência**, trata, como afirma o autor, de uma “leitura antropológica a história da agricultura do Maranhão”. Por meio deste estudo, Almeida (2008, p. 137) faz uma interpretação de várias obras que na galeria dos “notáveis” ainda hoje são tomados como clássicos. Para ele, tais obras “trata-se de um resultado de relações sociais próprias, à estrutura de um campo da produção intelectual em determinada contingência histórica”. A obra desconstrói a ideia — assinalada por estes clássicos — de que havia uma crise na agricultura. Fala dos pequenos produtores agrícolas que plantavam “nos denominados *centros* (termo cunhado em oposição aos chamados *sítios* onde se situava a casa grande, o engenho e as moradias de escravos) visando abastecer a população dos *sítios* com farinha e arroz”. (ALMEIDA 2008, p. 137).

A primeira edição deste livro é do ano de 1983. Almeida, porém, utiliza o termo ‘centro’ com um significado que se distancia do significado utilizado por aqueles autores que pesquisaram a sudoeste do estado em data anterior e que haviam atribuído ao termo uma oposição em relação à beira da estrada, conforme Velho (2013, p. 113); portanto, dois polos “centro-beira” demarcando um lugar relacional, embora ele deixe claro que o termo em si era o “centro da mata”.

Essa linha de entendimento foi seguida por Cunha (1977) e Keller (1975; 1977). Embora reconheçamos a contribuição destes autores ao conceber o ‘centro’ como um espaço relacional “centro-beira”; neste estudo entendemos os ‘centros’ a partir da visão de Almeida (2008) que, embora estenda a mesma relação “centro-sítio”, é carregada de maior historicidade da região agroexportadora do entorno de São Luís. Como relata Almeida, o centro se coloca num espaço estratégico na órbita do sítio visando abastecê-lo.

Almeida, quando define ‘centro’, relaciona-o à existência de um comércio local para atender o sítio, que, mesmo com uma autonomia moderada em suas práticas, era sujeito à sociedade envolvente. Mesmo tendo como confrontante a grande lavoura conduzida quase que na sua totalidade pela escravaria, os camponeses encontravam uma brecha relacional para obter ganhos, muito embora o regime de terra fosse de uso comum em muitas partes da fronteira agroexportadora, pois os senhores de terras nestas regiões tinham sempre em mira novas matas para continuar a grande lavoura e necessitavam de mão de obra.

Da mesma forma que os camponeses, diz o autor, os quilombolas, mesmo vivendo de forma clandestina, continuavam, também, mantendo relações comerciais

que resultavam subsidiando os “estabelecimentos agrícolas”, uma vez que o grau de sujeição e dependência favorecia aos regionais (sítios) adquirirem os produtos a preços bem inferiores aos praticados no mercado. Nesse meio funcionava algo como “normas específicas instituídas para além do código legal vigente” (ALMEIDA, 2010, p. 125). Os camponeses, mesmo em sua diversidade, por meio de seus centros agrícolas sempre souberam, como afirmam Godoi, Menezes e Marin (2009, p. 25), “garantir os mínimos sociais e culturais da família, [...] elaborando múltiplas estratégias de renda monetária”.

Andrade & Santos, duas décadas depois, revigoraram a discussão sobre fronteira e o avanço camponês no oeste maranhense com o livro **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009. Estudando estes deslocamentos como fronteiras de expansão camponesa, Andrade & Santos (2009, p. 31) conceituam estes espaços – centros – como sendo “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta” e, portanto, concebidos como lugares de grande autonomia, liberdade e solidariedade.

Com o passar do tempo, tais locais passaram a adquirir formas mais complexas, na medida em que eram construídas escolas, igrejas, sindicatos, postos de saúde etc., dependendo da significância que o centro vai conquistando no município do qual ele fazia parte. A autora ainda destaca que “no âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia e em regras de reciprocidades entre elas estabelecidas”. (ANDRADE & SANTOS, 2009, p. 33).

Ferreira (2015) defendeu a tese na Universidade Federal Fluminense com o título **Construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. Nesse estudo a autora volta seu interesse para o fim da fronteira agrícola em vários municípios do centro-oeste do Maranhão. Utilizando-se da História Oral, ela aborda a construção e desconstrução do que havia sido conhecido como o suposto eldorado maranhense. Através das narrativas dos migrantes nordestinos nas décadas de 1930 a 1960, busca compreender, por meio dos trabalhadores rurais, as múltiplas transformações do fim do tempo das terras sem dono ao novo tempo da grilagem e expropriação. (FERREIRA, 2015, p. 36)

Ferreira (2015, p. 27) pesquisou a experiência de migrantes nordestinos no Médio Mearim-MA, por meio de suas memórias e narrativas, abordando as

transformações desta região provocadas concomitantemente por duas frentes: uma de maranhenses e a outra vinda de outros estados do Nordeste e que se deslocou rumo às terras soltas do Mearim na década de 1970, avançando sempre por meio das contínuas fundações de centros que, muitas vezes, permaneciam isolados no interior das matas por algum tempo (mesma região pesquisada por Trovão).

Ele destaca, no geral, apenas o ritmo que os migrantes tomaram em determinados lugares. Diz o autor que estes centros eram quase sempre pontos extremos das teias migratórias. Assevera Ferreira (2015, p. 151) que muitas localidades passaram décadas isoladas em relação à presença de qualquer representante, seja da Igreja ou do Estado; outras localidades explodiam num surto acelerado devido às atividades desenvolvidas ou por qualquer outra razão exterior e em pouco tempo tornaram-se cidades.

É possível deduzir que esta forma de posse, através dos ‘centros’, presente em toda a extensão da floresta amazônica maranhense (como demonstra este estudo), constitui-se num elemento identitário do camponês posseiro, uma vez que, como nos diz Moreira (2007, p. 226), ele “carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconsciente”.

Em todos esses contextos (citados por estes autores), demonstramos que o ‘centro’ – dada sua relativa autonomia – pode conviver com a diversidade da realidade circundante. Nesse caso, teríamos algo semelhante ao que afirmou Bourdieu (2011, p.162), esclarecendo que “espaços físicos apropriados são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências”.

3.2 A apropriação que expropria

Martins (1981, p. 116) em sua obra “Introdução crítica à sociologia rural”, referindo-se à condição de existência do camponês, comenta que “O posseiro, entretanto, é produto das próprias contradições do capital. A funcionalidade de sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista”. Nesta condição, os camponeses são apanhados e dominados por essas relações que os pressionam, obrigando-os a se adequar contraditoriamente ao capital que se impõe, forçando-os a continuar

permanentemente se deslocando por centenas de quilômetros numa “espécie de estrutura migrante”, como se reportou Martins (1996, p. 41).

O Maranhão possui uma extensão de 328.663 km², ou seja, 32.866.300 hectares e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1985), é um dos estados da Federação em que se verifica o percentual de maior número de pessoas que não são proprietárias. Estes dados revelam que, mesmo em 1985, com as demarcações executadas pelo GETAT, ainda existia um problema agudo em relação à demarcação e titulação nessa parte do estado.

O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.767 de 1º de fevereiro de 1980 pelo então Presidente da República General João Batista de Figueiredo. Afirma o Jornal do Brasil (edição 298, do dia 2 de fevereiro de 1980, p. 9) que o Decreto-Lei havia sido assinado no dia anterior pelo presidente, quando se encontrava a bordo do avião presidencial em voo para Porto Alegre.

O Presidente Figueiredo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins vinculando-o diretamente à presidência da República através do Conselho de Segurança Nacional, com o objetivo de — segundo o subsecretário de imprensa do Planalto, Alexandre Garcia — “promover uma reforma agrária localizada” (JORNAL DO BRASIL, 1980, edição 298, p. 9).

Na mesma entrevista o jornal afirma que o GETAT

[...] coordenará todos os órgãos federais, estaduais e municipais ligados à questão da terra, promoverá, numa área superior a 200 mil quilômetros quadrados, a “distribuição de terras sob o princípio da justiça social com a condição da efetiva produção da área ocupada”.

[...] Diz a exposição de motivos que acompanha o decreto que, com a abertura de estradas, o fluxo migratório cresceu a ponto de municípios de 15 mil habitantes, como Imperatriz, passarem subitamente para uma população atual de 150 mil habitantes, ocupando a região de forma indiscriminada. “Posseiros, grileiros, invasores incorporaram-se a um cenário no qual”, segundo Sr. Alexandre Garcia, “misturavam-se mortes, assassinios, luta, tensão social crescente e a exploração política dessas tensões”. (JORNAL DO BRASIL, 1980, edição 298, p. 9)

Embora o subsecretário de imprensa tenha se expressado dessa maneira, no texto da exposição de motivos publicado no Diário Oficial no dia 28/05/1980 consta apenas o seguinte:

Desde o ano de 1945, quando se intentou a colonização do vale dos rios Araguaia-Tocantins, através da Fundação Brasil Central, essa região vem se caracterizando por titulação fundiária extremamente indefinida. As grandes rodovias amazônicas têm se constituído em conduto de fluxo migratório intenso e desordenado, carreando para essa área um grande número de famílias em busca de terras férteis e disponíveis. A concentração humana assim formada gerou a luta pela posse e uso da terra, entre invasores, posseiros e presumidos proprietários. A grande extensão da área, a fragilidade das estruturas dos órgãos públicos e os enormes interesses envolvidos criaram um ambiente de incerteza, insegurança e violência. O problema fundiário está na origem de grande parte dos conflitos, lutas, mortes que provocam instabilidade social e *comprometem o desenvolvimento econômico* e a própria segurança nacional. (DIÁRIO DO CONGRESSO, 1980, p. 11) Grifo nosso.

Apesar de o Decreto-Lei de criação do GETAT ter sido assinado no dia primeiro de fevereiro de 1980, a mensagem número 57/80 somente foi enviada ao Congresso Nacional no dia 7 de fevereiro pelo presidente João Figueiredo, solicitando a deliberação por parte do Congresso Nacional diante da exposição de motivos nº 01/80 formulada pelo Ministro da Agricultura, Doutor Ângelo Amaury Stabile e pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General-de-Brigada Danilo Venturine (cf. Diário do Congresso nº 054 de 28 de maio de 1980, p. 10 e 11, publicado na Coleção de Anais da Câmara dos Deputados).

Segundo as declarações do subsecretário de imprensa do Palácio do Planalto, publicadas no Jornal do Brasil (18.06.1980), “a distribuição das terras é feita a partir de duas premissas: justiça social e produtividade”. Estes dois pontos buscavam conciliar a luta entre os que disputavam a região: de um lado os camponeses que mantinham uma forte pressão, do outro as empresas e fazendeiros que almejavam as terras desmatadas pelos camponeses, as quais já podiam ser declaradas produtivas mediante o grau de desmatamento.

Essa situação era também constatada por Francisca Isabel Keller (1980), antropóloga do Museu Nacional. Numa entrevista ao mesmo Jornal do Brasil, poucos dias após a criação do GETAT, Keller afirmava que

Conhecera aquilo de perto quando estive na região de Imperatriz na parte maranhense escolhida pelo GETAT. Cerca de “200 quilômetros quadrados escolhidos para a reforma agrária – o que havia, mesmo, 10 anos atrás, era malária grassando. E uma luta permanente pela terra, entre chegantes (ou posseiros) e baianos (ou fazendeiros)”. (JORNAL DO BRASIL, 1980, p. 1).

Para ela, a direção do GETAT conduzida de cima para baixo e composta de tecnocratas sem nenhum conhecimento da realidade, parecia tender à manipulação

pelo fato de nela não haver participação dos pequenos produtores e nem de fazendeiros. Toda a direção era composta por membros indicados pela presidência do país, pelos membros do Conselho Nacional de Segurança e por representantes dos governos estaduais.

Por outro lado, se logo no início do mês de fevereiro de 1980 a presidência do país cria o GETAT, no dia 14 desse mesmo mês a 18ª Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprova seu primeiro documento relacionado ao problema da terra sob o título 'Igreja e problemas da terra'. Nesse documento, fica clara a distinção entre a concepção da Igreja em relação à questão fundiária e à política de reforma agrária que o governo federal pretendia implantar por intermédio do seu órgão executor, o GETAT. O desencontro entre Governo e Igreja ficaria registrado naquele mesmo mês de fevereiro de 1980 quando a Pastoral da Terra emitiu opinião a respeito da criação do GETAT.

Os bispos da Comissão Regional de Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins advertiram, através do jornal do Brasil (14.02.1980), "que a criação do GETAT" não será "iniciativa destinada a submeter a apropriação do solo a critérios de justiça social", pois não produzirá "alterações na estrutura fundiária". Durante a 18ª Assembleia da CNBB, aprovaram a distinção (página 11 e 12 do texto aprovado na conferência) entre 'terra de negócio e terra de trabalho', embora o grupo conservador presente na assembleia mantivesse séria objeção, alegando que se tratava de uma conceituação de inspiração marxista⁹³.

Com essa base de fundamentação teórica híbrida – do evangelho e do marxismo –, priorizando muito mais os camponeses na luta pela terra, a Igreja intermediava 'o violento processo de ocupação e posse' que ocorria na região. No documento de Itaici⁹⁴, o bispado se pronunciou sobre a questão camponesa. Naquela reunião, cinco bispos, membros da regional do Araguaia Tocantins, entregaram aos

⁹³ Essa referência ao marxismo é uma alusão aos estudos teóricos de José de Souza Martins (1982, p.58) que em sua atualização do marxismo cunhou esses dois conceitos para melhor adequar o estudo realizado por meio de uma pesquisa por ele executada sobre os conflitos pela terra em boa parte da Amazônia Legal. Moita (2010, p. 1), em sua tese, versa sobre um conjunto de críticas do sociólogo José de Souza Martins feita à ação política mediadora da esquerda com atuação no meio agrário brasileiro entre as décadas de 1970 até o início dos anos 2000. Afirma Moita que "Nos anos 1990, o autor vai voltar suas críticas à mediação exercida pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), mediação essa que ajudou a fundamentar nos anos 1980". Dessa forma a ala progressista da Igreja vai incorporar estes conceitos como categorias de análise da questão fundiária brasileira.

⁹⁴ Mosteiro de Itaici (São Paulo), onde ocorreu a XVIII Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em 14 de fevereiro de 1980.

presentes um documento emitido pela CNBB sobre a atuação do grupo GETAT. O Maranhão é citado na página 4 como sendo um estado

tradicionalmente conhecido como o Estado das terras livres, abertas à entrada de lavradores pobres, foram arrolados, em 1979, 128 conflitos, algumas vezes envolvendo centenas de famílias. Em três casos, pelo menos, o número de famílias envolvidas ultrapassava o milhar, sendo grande a concentração da violência nos vales do Mearim e do Pindaré. (CNBB, 1980, p. 4).

Somente nove meses depois da criação do GETAT, o General-presidente João Figueiredo esteve em Imperatriz, na Praça Tiradentes, em meados de outubro de 1980 para a entrega dos primeiros 600 títulos de propriedade a colonos. Estava ladeado pelo governador do Maranhão, João Castelo, e pelo senador José Sarney, conforme foto e matéria do Jornal do Brasil de 17.10.1980.

Nesta região, a demarcação se deu de forma muito rápida, não pela ação do GETAT, mas pelas ações dos camponeses, por meio de suas ações de posse e demarcação executadas por iniciativa própria e feitas em meio a intenso conflito na fundação de seus ‘centros agrícolas’ e à revelia da lei, mesmo diante das circunstâncias em que se encontravam durante a década de 1960 e 1970 – como demonstrado no capítulo anterior mediante a exposição da ação territorializante de Francisco Alves e Miguel Reinaldo. O GETAT, desse modo, apenas homologou o que eles haviam feito na prática, dando o registro dos 143 centros existentes na gleba Boca da Mata (figura 19), dentro das áreas de onde os fazendeiros e empresas não conseguiam expulsá-los, como bem mostra o mapa da Prefeitura Municipal de João Lisboa de 1975.

Esse feito camponês foi sutilmente copiado pelos fazendeiros e industriais de Imperatriz, seis anos depois, com o intuito de manobrar também o governo federal na pessoa do novo presidente, o maranhense José Sarney (21 de abril de 1985 – 15 de março de 1990). O Jornal do Brasil (1986, p.15) publica trechos da carta da diretoria da União Democrática Ruralista (UDR) de Imperatriz entregue ao novo ministro da Justiça, Paulo Brossard, quando de passagem por Imperatriz, na qual “afirma que a reforma agrária na região já foi feita há muito tempo pelo GETAT, antigo órgão do Conselho de Segurança Nacional”. Afirma o jornal que o documento de quatro folhas denuncia, sem identificar, movimentos subversivos que armam lavradores sem-terra contra os fazendeiros e acusa a imprensa.

Para eles, faz anos que o GETAT fez uma verdadeira reforma agrária. Pois basta verificar que a quantidade de títulos emitidos aos pequenos produtores foi num total de 14.000 títulos, sendo que as áreas de 2.000 e 3.000 hectares representam somente 0,6 por cento da área. (JORNAL DO BRASIL, 4.6.1986, p 15).

A carta é assinada pelos fazendeiros e comerciantes Jorge Kalil Filho, Antônio Julimar Barbosa, Ildon Marques de Souza e Hildemar Gonçalves dos Santos. É interessante notar que, com a demarcação feita pelos camponeses, restava somente demarcar as terras restantes e titular os proprietários – o que foi feito em pouco mais de cinco anos. Voluntariamente, estes dados da UDR suprimem um dos pontos-chave da demarcação do GETAT por aquela época.

O Jornal do Brasil, naquela mesma edição, afirma que o ministro da justiça havia ficado exaltado com o teor das informações, e prontamente tomado partido ficando solidário aos ruralistas, grandes proprietários, por entender que contra estes dados não havia argumentos. Entendia que, de fato, a reforma agrária havia sido feita na região de Imperatriz e com justiça social até em excesso, uma vez que os ruralistas haviam ficado com apenas 0,6 da área distribuída para 14.000 pequenos proprietários.

Convenhamos, os dados expressavam o que realmente havia sido titulado, mas escondia um dado alarmante: as áreas não tituladas estavam sob o domínio dos grandes latifundiários. Uma vez impedidos de titularem grandes áreas pela falta dos laudos técnicos, e de comprovarem a ‘produtividade’ em conformidade com a legislação ou por razões de impedimentos ou demoras na aprovação do projeto agropecuário subsidiado, essas áreas ficavam sem a devida demarcação por parte do GETAT, aguardando o prosseguimento do avanço do processo de documentação.

Essa era a artimanha e o alibi dos que detinham domínio de grandes áreas por posse. Outro recurso usado por muitos (os que tinham filhos em número suficiente) era fatiar a posse em vários lotes, de acordo com a regra adotada pelo órgão, colocando os lotes em nome dos filhos ou parentes. Dessa forma, uma área de 2.000 hectares poderia facilmente ficar sob o domínio de uma única pessoa, mas titulada em nome de várias delas. Os dados levantados pela pesquisa na gleba Boca da Mata mostram, principalmente no loteamento Sol Nascente, essa prática adotada por grandes posseiros. Enfim, eram exatamente essas áreas não tituladas o pivô dos conflitos – que efervescia na região de Imperatriz – fazendo com que essas áreas não tituladas se destacassem pelo grau de violência praticado na região.

Portanto, o que constatamos por estas informações é que, entre 1980 e 1986, o GETAT havia, de fato, emitido 14.000 mil títulos para camponeses espalhados pelas 33 glebas sob a jurisdição da Unidade Executiva de Imperatriz, distribuídos numa área de 22 glebas estimadas, sendo que a área total era de 4.300.000 hectares. Estas glebas estavam distribuídas por 39 municípios das microrregiões de Gurupi e Imperatriz. Segundo Nascimento (1996, p.19), as duas microrregiões comportavam uma população de 993.537 habitantes. Considerando que a maioria da população era rural, podemos perceber a insignificância que esta quantidade de títulos representava no universo camponês pelo ato da demarcação. Os títulos, em sua maioria, haviam sido distribuídos ao norte de Imperatriz, seguindo a rodovia Belém-Brasília.

Estes lotes, a título de esclarecimento, não eram demarcados em terras virgens, pelo contrário, quando o GETAT entrava em um loteamento de determinada gleba nesta região para topografar as terras, elas, enquanto posse, já se encontravam demarcadas pelos próprios camponeses donos dos 'centros agrícolas'. Os marcos em volta das posses era algo que todo ano os posseiros tinham que manter limpos, mesmo que fosse em área de mata ainda virgem. Limpeza sempre efetuada no verão. Ainda assim os marcos não eram nenhuma garantia de domínio. Muitos camponeses enfrentavam-se de forma violenta por desconsiderar os marcos de outros camponeses e também de fazendeiros. O GETAT apenas legitimava a posse que encontrava em poder do camponês, ou dirimia conflitos entre os mesmos.

A grande maioria dos fazendeiros detinha títulos inferiores a quinhentos hectares, que era o módulo fiscal da época emitido pelo GETAT. No entanto, de posse desses títulos, os fazendeiros controlavam uma área anexa várias vezes superior aos hectares titulados. O GETAT demarcava as terras dos camponeses, e legalizava uma parte das posses dos fazendeiros ou empresas, mas deixando-os no controle da posse de centenas de hectares sem a devida legalização da área. Todos aguardavam o trâmite dos requerimentos solicitando a demarcação da área pleiteada – em muitos casos eram documentos provenientes de grilagem. Nesse jogo estava a razão do porquê as áreas de 2.000 e 3.000 hectares representam somente 0,6 por cento da área em comparação com a área titulada para os camponeses. Muitas das grandes propriedades eram amparadas por incentivos fiscais, pois o governo queria avançar em seu projeto desenvolvimentista. (PICOLI, 2006, p. 53).

O padre Josimo Tavares foi assassinado a mando de fazendeiros na principal praça da cidade, no centro de Imperatriz, em 10 de maio de 1986. Deve-se observar

que a carta dos ruralistas da UDR é entregue ao ministro da justiça quando de sua visita a Imperatriz (04.06.1986), menos de um mês após o assassinato do padre. Recorrendo apenas ao Jornal do Brasil, para termos o quadro de violência da época, o jornalista Montezuma Cruz publica, na primeira página desse jornal em 1987, matéria sobre a violência no Maranhão fundamentada em dados da Comissão Pastoral da Terra:

O Maranhão bateu no ano passado (1986) todos os recordes de violência no campo, segundo levantamento feito pelo secretariado regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT): 15 assassinatos, 96 feridos e/ou espancados, 79 presos arbitrariamente, 1.386 casas queimadas, 1.155 famílias despejadas, 1.300 famílias ameaçadas de despejo e 29 ameaças de morte. Para reverter essa situação, o governador eleito Eptácio Cafeteira criou uma Secretaria de Desenvolvimento Rural e Irrigação, para apoiar o Incra e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e foi enfático: vai reformular os quadros da polícia estadual, envolvida em 80% dos casos de violência contra lavradores. [...] A região do Mearim é a mais tensa em conflitos fundiários no estado. Em Lago do Junco, São Luiz Gonzaga e Vitória do Mearim ocorrem despejos e mortes, que se repetem ainda na região do Pindaré: Santa Maria, município de Santa Inês, União Karinan, Baixão e Canafístula, Itapoema, Rio Ipanema e Santa Helena – todas em Santa Luzia –, Rio Mutum e parte do Rio Ipanema, Bom Jardim. Estão ainda relacionados conflitos no Gurupi (fazendas Bom Pastor, Comasa, Madeireira Santa Helena, Mesbla, Santa Amélia, Vera Cruz). Os demais focos situam-se nos municípios de Açailândia (onde se instala um grande projeto de produção de ferro gusa), Porto Franco, Imperatriz (onde foi assassinado o padre Józimo Moraes Tavares), São José de Ribamar, Itapecuru-Mirim, Buriti, Estreito, Palmerândia, Arari, Coroatá, Turiaçu e Alcântara (onde foi construída uma base aeroespacial); João Francisco Noronha da Silva e um conhecido João Ventinha, empregados das fazendas Citusa e Viamão, no município de Grajaú, morriam a tiros em abril de 1987 numa suposta emboscada às margens da estrada Viamão-Bonanza. As duas áreas totalizando 43,8 mil ha estão desapropriadas por decreto presidencial desde 1986. (JORNAL DO BRASIL, 1987, p. 7).

Dessa maneira, há uma contradição com o teor da carta da UDR afirmando que a reforma agrária já teria ocorrido na região e que os ruralistas foram os que menos ficaram com terras na região. Para citar apenas um caso, situado na gleba Boca da Mata, existia a fazenda Cipó Cortado com 7.206,7860 hectares, que mantinha o domínio dessa área desde a década de 1970. Desta área, 5.678,0932 hectares são terras públicas federais, resultando em anos de conflitos entre latifundiários camponeses. Em 2013, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) negociou com o fazendeiro 2.778,6433 hectares e em 2015 negociou, através do superintendente Regional do INCRA-MA, mais uma área da fazenda com 1.547,6919 hectares. (CIDADANIA E JUSTIÇA, 2015).

Conforme o Jornal Progresso (28.10.2012, p. 01), estas e outras áreas continuam sendo motivo de contínuos conflitos ainda nos tempos atuais. Os camponeses organizados, e com o apoio de mediadores de movimentos sociais, continuam a disputar terras públicas que os latifundiários continuam mantendo em seu poder. Os conflitos ocorrem no município de João Lisboa, nas fazendas Pingo de Ouro, Cavalcante e Najá; no município vizinho de Bom Jesus das Selvas, onde está localizada a fazenda Cipó Cortado, e no município de Amarante por fazer limite territorial. (Jornal O Estado do Maranhão, 8.8. 1996).

Como podemos perceber, os camponeses por volta de 1930 fundam o 'centro agrícola' Gameleira, hoje sede do município com o nome João Lisboa; em 1950, os camponeses avançam de forma mais intensa ocupando as matas e continuam nessa jornada até os tempos atuais. O território deste município é da ordem de 2.055 km². Partindo da sede do município, os camponeses, logo na primeira metade da década de 1950, abriram cinco caminhos por meio dos quais expandiam suas ações territorializantes. Estes caminhos, simbolicamente, na forma de uma mão aberta, são dedos que buscavam os recursos naturais de acordo com as conveniências e as intenções dos posseiros. Há caminhos em direção à grande floresta Amazônica, caminhos que levam aos cocais e caminhos que adentram o sertão – conforme mapa (figura 19).



Figura 19 - Mapa dos caminhos e Centros Agrícolas fundados por camponeses na gleba Boca da Mata em 1975⁹⁵. O mapa registra os 143 'centros agrícolas' fundados por camponeses.

Fonte: Prefeitura de João Lisboa/Setor fundiário: mapa de 1975.

Os avanços por esses caminhos se davam em decorrência da fundação dos centros agrícolas. O primeiro caminho, com 24 km, alcançava o Brejo de Raiz. O segundo, com 19 km, seguia em direção a Santa Rita. O terceiro, com 15 km, em direção à Mucuíba. O quarto caminho, com 8 km, seguia para o Centro do Custódio; e o quinto, com 27 km, estendia-se até o Tabuleiro do Oiti. Nesse caminho ficava o sesmo de Frei Manoel Procópio. Esse último, o mais longo, percorria uma área de transição entre o sertão e a plena floresta e atraía sertanejos que iam pouco a pouco se adaptando a viver nas matas. Outro desses caminhos, ao norte, mais tarde, a partir da década de 1970, prosseguiu da Santa Rita se estendendo por mais 80 km, alcançando o rio Pindaré. Esses dois caminhos, o do Oiti e o da Santa Rita, formavam o arco de posse camponesa.

⁹⁵ Na parte central do mapa, pela margem esquerda pode-se observar a sede do município de João Lisboa e a localidade Pé de Galinha, de onde os camponeses partiram rumo ao leste e iniciaram suas ações territorializantes abrindo caminhos e fundando seus 'centros' agrícolas na gleba Boca da Mata.

Toda a área do município, para efeito da demarcação executada pelo GETAT, a partir de 1981, foi dividida por este órgão em quatro glebas. Na parte de plena floresta, norte do município, ficavam três glebas: A gleba Brejinho (10.644,5853 ha), tendo apenas um loteamento com o mesmo nome da gleba; a gleba Boca da Mata (107.700,0000 ha, mais da metade do território do município) com cinco loteamentos: Pé de Galinha, Santa Rita, Muçambê, Sol Nascente e Ana Carolina ; e a gleba Araparí (40.000,0000 ha) com quatro loteamentos: Araparí, Cumaru, Cajá Branca e Olho D'Água. Na parte sul, beirando a floresta, constatamos a presença de grandes áreas de babaçuais, e, mais ao extremo, abrem-se os campos do sertão. Nesta parte encontra-se a última das quatro glebas do município, a gleba Mucuíba, (50.000,0000 ha) com dois loteamentos: Cobra e Buritirana.

Nesta faixa pode ser percebida uma distinta forma de posse imprimida pelos que vivem no sertão. Os babaçueiros, conduzindo-se por uma vivência exploratória e agrícola, distingue-se dos sertanejos e dos mateiros (expressões nativas usadas pelos próprios moradores para denotar as diferenças dos que vivem em cada área desta). Coelho, ressaltando esta diversidade encontrada em diferentes partes do sul do Maranhão, faz a seguinte consideração:

O modo de vida, espelhado nas formas de moradia, vestuário, alimentação e em outros hábitos, era extremamente rústico e frugal. Certos traços indicam a íntima ligação que havia entre a vida social e a exploração da atividade econômica básica. (COELHO, 1992, p. 179).

A ordem relacional que o indivíduo mantinha socialmente e com a natureza se constituía sempre em elementos básicos para nominá-los, tomando como base seu meio ambiente: 'fulano é campeiro', 'beltrano é mateiro', 'cicrano é babaçueiro', e inúmeras outras denominações como 'soqueiros', 'varzeiros', 'serranos', além das que indicavam sua origem.

Ainda relacionado às expressões, com exceção do termo nativo "mateiros", Almeida (2010, p. 104) comenta os demais num rol de inúmeros outros que vivem o sistema de uso comum da terra agregada ao trabalho e afirma ser este um "aspecto frequentemente ignorado na estrutura agrária brasileira". Para ele, este aspecto ignorado decorre de noções preconcebidas e muito do desconhecimento e da irrelevância dada ao assunto do usufruto comum da terra no contexto agrário. Tal distanciamento, segundo ele, resulta por este sistema de uso comum permanecer em conflito flagrante.

Colidindo com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas [...] As extensões que lhes correspondem nunca foram catalogadas, quantificadas ou sujeitas às técnicas dos métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotadas pelos órgãos de planejamento da intervenção governamental na área rural. (ALMEIDA, 2010, p. 105).

As demarcações destas glebas nos moldes institucionais se impõem como um encobrimento, obrigando sujeição à ordem existente nos centros camponeses, moldados numa ordem própria, cujo controle se dá, segundo Almeida, de outra maneira, ou seja:

Por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõe uma unidade social. Tanto pode expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de ocupação recente. (ALMEIDA, 2010, p. 104).

Conforme Cunha (1977, p. 06), o sistema de apossamento camponês, preexistente no município de João Lisboa na década de 1950, ainda era pautado no uso comum da terra. Como eram terras de cocais e matas, devolutas para os camponeses e sob a perspectiva dos coronéis e não do Estado. Enquanto não eram campos de criar, os fazendeiros permitiam que fossem apossadas por camponeses migrantes, até então, uma posse consentida e, em qualquer lugar que os migrantes se instalassem, fossem na mata ou nos cocais, os fazendeiros instituíam uma ordem à sua maneira, distinta do 'código legal vigente', uma vez que na forma da lei a terra teria que ser adquirida através de compra. A posse assim concedida era, portanto, um arranjo local. Desse modo, soando como um código à parte, viviam em litígio com aquilo que era asseverado pelas regras do Estado.

Nas décadas seguintes, o direito de posse da terra de trabalho, como afirmou Martins (1996, p. 45), colidiu com outro direito de posse, já voltado para se constituir terra de negócio, consolidando a propriedade demarcada, de acordo com a legislação. Se por um lado a abertura de estradas carroçáveis e mesmo de rodovias como a Belém-Brasília atraiu um número muito grande de fazendeiros interessados nessas terras; por outro, a legislação agrária implantada a partir do início da década de 1960 vinculava o tamanho da propriedade ao tamanho de áreas desmatadas, tornando-se, de imediato, um impedimento para a forma de ocupação que até então vinha sendo praticada pelos camponeses.

A grilagem se tornou um jeito encontrado pelos fazendeiros de contornar essa barreira da legalidade. Como sabemos, o grilo parte sempre da falsificação de documentos que, inseridos em cartas de sesmarias, resultam em inventários forjados a ponto de criar uma cadeia dominial. Tal direito suprime as barreiras impostas pela legislação que lhes concede exceção.

As áreas até então desmatadas pelos camponeses, e que constituíam suas posses (na acepção de terra agregada ao trabalho), foram as primeiras terras cobiçadas, pois o novo postulante poderia requerer junto ao INCRA uma imensa área, uma vez já ter 'desmatado' uma grande parte da terra pretendida. A unidade do INCRA era, na época, pequena para atender a demanda de demarcação solicitada pelos fazendeiros, camponeses, grandes empresas e comerciantes que dia a dia iam se apossando das terras. De acordo com o Jornal do Brasil (31.08.1980, p. 27), o GETAT teria um quadro funcional de 721 pessoas, permanecendo em Brasília cerca de vinte pessoas deste total, sendo as demais distribuídas nas unidades executoras.

Aqueles que não tinham áreas desmatadas, mas que por meio da violência e da força detinham o controle de centenas ou alguns milhares de hectares de matas, preferiam ficar nessa condição de posse ao invés de requerer de imediato a demarcação da área. Grande parte dos fazendeiros, embora recebessem títulos de áreas desmatadas, conforme notícia do jornal O Imparcial (21.11.1980), continuavam mantendo sob seus domínios áreas inúmeras vezes maiores que a titulada, através da vigilância por meio de grupos de homens armados percorrendo a área não titulada.

Conforme os estudos de Asselin (2009, p.45) e de outros pesquisadores⁹⁶ que estiveram na região, constatamos que ao longo da Belém-Brasília a forte expropriação dos camponeses foi feita por fazendeiros. Há também depoimentos de dezenas de camponeses que foram expulsos e que ainda vivem em trechos afastados da rodovia. Os fazendeiros não disputaram estas terras logo no início da década de 1960 porque o município da Gleba Boca da Mata ficava localizado nos fundos das terras principais da rodovia, e somente na década seguinte ocorreu a federalização das terras devolutas que margeavam as rodovias, ficando as terras que viriam a pertencer à gleba, dessa forma, inclusas no raio dos 100 quilômetros de largura de cada lado das margens das rodovias na Amazônia Legal. Estas faixas foram tomadas como áreas

⁹⁶ Conforme autores já trabalhados Cunha (1977) e Keller (1975).

indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, conforme a Lei nº 1.164 do dia 1º de abril de 1971 baixada pelo presidente Médici.

As povoações de Mucuíba e Buritirana, situadas na gleba Boca da Mata, enfrentaram essa situação expropriatória forçada pelos fazendeiros somente a partir da década de 1970. Conforme o Jornal Progresso (edição de 26.03.1985), naquele momento houve disputa até mesmo entre os próprios camponeses, uma vez que, diante de décadas de pressão, muitos abandonavam o sistema de posse de uso comum para individualizar-se no espaço, aceirando⁹⁷ uma área para, taticamente, lutar por ela, uma vez que, no geral, os grupos de famílias se diluíam diante da violência⁹⁸.

Essa passagem, conforme Martins (1996, p.32), faria dolorosamente romper com um modelo fundiário tradicional, para adotar outro modelo levado por outro princípio, ainda que permanecessem praticando as mesmas ações territorializantes. Dessa forma “reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedente é um, enquanto o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro”. Nessa luta de ‘salve-se quem puder’, premido por aquelas circunstâncias e tendo que adotar a mesma política fundiária determinada pelo Estado, abria-se uma disputa de posse na forma individualizada entre os próprios camponeses por aquelas terras que, até então, eram de uso comum.

Depoimentos de camponeses colhidos no povoado Cumaru, localizado na área de cocais da gleba Mucuíba, em fevereiro de 2016, revelam que o avanço se manteve forte sobre as posses dos camponeses, mesmo na década 1980. Havia áreas em que, mesmo tituladas, continuaram os camponeses a sofrer ameaças, sendo que os fazendeiros, e mesmo camponeses, adotavam novas táticas para forçar a aquisição

⁹⁷ São aberturas feitas ao longo dos quatro lados da área empossada, marcadas por estacas de madeira visando sinalizar para outros confrontantes os limites da posse sobre domínio.

⁹⁸ A disputa pela posse da terra na década de 1970 recrudescer entre camponeses e fazendeiros, sobretudo na região de Imperatriz e Pindaré, alterando a sustentação contínua do crescimento das safras de arroz. Essa situação agudiza o conflito e aumenta a violência por toda a área de fronteira, sendo os camponeses os penalizados com a morte. Na primeira metade dos anos 70 a média de assassinatos na região aumenta de 7,8 % saltando para 13,4% no quinquênio seguinte. E avança para 30,6% entre 1981 e 1985. Sem alternativas, os camponeses resistiam se deslocando com frequência. Em fevereiro de 1980 propagou-se a descoberta do garimpo de Serra Pelada no sul do Pará. Como a borracha e a castanha em Marabá foi por muito tempo no passado uma alternativa para o camponês desta região, o aparecimento do garimpo de Serra Pelada, distante apenas 150 quilômetros da mesma Marabá, imediatamente arrasta milhares de camponeses. “O resultado foi uma explosão da garimpagem e saltos substantivos na produção de ouro na região.” (COSTA, 1993, p. 14). Há projeções estimadas de que pelos anos iniciais da década de 1980 o garimpo de Serra Pelada e adjacências atraiu a cifra de 150.000 homens para esta atividade (FRANKLIN, 2008).

por compra e de ampliar suas terras. Uma vez diluída a estrutura migrante de apossamento, muitos camponeses, uma vez já expropriados, permanecem oferecendo no mercado somente sua mão de obra. Relatou-nos Frutuoso M. de Araújo:

Quando nós chegamos ao Oiti no ano de 66 tinha mata à vontade e nós botava roça na beira do riacho Cacaú e a chuva ia de setembro a abril. Caça tinha muita aí depois que começaram a falar de demarcação os fazendeiros mais antigos começaram a tirar lote de terra dizendo que era deles, o povo ainda botava uma roça até 1982, depois acabou, alguns nem queria mesmo ir pro mato, agora fica aí de cara pra cima esperando uma diária de serviço (Sr. Frutuoso. M. de Araújo. Entrevista em 7.2.2016).

Este relato expõe uma situação de expropriação em que o camponês perdeu a posse e não prosseguiu na busca de uma nova área e, com isso, passou a não fazer parte da força que empurrava a estrutura migrante. Como este camponês, muitos se agregaram nos vilarejos ficando “de cara para cima”, como declara Frutuoso, vendendo uma vez ou outra sua mão de obra. Tal efeito – embora este camponês acredite que a escolha de decidir fosse sua, diante da encruzilhada de seguir ou de ficar, diante da parca oferta de trabalho que o povoado lhe ofertava – já se tratava da compressão das relações pela posse da terra.

Ao norte do Cumaru, distante 9 km já próximo ao pé da serra, fica o povoado Açaizal Grande. Na oportunidade da visita ao povoado, quando fazíamos os últimos percursos das terras da gleba Mucuíba, em entrevista com Raimundo Bacaba, morador antigo do lugar, perguntamos se aquelas terras tinham dono quando ele chegou para morar ali. Respondendo, com demora, ele disse:

Naquela época a terra era voluntária, não tinha dono não, nós trabalhava todo mundo no mesmo lugar, botava um pedacinho de roça aqui, outro ali e assim foi. Aí quando foi em **68** começou a divisão de terra aqui, **foi feita pelos próprios posseiros**, até que veio o governo do GETAT muito tempo depois em 84, e aí nós ficamos só com um pedacinho velho pois o Aldo mais o Abel ficaram com as terras aqui de baixo até o pé da serra toda e encheram de capim (Raimundo Alves Silva. Entrevista em 07.04.2016) Grifos nosso.

A cobiça por ‘terra de negócio’ na região se deu de maneira muito forte na década de 1960. Gente de várias partes do Brasil que vinha para estas paragens, usava de todos os meios para obter uma grande posse. Essa compressão por terra impunha tal ordem, que levou os posseiros a reagirem, afirmando a seu modo o direito de que dispunham.

Esse conflito interno, imposto pela nova ordem, implodia as relações comuns diluindo-as em intrigas entre os próprios camponeses. A disputa por uma nesga de terra a mais, entre esses litigantes, terminava por ser tão intensa e violenta quanto à luta entre o fazendeiro e os camponeses. Esta era uma condição conflitiva vivenciada por todos que detinham posse nas glebas do município de João Lisboa.

As cartas descritivas dos loteamentos Cobra e Buritirana (gleba Mucuíba) contendo as áreas de cada título definitivo emitido e a relação nominal dos titulados, em cima dos 50.000 hectares da gleba, não foram localizadas no INCRA de Marabá-PA, onde ficava a sede do GETAT, e nem no INCRA de Imperatriz, quando era uma unidade executora daquele órgão. Estas mesmas limitações (com exceção da gleba Boca da Mata) se estendem às glebas localizadas na parte sul do município: gleba Arapari, com seus quatro loteamentos, e a gleba Brejinho, com apenas um loteamento. Afora a gleba Mucuíba, todas as demais se encontram em terreno homogêneo de plena floresta amazônica.

A gleba Boca da Mata, universo desta pesquisa, também se ressentia, em parte, da falta de Cartas descritivas de dois loteamentos, quais sejam: Santa Rita e Ana Carolina, contendo as áreas de cada título definitivo emitido e a relação nominal dos titulados. Já dos três loteamentos restantes (Pé de Galinha, Muçambê e Sol Nascente), somente o primeiro deles não dispõe da área dos titulados, embora mantenha a relação nominal dos que passaram a ser proprietários.

Partindo dos dados, mesmo que parciais, dos loteamentos da gleba, é possível inferir um conjunto de situações capaz de dar a perceber a placenta do capital que gera e arremessa para o interior da mata, em sua disfuncionalidade, a estrutura migrante contendo milhares de posseiros.

A gleba Boca da Mata inicia ainda no perímetro urbano do município de João Lisboa, partindo de uma encruzilhada de três estradas chamada Pé de Galinha, (nome dado ao primeiro loteamento) e se estendendo a nordeste do município por 101 km, alcançando o rio Pindaré. Esta extensão é atravessada pela serra do Gurupi no sentido de noroeste a sudeste, a meia distância dessa quilometragem. No cume da serra se estende um tabuleiro numa extensão de 12 km de largura, região extremamente seca, mas de excelente floresta.

O loteamento Pé de Galinha (16.600,0069 ha)⁹⁹ assume uma forma triangular, com uma lista de 432 propriedades, e destas, 48 não apresentam no registro, o nome do proprietário, na carta topográfica. O perímetro destas áreas sem o devido apontamento dos nomes foi alcançado por exclusão, na medida em que os agrimensores demarcavam o seu entorno conforme esclarecimentos fornecidos por idosos técnicos do próprio INCRA que participaram da demarcação na época.

Ressalvamos que metade da área do loteamento Pé de Galinha (8.300,0000 ha), localizado na parte inferior da carta, assume um perímetro triangular tomando como referência os locais Pé de Galinha, São Raimundo, Mucuíba, Cumaru, Povoado Cajá, Nova Brasília e Centro dos Carlos, e que somente esta metade contém 348 propriedades do total mencionado. A diferença de apenas 84 áreas foi diluída no espaço da outra metade do loteamento, localizada na parte superior do mapa. O que demonstra, por média, que cada unidade demarcada na parte superior do loteamento correspondia a cinco vezes o tamanho de cada propriedade na parte inferior. A razão dessa discrepância é histórica, remete ao modelo de ocupação inicial realizada pelos camponeses no período de 1930 até 1950 e à nova forma de apropriação da posse adotada já na década de 1950, conforme já expomos em tópicos anteriores.

O processo de ocupação da parte inferior do loteamento foi iniciado em 1930 quando os primeiros camponeses migrantes iniciaram a fundação da antiga Gameleira (hoje município de João Lisboa), apossando as terras do entorno dessa árvore pelo sistema do uso comum das terras.

O avanço sobre estas terras por duas décadas (1930 -1940) se deu nesse início e de forma muito lenta. Somente com as novas levas de migrantes nordestinos no início da década de 1950, e o fim do extrativismo da castanha em Marabá-PA, foi que esses camponeses avançaram sobre a estreita faixa de matas intercaladas nos cocais, plantando arroz e explorando a produção da amêndoa do coco babaçu. Com isso, ampliaram a frente agrícola e o extrativismo dessa palmeira (ALMEIDA, 1995, p.18).

Esse pequeno surto produtivo não passou despercebido pelo prefeito da época em Imperatriz, a ponto de estimular a autoridade a abrir uma estrada carroçável até Gameleira, e desta até ao povoado Bom Lugar em 1954 (estas terras ainda por este

⁹⁹ Conforme Planta topográfica do Loteamento Pé de Galinha elaborada pelo GETAT, com data de 20.07.1982. Arquivo do INCRA. Unidade de Imperatriz-MA. Planta nº 05.

período pertenciam ao município de Imperatriz). Este lugar era o segundo maior centro produtor de arroz, como afirmamos no capítulo anterior.

Os avanços sobre as terras representadas na parte superior do loteamento foram acelerados mediante o impacto das transformações provocadas pela abertura da rodovia Belém-Brasília, que se transformou num corredor por onde chegaram pessoas, não só da região Nordeste, mas também de outras partes do Brasil, para ocupar as terras da margem da rodovia. Neste novo contexto, imposto por essa frente pioneira, o sistema de uso comum da terra não resistiu à pressão da implantação de outro estatuto jurídico da terra guiado pelo Estado Militarizado.

Muitos camponeses perceberam que ficando no mesmo lugar — desde quando o sistema de uso comum da terra tinha a sua vigência — perderiam a liberdade de ter ao seu dispor a abundância de matas para a escolha de seu roçado. Além disso, seriam proprietários apenas de alguns poucos hectares em terras já trabalhadas. Cerceados em sua cultura inicial de apossamento, venderam a posse ou propriedade de tamanho ínfimo e migraram para espaços onde ainda existiam matas, pondo-se a fundar novos centros onde estabeleceram uma nova ordem procurando adaptar muitos dos elementos do regime anterior ao regime de uso da posse privada.

Esta razão camponesa que os levou a prosseguir, apanhada da vivência das relações que estavam ocorrendo naquele tempo, não era mais fruto da ordem restrita do camponês. O que os fazia se lançar a um novo laço relacional da nova frente, e para subsistir nela requeria proceder nesses novos arranjos. Fundar um novo centro era moldá-lo a um novo tempo que exigia outras relações distintas das muitas anteriores. Os que, arraigados ao sistema antigo por conveniência, por idade ou por acomodação, resolviam permanecer, também teriam de se readaptar a novos ganhos, às brechas que a nova ordem permitiria.

Os que se lançaram, são estes, conscientes que o novo lugar exige outras medidas, exige uma nova ordem de convivência que vai além daquilo que se praticava no sistema de uso comum da terra de trabalho. Martins considera que essa medida termina impondo nova ressocialização do camponês, lançando-o para o interior da “sociedade do risco e da incerteza que é a sociedade moderna, regulada pela racionalidade e pelas contradições do capital” (MARTINS, 2003, p. 9). Portanto, para ele, o camponês

é um condenado a viver intensamente não só os benefícios da modernização, mas também as dilacerações que a modernização impõe a todos aqueles que procedem da sociedade que na sua estrutura básica é sociologicamente concebida como tradicional, que foi e tem sido o mundo de nossas populações pobres do campo. (MARTINS, 2003, p. 9).

Essa passagem do mundo tradicional nunca se impõe integralmente. Ela ocorre mais na esfera apenas econômica, restando ainda muito dos traços e convicções da estrutura antiga. Assim, muitos dos centros abertos pelos camponeses em período anterior à década de 1950, foram abertos ainda em regime de uso comum da terra, pois, como já afirmamos, nem os fazendeiros e menos ainda os camponeses tinham interesse de serem proprietários de tais matas no início de formação da frente. No caso do lavrador, tais terras eram tomadas somente para lavrar, ou seja, como terra de trabalho, uma vez que possuir matas naquele período não fazia nenhum sentido, tanto para o camponês quanto para o fazendeiro — as únicas terras que tinham valor até aquele período eram os campos de criar.

Mesmo no início da década seguinte — quando ainda não estava totalmente clara para os camponeses a intenção de uma leva de migrantes baianos, mineiros, paulistas e goianos que chegavam para se apossar de terras na região — eles continuavam abrindo centros nos moldes da tradição da terra comum. Quando Manoel Vermelho abriu o Centro Aracati nas proximidades da várzea do córrego Cinzeiro no início de 1963, visava apenas que sua numerosa família vivesse próxima.

O comportamento de apropriação foi de uso comum, pois filhos, genros e compadres exploraram com lavouras aquelas terras de forma muito aleatória — mesmo tendo a experiência de ter vendido a área anterior sob a ameaça velada. Francisco Alves informou que somente repartiram as terras em 1965. Ele mesmo — acrescenta — ainda botou roça por dois anos dessa forma, e para confirmar o que dizia, provava com as áreas das duas primeiras roças que não ficaram para ele. Preferiu ficar mais adiante, onde pôde retirar uma área maior.

Tabela 5 - Loteamento Pé de Galinha

Propriedades do Norte do Loteamento	84 áreas ocupadas	8.300,0000 ha
Propriedade do Sul do Loteamento	348 áreas ocupadas	8.300,0000 ha
Total de propriedades	432	

Fonte: Elaboração do autor com base na Planta topográfica do Loteamento Muçambê elaborada pelo GETAT, com data de 12.04.1982. Arquivo do INCRA. Unidade de Imperatriz-MA. Planta nº 05.

Assim, na medida em que o camponês movido por pressão externa mudava de regime de apropriação da terra, apropriava-se de uma posse para além da terra de trabalho. Foi o caso do processo de ocupação da parte superior das terras constante no mapa do loteamento Pé de Galinha, quando apenas 84 famílias ocuparam uma área de 8.300,0000 ha. Essa nova prática de ocupação, por si só, provocava uma exclusão e uma expropriação, uma vez que estes mesmos espaços no regime de uso comum comportariam um número bem maior de camponeses, conforme é demonstrado na tabela (5), em que o sul do loteamento Pé de Galinha, que é região dos cocais e foi ocupado na fase inicial (1930-1950), expõe um número de propriedade quatro vezes maior que a parte norte do loteamento.

A parte norte desse loteamento alcançou o pé da serra do Gurupi, área ainda abundante em água e onde os terrenos são planos ou, quando muito, levemente ondulados. Depois da disputa e expropriação das terras às margens da Belém-Brasília na década de 1960, essas disputas alcançaram esta área do loteamento, embora ela se encontrasse a mais ou menos 30 km distante da rodovia Belém-Brasília. Assim encontramos 15 grandes áreas nessa parte que, embora não se encontrem os nomes dos que mantinham sobre elas o domínio, são posses de grandes fazendeiros que não conseguiram se instalar mais próximo da margem da estrada. O processo de domínio sobre essas terras se deu da mesma forma das demais: sabotando as roças com capim, ateando fogo, fazendo ameaças de mortes, expulsões, indenizações, ataques com manadas de gado destruindo as pequenas plantações e impedimentos de uso das estradas, conforme apontam os registros dos jornais: Diário do Povo de 04 e 12 de março e de 29 de agosto de 1980; O Imparcial de 26 de junho e de 21 de novembro de 1980.

Muitos dos que estão no loteamento seguinte ao do Pé de Galinha, loteamento Muçambê, relatam em suas histórias como e por que migraram para essa nova área hostil e continuaram a colocar suas roças. Por aquela época – afirmam eles – a serra ainda não era do interesse dos fazendeiros, além do que as intrigas resultantes da divisão da terra comum eram grandes, uma vez que elas não comportavam todos. Francisco Alves, Miguel Reinaldo, Sebastião Toroca, Tibúrcio, enfim, todos os entrevistados tinham procedência da pressão ou expropriação pela qual haviam passado em período imediatamente anterior.

O loteamento Muçambê, embora tivesse área pouco maior (18.898.8890 ha) que o anterior, já fora apossado pelos camponeses – não mais dentro do princípio do

uso comum. Muitos, antes mesmo de fazer suas roças, já providenciavam um pique na mata delimitando o tamanho da posse, e na maioria das vezes em comum acordo com os seus confrontantes, também camponeses naquelas áreas menos disputadas. Quando em áreas muito disputadas entre eles, usavam de várias astúcias uns contra os outros, ou mesmo da violência para garantir uma posse na mata ou ampliá-la. Tensionados por esta disputa interna, a área ficou distribuída entre apenas 135 famílias.

Tabela 6 - Loteamento Muçambê

Tamanho da Propriedade	Quantidades
Propriedades com mais de 150 ha	03
Propriedades tendo entre 100 e 149 ha	27
Propriedades tendo entre 50 ha e 99 ha	49
Propriedades tendo entre 10 ha e 49 ha	48
Propriedades tendo entre 01 ha e 09 ha	08

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Carta topográfica do Loteamento Muçambê elaborada pelo GETAT, com data de 12.04.1982. Arquivo do INCRA. Unidade de Imperatriz-MA. Planta nº 06.

Neste quadro, a menor propriedade tem 1,2488 ha e a maior 293,3397 ha. Por se tratar de uma área serrana e não haver água em toda a sua extensão, por isso, no início, não fazia parte da cobiça dos fazendeiros, podemos supor que um conjunto variável e adverso contribuiu para delimitar essas posses: o desinteresse de muitos ao medir o tamanho do esforço que a posse exigiria, a fricção interna entre eles, o grau de dificuldades que enfrentariam para produzir numa região distante de água, os recursos de que dispunham para iniciar o novo empreendimento, o grau de integração da área e distância de cada um em relação ao centro comercial e, ainda, o sistema de valores e de representações.

De qualquer forma, o maior número de posses se encontra entre 10 e 100 hectares. Essas posses variam em média entre 10 e 30 alqueires, o que condiz em muito com a memória que eles ainda guardam de sua história e a carga de intenções apenas agrícolas, o pouco de ambição alimentado e nutrido pelo novo horizonte construído ao se afastar do sistema comum. Num levantamento feito na Secretaria de Agricultura do município de João Lisboa, por meio do Imposto Territorial Rural (ITR) e de fichas cadastrais no Banco do Brasil, dessas 135 propriedades, 81 têm nome de santo, 19 têm nome do lugar e uma dezena tem apenas nome de fantasia: 'Boa sorte',

'Deus ampara', 'Primavera', 'Felicidade', 'Lírio do Vale', 'Deus é amor', 'Morada Nova', etc.

O número de propriedades (81) com nomes de santos torna-se indicativo das forças e do peso da tradição e do passado influenciando seu pertencimento no presente, uma vez que garantir uma posse era quase sempre uma memória relacionada com o uso comum. A compressão do espaço os deixava diante de uma situação que exigia uma adaptação em suas ações fundiárias, ou seja, a forma de tomarem posse já não visava apenas a uma área de trabalho, mas, sobretudo, apropriarem-se de áreas de dimensões que possibilitassem vários anos de trabalho. Essa lógica terminava impondo certa ambição e desafios para não ter que migrar. Tal situação lhes impunha muito mais por terem que elaborar uma estratégia de concentração fundiária, exigindo ainda decidir por ampliar a superfície da área agricultável, uma vez que muito cedo entenderam que quanto maior a abertura na mata, maior era a chance de possuir maior tamanho de terra (ASSELIN, 2009, p.34).

O loteamento Sol Nascente margeia ainda as terras altas do pé da serra se estendendo até o rio Pindaré — encontra-se não mais na bacia do rio Tocantins. Sua área é superior à soma dos dois anteriores. Expande-se por uma faixa estreita do planalto da serra, descendo rumo às terras baixas onde se encontram as áreas dominadas por grandes fazendeiros. Desses, alguns chegaram ali com tropas de burros, quando ainda as estradas eram apenas caminhos na década de 1970 (conforme relatos de alguns desses fazendeiros). No início eram fazendeiros de menores condições, que não podendo competir com os grandes nas margens da Belém-Brasília, procuraram o fundo do município com terras e águas boas e em abundância, mas restritas por falta de estradas de qualidade. A área deste loteamento é de 37.979,7738 ha distribuídos entre 273 proprietários (Mapa/GETAT. Planta topográfica do Loteamento Sol Nascente, 23.06.1982).

Tabela 7 - Propriedades do Loteamento Sol Nascente

Tamanho da Propriedade	Quantidade
Propriedade tendo entre 1 e 49 ha	85
Propriedade tendo entre 50 e 100 ha	47
Propriedade tendo entre 101 e 250 ha	100
Propriedade tendo entre 251 e 500 ha	20
Propriedade tendo entre 501 e 1000 ha	10
Propriedade tendo mais de 2000 ha	11
TOTAL	273

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Planta topográfica do Loteamento Sol Nascente, elaborada pelo GETAT, com data de 23.06.1982. Arquivo do INCRA. Unidade de Imperatriz-MA. Planta nº 07.

A parte serrana desse loteamento por onde avançaram os camponeses destaca-se na carta pela homogeneidade compacta, sendo que as posses nunca excedem mais de 350 ha, reunindo 167 propriedades ainda na área seca do pé da serra. Esse espaço é circundado pelo povoado Capemba D'Água, povoado Lagoa do Pau, Centro do Mauro, Centro dos Morenos e pela localidade Jabota.

Afora esse maior agrupamento camponês, cinco outras áreas camponesas menores – na forma de ilhas – estão distribuídas em todo o restante do loteamento até as margens do rio Pindaré, obtidas de resultado de lutas extremas. Assim os camponeses se mantiveram nessas áreas, pois a região localizada logo após a serra é abundante em água e muito cobiçada. Ainda pela década de 1970, os fazendeiros atravessavam a serra e localizaram-se na grande bacia do rio Pindaré e iniciaram a expropriação camponesa.

Os fazendeiros, empresários, comerciantes, usineiros e profissionais liberais formavam uma espécie de enclave nesta região, no interior do município, de onde partia o controle das ações visando garantir as imensas posses por meio de uma milícia particular. E em algumas áreas a população e os caminhões madeireiros tinham que pagar pedágio para usarem estradas e pontes. A política do município de João Lisboa e dos municípios circundantes necessariamente passava por decisões influenciadas por esse grupo de fazendeiros. O trânsito por esta região dependia de negociações e acordos firmados entre os prefeitos e os fazendeiros.

O caso da Fazenda Cipó Cortado ilustra bem a força destes fazendeiros. A pessoa que se declarava proprietário dessa posse detinha o controle, por meio da violência, de uma área de 7.206,7860 hectares, das quais 5.678,0932 hectares eram terras públicas federais. Mesmo sendo terras públicas, o governo teve que negociar.

Somente no ano de 2013, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) conseguiu transferir para o Incra/MA a quantidade de 2.778,6433 hectares para a criação de um assentamento. Corre na justiça a desafetação de mais uma área desta fazenda com 1.351,7580 hectares para a conclusão do processo.

É importante notar que a reivindicação das terras dessa Fazenda data ainda de 1970, ou seja, uma década antes do GETAT ser criado. Este órgão federal, na época, mesmo sendo sua função executora regularizar essas terras, manteve dezenas de situações como essas em aberto, dado o grau de envolvimento do órgão com setores políticos do governo federal e estadual¹⁰⁰.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, fundado em 1971, na pessoa de seu presidente Cosmo Rodrigues, fez uma denúncia em 26/06/1996 contra os fazendeiros da Fazenda Cipó Cortado, Fazenda Pingo de Ouro e Fazenda Cavalcante, entre outras, junto ao INCRA e ao IBAMA, sobre a devastação de madeiras extraídas dessas fazendas, especialmente nas áreas pleiteadas pelos trabalhadores.

O famigerado GETAT, deu tanto apoio à grileiros que forneceu títulos à quem não tinha direitos, tanto pelo tamanho da área, como pela sua improdutividade, mesmo assim recebeu o título definitivo. Os trabalhadores rurais são chamados de invasores quando tentam reconquistar suas terras que foram griladas nos anos 70, pelos que hoje ocupam; foram assassinados vários trabalhadores, e todo mundo sabe disso, mas só é invasor os trabalhadores rurais, estes mesmos latifundiários que hoje tentam mostrar para a sociedade seu lado anjo; foram eles que compraram o Delegado Regional da Polícia da região Tocantina “Sebastião Cabral” para prender o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de João Lisboa no dia 18 de março de 1987, e desde então só tiraram toda a madeira daquela região. (Ofício s/n encaminhado ao INCRA/IBAMA, p. 1-1, STR-JL. Arquivo do STR/ correspondência expedida 24.07.1996).

Dois meses depois da denúncia, conforme matéria publicada no jornal ‘O Estado do Maranhão’, edição de 08/08/1996, os órgãos do governo visitaram as fazendas Pingo de Ouro, Cavalcante e Najá. Conforme relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de João Lisboa, dez dias depois a violência tomava conta das áreas. No dia 18 de agosto de 1996 houve uma discussão entre o lavrador Domingos Sousa e o pistoleiro Neuton que resultou em confronto e enfrentamento ocasionando a morte dos dois no local. (STR - João Lisboa – MA /Arquivo/Relatório de 19.08.1996)

¹⁰⁰ Com base nas informações do Núcleo Regional de Imperatriz da Defensoria Pública Estadual. Jornal “O Imparcial” 24.05.2015; Jornal Imigrante, edição de 21.02.2015.

No dia 21 do mesmo mês, o presidente do STR de João Lisboa, Cosmo Rodrigues de Araújo, encontrava-se em Brasília denunciando o conflito junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A denúncia apresentava uma lista de 450 famílias que se encontravam despejadas de uma das áreas do conflito (Boletim informativo da CONTAG, de 21.8.1996. Arquivo do STR – J. Lisboa).

Assim, mais de uma década depois da extinção do GETAT, o conflito resultante da luta pela posse de terra na área do loteamento Sol Nascente persistiu, uma vez que o GETAT, de fato, pela emissão de títulos, não estancou o violento processo de expropriação dos camponeses na gleba Boca da Mata. Tudo isso segue na contramão do que afirmou o Coordenador do GETAT em Marabá, Coronel Carneiro Leão, de “não deixar nada sem solução”, e mais, “nós aliviámos as tensões e faremos justiça”, disse a um jornal em Belém (ALMEIDA, 1981, p. 51).

A quantidade de famílias (450, segundo o STR) que se encontrava no fundo do loteamento, insistindo em tomar posse daquelas terras, era praticamente o dobro da quantidade de títulos emitidos pelo GETAT no loteamento Sol Nascente em 1982, que foi na ordem de 273 (Mapa/GETAT. Planta topográfica do Loteamento Sol Nascente, 23.06.1982). Também outros elementos podem ser percebidos para além da compressão, resultado da expropriação entre camponeses e as executadas por fazendeiros. Todos os mapas confeccionados pelo GETAT, uma vez submetidos à análise crítica, expressam essa compreensão.

O Censo de 1970, por seus dados, pode ajudar a compreender melhor, por fornecer elementos de forma quantitativa, informando a quantidade de famílias camponesas que se encontrava no município de João Lisboa no período que antecedeu a demarcação executada pelo GETAT iniciada em 1980, bem como as que naquele período também residiam no local. Estes dados permitem perceber, na sua totalidade, o cerco desfechado pelos camponeses no processo de ocupação e posse das terras do município.

Antes, porém, gostaríamos de sinalizar que o olhar sobre esses dados tem como inspiração a metáfora de Durand (1999) sobre uma frente colonizadora, na medida em que dá sentido à dinâmica dos fluxos imaginários da história. Durand (1999, p.100) afirma que uma frente colonizadora reúne as relações históricas concretas (o diurno) bem como o transcendental, o mágico e misterioso (o noturno). O autor, para situar tais movimentos de colonização, usa a metáfora da ‘bacia fluvial’.

Esta seria semelhante ao curso do rio, cuja dinâmica sociocultural é formada por diversas influências e por um curso principal.

Pode haver, e quase sempre há – como ele diz – uma corrente central, o leito do rio, mas a imagem é a de águas que se interpenetram continuamente, longamente derramando-se umas sobre as outras, num fluxo contínuo com todas as suas voltas de interinfluências e contaminações. Para o autor, a vantagem do uso desta metáfora é que ela ajudaria a integrar as evoluções do imaginário de uma região, seus estilos, estéticas, mitos condutores, utopias, sua moral, motivos pictóricos, modas, temáticas literárias e, por fim, suas tradições orais. No estudo, essa declaração de Durand muito se assemelha com o avanço camponês na gleba Boca da Mata. A localidade Gameleira (hoje João Lisboa), passando pelo Pé de Galinha, São Raimundo, Mucuíba, Tanque e Buritirana, colidindo a esse eixo, ou melhor, a essa corrente central por onde se interpenetrou continuamente o fluxo de camponeses.

Desta forma, vamos conceber a ação territorializante dos camponeses como um fluxo contínuo, contendo uma dinâmica sociocultural que toma as matas como seu curso, e nesse percurso vai recebendo diversas influências que se interpenetram e contaminam. De acordo com o Censo de 1970, a população do município era de 20.416 pessoas, e estas informaram suas procedências citando o estado do domicílio anterior:

Tabela 8 – Distribuição da população por estado de origem em João Lisboa-MA em 1970.

Estado	Pessoas	Estado	Pessoas
Acre	19	Paraíba	8
Amapá	4	Pernambuco	74
Maranhão	18.418	Alagoas	3
Piauí	1.188	Sergipe	4
Ceará	408	Espírito Santo	14
R. G. do Norte	6	Goiás	270
Santa Catarina	4	Exterior	17

Fonte: CENSO DEMOGRAFICO MARANHÃO, 1973. p. 332-334

Fora o número de maranhenses, temos menos de mil e setecentas pessoas provenientes dos demais estados do Nordeste – muito embora grande parte dos maranhenses fossem filhos de nordestinos dos demais estados que migraram em décadas anteriores. Esse total, informa o Censo, estava nucleado em 5.967 famílias nesta data de 1970. Este número de famílias contidas no município em 1970 torna-se um dado relevante para esclarecer a compressão do espaço resultante da ação territorializante executada pelos camponeses naquele período. Mesmo de forma

primária, a partir destes dados podemos ter uma projeção da disputa do espaço e compreender o quanto a competição pela posse da terra era marcante entre os próprios camponeses.

A área total do município de João Lisboa era de 2.055 km² — 205.500,0000 hectares. A gleba Boca da Mata possui 107.700,0000 hectares, ou seja, mais da metade da área do município. A outra metade do município estava distribuída entre a gleba Araparí, gleba Mucuíba e a gleba Brejinho. O GETAT demarcou, entre grandes e pequenas propriedades na gleba Boca da Mata, somando todos os seus loteamentos, 841 propriedades, o que corresponde a igual número de famílias (conforme as fontes cartográficas do GETAT). Temos aqui um dos dados reveladores da pesquisa: somente 841 famílias se tornaram proprietárias de mais da metade do território do município de João Lisboa pela época da demarcação que se dera somente no início da década de 1980. Esse número de famílias (841) põe em discrepância a totalidade de famílias camponesas (5.967) que residiam no município pela época em que foi realizado o censo.

Se estabelecemos essa mesma quantidade de títulos (841) para a outra metade das terras do município, distribuídas entre as glebas Araparí, gleba Mucuíba e a gleba Brejinho, teríamos 1.682 títulos, ou seja, teríamos apenas essa quantidade de famílias. Se subtrairmos este número (1.682) do total de famílias (5.967) registradas pelo censo de 1970, mesmo assim ficariam 4.285 famílias sem terras. Estes dados são aritmeticamente reveladores: numa superposição da frente pioneira com a frente de expansão, a expropriação da posse da terra se deu em maior escala entre os próprios camponeses e pelos fazendeiros açoitados e impulsionados pelos interesses imobiliários do grande capital. Para os fazendeiros, a posse de grandes áreas era a garantia de ter acesso à política de incentivos e subsídios do governo federal, conforme o Programa de Integração Nacional (PIN) que passou a ser priorizado pelo governo Médici e que, logo em seguida, constituiu-se no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) elaborado para o período de 1972/1974, que tinha como um de seus objetivos integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste superando um quadro de soluções limitadas que, até então, tinha sido conduzido para ambas as regiões. (OLIVEIRA, 1991, p. 74).

A essa ‘ocupação espontânea’ camponesa naquele período, sobrepunha-se a ação do governo federal por meio de seu programa de integração objetivando a

incorporação da região à economia de mercado. Nesse novo contexto, o principal agente era o grande empresário, o grande pecuarista e as multinacionais. Assim, havendo já uma concentração camponesa em disputa pela posse da terra, com a chegada de novos agentes na mesma região ampliou-se o conflito da expropriação.

Nessa projeção, constatamos algo pouco pesquisado no interior de uma frente, que é a disputa entre os próprios camponeses para garantirem o domínio de uma posse de terra. No entanto, essa linha de raciocínio, a partir de outros dados, remete-nos a um quadro bem maior. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), órgão ligado à Secretaria de Coordenação e Planejamento (SEPLAN), a população de João Lisboa em 1977 era de 35.283 pessoas no meio rural. No ano seguinte, no meio rural viviam 37.167. Em 1979 eram 36.659. Em 1980, 37.070. Em 1981, ano de início do processo de demarcação, a população vivendo de atividades no campo era de 37.487. Com base nestes dados, a população no campo quase dobrou entre 1970 e 1981, pois na década de 1970 havia 20.416 e no início da década seguinte a população era 37.487. Pela proporcionalidade destes números, somos levados a afirmar que, na mesma proporção, aumentou o número de famílias. Se em 1970 tínhamos 5.967 famílias, no início da década de 1980 esse número de famílias deveria ser bem maior. Em 1970 a média era de 3,42 pessoas por família. Aplicando-se a mesma base de cálculo para a população no meio rural existente em 1981, temos um resultado surpreendente: constata-se que pelo início das demarcações em 1981 em João Lisboa havia aproximadamente 10.961 famílias. Como vimos nos parágrafos anteriores, o GETAT tituló apenas aproximadamente a posse de 1.682 famílias. Estes dados e cálculos e a história de vida de Francisco Alves e Miguel Reinaldo expõem o grau de disputa da posse entre os próprios camponeses e entre estes e os demais agentes presentes no município.

Isso implicaria entender que o sistema de uso comum da terra havia tido vida curta e que na década de 1960 o camponês, premido pela circunstância, havia mudado o seu *modus operandi* de territorializar. A posse da terra de trabalho, como afirmou Martins, metamorfoseava-se em posse nos moldes do novo estatuto jurídico formal de propriedade. Essa dilatação do espaço individual ampliou a disputa por terras entre as próprias famílias de posseiros, forçando uma expropriação desmensurada, haja vista que haveríamos ainda que mensurar a expropriação decorrente das ações movidas pelos fazendeiros e outros agentes expropriadores que se encontravam presentes no município de João Lisboa. Ocorreu ali um *plus* estrutural

de domínio. Por outro lado, a população urbana de 1970, que era de 2.072 (Censo do IBGE), em dez anos (1981) saltou para 6.200. A expropriação forçou o crescimento do meio urbano naquele município.

De maneira que a reforma agrária localizada, como era o objetivo do GETAT declarado no ato de sua criação, resultou num modelo fundiário totalmente excludente, pois por duas décadas os camponeses e suas famílias somavam um total de 10.961, isso aproximadamente em 1981. O que mostra que, mesmo na condição de posse e enfrentando a violência, conseguiam permanecer na área da gleba. No entanto, a demarcação de apenas 1.682 pessoas demonstra, definitivamente, uma exclusão de mais de 8.000 famílias.

3.3 O arroz impulsiona a frente agrícola

Cotejando dados do censo do IBGE, vemos que o volume da transação comercial do arroz¹⁰¹ em 1956 fazia com que ele já fosse o principal produto agrícola em Imperatriz. Dois anos antes, o senador Vitorino Freire e o governador na época, Eugênio Barros, haviam visitado a cidade em função do surto produtivo que ali iniciara, uma vez que a receita municipal havia saltado, em 1952, de 421 mil cruzeiros para 794 mil. Mantendo um crescimento constante a ponto da receita orçamentária de 1957 superar em mais de um milhão de cruzeiros, e ficar orçada em R\$ 1.262.000,00. O que indica que, mesmo antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, os camponeses já haviam iniciado sua forte ação territorializante na região. Portanto, não era de se estranhar que em 1956 o arroz tivesse se tornado o principal produto agrícola comercializado.

Os registros apontam que no ano de 1957 o município havia produzido 18.700 sacas de arroz em casca, alcançando a cifra de Cr\$ 1.320.000,00. Estes números derrubavam o principal produto dos coronéis que vinha da cana-de-açúcar moída em seus engenhos nas fazendas e que alcançara, naquele ano, apenas 17.700 toneladas, avaliadas em Cr\$ 1.070.000,00, passando assim a se constituir no segundo produto.

¹⁰¹ Consta em alguns autores que provavelmente o arroz vermelho tenha sido introduzido no Maranhão pelos açorianos entre 1619 e 1649 e sendo cultivado até 1772 quando este tipo foi proibido para dar lugar ao arroz branco que era conhecido como arroz de Carolina. A imposição deste novo arroz foi determinada por Portugal visando em primeira mão o seu próprio abastecimento uma vez que o Estado enfrentava problema de déficit de cereais. Na década de 1970 o Maranhão chegou a ser por alguns anos o primeiro produtor de arroz de terras altas do país. Somente a partir da década de 1980 as áreas tradicionais dessa cultura passaram a serem ocupadas pela pecuária (CONAB, 2015, p. 8).

A produção de mandioca vinha em terceiro lugar com 86.070 toneladas e valor de Cr\$ 915.000,00. A partir deste momento histórico, os camponeses, através de seus dois principais produtos (arroz e mandioca), passaram para o epicentro da economia da região alterando o conjunto das relações que mantinham com os donos do poder. (SANCHES, 2003 p. 163).

Estes dados nos ajudam a compreender as razões que levaram o prefeito da cidade de Imperatriz a abrir uma estrada carroçável que alcançava João Lisboa e estendê-la até o centro Bom Lugar, no interior da mata. Por este surto produtivo e populacional, o centro Bom Lugar rapidamente salta para a condição de povoado que viria a fazer parte da área deste estudo, a gleba Boca da Mata.

De acordo com o censo do IBGE, o município de Imperatriz, no mesmo ano em que foi criado o município de João Lisboa, recebeu 4.247 migrantes, e nos três anos seguintes chegaram mais 7.536. Os impactos provocados no âmbito econômico pela presença dos migrantes impunham alterações fundiárias de imediato, devido aos arranjos improvisados pelos camponeses nas áreas devolutas nos arredores da cidade de Imperatriz, a ponto de o prefeito Raimundo de Moraes Barros em 1957 sancionar uma lei sobre as terras pertencentes ao município, a chamada 'zona reconhecida de servidão pública', que havia sido criada pela Lei nº 81 do dia 16 de junho de 1956, lei que já espelhava o impacto sobre os terrenos. A Lei nº 97 de 30 de abril de 1957 traz o seguinte texto:

A Câmara Municipal de Imperatriz, considerando o aumento demográfico do município, considerando que as atividades da maior parte da população são empregados na pequena lavoura e extração de babaçu, madeiras para construção e combustível; considerando que a todo transe deve ser evitado latifúndio ou monopólio dos terrenos patrimoniais [sic]. (Livro Ata-Câmara Municipal de Imperatriz, 1957, p. 73).

Pelo exposto, a lei tenta, a um só tempo, manter o controle disciplinar sobre a posse das terras no entorno de Imperatriz, e também ordenar os conflitos agrários entre os camponeses (que se dedicavam à pequena lavoura, à extração do babaçu) e os que detinham maior posse e procuravam constituir latifúndio e monopólio dos terrenos.

Em nosso entender, uma vez analisada a razão da lei de 1957, bem como a do ano anterior, não seria de todo um despropósito afirmar que ambas reconheciam o entorno da cidade como 'zona reconhecida de servidão pública', e que esta área

também era onde os camponeses viveram um curtíssimo período praticando o sistema de uso comum da terra ao redor da cidade, durante as décadas em que estavam envolvidos com a borracha e a castanha em Marabá.

Com isso, queremos dizer que começava de forma muito localizada o fechamento da fronteira, o confronto direto da exclusão praticada pelos grileiros que forçavam a posse da terra para se tornarem rapidamente grandes proprietários, como ficou caracterizado pelo processo de apropriação imediata das terras da margem direita do rio Tocantins – demonstrado no estudo da antropóloga Keller (1975) e seu mapa (ver figura 20). A disputa interna entre os próprios camponeses ocorreu de forma mais aguda no processo de expropriação das posses em virtude da alta taxa de migração. Nesse momento, a terra passou a ser disputada mais acirradamente entre todos, mas de maneira mais forte entre os próprios camponeses, uma vez que, segundo Franklin (2008, p.131), somente entre 1958 e 1960 o município recebeu 20.003 migrantes. Para o autor, esse fluxo já era uma decorrência das oportunidades que a abertura da rodovia Belém-Brasília ofertava.

Afirma Franklin que

logo as famílias migrantes ocuparam a região oeste do município, margeando o rio Tocantins e estendendo-se até o campo dos Frades, matas da antiga propriedade dos jesuítas [...] ocupada até então apenas pelos índios Gaviões, Paracategês e Krikatis [...] foram ocupando o espaço, afugentando índios, “amansando” a terra e plantando arroz, feijão, milho, mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e de fácil comércio. Formaram grandes excedentes, vendidos em Imperatriz. (FRANKLIN, 2008, p. 127).

Para Franklin, naquela década o camponês não visa mais a terra para uso comum, pois a rodovia trouxe consigo o uso privado dos campos e das matas. A falta de alimento em um determinado período na região levou os camponeses a atuar na formação inicial de uma frente agrícola. E, a partir daquela época em que o babaçu era a evidência, restava tão somente a agricultura para os novos camponeses migrantes que chegavam à região de Imperatriz. Mas a consolidação da frente agrícola não era fruto exclusivo da inclinação camponesa, muito embora fosse ele o executor. Forças ocultas movidas do interior das transações comerciais os impulsionavam nesta direção, como se constata em relato de Moreira (1997):

Na década de 60, o município de Imperatriz foi um dos maiores produtores de arroz do Nordeste. O Banco da Amazônia foi um dos primeiros a instalar-se em nossa cidade, operava com financiamento direto aos produtores. Manoel Ribeiro

Soares, genro de Simplício Moreira, fora um grande empresário nesta cidade, comprando e exportando a produção do município. Possuía vasto patrimônio e tinha usinas possantes de beneficiamento de arroz e algodão. Manoel incentivou o desenvolvimento da agricultura do algodão, no final da década de 50. *Além de distribuir as sementes. Fazia empréstimos aos pequenos agricultores para o plantio.* (MOREIRA, 1997, p. 123) Grifo nosso.

Esses empréstimos assinalam um dos pontos da comercialização do arroz que foi muito discutido entre alguns pesquisadores¹⁰² que visitaram diversas áreas da fronteira do oeste do Maranhão. O acúmulo de discussão sobre o comércio do arroz geralmente envolvia a figura do comerciante de arroz (o comprador local, o comprador regional e o grande comprador usineiro). Os empréstimos, em qualquer um destes níveis, fossem em mercadorias ou em dinheiro, visavam sempre receber o pagamento em arroz. Assim, alguns desses pesquisadores discutiram, no todo, a comercialização – uns tomando-a como uma cadeia, enquanto outros a examinaram no âmbito do capital comercial e usurário.

Preferimos, neste caso, tomar um caminho distinto e tentar conduzir a descrição e análise não sobre os que obtiveram crédito, seja dos financistas particulares ou mesmo do sistema bancário. Partimos da constatação empírica de que a grande maioria dos camponeses lavrava sem financiamento. Nesta direção, cruzamos entrevistas de grandes e pequenos compradores, e também de camponeses que eventualmente emprestavam dinheiro almejando o mesmo fim.

3.4 A comercialização do arroz na Gleba Boca da Mata

A grande luta do camponês, desde a década de 1950 até os dias atuais, ainda é a luta para não se endividar. Em relatos recentes, disse-nos o camponês Mário Ramos de Sousa, em entrevista em 25 de janeiro de 2016:

Aqui não era desfeita comer d'água no sal pra não vender o legume antes de colher. Desfeita é tratar de uma roça que não é sua porque se vendia o legume na folha. Só tinha uma condição que obrigava nós socorrer desse apelo, era motivo de doença. Eu vivi essa condição uma vez pra nunca mais com a graça de Deus! Vendi o arroz a Cr\$ 1.00 cruzeiro o saco, no começo do ano, quando fui entregar no meio do ano o saco estava de Cr\$ 7.00 cruzeiros. Dá dó. Entreguei o arroz todinho e o comprador não deu sequer uma basta. Não fiquei nem com o arroz de comer. Quando alguém daqui por motivo justo cai nessa situação, muitos de nós tratava de agasalhar ele com legume naquele ano, pois nós já sabia o fim. (M. R. S., Morador do Arapari, 25.01.2017).

¹⁰² Para citar alguns que estiveram pesquisando de norte a sul do oeste maranhense: Velho (1972); Keller (1975); Cunha (1977); Maluf (1977); Santos (1981); Arcangeli (1987); Musumeci (1988); Trovão (1989).

Esta operação de crédito se deu em 1989, junto ao senhor José Pernambuco, maior comprador de gêneros, especialmente arroz, no povoado Mucuíba, e que ao mesmo tempo era o maior financiador das safras de parte dos loteamentos Pé de Galinha, Muçambê e Sol Nascente. José Pernambuco, como era conhecido, foi assassinado em 1996 na praça principal de Mucuíba onde eram realizadas as grandes feiras nos finais de semana. Ato consumado por um feirante, depois de uma forte discussão entre os dois e quando o feirante, sentindo-se violentamente ofendido, reagiu com mais violência.

Em 1984/85, uma pesquisa realizada pelo CENTRU-MA com sua equipe de educadores, da qual fiz parte, e que foi dirigida pelo seu coordenador, resultou no Relatório Final com o título 'Estudo de Sistemas Agrários no sudoeste do Maranhão'. A pesquisa procurava entender as contradições da produção e a situação fundiária naquela época. Um dos pontos era examinar a comercialização e distribuição da produção. Em função desse levantamento, vários grandes compradores foram entrevistados, entre eles, o senhor José Pernambuco. Na coleta de dados, forneceu, não sem receios, seus cadernos de notas da safra do ano anterior (1983) para uma conferência de quantas pessoas ele havia financiado naquele ano e o volume de sua compra.

Eram apenas três cadernos simples com espiral, contendo em média 50 folhas cada um, no formato aproximado de 200 mm x 140 mm. O registro era feito de maneira muito simples, cada folha continha o nome do financiado, sendo uma página para registros das retiradas em dinheiro, e a página do verso da folha para os registros da quantidade de produtos entregues – fosse arroz ou milho. Em sua presença, numa mesa de seu escritório localizado em uma casa antiga da cidade de Mucuíba e adaptada para tal fim, ao lado de um de seus armazéns, foi feita a conferência sumária dos apontamentos, enquanto ele falava o tempo todo, reclamando do governo e dos bancos:

Tá vendo aquele monte de caderneta ali tudo dos anos para trás. Do ano passado para este caiu muito a compra. Agora todo mundo aqui tem dinheiro de banco, virou uma praga. Afrouxou o negócio e muita gente já não está pagando. O banco não tá lá, tem gente certa mais conheço uns que só tem o documento e rocinha pequena mais vai lá e tira dinheiro de dois, três alqueires – José Pernambuco, entrevista de 21 de julho de 1984. (CENTRU-MA, 1986, p. 92)

Sua principal queixa por aquela época referia-se sempre à intervenção do banco em financiar as safras de arroz e mandioca e também melhoramentos nas propriedades, visto que o GETAT, em 1982, havia praticamente concluído a emissão de títulos da gleba Boca da Mata. De posse do título, o camponês recorria ao banco. Isto permitia, por meio da hipoteca da propriedade, ter acesso ao recurso nas duas linhas de financiamento. Com isso, a grande maioria dos que dependiam de dinheiro emprestado para financiar a safra e que recorriam aos compradores de gêneros, rapidamente passaram para os bancos, onde as taxas de juros eram inferiores em relação aos financiadores. Na ocorrência de falhas no inverno, ou presença de pragas na lavoura, era possível renegociar a dívida em condições extremamente favoráveis. Mesmo quando havia perda total, terminavam anistiados.

Um dos cadernos de José Pernambuco registrava seis rotas de compras. Em cada rota constava o nome do povoado e o nome de seu comprador no local. Eram 41 localidades¹⁰³. Esse número representava praticamente um terço dos 143 centros existentes no município constante na Gleba Boca da Mata, na época. Os compradores locais, em geral, tinham um pequeno comércio, mas podia ser qualquer outro negócio investido dessa função: um pequeno fazendeiro ou um camponês que produzia naquela localidade.

O certo é que esse comprador de gêneros alimentícios era considerado pelos camponeses um grande financista que intermediava entre os usineiros e os camponeses. Ele mantinha forte lealdade e comprometimento com o grande usineiro. Estava na cadeia comercial do arroz e representava o homem rico na localidade, nas transações, o que garantia também *status* social. Em todos os povoados próximos aos 'centros agrícolas' havia uma pessoa de sua confiança que mantinha a compra local. Era um cargo almejado por muitos camponeses, pois aquela função rendia ganhos que eram impossíveis de ser obtidos somente tratando de roças.

O comprador local não só conhecia a todos da localidade e arredores, como também conhecia a roça de cada um. Mantinha um histórico do sujeito, certificando-

¹⁰³ As localidades eram: 1ª rota: São Raimundo, Lagoa da Onça, Assobiador, Carrapicho, Três Lagoas e Olho D'Água; 2ª rota: Alto do Coko, Santa Luzia, Centro dos Beneditos, Lagoa Grande, Lagoa do Cipó, Angico e Grota Vermelha; 3ª rota: Deus Quer, Currais, Cumarú, S. Sebastião Olho D'água, Jenipapo, Ingarana, Parsondas, Varjão e Tanque; 4ª rota: Água da Sapucaia, Cana fístula e Mutum; 5ª rota: Boca da Mata, Fazenda Nova, Lagoa dos Porcos e Açaizal; 6ª rota: Sumaúma, Barro Branco, Açaizal, Lagoa do Caju, Folha Larga, Barreirão, Lagoa do Cipó, Araparí, Centro do Zezinho, Centro do Toinho e Bela Vista.

se de que era pessoa de negócio sério, se era bom pagador ou não. Sabia se a roça era boa ou ruim, sabia o tamanho da roça do camponês e era sempre informado, por terceiros, se o camponês mantinha outras transações comerciais com gente da localidade ou de fora.

Quando uma pessoa da localidade se aproximava para negociar arroz, ele antecipadamente já sabia tudo a respeito da roça de que a pessoa dispunha; portanto, tinha uma ideia do volume de arroz que ele podia dispor para negociar. Se por acaso ainda não tivesse tais informações, pedia que a pessoa passasse outra hora, ou no dia seguinte, e nesse intervalo procurava saber as informações básicas sobre o camponês para com ele negociar.

Em geral, o grande comprador fornecedor do dinheiro colocava o risco de perda em cima do comprador da localidade. Esse, por sua vez, ganhava uma percentagem em cima da quantidade de sacas que o camponês podia comprar e entregar. Junto a isso, encontrava-se também embutida na percentagem a qualidade do produto. De modo que a atenção sobre a qualidade era constante em toda a cadeia produtiva, do produtor aos intermediários.

Fora as transações conduzidas pelos financistas, havia ainda um sem número de transações pequenas realizadas entre os próprios camponeses, visando sempre vantagens, mesmo em minúsculos negócios envolvendo aquilo que estavam produzindo em suas roças.

As transações comerciais com todos os legumes ocorriam o ano todo, mas se acentuavam a partir do mês de dezembro, quando já se tinha observado a afirmação do inverno e a produtividade de tudo que se plantara. Desse momento em diante intensificava-se a venda, na medida em que o arroz começasse a 'embuchar'. O arroz vendido nessa fase era conhecido como 'arroz na folha'. Daí por diante, vendia-se durante a panha 'arroz verde', durante a 'batição', depois da 'batição' vendia-se o arroz seco, e por fim o arroz guardado até dezembro, ocasião em que todos os produtos alcançavam os preços mais altos. (CENTRU-MA, 1986, p.107).

Essas transações se repetiam ano após ano. Duas situações eram mais temidas pelos camponeses, segundo seus relatos. A primeira era vender o 'arroz na folha'. O preço era extremamente baixo na hora da venda, mas no momento da entrega era várias vezes maior do que quando fora vendido. Essa negociação, embora fosse de maior risco para o comprador, era também, uma vez dando certo o negócio, a operação na qual os grandes compradores mais ganhavam dinheiro. A segunda era

mais perigosa. Se por qualquer que fosse o motivo, o camponês não entregasse naquele ano o arroz vendido ao comprador, a quantidade do produto para o ano seguinte era duplicada.

Pela soma total do arroz e milho comprados nos 41 povoados, mantidos as 268 sacas de arroz que ele ainda não havia recebido, José Pernambuco havia comprado 4.972 sacas. Sendo 3.231 sacas de arroz e 1.741 sacas de milho. Desse arroz, 866 sacas tinham sido compradas 'na folha'.

Os outros dois cadernos de José Pernambuco continham o registro de 132 camponeses com os quais ele manteve negócios diretamente com o produtor ou intermediário, em sua casa. A soma das operações alcançou um total de 2.018 sacas, sendo 1.694 de arroz e 324 de milho. Do volume de operações do arroz, somente 237 sacas haviam sido compradas 'na folha'.

Antes da conclusão dos cálculos, o comprador apresentou uma folha de papel almaço com mais sete carradas de 120 sacos de arroz e 12 carradas de milho que ele havia comprado na porta do armazém. Estas compras na porta se davam porque, geralmente, as carradas tinham como destino o município de Imperatriz, mas, uma vez passando na porta do comprador, os camponeses encostavam e examinavam se o comprador não desejava ficar com o produto.

João Pernambuco esclareceu, ainda, que as contas nunca batiam porque durante o ano todo muita gente vendia para ele em sua porta. Traziam pequenas quantidades no lombo dos animais, e aquele 'pingado', como ele chamava a venda de pequena quantidade, ele não anotava. Pesava, examinava a qualidade do arroz ou milho e pagava ali mesmo e ia encostando junto à pilha de arroz que estava estocado.

Afora esse varejo, o entrevistado comprou naquele ano de 1983 um total de 5.765 sacas de arroz e 3.265 sacas de milho. Afirmou ele ainda que em anos anteriores chegou mesmo a comprar, com certa frequência, mais de dez mil sacas só de arroz, por ano.

Havia em Mucuíba mais quatro compradores de menor escala, agenciados por usineiros de Imperatriz, mas era do conhecimento de todos que as safras compradas por eles, se somadas, não se igualariam ao montante de sacas compradas por José Pernambuco (informações colhidas junto a um comprador que morava no povoado de Buritirana e comprava arroz para esses quatro, naquela localidade).

Na sede do município também havia mais três grandes compradores financistas, e todos os três eram médios usineiros, mas o grosso de suas compras era

conduzido para o polo usineiro 'Maranhão Novo', de Imperatriz, localizado à margem da rodovia Belém-Brasília.

Tabela 9 – Produção dos principais produtos agrícolas e rebanhos bovinos do município de João Lisboa-MA (1977-1981)

POPULAÇÃO		1977	1978	1979	1980	1981
	RURAL		35.283	37.167	36.659	37.270
URBANA		3.699	3.916	4.145	6.036	6.200
PRODUTOS						
ARROZ	ha	13.453	12.100	15.000	17.250	18.000
	t	24.215	23.215	25.110	32.085	16.740
	Valor*	32.544	68.040	131.627	210.152	277.382
FEIJÃO	ha	405	920	844	1.120	1.300
	t	243	444	398	605	400
	Valor*	1.307	2.868	5.001	18.515	28.254
MANDIOCA	ha	1.592	2.200	2.530	2.938	3.000
	t	15.920	22.000	25.300	29.349	30.000
	Valor*	6.550	7.590	10.677	24.417	80.700
MILHO	ha	7.123	8.470	9.750	11.019	12.000
	t	4.274	6.098	5.850	6.736	4.320
	Valor*	5.427	10.183	16.573	34.239	49.507
REBANHO BOVINO	Efetivo	8.970	9.311	14.000	26.843	29.900
	Valor*	16.231	29.912	68.068	285.945	600.960

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS – IPES/SEPLAN – MA, 1983. Informações básicas: Região Tocantina. São Luís, 1983, p. 37 – 46.

Estes dados podem ser manejados de muitas maneiras para análise. Se observarmos que a área total do município era de 205.500,0000 hectares e a área cultivada de arroz, em 1981, chegava a 18.000 hectares. Salta aos olhos o avanço do desmatamento diante da ação territorializante dos camponeses. Portanto, é possível projetar, por estimativa, que em pouco mais de uma década, no ritmo do avanço apresentado no início da década de 1980, provavelmente estaria desmatado o município. Com relação aos quatro anos anteriores, com exceção do correspondente ao ano de 1978, vemos que a área desmatada foi sendo progressivamente aumentada.

Mesmo que as novas áreas fossem reduzidas pela metade, considerando que na maioria das vezes os camponeses reutilizavam a capoeira por mais um ano, ainda assim teríamos um avanço anual na ordem de 10.000 mil hectares. Estamos utilizando para a análise apenas a área do arroz, em virtude de que todas as demais culturas – com exceção do feijão – eram cultivadas de maneira consorciada, ou seja, dentro da mesma área do plantio do arroz eram plantados o milho e a mandioca.

O feijão se encontrava incluso por ser plantado em áreas já trabalhadas. Principalmente nas várzeas ou mesmo em terras mais altas, como é o caso do feijão que plantam no começo ou fim de inverno, denominado por eles de 'feijão das primeiras águas'. Para o plantio que fazem em terras de capoeiras, chamam de 'feijão do fim das águas'. O feijão desse período é chamado também de feijão de 'abafados'.

O fato de explorarem sempre estes quatro produtos (arroz, milho, feijão e mandioca) numa mesma área, diz respeito ao volume de trabalho. Executados apenas os tratos da cultura do arroz, o camponês ganha a produção dos demais. Evidente que precisa complemento, como é o caso da mandioca, que exige no segundo ano uma nova capina – além da mão de obra para industrializá-la.

No geral, a mandioca somente passava a ser beneficiada depois de um ano e meio, quando ela, de fato, encontrava-se madura; portanto, somente ocorria no ano seguinte. Já o milho tinha de ser colhido no mesmo ano de plantado, serviço que geralmente era feito depois que ele se encontrava dentro da umidade ideal para comércio. A colheita do milho era feita meses depois da colheita do arroz, que exigia muita mão de obra e manejos dos grãos para manter a qualidade exigida pelo mercado.

Em se tratando ainda dessas culturas agrícolas, salientamos que a razão maior da escolha desses quatro produtos tem a ver com o mercado. Uma vez tendo esses produtos, o camponês passava a ter dinheiro o ano todo. O arroz quase sempre era todo vendido, de preferência no tempo certo, retirando apenas o de comer e plantar. O feijão ia sendo vendido aos poucos. O milho, depois de separado o do consumo dos porcos, das galinhas e dos animais de montaria e trabalho (milho que geralmente fica na espiga para evitar pragas), era debulhado e vendido em sacas de 60 kg. E, por fim, a mandioca. Esta era beneficiada e vendida semanalmente.

Em relação à pecuária, podemos perceber por estes dados que em cinco anos o rebanho bovino triplicou, evoluindo de 8.970 cabeças em 1977, para alcançar 29.900 cabeças em 1981. O número do rebanho em 1977 ocupava uma área de pastagem de aproximadamente 5.124 hectares, saltando em 1981 para uma área de 17.084 ha. Portanto, o avanço da área da pecuária, em quatro anos, alcançou 333%. Vale notar que, no início, o camponês abria uma nova área na mata para a cultura do arroz e demais produtos, e somente no segundo ano o terreno seria semeado de capim. A partir de meados da década de 1980 o capim passou a ser plantado logo no primeiro ano, poucos dias depois que haviam plantado o arroz.

Em razão das pesquisas feitas em 1984 e 1985 — ‘Estudo de Sistemas Agrários no Sudoeste do Maranhão’ —, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU passava a fomentar um plano educativo e a formação de cooperativas de produção e comercialização. A Coordenação do CENTRU, através de sua pesquisa, havia chegado à conclusão de que, se por um lado a titulação das posses camponesas tinha institucionalizado uma linha de crédito mais barata junto aos Bancos, e com isso arrancado um significativo número de camponeses das garras dos compradores que os extorquiam pela ‘compra na folha’; por outro lado os compradores mantiveram os camponeses na sujeição do transporte, e mesmo na compra na saca, pois os usineiros forçavam os fretes com os compradores nas respectivas regiões. (CENTRU-MA, 1986, p. 101).

Com as cooperativas, o CENTRU esperava iniciar a quebra de mais um elo de sujeição na cadeia de comercialização camponesa, uma vez que por intermédio da cooperativa seria rompida a intermediação no mercado. Começava também, nesse período, uma intensa mobilização de luta pela terra, uma vez constatado que milhares de camponeses permaneciam sem terras na região, mesmo diante da ação demarcatória do GETAT.

O grande usineiro Adilson Chaves de Miranda, nascido em 24/04/1947 e criado na cidade de Luz, Minas Gerais, relata que havia migrado para Imperatriz em 1974. Em entrevista de 27 de junho de 2016, quando solicitado a explicar por que o bairro industrial de beneficiamento de arroz, Maranhão Novo, que ocupava uma grande extensão da rodovia Belém-Brasília, havia sido desativado quase todo num mesmo período, Adilson esclarece:

O problema que atingiu um atingiu a todos, se aqui não obtínhamos mais os lucros que estávamos acostumados durante anos porque os lavradores passaram a ter dinheiro fácil junto aos bancos. Tinha também já por aquele período a concorrência do arroz de outras regiões que chegava ao destino do nosso com melhor qualidade e preço mais baixo. Comércio é assim, muda muito rápido. Quem ganhou, ganhou, seja produzindo, comercializando ou beneficiando. Eu e tantos outros compreendemos muito rapidamente que estava na hora de mudar de ramo. Como você vê, a grande estrutura de armazenamento e beneficiamento do arroz está ainda por visto abandonada, sendo aproveitada de outra maneira nos tempos atuais. Nos nossos armazéns aqui ao lado, meu cunhado montou uma fábrica de velas. Foi um tempo bom, trabalhamos muito e fizemos recursos. Cheguei mesmo a financiar caminhões pra muitos pequenos compradores nos centros, tem gente que até hoje me deve e tenho como perdido. No setor da Farra Velha, bairro antigo, alguns usineiros ainda sobrevivem mas em condições muito adversas do nosso tempo (Adilson C. de Miranda, Bairro Maranhão Novo. Entrevistado em 27 de junho de 2016).

Em seu relato o usineiro — atualmente fazendeiro em região próxima ao povoado Nova Brasília, portanto dentro da gleba Boca da Mata — fala do giro rápido do comércio e descreve o auge da produção de arroz como sendo um tempo de ganhos para todos.

Em 1987, Manoel da Conceição, coordenador do CENTRU, numa entrevista sobre a importância da cooperativa para os camponeses, afirmava que:

Os usineiros e os atravessadores estão indignados porque o banco favoreceu os lavradores com seus títulos emprestando um pouco de dinheiro a um custo muito inferior ao que eles praticavam juntos aos lavradores. E olhe que os juros deles arrancavam os olhos da cara dos trabalhadores, mesmo assim forçam para manterem a mesma exploração. A cooperativa com certo número de associados pode muito bem competir preços com eles no mercado. As cooperativas são criadas com os associados dos sindicatos, vamos fazer um casamento entre o sindicato e a cooperativa mais queremos fazer uma cooperativa que não seja apenas um braço do capitalismo mundial, temos que ter uma visão estratégica de que ela seja mais que apenas melhorar de vida, ela tem que ter um papel transformador da sociedade que até o presente tem sido profundamente injusta com todos nós trabalhadores. É o que vamos fazer, vamos fundar cooperativas em todos os municípios em que estamos trabalhando. Os trabalhadores podem muito bem surpreender pelo nível de organização que se pode alcançar, seja nessa região onde estamos mais envolvidos ou mesmo no sertão onde já estamos chegando a pedido de muitos companheiros daquela região — Manoel da Conceição, Central/Pé de Galinha — Entrevista em 27.08.1987.

Essa política de produção e comercialização, embora não tenha se tornado um conflito de grandes proporções, incomodou usineiros, comerciantes e compradores. É unânime ainda, nos tempos atuais, entre estes segmentos, o dissabor reclamado em relação ao financiamento dos bancos, tanto para os custeios das safras, quanto para os melhoramentos nas pequenas propriedades. Uma vez que, de uma forma ou de outra, os camponeses passaram a ter acesso a recursos provenientes de outras fontes e por preços menos elevados.

Esta iniciativa de fato conduziu muitos sindicatos de trabalhadores rurais de vários municípios a implantarem cooperativas em suas respectivas bases. Treze anos depois, em 2000, conforme Araújo (2010, p. 142), o conjunto das cooperativas de camponeses se articulou e criou, juntamente com o apoio do CENTRU e outras entidades, a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão — CCAMA, tendo como associadas a Cooperativa Agroecológica pela Vida (COOPEVIDA); Cooperativa Agroextrativista de Imperatriz (COOPAI); Cooperativa Agroextrativista de Amarante — COPRAMA; Cooperativa Agroextrativista de Estreito (COPRE); Cooperativa Agroextrativista de Loreto (COOPRAL); Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Agroflorestais de Montes

Altos (COOPEMI); Cooperativa Agroextrativista de João Lisboa (COOPAJOL) e a Cooperativa Agroextrativista de Riachão (ARAÚJO, 2010, p. 141).

3.5 Superposição da frente pioneira e frente de expansão

A frente agrícola na microrregião de Imperatriz teve seu encaixe numa moldura maior, envolvendo todo o oeste do estado do Maranhão. Conforme Andrade (1968), o deslocamento migratório maranhense tomou basicamente os seguintes cursos e ramificações: o primeiro ramo

Ultrapassa a cidade de Caxias (microrregião do Itapecuru), rumo a oeste, com intenções agrícolas, alcançando a cidade de Codó, em 1920, a de Pedreiras, em 1940, a de Bacabal, em 1950 e a de Santa Inês em 1957. Este ramo, portanto, saído do Itapecuru, atinge a microrregião do Pindaré. Na cidade de Bacabal, bifurca-se: um sub-ramo seguirá para noroeste, alcançando primeiramente a região do Alto Turi (Rio Turiaçu) e posteriormente a do Gurupi (Rio Gurupi), no limite com o Estado do Pará; o segundo sub-ramo seguirá para sudoeste, até atingir o Rio Grajaú, a cidade de Santa Luzia e, finalmente, a cidade de Imperatriz (microrregião de Imperatriz); um segundo ramo, de intenções agrícolas e pecuárias, também parte de Caxias, dirige-se a sudoeste, diretamente. Parte deste ramo alcançará os altos cursos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré, lá desenvolvem sua agricultura; outra parte, a de intenções pecuárias, atingirá a região de Barra do Corda (microrregião do Alto Mearim e Grajaú); a outra e última parte prosseguirá até atingir as cidades de Carolina e Imperatriz. Tanto o primeiro como este segundo ramo aproximam-se do limite com o Pará, uma vez que são alcançados os rios Gurupi (a noroeste) e Tocantins (a sudoeste), que banha a cidade de Imperatriz; um terceiro ramo, de intenções preponderantemente pecuárias, sai de Floriano (cidade do Piauí, mais ao sul do que Caxias), dirigindo-se a oeste desta cidade, até alcançar a região de Pastos Bons e as cidades de São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Carolina, etc.; atinge, portanto, além da microrregião de Pastos Bons, a do Baixo Balsas e a das Chapadas do Sul, até chegar a de Imperatriz. (ANDRADE, 1968, p. 82-84).

Observamos neste roteiro da migração maranhense o fluxo dos três ramos, seja agrícola ou pecuarista, que seguiram por contornos diferentes alcançando Imperatriz. Antes das estradas de rodagem abertas por Simplício Moreira em 1953-54, os camponeses geralmente deslocavam-se a pé ou tocando jumentos e burros, com a família ou sozinhos, procurando se localizar nas matas ou às margens de rios e córregos, instalando seus 'centros' com suas toscas habitações de taipa cobertas com a variedade de palhas encontrada na região.

Essa condição era um tempo de espera em que faziam um aproveitamento estratégico. Afora os extrativistas, os demais camponeses poderiam passar anos e anos sem aumentar sua renda ou acumular recursos, permanecendo sempre no

mesmo padrão de vida por tempo indeterminado. Sua pequena produção comercial, alcançava a compra de outros produtos como, querosene, sal, ferramentas, munição, açúcar, linhas, fósforos, etc. Em casos extremos, improvisavam tudo: queimavam óleos da floresta, cera de abelhas, usavam o mel, faziam rapadura, a ponto de passarem anos, muitas vezes, sem nada comprar.

Em Imperatriz e arredores, por meio século, os camponeses viveram entre o extrativismo (no sul do Pará) e agricultura (no Maranhão). Quando as novas levas de migrantes nordestinos chegaram à região (início da década de 1950), somente restava a agricultura como alternativa.

Concordando com Martins (1996, p. 31), entendemos que as matas da microrregião de Imperatriz até o início da década de 1950 se constituíam em uma faixa que, segundo o autor, ficava situada entre a fronteira econômica e a demográfica, uma vez que “há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’ que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc.”.

A força de atração da frente extrativista, no sul do Pará, desviou a progressão dos migrantes sobre as matas na microrregião de Imperatriz, por toda a primeira metade do século XX. Em decorrência disso as matas foram poupadas pelos camponeses, que somente se voltaram para elas, de maneira consistente, na segunda metade desse mesmo século. Dessa forma, acreditamos que houve poucos anos (menos de uma década) para se consolidar a frente agrícola nos moldes da economia camponesa de excedente.

O raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quando plantar e até onde plantar está organizado a partir da ideia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca no comércio. (MARTINS, 1996, p. 50).

Essa constatação feita por Martins (1996) na região transcorreu em paralelo ao extrativismo da borracha e da castanha; portanto, na primeira metade do século XX. A partir da década de 1950 houve o “deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão”, o que ocasionou a “superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial” que terminou em “uma violenta dimensão conflitiva” (MARTINS, 1996, p.45). É ainda Martins quem explica o acelerado deslocamento da frente pioneira:

A partir de 1943, a **frente pioneira** que, em outras regiões se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da grande agricultura de exportação, como o café, no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal. **Ela se torna a forma característica de ocupação das novas terras.** Os grandes episódios desse impulso foram a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, ambas oficiais nos anos 40; a **construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 50;** e, finalmente, a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos 60. A política de incentivos fiscais, ao subsidiar a formação do capital das empresas amazônicas, dando-lhes assim uma compensação pela imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras para a abertura de fazendas (onde esse era o caso), promoveu a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital. (MARTINS, 1996, p. 44) Grifos nosso.

A dimensão conflitiva entre as duas formas de organização social é resultado direto do antagonismo existente entre elas sobre a propriedade da terra. Para Moreira (1978, p. 53), caberia ainda uma terceira frente, dado o avanço rápido e violento da expropriação através da compra ou da ocupação. Esta frente, denominada por ele de “frente de expansão monopolista” — fruto da política do governo nacional configurada no II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁰⁴ — era responsável pelo avanço voraz sobre as terras, ocupando os “espaços vazios” da Amazônia.

Esta superposição das distintas frentes, na microrregião de Imperatriz, pode ser percebida observando-se os fluxos do avanço sobre as matas nos dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 10 – MARANHÃO - População residente no Estado e na Frente de Expansão Agrícola, 1940-1970.

Especificação	1940	1950	1960	1970
Estado	1.235.169	1.583.248	2.492.139	2.992.689
Frente	198.139	318.993	816.125	1.036.874
Frente/Est. 100%	16,04%	20,14%	32,74%	34,64%

Fonte: ARCANGELI, 1987, p. 111.

De acordo com os dados, a taxa geométrica de crescimento considerado no Maranhão nos trinta anos se aproximou de 3% ano, e a da frente alcançou a casa de

¹⁰⁴ De acordo com Oliveira (1991, p.91), o sucesso do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) — lançado ainda em 1974, pelo general Ernesto Geisel para o período 1975-1979 — dependia de grande volume de recursos (capital internacional) e de financiamento de longo prazo para dominar o ciclo produtivo industrial. O resultado esperado dos investimentos era a recuperação do crescimento no longo prazo, previsto para o início dos anos 1980.

6% ano. Vemos ainda que o maior deslocamento de migrantes se deu na década de 1950, quando o estado alcançou uma taxa de 57%, superior aos 28% da década anterior e aos 20% da década seguinte. A frente alcançou 156% nos anos da década de 1950, bem superior aos 27% dos anos de 1960.

Podemos fazer um recuo histórico e observar o mapa de Francisco de Paula Ribeiro (Figura 5) para visualizarmos o quanto o leste do estado do Maranhão já se encontrava ocupado por volta de 1815, e que, portanto, a frente avançou sobre o oeste, sobre as matas de transição e sobre a floresta equatorial. É de se notar que o fluxo migratório que compõe a frente agrícola no estado já havia ultrapassado as antigas áreas algodoeiras, desde 1930, e continuou seu processo de ocupação, sempre no sentido leste-oeste.

A tabela mostra ainda o percentual da migração conduzindo a frente agrícola. Enquanto o estado obtinha uma taxa de crescimento geométrico de apenas 3% ao ano, a frente alcançava o índice de 6%. Conforme os dados, a década de 1950 é a mais forte em intensidade e influência das correntes migratórias. Nesse período a população do estado cresceu 57%, enquanto a frente alcançou 156%.

Estes dados são significativos na sua totalidade, mas destacamos que a microrregião de Imperatriz, embora comece a receber migrantes na década de 1950, somente foi fortemente impactada nas décadas de 1960 e 1970. Neste sentido, analisamos a condição dos camponeses, que são os principais produtores nas frentes superpostas. Verificamos a estrutura agrária e a evolução dos preços da terra, bem como a produção do arroz, que era seu principal produto, o que nos permite verificar os impactos da superposição e aferir os centros agrícolas camponeses em suas ações territorializantes no interior desse deslocamento.

Há ainda dados mais próximos, constituindo uma boa amostra da condição destes produtores, que podem ser extraídos de algumas microrregiões consideradas pelo IBGE como uma área homogênea. São elas: Imperatriz, Pindaré, Alto Mearim e Grajaú, Mearim, Médio Mearim e Gurupi.

Ressaltamos que, embora essa área seja considerada homogênea, somente as microrregiões de Imperatriz e Gurupi, por serem impactadas pela rodovia Belém-Brasília, foram concebidas como áreas superpostas da frente de expansão agrícola e da frente pioneira. Esclarecida esta particularidade, a tabela seguinte apresenta a evolução da situação dos produtores.

Tabela 11 - Condição dos produtores maranhão e frente de expansão agrícola

ANOS CONDIÇÃO	1960		%		1970		%		1975		%	
	MARANHÃO											
PROPRIETÁRIOS	Nº	30.894	12,0	48.568	13,0	75.260	15,0					
	Ha	5.015.806	81,0	9.255.118	85,5	10.951.996	15,0					
ARRENDATÁRIOS	Nº	88.436	34,0	147.233	38,0	185.856	38,0					
	Ha	464.891	7,5	374.458	3,5	322.273	3,0					
POSSEIROS	Nº	138.745	54,0	190.434	49,0	228.859	47,0					
	Ha	692.902	11,5	1.149.114	11,0	1.116.956	9,0					
TOTAL	Nº	258.075	100,0	386.235	100,0	489.975	100,0					
	Ha	6.173.599	100,0	10.778.690	100,0	12.391.225	100,0					
FRENTE DE EXPANSÃO												
PROPRIETÁRIOS	Nº	7.667	6,0	19.675	12,0	35.323	17,0					
	Ha	514.024	52,0	2.504.151	77,0	4.606.293	84,0					
ARRENDATÁRIOS	Nº	13.160	11,0	26.352	17,0	46.166	23,0					
	Ha	36.858	4,0	51.604	1,5	79.979	1,5					
POSSEIROS	Nº	95.957	83,0	110.295	70,0	124.465	60,0					
	Ha	429.946	44,0	710.169	21,5	779.064	14,5					
TOTAL	Nº	116.784	100,0	156.324	100,0	205.954	100,0					
	Ha	980.828	100,0	3.265.924	100,0	5.465.336	100,0					

Fonte: ARCANGELI, 1987, p.133.

Observamos que houve uma acelerada evolução da categoria proprietários em relação à propriedade privada da terra. De forma comparativa, podemos perceber que, entre 1960 e 1975, o número de proprietários, como um todo para o estado, cresceu na ordem de 144%, enquanto a frente de expansão saltou para 361%. Esse crescimento vai incidir diretamente sobre a área de terra da propriedade privada, como constatamos que no Maranhão cresceu 118%, e a frente avançou 796%.

Duas questões merecem esclarecimento. A microrregião de Imperatriz e a de Gurupi, por ficarem no eixo da rodovia Belém-Brasília, são tomadas como áreas superpostas pelas frentes. As duas juntas ocupam uma área de 51.041,410 km², as demais microrregiões formam uma área de 83.383,828 km². A segunda questão é que uma das principais características da frente pioneira é, segundo Martins (1996, p. 48), a instituição da propriedade privada — por ela permitir extrair “a renda capitalista da

terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital”.

Assim, associando elementos, podemos admitir que as microrregiões de Imperatriz e Gurupi alcançassem taxas superiores a 796% de ocupação como demonstra a tabela. Este índice impõe uma alta concentração de terras, o que evidencia a vertiginosa compressão exercida pela frente pioneira, diluindo rapidamente a frente de expansão.

A tabela expõe também que o percentual de posseiros cai de 54% para 47% no estado entre 1960 e 1975, igualmente declinando a taxa entre os posseiros na frente de expansão. Este índice aponta para a diminuição de área arrendada por camponeses que não eram posseiros e nem proprietários, ficando na ordem de 117%; portanto, inferior ao crescimento da área de arrendamento, que foi reduzida em 250%.

Na área de superposição, esta taxa não se aplicaria, mesmo com a forte expropriação dos camponeses em luta com eles mesmos e com os grileiros, pois nesse período ainda havia possibilidade de que continuassem expandindo a frente via ocupação de novas áreas de terras ainda livres. Ocorre exatamente neste período o maior avanço dos camponeses sobre as áreas ainda consideradas livres, fundando uma miríade de centros agrícolas, dando continuidade à frente iniciada nas duas direções apontadas no mapa de Keller (ver figura 09).

Em relação à estrutura agrária, é também possível estabelecer dígitos comparativos entre a totalidade maranhense e as frentes. Também neste ponto merece comentários críticos circunstanciais, em relação aos dados do IBGE, diante de sua metodologia de levar em conta a unidade de exploração em seu Censo Agropecuário, e não a unidade de propriedade. Apanhados os dados desta maneira, consequentemente subestima a concentração fundiária, uma vez que, tomando os camponeses como unidades de exploração, escapa-lhes as informações do regime de propriedade.

Vemos, pelos dados do Censo Agropecuário de 1960, 1970 e 1975, que entre 1960 e 1975, na totalidade do estado, o número de estabelecimentos de até 50 hectares cresceu em 218.609 unidades e os acima de 50 hectares ficou em 15.404 estabelecimentos, mas, sobre estes, foram incorporados 6.278.233 hectares de área explorada, e em relação às 218.608 unidades o aumento foi de 531.000 hectares. Temos, portanto, uma média (desses últimos) de apenas 2,43 hectares em detrimento de 407,3 para as unidades superiores a 50 hectares.

Em se tratando da frente de expansão, o acréscimo, no mesmo período, para os estabelecimentos de até 50 hectares foi na ordem de 78.330, e aumento da área de 420.925 hectares. Já os estabelecimentos acima de 50 hectares receberam um acréscimo de 13.330 unidades, porém registrou-se um acréscimo de área explorada de 4.096.874 hectares. O acréscimo em média de áreas para os primeiros ficou em apenas 5,37 e para o segundo a média de área adicionada foi de 307,3 hectares.

Embora estes números sejam subestimados, é visível o aumento da concentração fundiária. Ademais, os posseiros, na sua totalidade, não tinham o hábito de cadastrarem suas posses junto ao INCRA. Poucos da gleba Boca da Mata tinham cadastro (cadastros feitos ainda durante a existência do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA¹⁰⁵).

Mirados nessa concentração, vale lembrar que a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) inicia seu projeto de colonização em 1972, e que é na década de 1970 que a SUDENE e SUDAM deram início à implantação dos grandes projetos financiados.

A frente de expansão agrícola, iniciada na década de 1950, toma impulso e se consolida na década de 1960 sob os efeitos do deslocamento da frente pioneira que, em seu avanço, vai desconstruindo “as relações sociais (e de produção) da frente de expansão”, uma vez que essas são “predominantemente relações não capitalistas de produção, mediadoras da reprodução capitalista do capital”. Não havia mais lugar para a “insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicações comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores”. (MARTINS, 1996, p. 47).

A rodovia Belém-Brasília, um dos tentáculos da frente pioneira, rompe os limites da frente de expansão que, até então, como afirma Martins (1996), mantinha-se distante do mercado. E por isso mesmo a produção do arroz seria mantida sem que os camponeses tivessem que assegurar sua sobrevivência apenas com sua

¹⁰⁵ Conforme Oliveira (1991, p.42); Brum (1988, p. 21) o Órgão criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e regulamentado no ano seguinte pelo Decreto nº 55.889, de 31 de março de 1965. Trata-se de uma autarquia jurídica e de autonomia financeira e era subordinada à Presidência da República. Seu objetivo principal visava promover a elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, e da mesma forma administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária. Seis anos depois as dificuldades operativas do IBRA e do INDA e o seu distanciamento das preocupações com a reforma agrária resultou por refletir-se na extinção destes dois órgãos. Em substituição aos extintos surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

comercialização. A rodovia colocava o mercado — naquele momento, no interior da mata — no ‘centro agrícola’ do camponês.

Com isso, comenta Martins, a frente pioneira se expande rapidamente sobre o território da frente de expansão

de que se apossa como seu território. Essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista de capital [...] O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território. (MARTINS, 1996, p. 48).

A rodovia foi inaugurada exatamente em 1960. Dessa forma, o choque entre as duas frentes, por estes dados, ao que tudo indica, não levou a economia camponesa à crise, sobretudo em consequência de sua maior dependência do mercado, e da mesma forma esse reordenamento do espaço não desorganizou a economia de excedente.

Como já expomos, mesmo antes de a estrada ser construída, o governo municipal (1953) já havia construído uma malha de estradas carroçáveis no município para captação da produção. De acordo com a afirmação de Martins (1996), ao explicar que na frente havia uma diversidade de personagens:

Há uma espécie de burguesia de fronteira que muitas vezes toma a iniciativa pela expansão desses modos marginais de produção das mercadorias. Ela é responsável pela implantação desses terminais de sucção de produtos e desproporcional distribuição de mercadorias trazidas de fora. (MARTINS, 1996, p.51).

A conexão que a ‘burguesia de fronteira’ havia feito se dava com o restante do Nordeste, o que viabilizava a economia local, tornando-a supralocal, resultando, com a rodovia Belém-Brasília, a conexão definitiva com o mercado nacional.

A interpretação que se infere é a de que não houve uma desarticulação da economia camponesa. A queda registrada entre 1971 e 1974 é explicada por alguns, como Arcangeli (1987), Cunha (1977), Trovão (1989), Franklin (2008) dentre outros, como sendo resultado direto do impacto das expropriações executadas pelos grandes e médios fazendeiros, da forte presença da grilagem e da implantação de grandes projetos. Essa compressão vinda de fora teve seu peso em um grau muito elevado na expropriação, e conseqüentemente repercutiu na produção. As ações demarcatórias do GETAT também era um fator externo.

No entanto, queremos acrescentar que, em detrimento destes fatores externos, há outros de ordem interna que contribuíram fortemente na expropriação e, de igual modo, na queda da produção. Entendemos que a disputa interna acirrada entre os próprios camponeses, como foi exposta em páginas anteriores, visando garantir um lote nos moldes da propriedade moderna, como requer a frente pioneira, tenha sido mais consequente na expropriação do que a compressão vinda de fora.

Na região, os camponeses expropriados na década de 1960, principalmente os que se localizavam no eixo da rodovia Belém-Brasília, avançaram tomando posse de novas áreas não mais nos moldes do regime comum de terras. Visando não mais somente terra de trabalho, os camponeses procuravam demarcar, por conta própria, lotes que lhes garantissem terra para trabalhar por vários anos, em geral, lotes com 50 hectares em média. Essa expansão da terra de trabalho, disputada entre os camponeses, dava-se de acordo com o sistema jurídico dominante, imposta pela frente pioneira.

A ordem de coexistência que existia pela prática da ocupação primária, nos ‘centros agrícolas’ camponeses, instituídos pela “cultura efetiva e morada habitual” (FOWERAKER, 1982, p. 154) e pelo uso comum da terra, ou seja, onde o

controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. [...] A atualização destas normas ocorrem em territórios próprios [...] A territorialidade funciona como um fator identificação, defesa e força. (ALMEIDA, 2010, p. 104).

Essa terra de trabalho dava lugar a um ‘centro agrícola’ novo, por ser concebido dentro de uma nova situação espacial, com nova sociabilidade fundada no mercado. Essa mudança faz com que, mesmo de forma rústica, o camponês atrevesse a distância histórica do mundo da frente de expansão para o mundo da frente pioneira. Nessa linha, Martins reforça a análise:

No meu modo de ver, o encontro de relações sociais, mentalidades, orientações historicamente descompensadas até propriamente no limite da História, introduz a mediação das relações mais desenvolvidas e poderosas na definição do sentido das relações mais “atrasadas” e frágeis, ou melhor, das relações diferentes, com outras datas e outros tempos históricos. A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E pela mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a *diferença* apareça, na verdade, como *atraso*. (MARTINS, 1996, p. 45). Grifos no original.

Nesse sentido não há estranhamento quando as novas relações puxadas pelos camponeses em seus 'centros agrícolas' em muitos casos eram tomados aparentemente como atraso. Assim era também a demarcação informal da posse executada por iniciativa dos próprios camponeses que, induzidos pela nova configuração fundiária da frente pioneira, apropriaram-se como forma de inserção, mesmo tendo que expropriar com mais força, em muitos lugares, que a grilagem ou que a implantação de grandes projetos, conforme a análise da estrutura fundiária da gleba Boca da Mata demonstra.

Uma constatação dessa linha de força do capital, que compõe a frente pioneira, é o valor e a variação de preços que as terras obtinham a partir do monopólio e da condição privada que elas passaram a ter.

Arcangeli (1987, p. 155), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE/FGV, compôs a seguinte tabela sobre o preço de terra no Maranhão.

Tabela 12 - Preço médio das terras agrícolas (Cr\$/ha) 1966 - 1978

A N O S	M A R A N H ã O			
	CAMPOS	LAVOURA	PASTAGENS	MATAS
1966	7,5	16,46	23,75	11,35
1967	9,58	16,79	47,5	12,12
1968	9,42	25,27	59,5	15,92
1969	15,42	26,87	72,83	25,15
1970	19,58	53,12	95,50	30,72
1971	29,07	73,33	104,37	37,74
1972	31,12	145,46	163,33	60,25
1973	37,02	154,54	248,16	76,82
1974	-	-	-	-
1975	100,00	264,50	424,50	157,50
1976	196,50	415,00	562,50	242,00
1977	270,48	749,74	967,46	403,81
1978	356,67	1.139,49	1.448,78	654,75

Fonte: ARCANGELI, 1987, p. 155.

Por estes dados, no período de tempo considerado, temos o aumento de preço da terra. Aos campos foram incorporados aumentos na ordem de 4.655% (38% ao ano). Quanto ao preço das terras de lavouras, o aumento foi de 6.822% (42% ao ano). O preço das pastagens alcançou 6.000% (41% ao ano), e o preço das matas teve um aumento de 5.668% (40% ao ano).

Em treze anos apenas (conforme a tabela), a compressão da frente pioneira sobre a região redefinia a questão fundiária estabelecendo preço ao que antes não tinha. Por um século (1852 – 1950) as terras das grandes florestas haviam permanecido ao lado de Imperatriz com pouca utilidade de exploração, não tendo assim nenhum valor.

Essa generalização do aumento de preço da terra no Maranhão, como um todo, embora tenha sido imposta pelo movimento do capital no campo, não deixa de ser também especulativo, uma vez que a terra era uma mercadoria sem custo de produção. Se essa carestia expressava a realidade maranhense no período, pressupomos que em áreas de superposição os preços tenham alcançado patamares ainda mais elevados.

Estas especulações também funcionaram como forma expropriatória, de todos contra todos, no jogo de apropriação e renda. Dentro deste contexto, os camponeses lutavam entre si na busca de obter ganhos em cima dos preços de suas posses, ou, por outro lado, ilusoriamente, serem alcançados pela especulação e novamente perder suas posses, uma vez que nesses ‘centros agrícolas’ novos a terra já era terra de negócio, como afirma Martins (1982, p. 32).

Pouca legislação sobre as terras havia no município. O Código de Postura do Município de Imperatriz – Lei nº 11 de 05.10.1948 – dispõe apenas de três artigos e dois parágrafos no capítulo X tratando ‘Dos campos de criar e das terras de lavoura’. No artigo 35, determina que as roças somente sejam permitidas se forem cercadas, seja na zona de lavoura ou nos campos. O parágrafo um e dois desse mesmo artigo apenas disciplina a forma da cerca: de madeira ou de arame farpado. O artigo 36 determina o tempo das queimadas dos campos e das roças. O artigo 37 determina que as roças fossem aceiradas e, antes de atearem fogo, os vizinhos de roças deveriam ser avisados. Há ainda dois artigos (e únicos), no capítulo das Disposições Gerais, que demarcam exatamente onde ficava a linha divisória das terras consideradas de lavouras.

Fica considerada terra de lavoura a arca central da zona Norte do Município, assim compreendida: Partindo da linha divisória Imperatriz para, do ponto distanciado de seis quilômetros, até o lugar, Sítio Novo, daí seguindo uma reta ao lugar Lagoinha; desse ponto em uma reta ao córrego Cocalinho, no ponto de três quilômetros acima da residência do senhor Galdino dos Santos; daí uma reta sempre em direção Norte, no rio Pindaré. (Código de Postura do Município de Imperatriz. Arquivo Prefeitura Municipal, 1948, p. 3). (sic)

Pelo exposto, era área de lavoura toda a ‘zona norte do município’. As matas em 1948 estavam distantes apenas seis quilômetros da cidade, seguindo sempre no sentido de alcançar o rio Pindaré. O artigo seguinte (artigo 52) das mesmas Disposições Gerais apenas estabelece que nesta zona de lavoura era permitido criação de animais, desde que em área cercada “de modo que não ocasione invasão em serviços situados na referida zona” (Código de Postura do Município de Imperatriz. Arquivo Prefeitura Municipal, 1948, p. 3).

Essa Lei foi sancionada por Simplício Alves Moreira em seu primeiro mandato. No mandato seguinte executou a abertura de várias estradas municipais, fortalecendo a incipiente frente de expansão agrícola que alcançava a região.

3.6 Os centros agrícolas como trampolim de oportunidade

Relatam os camponeses Miguel Reinaldo, Manoel Preto e Francisco Alves¹⁰⁶ em entrevista realizada em suas casas na rua Bandeirante número 45 e 47 em Mucuíba em 06.02.2017 — informações confrontadas com as de outros moradores mais velhos do lugar —, que na década de 1970, a praça do mercado, quando o povoado ainda era distrito de João Lisboa, ficava abarrotada de lavradores esperando transporte para subirem em direção à serra. Movimentações animadas de todos que desejavam partir. Famílias inteiras amontoadas em redor de seus poucos pertences — sacos de roupas, ferros e vasilhas, além de cachorros, galinhas e porcos — para iniciarem, no meio da mata, a fundação de um novo ‘centro agrícola’.

Ânimos exaltados, muitas conversas, procuravam, dentre os caminhões, aquele que passaria mais próximo das matas de seu destino. Esforçavam-se em obter as últimas informações da área para onde iam. Durante todo o dia, em intervalos irregulares, caminhões lotados de camponeses iniciavam a viagem em direção ao interior das matas.

Um dia de viagem ou mais para chegar ao rio Pindaré, destino final onde seriam deixadas as últimas famílias. Mas logo muitos ramais começariam a surgir a partir do

¹⁰⁶ Devido à melhora das condições econômicas alcançadas por estes camponeses, principalmente Miguel e Francisco, eles construíram residências em Mucuíba; montaram moinhos de massas, de arroz e milho e uma usina semi-industrial para beneficiamento de arroz, podendo assim agregar valor aos produtos oriundos do ‘centro agrícola’ onde passavam a maior parte do ano.

povoado Boca da Mata. A zona serrana era, naquela época, uma zona de fronteira para onde estavam se deslocando milhares de camponeses.

Todos buscavam tomar posse de um local para iniciar suas atividades agrícolas. Essa busca se constituía na antecipação espacial. Procuravam se estabelecer antes mesmo que as condições favoráveis como estradas e comércio para seus produtos tivessem sido satisfeitas. Essa antecipação lhes garantia reserva de território. Na prática, garantia para os próximos anos o controle da organização sobre uma área e, com isso, as possibilidades – devido à ampliação do espaço – de reprodução de suas condições enquanto trabalhadores.

Quase sempre esse esforço era no sentido de superarem as condições marginais das áreas em que haviam vivido anteriormente, ou por força da expropriação pela qual pudessem ter sofrido. Esse esforço camponês era uma manifestação de poder, uma vez que este era exercido na apropriação e dominação. Saquet afirma que o poder é produzido nas relações, e sendo assim, ele é produzido cotidianamente a todo instante.

O poder vem de baixo. [...] é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos [...] servem de suporte a amplos efeitos que percorrem o conjunto da sociedade. (SAQUET, 2015, p. 32).

O poder dos camponeses se encontrava no saber e na experiência que detinham da floresta e do pouco aparato produtivo de que dispunham. Isso os capacitava a produzir diversos gêneros e a criar animais diversos.

O avanço camponês sobre as matas do planalto da serra e sobre a bacia do rio Pindaré não era tão espontâneo, pois decorria da malha de relações do convívio familiar, de trabalho e de comércio, além do uso do solo. Os ‘centros agrícolas’ eram estabelecimentos na sua totalidade, unidades artesanais consoante com as forças produtivas tradicionais e rudimentares. Se no passado próximo haviam visado ganhos no extrativismo, agora os ganhos envolviam deter a posse da terra e torná-la produtiva.

Nesse novo contexto, o ganho está ligado às relações comerciais e à posse da terra. E neste encaixe relacional e de posse – marcado pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais – compõe-se a ordem do ‘centro agrícola’. Dessa forma, o avanço da estrutura migrante camponesa não decorreu de

um gesto irracional, muito pelo contrário, o movimento era resultado de determinações territoriais, de contradições e conflitos.

Essas relações impulsionavam os camponeses rumo a um novo começo. Mas esse novo começo camponês era resultado de sua razão empírico-reflexiva inscrita em sua memória por um amplo processo de adaptação e arranjos criados por eles mesmos em situações novas, como era o caso de aproveitamento estratégico das matas mais distantes da rodovia federal.

As multidões que se reuniam na praça da cidade de João Lisboa, na encruzilhada por nome Pé de Galinha, bem como na povoação de Mucuíba, estavam voltadas para abrir ‘centro agrícola’ no interior da mata, pois há algum tempo aquele território vinha sendo pensado por todos, já era um produto histórico, ou seja, resultava de uma combinação de fatores ambientais e históricos “especialmente de técnicas, sistemas de cultivo e de circuitos comerciais que estão presentes na organização territorial” (SAQUET, 2015, p. 140). A apropriação e a produção do território, tomadas dessa maneira, era, acima de tudo, ação econômica, política e cultural a um só tempo.

Nesse sentido, o agir individual dos camponeses tinha uma ressonância coletiva na gleba Boca da Mata. Suas ações decorriam de práticas e de conhecimentos com os quais construíam seus ‘centros’ dentro de determinadas lógicas identitárias dos lugares onde havia “definições de atores, cooperação, participação e mobilização” (SAQUET, 2015, p. 115). Os ‘centros agrícolas’ se tornaram, assim, um trampolim para aqueles que almejavam maior inserção social e não apenas um local de trabalho.

Na gleba Boca da Mata, os centros camponeses se fizeram presentes desde 1929, e daí por diante foram se adequando sempre às relações circundantes estabelecidas na região, tendo, na sua forma inicial, o uso comum da terra, e novamente readaptado ao longo das duas décadas seguintes até 1950, quando, por força da superposição da frente pioneira na região — que impunha o uso privado da terra — os camponeses passaram a tomar posse da terra de forma individual. O “mercado passa a se constituir na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território” (MARTINS, 1996, p. 48). Os novos centros, construídos pelos camponeses a partir da década de 1950, iriam se consolidar na década seguinte com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

Nessas condições, os centros agrícolas não podiam ser tratados unicamente, dentro do conceito fetichista das mercadorias, como um simples objeto material, mas nos condiciona a compreendê-los de forma mais ampla, ou seja, como relações sociais de produção acrescidas das interações sociais que se estabeleciam nos 'centros' em escalas diferentes. Todo o processo que ocorreu nesses locais deriva e exprime relações subjetivas que, em última instância, emergem da necessidade de produzir e de viver.

Teias que ligam os camponeses à materialidade do ambiente forçando grandes interações entre os litigantes e gerando nesse âmbito camponês uma malha de conflitos relacionais implica uma autoprojeção de um desenvolvimento camponês centrado nessas relações, buscando o difícil equilíbrio na fronteira de justiça e liberdade. (DEMATTEIS, 2015, p. 9).

Esse processo decisional campesino sobre a terra no interior da frente pioneira passou a ser severamente afetado em suas decisões locais. De fato, os 143 centros existentes na gleba Boca da Mata resultaram de afrontamentos distintos. Como as terras de matas no sudoeste maranhense (microrregião) não eram motivo de cobiça e posse nem por camponeses e nem por fazendeiros até a década de 1950; quem pouco as usava era o camponês, e as usava apenas aleatoriamente em regime de uso comum mediante os recursos ecológicos, humanos e simbólicos que a terra podia oferecer, como valores de uso e bens comuns. A ação coletiva operativa local potencializava a inserção no mercado, visto que tinham como mira os ganhos da castanha e da borracha, tanto eles como os fazendeiros, como nos reportamos ao longo deste trabalho.

Quando do aproveitamento do babaçu contido na região a partir de 1930 e da mesma forma do aproveitamento das matas para o comércio do arroz de maneira supralocal por volta de 1950, conduz fazendeiros e camponeses a um novo regime de posse. Tomam para si, de forma individual, a posse de áreas de terra de tamanhos variados de hectares. Essas medidas alteraram profundamente a ordem da coexistência entre os camponeses e entre estes e os fazendeiros, pois se até então as matas eram tidas como devolutas e de pouco aproveitamento, agora a pressão externa do comércio impõe valor (de uso e de negócio) à terra de matas.

A partir da década de 1960, os centros, na parte norte, transformavam-se em pequenos aglomerados mediante outros fatores. O censo de 1970 registrava no município de João Lisboa uma população de 25.973 pessoas distribuídas em 5.967

famílias. A grande maioria dos povoados se formava não mais em razão do uso comum da terra, mas exatamente pela falta de terra.

A concentração de terra por meio da posse nos moldes da propriedade privada expropriava a grande maioria das famílias e as obrigava a se instalar nos centros que margeavam as vicinais. Morando ali, eram condicionadas a colocar suas roças em posses alheias. Caso colocassem roças em posses suas, estariam em lugares extremamente inconvenientes. Sendo assim, geralmente moravam no povoado e passavam a semana arranchada nos locais de roça, retornando ao povoado de acordo com a conveniência ou com a necessidade.

Os 143 centros agrícolas localizados nos diversos pontos da gleba Boca da Mata, como veremos mais adiante, foram centros que se transformaram em povoados por força do novo sistema de terras imposto pela superposição. Mas o número real, como bem demonstra a ação demarcatória do GETAT uma década depois (1982), era de 841 centros isolados pelo novo sistema de terra – adotado pelos camponeses desde o início da década de 1960 – que não agregava mais as famílias pelo uso comum do solo.

Os centros passaram a ser unidades familiares isoladas no interior das respectivas áreas de posse. Se esses 841 centros agrícolas forem expandidos ao seu duplo, por uma estimativa de abrangência de todo o território do município, perceberemos que do total de 5.967 famílias existentes no município de João Lisboa, de acordo com o censo de 1970, 4.285 passariam à condição de expropriadas.

Francisco Alves e Miguel Reinaldo eram, por aquele tempo, dois camponeses que haviam vivido este surto de transformações. Sentiram as mudanças que ano a ano se processavam na vida de todos os camponeses que se encontravam ali. Em meio a contradições e conflitos, como procuramos expor, também se sobressaíram as articulações e a criatividade que eles improvisavam para manter uma certa unidade do processo histórico no qual se encontravam inseridos.

Havia sido um longo tempo de embates. A precária relação entre pobres e ricos com a posse da terra durou três décadas (1950, 1960 e 1970), uma vez que nesse período era precária também a institucionalização do conhecido direito de propriedade. No entanto, tal região não se encontrava fora do circuito de ganhos rentáveis provenientes da aplicação de capital na aquisição dos terrenos. A grilagem instalada logo no fim da década de 1950 – da qual tratamos anteriormente – demarcava muito o quadro. Mesmo quando o fazendeiro procurava também antecipar

um espaço explorando matas virgens, sem a presença de camponeses, para abrir uma fazenda, tinha em mira tomar posse de dezenas ou mesmo centenas de hectares para desenvolver a atividade pastoril.

Naquele momento, a racionalidade da demanda econômica, a constituição formal e institucional pragmaticamente se impunha sempre por intermédio de mediações políticas que passavam a estar presentes, a todo instante, em toda a estrutura migrante dos camponeses, alcançando a todos em centenas de quilômetros.

Nesse novo contexto, os camponeses se lançavam na tentativa de compreensão imaginária de seu modo de vida, procurando uma adaptação, mas mantendo parte de seus valores sociais e crenças. Não havia mais lugar para as míticas bandeiras verdes, e nem para as profecias do Padre Cícero quando pregava em Juazeiro, no Ceará, sobre a longa travessia que os camponeses fariam para encontrar um “lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista”. (MARTINS, p. 52-54).

Os relatos dos camponeses não apontam mais nenhum resquício de elementos míticos em relação à vida prática que levavam para sobreviver. Suas escolhas estavam sempre projetadas, ano a ano, dentro das circunstâncias em que se encontravam inseridos. Suas falas se encontram (enquanto memória) alinhadas a uma trajetória de vida, como bem mostram os argumentos expressos nestas três falas camponesas:

Mudei quatro vez só aqui em Imperatriz. Quando cheguei em 63 fui pro Buraco da Cobra na Boca da Mata, passei lá dois anos. Depois fui pra Lagoa Cercada, tirei uma roça lá e fui caçar no Cavalito Morto e fiquei por lá até quando uma grilagem danada tirou um bocado de gente e aí eu vim pra serra apanhar arroz e fiquei. Tô aqui até hoje. E ainda descuidei. Não tinha muito costume. Lá fora como morador em terra alheia a gente não tinha direito de marcar nada e fica neste costume besta do tempo do botão de sola. E eu podia ter marcado um pedacinho bom lá no Buraco da Cobra, mas ainda não tinha perdido o costume lá de fora. Aqui eu briguei, peitei em gente disposto a tudo. Podia ter tirado mais, mesmo assim, olhe, fiquei só com estes 28 alqueires, de besta. (Felipe da Silva, Loteamento Muçambê). Terra de 110 ha. Entrevista em 25.01.2017.

Nesta curta fala, Felipe expõe o seu trajeto e se autoavalia na medida que examina sua conduta pacífica dos primeiros tempos quando ainda estrategicamente se posicionava em relação aos demais camponeses de forma menos conflitiva, dada a harmonia que os tempos de uso comum da terra propiciava. Para esse período, fala de um outro lugar – lugar de proprietário. Uma fala de inserido, uma fala de inserção. Nessa posição de proprietário, coexistindo numa nova ordem social, atribui àquele

período em que se movia por meio do uso comum, como um tempo em que ele era besta. Já na nova condição de posse de sua terra, foi necessário enfrentar o conflito, disputar, brigar e peitar para adquirir essa nova posição.

Vejamos também o que nos disseram em entrevista, respondendo à pergunta de como tinha sido sua luta pra conseguir sua terra, Inácio morador do Mato Verde e José Borges morador da Folha Larga:

Quando não se tem nada qualquer tanto serve, não serve é nada, nem pro santo. Lavrador sem roça não é homem. E digo mesmo que não sei viver sem roça. Aqui o costume era diferente, ou o cabra tirava logo um eito grande ou ficava que nem macaco pulando de galho em galho, de tanta gente que tinha. Ninguém respeitava ninguém. O cabra passava por dentro da sua roça pra brocar na sua frente. Tá vendo esse povo ai que ficou com um pedaço de terra. Só ficou quem brigou pra não dá encosto. Eu tive sorte, cheguei aqui variei a terra e botei a primeira roça na frente e no outro botei nos fundos da terra, fiquei morando aqui e trabalhando lá pra vigiar e poucos anos depois o governo marcou, mas teve gente que já tinha sofrido que só sovaco de aleijado de tanto ser botado pra fora de suas terras. (Inácio Vieira de Sá. Morador de Mato Verde - Loteamento Sol Nascente). Terra de 78 ha. Entrevista em 03.02.2017.

Perdi muito tempo, logo a mulher não queria vim para esse lugar aqui de jeito nenhum. Hoje eu passo na cara dela. Os caminhões passando cheio de gente pra derramar na mata – uma folia danada – tempo bom aquele. No outro ano eu me agoniei e vim botar uma roça e ela achando ruim, mas veio nas colheitas do arroz e não quis mais sair. Muito melhor que lá em baixo. Nós não tinha costume com gado e também não vim no começo. Na demora de vir quando cheguei às terras já estavam todas de posse. Mesmo assim entrei essa meia légua e arrumei esse pedaço, não é muito não, mas crio meus bichos. Terra de 49 ha. (José Borges da Silva. Morador de Folha Larga – Loteamento Sol Nascente – Entrevista em 05.03.2017).

Detendo-nos apenas na tática de Inácio e na agonia de José Borges. Inácio havia posto uma roça na frente da posse e logo em seguida outra roça nos fundo da terra que havia demarcado informalmente como forma de garantir uma posse maior (78 hectares), haja vista as intrigas geradas pela disputa de um lugar no processo de ocupação, ficando somente aqueles que brigaram, que litigaram dentro de uma tensão de coexistência conflitiva. Batalha que nada tinha mais de uso comum das formas tradicionais do passado. José Borges viveu por um ano o conflito familiar mantido com sua mulher. Via o tempo passar, e sua mulher não tinha a mesma visão que a dele. Borges percebeu a chance de obter uma posse de terra em uma fase disputadíssima – dada a quantidade de camponeses empenhados em superar as formas antigas de uso do solo – adotando uma nova forma que era de uso corrente na sociedade e, assim, garantir sua inserção nos padrões que a frente pioneira exigia. Mesmo vivendo um drama familiar, José Borges se lança na aventura e com sua bravura alcança êxito

em obter a posse e a conformidade de sua esposa. Ela, ao conhecer o local e a lida do marido, percebe o acerto da iniciativa do esposo.

De acordo com Shanin:

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (SHANIN, 2008, p. 28).

Levando essa observação de Shanin em consideração, e dada a prospecção histórica que realizamos sobre os camponeses, especificamente na gleba Boca da Mata, podemos estar plenamente acordados com sua afirmativa. Essa capacidade criativa e, da mesma forma, a confecção dos arranjos com os quais os camponeses improvisam soluções dentro de uma multiplicidade de respostas para seus problemas, talvez seja uma habilidade inerente às suas próprias características, uma vez que, por definição, os camponeses nunca 'são uma coisa só', mas sempre resultado de combinações.

Essas afirmações podem ser extraídas das próprias declarações dos camponeses em sua linguagem simples. Conforme afirmação de um deles durante uma entrevista: 'o homem tem que ser pau pra toda obra'. Essa noção aberta do camponês concebida por Shanin, também se assemelha ao que afirma Clodomir dos Santos de Moraes, pesquisador do meio campesino no Nordeste. Explica este que essa abertura camponesa advém de suas práticas, uma vez que o camponês executa todas as etapas do seu processo produtivo – não há uma divisão social do trabalho – , ele mesmo executa sozinho todas as etapas de sua produção. Começa pela preparação da terra, passando pelo plantio, até a colheita da safra (MORAIS, 1981, p. 5).

Se olharmos mais detidamente os três depoimentos dados pelos camponeses Felipe, Inácio e José Borges, perceberemos suas mobilidades, deslocando-se continuamente de morada em morada, sempre movidos pelas circunstâncias naturais e sociais. Essa mudança constante mostra o quanto não são passivos. Mostra o quanto são ativos em encontrar soluções criativas para suas condições.

Este deslocamento pela migração tece o que Martins (1996, p. 41) denominou de "estrutura social de referência das populações camponesas de fronteira" que "se espalha por um território, num raio de centenas de quilômetros". Essa estrutura

migrante se constituiu numa flexível e criativa solução camponesa em sua resiliência para permanecerem de posse da terra.

Durante cem anos (1852-1952) as matas da gleba Boca da Mata permaneceram intactas, uma vez que camponeses e fazendeiros se abstiveram de as explorar. No período de 1852 a 1900, os camponeses, dentro da sua percepção intuitiva, preferiram acompanhar os fazendeiros que estenderam a 'colonização interna' por meio da frente de expansão pastoril. Os camponeses iam praticando uma agricultura itinerante na órbita da fazenda, e por meio de barganha¹⁰⁷ política junto aos fazendeiros, obtinham sal, arma, ferros e alguns ganhos.

Como percebido por Thompson, a intuição desses

[...] sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Por esta razão, Thompson (1981) considera que os sujeitos são artífices de sua própria história e, sendo assim, fazem-no sempre em uma situação relacional negociada. Por este olhar, o período que vai de 1900 a 1930 se constituiu em uma frente extrativista da borracha e da castanha no Pará. Frente esta consolidada como uma brecha de ganhos para os camponeses que viviam na região de Imperatriz.

A extração desses produtos atraiu, por sucção, todo o comércio da região de Imperatriz, e com isso se tornou uma possibilidade de ganhos maiores. Mantendo a mesma reciprocidade relacional, fazendeiros e camponeses se lançaram ao extrativismos e ao comércio no sul do Pará.

A crise do comércio desses produtos no mercado internacional resultou em drástica consequências para a região de Imperatriz. Como ao longo de três décadas a cidade foi um dos principais polos de abastecimento de mão de obra e de víveres da frente extrativista em Marabá no sul do Pará, centenas de camponeses

¹⁰⁷ QUEIROZ (1973) usa desse termo para explicar as relações pessoais entre camponeses e fazendeiros onde a barganha mitiga a reciprocidade de prestação de favores. Desta maneira, Queiroz procura explicar o agir dos camponeses brasileiros. Dentro de sua explicação, o agir dos camponeses aparece como resultado e produto não somente socioestruturais decorrentes das circunstâncias históricas de nossa sociedade agrária, mas também como resultante de seus meios e modos de vida.

sucumbiram igualmente na crise, perdendo suas atividades, fosse no comércio de abastecimento ou diretamente na extração dos produtos.

Centenas de camponeses oriundos desses dois setores ficaram represados em Imperatriz, sem uma solução momentânea que os recolocassem na órbita de novos ganhos. Muitos, especialmente os comerciantes, aguardaram por anos o aquecimento do mercado destes produtos; outros – os grandes – esperaram por uma década. Quanto aos camponeses, estes procuravam uma solução alternativa para sua sobrevivência.

A imensa zona de cocais existente em toda a região fronteira da floresta amazônica em Imperatriz havia – como as matas – permanecido inexplorada para além da subsistência. Este recurso natural vinha de longa data sendo explorado comercialmente em outras regiões. Como a cotação de preço do babaçu em Belém passou a permitir algum lucro, a exploração desta amêndoa tornou-se possível. O escoamento seria realizado pelo rio Tocantins, favorecido pela correnteza das águas. (figura 20)

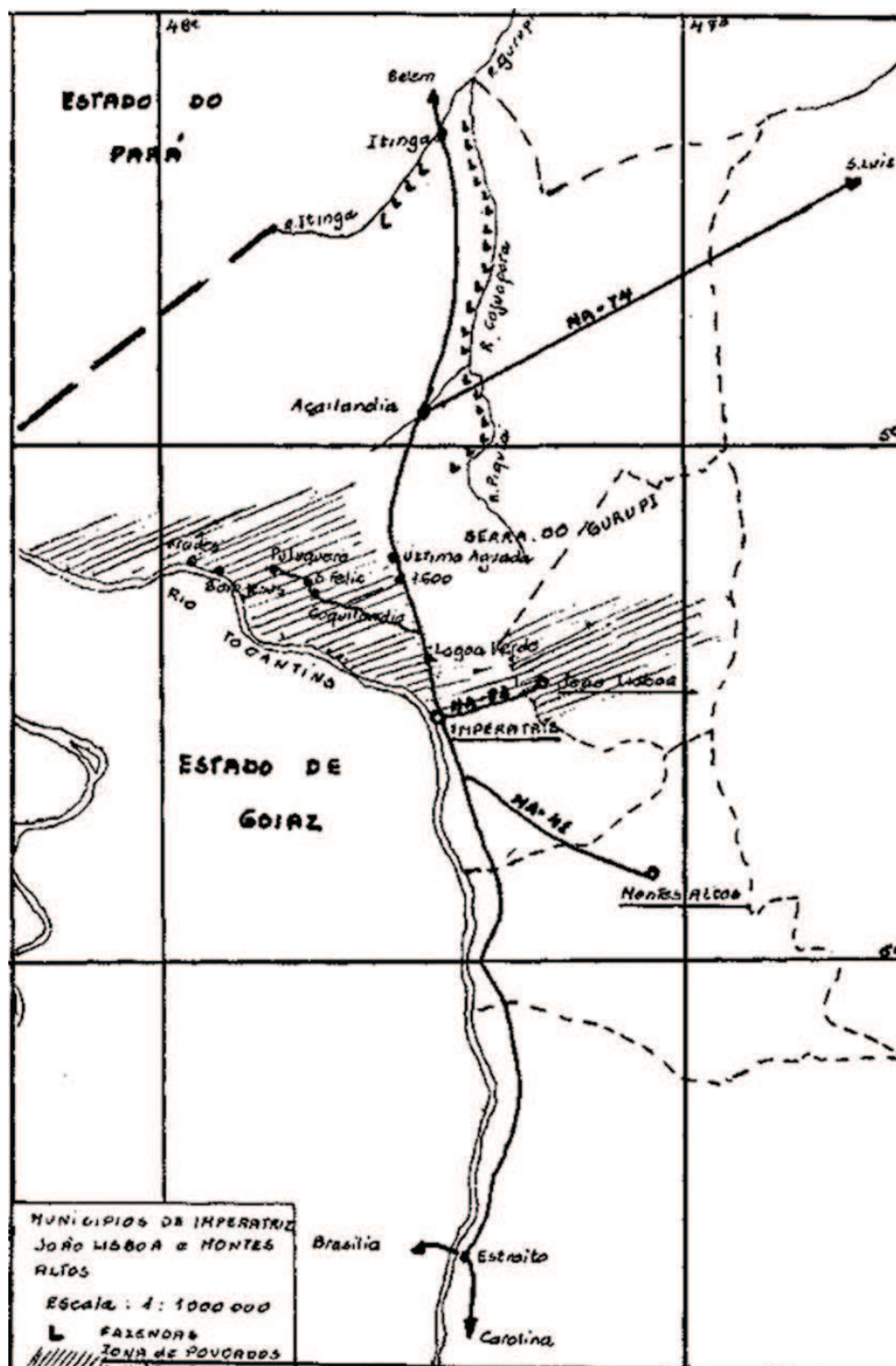


Figura 20 – Mapa da frente extrativista do babaçu e do início da cultura do arroz em Imperatriz-MA¹⁰⁸.
Fonte: Keller (1975: 691)

Dessa maneira a exploração do babaçu passou a se constituir numa nova frente extrativista. Mas com margem de lucro ainda muito abaixo a da frente anterior.

¹⁰⁸ Década de 1950, destacando a expansão inicial pela margem do rio Tocantins e pelo lado direito sobre as matas da Gleba Boca da Mata no município de João Lisboa.

O período de 1930 a 1950¹⁰⁹ se constituiu, assim, em mais uma atividade extrativista utilizada pelos camponeses para obtenção de renda. Atividade essa que vinha, havia décadas, ocorrendo no restante do estado do Maranhão. (SOUZA, 2017, p. 94).

Assim, no período de 1930 a 1950 consolidou-se a frente extrativista do babaçu na região da bacia do rio Tocantins. Em João Lisboa, o loteamento Pé de Galinha, uma das áreas da gleba Boca da Mata, demarcada somente no início da década de 1980, expressava em largos traços a configuração dessas duas décadas referidas. Era um período de exploração do babaçu em áreas livres.

Os centros fundados nesse período estavam circunscritos às áreas dos cocais. A liberdade das terras dos palmeirais para extração do babaçu terminou por influenciar e fortalecer costumes e tradições camponesas, qual seja, a do uso comum do solo para o plantio do arroz e outras culturas, avançando em sua itinerância, tomando posse apenas da terra de trabalho.

Como foi discutido e exposto, o loteamento Pé de Galinha (16.600,0069 ha) assumiu uma forma triangular, registrando uma lista de 432 propriedades. Destas, 48 ficaram sem o registro do nome do proprietário na planta topográfica.

Os camponeses que começaram a chegar a partir de 1953, mais uma vez improvisaram soluções para seus problemas: iniciaram a exploração das matas para a cultura do arroz diante da pouca produtividade das terras da zona dos cocais. Na gleba Boca da Mata — por ser uma área transicional: região do sertão, região dos cocais, região das matas (esta dividida em matas da bacia do rio Tocantins, matas da planada da serra e matas da bacia do rio Pindaré) — as ações camponesas, conforme a evolução da produção extrativista e agrícola, ocorreram em quatro momentos ou períodos distintos na história do município de João Lisboa:

- 1º período 1852 – 1930. Ocupação dos campos gerais;
- 2º período 1930 – 1950. Ocupação das matas de cocais;
- 3º período 1950 – 1975. Ocupação das matas serranas;
- 4º período 1975 – 1985. Ocupação das matas do rio Pindaré.

Esses períodos foram marcadamente influenciados pela disponibilidade dos recursos naturais e pelo avanço das frentes pastoril, extrativista e agrícola. Foram

¹⁰⁹ Queiroz (1973, 1978) ao explicar como ocorre a mudança social o faz por meio de uma análise sobre como as populações rústicas atuam, reagem e responde ao avanço da modernidade. Parece haver em todo o seu estudo um esforço de explicar como uma sociedade como a brasileira, com uma estrutura socioeconômica tradicional estendida até 1950 e 1960, muda internamente suas relações.

períodos também marcados, de forma contundente, pela violência nas relações em decorrência da superposição da frente pioneira com a frente agrícola – no momento em que o município passava da economia regional, para ligar-se ao mercado nacional – iniciada por volta de 1960, com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

Poucos foram os ‘centros’ fundados no período inicial (1852–1930) do município. Afora Gameleira, que se tornou sede do município, restaram apenas esparsas moradas antigas localizadas ao sul, quando essas áreas foram recolonizadas por camponeses. Registram-se apenas Tabuleiro do Oiti, Soledade, Altos, Grota Vermelha, Angico e Chapada Grande.

Boa parte dos camponeses que migravam para esta área do município eram sertanejos que procuravam a fronteira da mata como forma de permanecer criando um pequeno rebanho bovino e fazer aproveitamento das matas, mas que não se afastavam por completo do seu agroecossistema, e, dessa forma, resistiam por manter sua identidade.

Estes ‘centros’ localizados ao sul da gleba Boca Mata não eram propriamente ‘centros agrícolas’, resultado única e exclusivamente do empenho da ação camponesa envolvido com a agricultura. Os grandes fazendeiros procuravam sempre estimular os camponeses para formarem um cinturão na orla das matas visando impedir o ataque de feras aos seus rebanhos e também cuidavam para que eles auxiliassem sendo olheiros de fundos de pastos. A forma de atrair os camponeses, para viverem por estas paragens, era criando pequenos retiros em determinadas áreas específicas oferecendo partilha de cinco por uma ou até mais, quando para vaqueiros de extrema das matas. Para estes a agricultura era reduzida, voltada exclusivamente para o sustento da família e basicamente executada pela mulher e filhos os serviços que exigiam menos esforços físicos. O pai quase sempre estava no campo pastoreando o rebanho, pois a criação era extensiva. Os poucos ganhos alcançados eram provenientes da partilha do gado e dos negócios de animais de montaria e cargas, além dos negócios nanicos de animais de pequeno porte e extrativismo – mel, cera, resinas e tudo mais que a floresta oferecia .

Muitos camponeses que viviam da agricultura e da criação de pequenos rebanhos bovinos da região de Grajaú, Barra do Corda, São Domingos, Presidente Dutra e Baixão Grande, migraram para o sul da gleba Boca Mata em 1953. Vieram a pé, tocando seus pequenos rebanhos por meses. Esse segmento de camponeses foi ocupando uma área a leste de Imperatriz, a partir do Centro Bom Jesus (Bom Jesus

é hoje um bairro de Imperatriz), e proseguiu na mesma direção, sempre às margens dos cocais, matas e campos de pastagem, alcançando, rapidamente, Taboleiro do Oiti, Soledade, Altos, Grota Vermelha, Angico e chapada Grande.

Segundo Barros (1972, p. 151) e Moreira (1997, p. 148), o centro Gameleira foi fundado em 1929 pelos pioneiros Manoel Felex, Joaquim Alves da Silva e João Lopes. O primeiro era um exímio construtor de canoas a serviço de Simplício Moreira, e os demais eram compradores e vendedores de cereais e antigos fregueses da “Casa Moreira”. Quando da inauguração da estrada em 1953, a escritora Moreira, ainda criança, foi convidada pelo pai a participar do evento. Como lembrança daquela época, ela afirma que João Lisboa não passava de trinta casas e o comércio se resumia em quatro casas comerciais.

As canoas construídas no centro Gameleira não encontravam nenhuma dificuldade para serem transportadas para Imperatriz, mesmo distante doze quilômetros, uma vez que eram construídas nas margens do riacho Cacau, córrego perene (na época) que desemboca no rio Tocantins a poucos quilômetros acima do porto de Imperatriz. Aliás, o riacho Cacau serviu por muito tempo como uma das vias de acesso ao centro Gameleira e rota de morada de muitos pequenos criadores. Em se tratando de navegação, Moreira comenta que seu pai fora dono de vários castanhais em Marabá com área de 4.356 hectares.

As viagens para os castanhais eram verdadeiras aventuras. Simplício partia de Imperatriz em novembro com 120 homens em embarcações próprias. Eram 13 canoas grandes e cinco batelões, todos com coberturas de palha [...] Após cinco dias de viagem chegavam em Marabá [...] Em maio terminava a safra de castanha, quando os castanheiros retornavam para seus lares, de onde ficaram ausentes durante seis meses do ano. (MOREIRA, 1997, p. 29-30).

Esse era o tempo natural do curso das águas descendo, uma vez que estas embarcações não dispunham de motor a explosão. A frotilha navegava somente durante o dia, à tardinha todos da tripulação remavam deslocando as canoas para as margens do rio para o pernoite. Ali arranchavam, e em dias de chuva dormiam no interior das embarcações, pois todas dispunham de um tijupá de palha para proteger do sol e da chuva. Em dias limpos dormiam em redes armadas nas árvores próximas à ribanceira do rio. Cinco longos dias de viagem. Dessa frota, somente retornavam as canoas, pela força do remo, e, em geral, gastava-se o dobro do tempo ou mais para retornarem. Quanto aos batelões, estes não retornavam.

No período em que o babaçu foi o principal produto na região de Imperatriz, os comerciantes monopolizavam apenas as áreas de compra. Aquele que entravam no ramo da compra, quase sempre para não entrar em atrito com seus pares, custeavam a abertura de novos ‘centros’ por intermédio dos camponeses para que pudessem fazer a captação da compra do gênero naquele local. Ou faziam a combinação com alguma família camponesa que tivesse noção de leitura e aritmética, sortia uma bodega de mercadoria e mantinha aquele preposto vendendo secos e molhados e comprando os gêneros, principalmente o babaçu. Em lugares mais remotos, forneciam animais para formar uma tropa para transportar o babaçu.

Essa era uma prática comum em todo o Maranhão. Moreira (1997, p. 141) conta que, quando Simplício resolveu abandonar o comércio de castanha no estado do Pará, o babaçu produzido na margem direita do rio Tocantins já se encontrava monopolizado e ele cuidou de incentivar a abertura de vários ‘centros’ em áreas de cocais para que pudesse montar sua malha de captação desse e de outros produtos. Diz a autora que o genro de Simplício Moreira, Manoel Ribeiro Soares, foi um grande empresário que comprava e exportava a produção do município. Acrescenta ainda que Simplício, assim que retornou dos castanhais, começou a compra do babaçu e também passou a investir na localidade e, em poucos anos, comprou cinco fazendas:

a primeira fazenda de Simplício foi comprada em 1928, a “São Sebastião”. A segunda, “Espírito Santo”, em 1936. A fazenda “Prata”, em 1943. As fazendas “São Bento” e “Santa Maria” não me recordo. Todas elas com grandes áreas. Simplício ainda tinha gado na Praia Chata e Angical, todas no município de Imperatriz. (MOREIRA, 1997, p. 125). Grifos no original

Praia Chata¹¹⁰ e Angical eram centros localizados nas margens do rio Tocantins, onde procurava também manter negócios, porém sua movimentação era pouca, pois outros negociantes já estavam consolidados ao longo da margem do rio há um bom tempo. Até 1930, o arroz e o babaçu eram produzidos exclusivamente para o sustento das famílias, já que a renda maior era obtida na região sul do Pará com o extrativismo da borracha e da castanha.

Período de 1930 – 1950. Nesse período ocorreu a integração econômica do município de João Lisboa (gleba Boca Mata): a economia regional (com o arroz) e a nacional (com o coco babaçu). Para a ocupação das matas de cocais, a ação

¹¹⁰ A Praia Chata a que Moreira (1997) se refere ficava do lado maranhense. Havia duas pequenas localidades com esse nome, uma do lado do Maranhão e a outra do outro lado do rio, no estado do Tocantins, na época, Goiás.

territorializante dos camponeses, logo nos primeiros anos da década de 1930, deu-se impulsionada por fatores exógenos. Passou a presidir, então, no seio dos camponeses, o raciocínio de que para garantir sua inserção no mercado, mesmo que na condição de comercialização do excedente, seria necessário reorganizar a produção definindo “o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar”. (MARTINS, 1996, p. 50).

O raio de expansão do babaçu havia se afastado muito pouco do centro Gameleira. Cinco caminhos partiram dali. A primeira rota alcançou a Lagoa da Onça (8 km), e num ramal alcançou Boa Vista (1 km), Cajueiro (4 km), Bela Vista (6 km), em direção ao Pé de Galinha (3 km), e deste alcançou o Centro das Nove Casas (7 km). A rota seguinte passou pelo Bacupari (6 km) e seguiu até Alto Alegre (ficando todo o percurso em 10 km). Outra rota se estendeu até São Domingos (3 km), seguindo até o centro São Raimundo (mais 3 km). As outras duas rotas restantes localizavam-se na parte sul (sertão). Uma dirigia-se ao ‘centro’ E. Santos (4 km) seguindo adiante até o centro do Custódio (mais 4 km), e por fim, a rota considerada sertão, passando por Bananinha, Aninga, Realeza, Jenipapo e Camaçari dos Custódio (ao todo, 18 km). Este avanço foi alcançado durante toda a década de 1930.

Com a estiagem de 1941 no Maranhão, segundo Ferreira (2015, p. 70), chegaram novamente fortes levas de migrantes do próprio estado e dos demais estados nordestinos, e esses migrantes prosseguiram a expansão. Por todo esse período, os principais produtos foram o babaçu e o arroz, este último ocupando o segundo lugar. A renda consolidada era com o babaçu, enquanto que com o arroz a renda era ocasional, dependendo da distância em que ficavam as roças.

Se por um lado as terras de matas virgens eram mais produtivas, por outro, logo no início, ficavam inviabilizadas pela distância para transportar a produção. Diante disso, muitos camponeses preferiam colocar suas roças em terras de cocais, cuja produção era inferior, no entanto permitia alguma comercialização. Esta situação perdurou até o início da década de 1950.

Por duas décadas as ações dos babaçueiros se restringiram à área dos cocais. Na mesma zona que coletavam o babaçu, cultivavam suas roças em áreas bem maiores, visando não mais só a sobrevivência com o arroz, mas também um excedente que, somado ao obtido através do coco babaçu, melhorava seus ganhos junto ao mercado.

As famílias dividiam seu tempo entre a roça e os cocais. Os homens quase sempre recolhiam os cocos em meio aos palmeirais e os transportavam para um lugar próximo da casa de morada. As mulheres dividiam seu tempo entre os afazeres da casa, o cuidado das crianças e a quebra do coco. Em outras partes do estado, onde a exploração do babaçu vinha de longas datas, participavam da quebra de coco homens e mulheres.

Em média, uma boa quebradeira de coco conseguia até 12 quilos por dia. Raramente as mulheres alcançavam essa produção em virtude dos outros afazeres, “entretanto, a média geral de coco quebrado num dia de trabalho oscilava entre 6 e 8 quilos. As crianças conseguiam quebrar de 2 a 3 quilos por dia”. (CUNHA, 1977, p. 122).

Pesquisando em 1971 a luta dos camponeses pela sobrevivência no centro do Alto do Carvão, distante 60 km da gleba, Cunha (1977, p. 144) conseguiu elementos que nos permitem projetar, no passado, o grau de exploração das quebradeiras de coco. Ao presenciar e tomar por nota um adjunto¹¹¹ de quebradeiras de coco, registrou que em um adjunto de dez mulheres foram quebrados 64 quilos. O preço do babaçu na época era de Cr\$ 0,70 o quilo; portanto, a dona do adjunto obteve de uma única vez Cr\$ 44,80. Conforme a autora, o valor de uma diária de serviço de um camponês da época era de Cr\$ 5,00. Por estes dados, as mulheres obtinham rendas diárias quase iguais às do serviço braçal dos homens, com uma ligeira vantagem sobre os ganhos das roças, cuja produção dependia do ciclo da cultura. O coco era permanente e, quando se tinha o produto, podia ser convertido em dinheiro a qualquer hora. Nas décadas anteriores, esse era basicamente o parâmetro que colocava o babaçu em evidência.

Período 1950 – 1975. Grande parte da população migrante que chegava no início da década de 1950, dirigia-se para a Gameleira para o aproveitamento das matas de cocais. Abriu-se, então, uma frente agroextrativista na região. Por esse motivo, o prefeito, no ano de 1953, abriu uma estrada até o local (Gameleira) e construiu ali uma escola. E fez mais, abriu um ramal carroçável até o centro Bom

¹¹¹ Conforme Cunha (1977, p.17); Caldeira (1956, p. 19) o adjunto ou mutirão é uma forma de ajuda mútua entre os moradores do meio rural mantida por velhos hábitos de cunho solidário aplicados nas práticas econômicas e social. No caso aqui tratado, é a reunião de um grupo de mulheres, na casa de uma delas por um dia, cuja finalidade principal é a quebra do coco. No final do dia o montante do babaçu é pesado e a quantidade ficará para a dona da casa em que está sendo realizado o adjunto. Em dias posteriores a mulher pagará em dias de trabalho a todas que participaram de seu adjunto.

Lugar, bem mais no interior da mata, no limite entre a zona de cocais e a floresta sem cocais, distante aproximadamente duas léguas. A partir desta época, a povoação de Gameleira passou a constar nos registros do município como 'Vila Simplício Moreira', nome que não conseguiu romper com a tradição do termo nativo.

Por essa época, Simplício Moreira já havia vendido seus castanhais e era possuidor de cinco fazendas, mas estava tão empenhado no emergente progresso local, que comprara um caminhão para o município e iniciara a abertura de uma rede de estradas interligando os centros camponeses à sede do município, inscrevendo esses 'centros' em um sistema social e econômico mais amplo. De modo que, pelo comércio e pela formação de uma patronagem, fazia uma integração social subordinando-os ao processo da circulação e distribuição.

Simplício Moreira, na época, montou uma rede comercial com vários pontos de captação do babaçu estimulando o comércio em vários centros. Entre eles, dois se destacaram: o centro da Lagoa Verde e o centro Gameleira, onde já mantinha fortes laços comerciais.

A abertura de estradas em conexão com outras regiões no sul do estado contribuiu com a crescente expansão agrícola da década de 1950, possibilitando o aparecimento de diversificadas e novas atividades comerciais com trânsito por todos os demais estados do Nordeste. Essas alterações influenciaram fortemente o sistema de poder local.

Keller (1975, p. 673), pesquisando o camponês na frente de expansão, colheu (em 1969) de um camponês a seguinte declaração sobre preço do arroz: "10 mil réis a quarta (40 kg.), mas só para o consumo de Imperatriz, que era pequena. Mas, o arroz pegou preço só depois da Belem-Brasília; aí chegou a 100 mil réis a quarta em 1959". Esse camponês havia chegado em 1945 e havia sido um dos primeiros moradores do povoado Lagoa Verde, distante 10 km ao norte de Imperatriz e 8 km a oeste da gleba Boca da Mata.

Esse brutal aumento ocorrido no preço do arroz se deu durante a construção da rodovia (iniciada em 1958). O gigantismo do empreendimento e a quantidade de mão de obra empregada requereu um alto volume de abastecimento, e com isso os gêneros rapidamente subiram de preço.

O município de João Lisboa-MA, ao se desmembrar de Imperatriz em 1961, possuía uma área territorial de 2.055 km². Sua área reunia os elementos típicos da transição: o sul era uma estreita faixa composta de cerrado e cocais, e o norte (maior

parte) era formado pela floresta amazônica. Os dados organizados pela Secretaria de Coordenação e Planejamento (SEPLAN) do governo do estado do Maranhão, por meio do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), em 1983, evidenciaram uma população de 38.982 habitantes — 35.283 no meio rural e 3.699 na sede do município. Esse número é importante porque nos permite ter uma noção numericamente precisa da população encontrada no campo pelo GETAT no momento da ação demarcatória e relacioná-lo com o número de camponeses titulados.

Período de 1975 – 1985. Essa população camponesa movia e coordenava uma ação produtiva no cerrado, cocais e floresta. Na parte do cerrado os dados do IPES de 1977 registraram um rebanho bovino de 8.970 cabeças; os cocais produziram amêndoas de babaçu naquele ano na ordem de 1.550.957 toneladas e exploraram na floresta 13.453 ha de arroz consorciado com milho, responsável por uma safra de meio milhão de sacas de arroz (comercializadas apenas 24.215 t) e 85.476 sacas de milho. A produção de mandioca atingiu 15.920 toneladas.¹¹²

Essa ação crescente desde 1930 e intensificada na segunda metade do século impõe uma territorialidade de posse e revela contradições inerentes aos vários agentes sociais no processo de apropriação do espaço, na medida em que a organização para essa produção, em um dado território, era fruto das relações sociais e seu suporte material era a natureza.

Se em 1930 a localidade de imensas árvores conhecida pelo nome de ‘gameleira’ serviu de rancharia segura, por reunir os elementos essenciais de sobrevivência: água, pastagem e matas com caça em abundância; ela também propiciava ao mesmo tempo uma ambiência de receptáculo de investimentos econômicos pelos que dela faziam uso.

Saquet (2015, p. 27), em sua reflexão sobre o significado de território historicamente determinado, afirma que vai além de servir apenas de abrigo com segurança, o território serve também “como um ‘trampolim’ para oportunidade. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas de poder e dominação”. Tomado dessa maneira, a iniciativa camponesa de posse das matas da região — que veio a se tornar o município de João Lisboa — era resultado e eco da desconstrução da frente extrativista, da reorganização

¹¹² Conforme Cadernos do IPES-SEPLANMA (1983, p.74).

do mercado local e da maior presença do migrante nordestino que se avizinhava desse espaço.

De toda forma, essa correlação de forças alcança consistência sistemática devido a práticas produtivas conduzidas por esses camponeses na medida em que eles iam taticamente antecipando um espaço por meio da fundação de seus 'centros' de moradia, produção e comercialização. Merece atenção compreender em qual momento e circunstância eles decidiram pôr em prática uma ação territorializante ativa e contínua de posse visando sua inserção na estrutura fundiária na gleba Boca da Mata.

3.7 O centro no interior da mata

O camponês sabia que havia um mundo vivo no interior da mata, naquele ambiente diáfano, pois o sol não conseguia penetrar totalmente, esbarrando na copa das grandes árvores, só conseguindo entrar por fração, criando no solo coberto por uma camada de folhas secas um mosaico de pontos de luz, furando um ambiente de penumbras. Tudo parecia mover-se no açoite dos ventos e dos enormes macacos pretos, que com desenvoltura, se arremessam por sobre a copa das árvores, suspensos numa distância de 40 metros do solo, fazendo os galhos se moverem e se roçarem, provocando um barulho grosso de detritos de casca caindo sobre a patioba rasteira.

Estas surdas pancadas quebravam a harmonia sinfônica emitida por pássaros e animais. Assobios... Vozes... Gritos roucos dilaceravam as ondas do ar que cruzavam por entre as enormes árvores. Um labirinto em meio à espessa floresta. Estrondos irrompiam. Eram varas de porcos selvagens em deslocamento resultante quase sempre de um ataque de onça-pintada. Diante disto, ensinava o camponês, bastava subir em uma árvore ou pendurar-se em um cipó e ficar a um metro do chão, imóvel, que não se corria risco de vida. Risco iminente em qualquer parte estando no solo. Serpentes podiam surgir de locais inesperados e surpreender a todos que não tinham vivência do lugar. Águas e florestas carregavam uma mágica de outro mundo, um mistério que exigia certa sintonia e empiria da mata.

O camponês sentia-se à vontade nesse ambiente hostil e perigoso. Sabia viver ali devido ao cabedal de conhecimento que detinha. Identificava todos os viventes do ar e da terra, fosse pelas pegadas ou pelas fezes, e conhecia cada toca, identificando

se o bicho estava dentro ou fora. O mateiro conhecia todas as passagens e rumos por uma bússola de pertencimento.

Visagens e sussurros pareciam tomar conta do lugar. Durante a noite tudo mudava de hora em hora. O alarido das feras e aves. Ventos soprando como se fossem derrubar a mata. Na alta madrugada, um profundo e pavoroso silêncio. A onça esturrava meio distante e a sensação que se tinha era a de que o animal estava ao lado. Só quem experimentava esse mundo por dias seguidos, podia acreditar.

O conhecimento do real é sempre perpassado pela imaginação. Enquanto construção é uma realização dos fazeres do homem, sujeito social de sua história, do seu mundo e, enquanto criação é uma expressão dos sonhos, das utopias desses sujeitos sociais, pois são suas paixões, seus desejos que os movem a agir, a transformar a natureza. (COSTA, 2000, p. 25).

Abrir um centro agrícola era conviver nesse ambiente selvagem. Esse mundo outro de sons e viventes, os mateiros dominavam como a palma da mão, conhecendo árvore por árvore, seus frutos e suas utilidades e seu ciclo de reprodução. Nenhum barulho na floresta lhes era estranho. Identificavam a todos pelo barulho, pelo rastro ou pelo odor que circulava no ar. Conheciam a inquietação do ambiente. Conheciam bicho por bicho e ave por ave e tudo que rastejasse. Havia uma profunda ligação entre o camponês e a selva.

Abrir um centro agrícola nas condições relacionais na qual se encontravam os camponeses não era tarefa fácil, mesmo sendo de forma espontânea como aparentemente poderia ser dado a perceber. Abrir um 'centro' era tarefa de quem era mestre naquele ambiente e detinha um conhecimento real prático adquirido através da paixão pela natureza e sobre ela derramava seus sonhos e utopias. Esse adentrar na floresta não era algo espontâneo, como supõe certa sociologia que mira esse sujeito quase que somente pelo seu sistema de produção. Para tal empreendimento, o camponês, no alicerce do seu passado e tradição, projetava um futuro por meio da transformação da natureza, levando em conta sua história e suas ambições.

Por conta disso, fazia de cabeça, ou seja, planejava mentalmente, fazia seus planos e montava sua estratégia. Dependendo da distância existente entre o 'centro' que ele pretendia abrir e o povoado mais próximo, ele calculava o tempo que teria que viver de caça, pesca e coleta ou do estoque de que dispunha.

Quando percorremos os 642 km que interligam os 143 centros visitados — além de vários centros criados na década de 1990 —, e conferimos e medimos as

quilometragens nas cinco rotas abertas pelos camponeses, verificamos que poucos centros estão distantes mais de seis quilômetros uns dos outros. A distância média é de três quilômetros. Somente na maior rota, aberta na década de 1970, com 180 quilômetros – rota Capemba D'Água-Muçambê-rio Pindaré –, encontramos trechos com distância superior a doze quilômetros entre um centro e outro, mesmo assim estas distâncias se justificam em função de acidentes topográficos e também de travessias em trechos secos.

Era de cento e cinquenta quilômetros, mais ou menos, a faixa camponesa territorializada entre 1960 e 1975, quando foi acelerada (em 1975) pelo surto da abertura de estradas para a extração de madeira, e muito rapidamente frotas de caminhões que puxavam toras alcançaram lugares até então inimagináveis. Esta escolha da distância do local, como já foi dito, não era feita aleatoriamente, e menos ainda por terem simplesmente encontrado um local de seu agrado na floresta.

Para esta escolha eles reuniam diversos elementos materiais e imateriais tais como: terreno; caça; água; rota para chegar com animal até o local; área de matas (havia determinadas áreas de matas que, uma vez derrubadas, apresentavam muitas ervas daninhas logo no primeiro ano; e trechos em que, após a queimada da derrubada, apareciam cipós que tomavam conta do terreno, obrigando os agricultores a fazer duas capinas antes de plantar); onde levantar o rancho e com que materiais fazer a cobertura; condições disponíveis para abrir caminhos para a passagem de animais; avaliar os ferros que tinham; fazer cálculos para saber quanto tempo levaria para que o avanço de outros camponeses atingisse o local de sua escolha, e também projetar em que condições econômicas esperavam se encontrar quando os avanços dos demais alcançassem seu 'centro'.

Em circunstâncias menos favoráveis eles reduziam a avaliação em muitos pontos e, mesmo assim, ainda haviam de fazer escolhas diante da forte disputa pela terra. Muitas vezes firmavam-se em terras sem águas, em pontas de matas encravadas entre morros, em matas ruins, em croas e planalto de serras. Para cada situação eles ajustavam uma estratégia e suas condições relacionais com o exterior.

No plano das relações sociais, o camponês media com astúcia aqueles que ele podia atrair para o local quando havia sobra de matas, e para seu círculo de relacionamento, fosse entre os familiares ou conhecidos. Se tivesse família, tinha que argumentar razões propositivas para que todos aceitassem o deslocamento. Sabendo

da existência de camponeses na área, ajuizava de que forma iria proceder para se estabelecer em meio a eles – se por meios pacíficos ou se por meio violento.

Os camponeses iam demarcar lote geralmente no verão. iam sozinhos ou com os filhos. No início improvisavam um tijupá (pequena cabana em que a cobertura alcançava o chão) ou passavam as noites trepados em boas árvores para evitar ataques de feras. Demarcavam a seu modo, ou seja, somente com variantes, os quatro cantos do lote. Em seguida marcavam a roça e partiam para o serviço desta (broque, derrubada da mata). Com um mês ou dois de sol, faziam o aceiro da roça com quinze ou menos braças de distância afastada da área derrubada, novamente dentro da mata, abrindo a folhagem seca no solo, num espaço de uma braça ao redor de toda a derrubada, queimavam avaliando os ventos, pondo fogo e contrafogo nas quatro laterais da roça.

Após alguns meses vinha a família. Começava a fartura dos primeiros frutos da terra, dias antes da apanha do arroz ou outros plantios de ciclo rápido. Assim, muito antes de tocar no primeiro fruto da terra e colher o primeiro cacho de arroz fruto de suas mãos, um conjunto de providências havia sido tomado em momentos precisos para garantir as condições mínimas necessárias.

Todo ‘centro’ tinha a sua história, o seu engate relacional com o mundo lá fora (seja com o povoado ou com a sede do município). Descrever a história de todos estes ‘centros’ seria desviar, em parte, o foco desta pesquisa que busca compreender apenas alguns elementos da ação territorializante desse camponês e, em especial, a sua estratégia de inserção. Permanecendo circunscritos à área da gleba, selecionamos cinco centros – dois no loteamento Pé de Galinha, um no loteamento Muçambê e três no loteamento Sol Nascente – para situar o relato dos camponeses sobre os motivos que os levaram a fundar um centro.

Vejamos trechos da entrevista de seu João, proprietário no loteamento Sol Nascente, localizado entre o povoado Capemba D’Água e o povoado Arapari. João Chicô veio do Piauí. Na data da entrevista estava com 82 anos e ainda trabalhando numa pequena roça em seu ‘centro’, fazendo os serviços de cócoras, pois não aguentava mais manter-se curvado para frente na execução das capinas. Os filhos, nessa ocasião, já lhe haviam entregado a roça queimada, e dali por diante tudo passava a ser de seu jeito. São cinco casas, em uma mora o patriarca e nas demais moram alguns dos filhos que permanecem vivendo da produção do que rende a propriedade com a atividade pastoril. Os filhos atualmente tomam conta da

propriedade e não retiram mais o sustento das famílias somente da lavoura – plantam de tudo um pouco. A produção principal dos que moram em volta da casa do velho João vem da criação de gado e venda do leite para o laticínio. Com João Chicô fizemos duas entrevistas. Uma em 02 de março de 2017 e outra em 27 do mesmo mês. Voltamos ainda várias vezes ao seu ‘centro’ para apanhar detalhes que não haviam sido esclarecidos durante as entrevistas, e assim conversamos informalmente diversas vezes. Na primeira entrevista (antes já tínhamos passado em sua casa para esclarecer as razões da entrevista e para saber se ele estava de acordo), feita no seu próprio ‘centro’, tratamos de vários assuntos, entre eles os motivos de sua vinda para aquela parte da serra e como ele havia enfrentado os primeiros anos na localidade. Suprimimos algumas partes da fala por ele conduzir muitas vezes a conversa para tratar de outros assuntos. Quando perguntado que motivos ele tinha levado em conta para vir fundar seu ‘centro agrícola’ no assentado da serra, ele respondeu:

Todo mundo tem que espiar pro tempo. Não basta seguir o rumo da venta. Eu cheguei na Mucuíba já vindo pelo Grajaú. Cheguei fora de época, botei a mulher ali no Alto da Pipira, você sabe muito bem onde é, e fui ganhar arroz. Ganhei muito legumes mais não dava pra nada, nada, nada mesmo, você sabe. A produção do lavrador que faz de um tudo nunca alcança o preço que merece tudo barato mais tinha que vender pra comprar remédio, sal, querosene, açúcar, café, farinha e carne oi lá. Ali na [...] Foi uma época doentia, todo mundo caía de cessão (malária), lá em casa teve dia que não tinha um em pé pra dá água para os outros. A valência que chegou um parente meu vindo de fora também e deu amparo, as mulheres cuidaram muito da minha. Eles também, olha lá [...] Passamos muita fome, na rua tudo é comprado. E eu vendo meus filhos passando fome. Fiquei com ar de burro sumido, com a cabeça pra cima sem tomar tenência, eu só tinha trabalhado pra lá, pro Carrapicho lugar bem perto do Alto e só via o pessoal falar o tempo todo da tal serra, da serra lugar seco, seco, mais tinha terra boa de roça a vontade. [...] Rum, maranhense sabe lá o que é precisão de água. Por sorte arrumei pra bater um milho na serra que estava sendo vendido pro seu Zé Pernambuco. Todo mundo sabe onde mora [...] O dono do milho não adiantou nada, pedi uma passagem num caminhão e vim. Bati no quixó¹¹³ o milho de dia e de noite na lua clara. Quando o pessoal veio com o caminhão pegar o milho eu só mandei o dinheiro pra entregar pra minha mulher e disse: rum, vou nada, vou cair é na mata (João Chicô. Entrevista realizada em seu próprio ‘centro agrícola’, em 2.3.2017).

¹¹³ Conforme descrição dos camponeses, o “quixó” consiste de um lastro de varas inquiridas por cipós e suspenso por quatro forquilhas com aproximadamente 80 cm de altura cercada também de faras por três lados. Pela lateral aberta o lavrador derrama o milho bem seco em espigas em cima e se põe a bater com uma vara mais grossa sobre as espigas que pouco a pouco vai debulhando o milho. Esse procedimento é feito ao ar livre ao lado do paiol de milho. Com este mesmo equipamento rústico muitos batem também o arroz colhido. Depois de batidos seja o milho ou o arroz é ensacado estando pronto para o transporte, seja através de tropa de animais ou por meio de caminhões.

Temos nessa sua fala a trama circunstancial na qual vivia o camponês migrante assim que chegava a um lugar. Não podendo de imediato viver de sua lavoura, tinha que começar trabalhando nas roças de outros camponeses para manter a vida diária. Havia o drama das doenças e os vários tipos de privações, a privação alimentar era só uma delas. Uma vez que sua família se encontrava nos arredores do povoado Mucuíba, dirigiu-se para serra e lá permaneceu. Decidiu pelo lugar tendo visto que outros de sua condição estavam se instalando naquelas matas. Sua condição se assemelhava a de milhares de camponeses que chegavam diuturnamente na região em busca de terra.

Noutra passagem, João informa-nos o ano em que veio para o seu ‘centro’ e ao mesmo tempo compara as situações entre o viver na sua localidade e o viver no povoado de Mucuíba.

[...]. E foi assim, entramos pra cá com a cara e coragem. Parece que foi em 1972, se eu não me engano. Foi, foi. De noite eu acendia um fogo na frente e atrás do tijupá e a onça às vezes esturrava ao redor. Mais nunca mais meus filhos passou fome. Varal de carne de caça ficava ai de uma ponta a outra, comemos muitos dias na farinha de sapucaia. Até a roça começar a botar nós escapamos com o que a mata dava. Quem disse que lá na Mucuíba se tinha tudo aquilo. Tinha não, [...] os preços era os olhos da cara. De trabalho de aluguel não se cria família não, ajuda porque tem coisa que tem que ser comprado fora. (João Chicô. Entrevista realizada em seu próprio ‘centro agrícola’, em 2.3.2017).

Ele constata que trabalhando de aluguel (vendendo sua mão de obra) não daria para criar seus filhos devido ao custo de vida na cidade. O ‘centro’ — a posse da terra — era um elemento nivelador e compatível para suprir a insuficiência do trabalho alugado, assim o ‘centro agrícola’ era capaz de fazer a inserção social garantindo um patamar de condições dos que viviam na cidade. Podemos observar que as condições iniciais de João Chicô eram bem mais fragilizadas que as condições de Miguel Reinaldo e de Francisco Alves — estes haviam entrado para aquelas matas em 1973. João Chicô entra um ano antes e sem nenhuma reserva com que pudesse se sustentar por alguns meses, seja ela financeira ou alimentar.

Quando eu conto, nego dá risada, mais eu cortava um pé de mamuí¹¹⁴ e em poucos dias o miolo dele apodrecia, e acredite, ele ficava cheio de gongo que

¹¹⁴ Conforme Pimentel (2007, p. 277) A árvore conhecida por Mamuí ou vários outros nomes como Mamoeiro-do-mato, Mamoeiro-bravo atribuído pela população em várias partes do Brasil trata-se do jaracatiá (Jaracatiá dodecaphylla DC) que é árvore nativa Brasileira e pode ser encontra por grande

nós torrava e comia, era só gordura e nós enchia os litros. Quando era no verão eu cansei de passar um dia carregando água pro pessoal do Barra Azul pra ganhar duas cargas de água. Se fosse só eu [...]. Em três anos tive que cortar minha terra, pois do nada esse mato encheu de gente de uma ora pra outra, todo mundo doido pra escapar. Ninguém queria botar roça mais perto um do outro não. Todo mundo queria era se assegurar numa tora de terra maior pra ter sossego por muito tempo. Ganhei muito legume emprestando um saco por dois para os que chegavam. Tinha essa vantagem. Eu já estava de capoeira. Eu me lembro é muito daquele tempo. Não tinha muita presiga como tem hoje [...]. (João Chicô, Entrevista realizada no próprio 'centro' de João Chicô, em 2.3.2017).

Neste fragmento destacamos os arranjos e improvisos do entrevistado para garantir alimentação utilizando a larva do mamuí (prática utilizada também pelos que viviam da quebra do coco babaçu; as quebradeiras recolham as larvas do coco e fritavam para o consumo). No final descreve o quão rapidamente, a partir dos dois anos seguintes, as florestas em que ele se encontrava ficaram repletas de novos posseiros na luta incessante por demarcar uma área de terra.

Na planada da serra, partindo da localidade Pé de Galinha e seguindo pelo ramal mais longo do município, no loteamento Muçambê mora Antônio Neves de Carvalho, conhecido como Tibúrcio, 85 anos. Antônio diz que viera do Ceará havia muitos anos. Veio direto para Brejo Paraibano, onde morou por vários anos; depois foi para Buritirana, após entrou na mata pela Pedra D'água, e mais tarde foi para a Barraca de Folha, onde morava o povo de sua mulher. Diz ele que sua mulher largou dele porque ele bebia muita cachaça e, por esse motivo, não pôde mais morar e trabalhar perto do ex-sogro. Com isso, subiu a serra e veio morar sozinho. Depois arrumou outra família. Chegara ao lugar onde mora em 1967.

Hoje a localidade não é mais chamada 'Centro do Tibúrcio', pois se transformou num povoado e se chama Vila Tibúrcio. Fica situada a meio caminho do Tabuleiro da Serra, local de onde partem duas estradas: uma vai para o rio Pindaré passando pelos povoados Capemba D'Água e Muçambê; a outra segue passando por diversos centros e alcança o município do Brejão, e deste novamente pode se chegar à rodovia Belém-Brasília num percurso de 50 quilômetros.

Quando perguntado por que motivos viera morar em cima da serra, Tibúrcio respondeu:

Eu era um besta, tá vendo. Fiquei só com este tantinho de terra que tenho hoje onde crio meu gadinho, nem posso aumentar o gado, tá vendo. 23

parte do território nacional. "O fruto é uma baga oval ou arredondada, lustrosa, amarela quando madura, com talvez 8 centímetros de comprimento. A polpa, avermelhada, doce, saborosa, envolve numerosas sementes". Afirma o autor ainda que ele é espontâneo na Amazônia, no Meio-Norte, no Nordeste, etc.

alqueires (média de 90 ha) se aumentar os bichos passa fome. Eu podia ter muita terra. Muitos que chegaram depois de mim queriam abarcar o mundo com as pernas e tão aí com mais terras que a que eu possuo, tá vendo. Eu mesmo não tinha crença disto aqui ser o que é hoje. Via o povo entrar e o movimento crescer na minha vista. [...] Por isso que eu digo que fui um égua. Não se iluda não pelo que está vendo, no começo viver aqui não era pra qualquer um não, sujeito tinha que ter sangue no olho pra derrubar uma mata braba no machado tomando água de cipó de mucunã, mais homem é a pior fera que tem, tá vendo. (Antônio Neves de Carvalho, camponês de Vila Tibúrcio. Entrevista em 07.04.2017).

Podemos observar que Antônio, mesmo naquela época (1967), já não procurava mais terra de trabalho dentro do sistema comum, mesmo assim o tamanho da posse (90 hectares) demonstra um horizonte estratégico voltado para continuar no ramo da agricultura (o ciclo econômico daquela década). Ele somente veio a se dar conta da insuficiência de terra quando pretendeu mudar para a atividade pecuarista, quando os preços de terras se encontravam elevados e por se tratarem de terras legalizadas. Mesmo assim, Antônio sabe o quanto os camponeses estão sintonizados em permanecer inseridos na economia praticada em sua região. Embora Antônio cite o desacerto com a família devido a seu alcoolismo e por esta razão seu desapego de continuar morando próximo da família da mulher, ele seguiu a mesma direção de milhares de outros camponeses que também por outras razões diversas procuravam um mesmo destino: tomar posse de terras e garantir inserção no capital.

Sebastião da Silva, 79 anos, maranhense, proprietário no loteamento Sol Nascente, conhecido por “Sebastião Toroca”, pai de nove filhos, é um dos fundadores do hoje povoado Capemba D’Água, morando no mesmo lugar de que tomou posse em 1970. Veio de Colinas no Maranhão em 1959 direto para a Lagoa da Onça, localizada próximo de João Lisboa, onde morou por 11 anos. Região de grandes florestas de cocais. Como afirmamos em momentos anteriores, em 1959 a extração e comércio do babaçu ainda tinha certo peso na economia local¹¹⁵. Sebastião da Silva deu o seguinte depoimento sobre os motivos que o levaram a vir para este lugar e fundar um ‘centro agrícola’

Só sei viver de roça, não gosto de mando, lá na Lagoa fiz umas dez roças, as terras de lá já não tinha mais serventia, tudo capoeira fraca. Tinha lugar que pegava mais de duas capina o arroz que já não era mais lá estas coisas.

¹¹⁵ Cf. Almeida (1995, p. 18) a ocorrência de babaçuais no Maranhão é na ordem de 10, 3 milhões de hectares. Ainda conforme o autor a área de Imperatriz, com base nos dados da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, dados de 1981, tinha uma ocorrência de 424.100 hectares e uma área efetivamente coberta de babaçu de 260.350 hectares. Ver também Cunha (1977, p. 119-136).

E já era tanta gente, uma encrenca danada e o legume num estava dando mais nem de comer e povo se danava no coco, tinha família que não plantava mais nem o arroz de comer, ganhava fora na época das apanhas. Dinheiro de legume era mais coco babaçu e farinha. A feira no final de semana mesmo com dinheiro do coco. Perto da cidade, menos de légua meia. O senhor conhece lá? Jumento sofria com babaçu no espinhaço. Mais voltando, quando se danaram a cortar os direitos e esbarrar as mulheres de apanharem os cocos em todo lugar ai de todo não prestou mesmo mais. Eu mesmo me demorei, estava acostumado mais tinha que procurar outro lugar, muito menino – tinha que ter terra pra esses meus filhos me ajudarem. Arranchei ali no Tibúrcio mais por perto já estava tudo ocupado. Ele mesmo me disse que a mata solta estava depois da descida da serra. Arranchamos com pouca água mais tanto em cima como aqui embaixo tudo terra seca. Depois um caçador disse que tinha um pau oco aqui perto, fica ali no fundo da terra do velho Carlos, que tinha muita água. Foi de muita ajuda. Serviu tanto que estamos aqui até hoje e parece que por aqui vou findar meus dias. (Sebastião da Silva, lavrador da Capemba D'Água. Entrevista em 07.04.2017). Grifo nosso.

Como se percebe na entrevista, ele havia vivido um bom tempo numa parte do município em que a extração do babaçu era a forte economia da Lagoa da Onça. Em seu relato se percebe que houve naquele lugar um tempo em que o babaçu ainda era liberto e coletado na floresta. Mas o fechamento dos cocais pela demarcação das terras e a proibição e sujeição da extração do babaçu forçaram muitos camponeses a se deslocar para outras áreas, mesmo não sendo terra de cocais. Ele mesmo declara que esperou na Lagoa da Onça até se esgotar quase que por completo o comércio do babaçu por força da proibição nas posses e que, mesmo não sendo documentados, os posseiros comandavam na condição de proprietários de direito e, dessa forma, tentavam impor o pagamento de renda.

Os ganhos do babaçu sempre funcionavam como uma renda extra ou até mesmo como renda principal. Para outros, enquanto comércio era fonte de bons lucros. Vale lembrar que ele morou na região dos cocais, 11 anos na Lagoa da Onça, e havia vivido uma curta experiência de extração do babaçu nas terras devolutas. Mesmo naquela década as terras foram demarcadas pelos próprios posseiros e fazendeiros; portanto, por duas décadas (1960-1970) as posses informalmente estavam demarcadas, mas o GETAT somente veio legalizar estas posses no início da década de 1980. Até então o domínio sobre estas áreas se dava por outros métodos, e muito pouco na forma da lei. (ASSELIN, 2009, p. 121).

Como podemos ver por estes casos, os camponeses de João Lisboa em sua sustentação histórica, desde o início da ocupação da região, não constituíram um grupo social homogêneo. Os relatos destes poucos camponeses entrevistados constituem uma amostra do quanto há de heterogêneo em meio à diversidade

camponesa, mesmo que eles tenham muito em comum, são, por outro lado, diferentes em suas capacidades de apropriação dos meios de produção.

De maneira muito geral, os 'centros agrícolas' camponeses na região resultaram sempre de pressões externas que os punham em movimento na busca pela posse da terra, e nela fundavam seus 'centros' como ponto estratégico de inserção social na ordem do capital. Suas práticas refletiam uma identidade social e se constituía em "uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição" (CHARTIER, 1991, p. 183); no entanto, sua expansão espacial incrementou uma força quase sem igual de devastação por derrubada da floresta na região que dialeticamente se aproxima aos fazendeiros para o alastramento de pastagens.

A este ponto comum entre camponeses e fazendeiros devemos acrescentar a prática de queimadas das áreas desmatadas, seja para fins de lavoura ou pastagens. As queimadas cometidas por ambos, em um só incêndio completou o grau de destruição da floresta da região. Os camponeses, porém, por meio de uma posição reinventada do sistema de apossamento de terra, procuraram conectar-se através dos 'centros agrícolas' ao capital e ser reconhecidos pelo novo regime jurídico-formal da terra que foi imputada pela frente pioneira em sua reestruturação agrária, impondo o mercado da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de produção capitalistas em expansão no sudoeste maranhense, no período estudado, ocasionaram fortes transformações no processo de territorialização dos camponeses na gleba Boca da Mata, provocando mudanças na forma de apropriação das terras de forma substantiva, e de igual modo nas relações entre os próprios camponeses. A lógica de produção do capital, para melhor situarmos como ocorreu nesta região, deu-se por meio da renda. Ela era drenada e obtida através da venda dos produtos que os camponeses colocavam no mercado e também por meio da expropriação dos camponeses. Expropriação essa executada entre os próprios camponeses e fazendeiros por força da forma de posse adotada no início da década de 1950.

Vale acrescentar que o processo de domínio e monopólio da terra pelo capital no oeste maranhense não ocorreu de forma hegemônica, ela se processou através do resultado da combinação das diferentes atividades conduzidas historicamente pelas frentes de ocupação que adentraram o Maranhão pelo norte e pelo sul do estado. A frente que penetrou pelo norte se caracterizou pela grande lavoura de exportação e pela maciça mão de obra escrava e com forte intervenção do estado. A frente sulista teve como produção característica a pecuária e havia se mantido até a Independência sem a presença ostensiva do estado. No norte os camponeses foram mantidos segregados, enquanto que no sul, embora se mantivessem parcialmente excluídos da posse da terra, muitos mantinham inserção no processo produtivo pastoril. No sudoeste, no caso específico da gleba Boca da Mata, os recursos de sobrevivência eram naturais, por ser esta área típica da transição que comporta floresta amazônica, matas de cocais e sertão.

Uma vez esclarecida essa questão, passamos às considerações finais. Muito embora a experiência do caminho percorrido na construção do objeto por quem se lançou em tal empresa seja quase interminável, dada a expansão de perspectiva que o conhecimento vai tomando. Vamos, apoiados pela Antropologia, Sociologia e História Social, tornando mais rica a abertura de novas possibilidades de voltarmos os estudos para o meio rural numa abordagem não mais somente econômica.

Pela observação dos aspectos analisados nesta pesquisa, procuramos compreender e historiar os meandros da luta camponesa ao disputar as terras da gleba Boca da Mata por meio da fundação de seus 'centros agrícolas'. Tal

territorialidade campesina evidenciou um sistema de apossamento daqueles que não têm nome e, quando têm, é apenas na forma de categoria: 'posseiros' — um termo genérico, como tantos outros, para designar milhares de sujeitos anônimos no interior de uma luta aberta pela terra em uma determinada região, ou mesmo na sua forma conceitual de camponeses, apanhados como grupos diferenciados em seu processo produtivo.

São esquecidos pela história homens, mulheres e crianças anônimas que se moveram aquecidos pelo desejo de possuir uma terra para garantir sua sobrevivência em meio ao conflito que envolvia diversos atores como empresários rurais, fazendeiros, pistoleiros, grupos econômicos e membros do aparelho de Estado, comerciantes e instituições de mediação.

Foi nessa trilha que procuramos desvendar e analisar as ações territorializantes dos camponeses na luta pela terra, por mais de meio século na gleba Boca da Mata. Nessa direção, a pesquisa não ficou limitada apenas aos 'centros agrícolas', instrumentos escassos e de propriedade, mas se estendeu para compreender as múltiplas estratégias e táticas empreendidas pelos camponeses na disputa, resistência, combates e jogos de negociações.

Empreendemos um esforço no sentido de demonstrar, durante toda a pesquisa, como os centros agrícolas iam muito além de um local de trabalho. Verificamos que se constituíam no melhor ataque camponês contra a expropriação. O avanço que antecipava um espaço mantinha os camponeses sempre na fronteira. Esse deslocamento tático de posição não só lhes garantia a manutenção de uma ordem interna, inerente a seu processo produtivo, como também lhes garantia um tempo de espera capitalizada em vantagens no confronto relacional. Nos centros agrícolas esperavam chegar aos tentáculos da comercialização como se ansiava por uma boa safra.

Quando isso ocorria, não encontravam mais somente sua mão de obra, encontravam-na embutida em produtos com os quais faziam sua inserção no mercado. Dessa forma, ao se dirigir ao interior da mata, o que aparentemente poderia ser interpretado como uma fuga das relações, para eles era apenas um movimento tático para o engajamento em melhores condições na órbita do capital. O 'centro', consciente ou inconscientemente era, e continua sendo, um trampolim para novas oportunidades de ganho.

As chaves dessas leituras permitiram-nos perceber, através da observação direta da vivência destes camponeses – por meio da história de vida de alguns –, que há, de maneira muito forte entre eles, um senso prático, um senso de realidade que se contrapõe às fantasias que funcionam como filtros que atuam nos migrantes, mas em permanentes trocas culturais com os demais segmentos camponeses. Por este olhar, os ‘centros agrícolas’ cresceram como que obedecendo a uma espécie de lei interna flexível (captável em suas frases e costumes) que vai se adaptando continuamente ao contexto circundante.

Neste jogo em que ‘o risco que corre o pau, corre o machado’, os centros entrelaçam a tradição e a modernidade. Algo que faz lembrar o organicismo de ‘Raízes do Brasil’ de Sérgio Buarque. Os centros são, assim, organismos híbridos equilibrados pela contradição de uma ordem relacional interna em permanente conflito com a ordem supralocal. Nestas recentes ocupações por meio dos ‘centros’ não raro ainda se encontrava reciprocidade comunal em torno do pilão, forno e casa de farinha.

As marcas desta intersecção podem ser capturadas tanto pelas visitas *in loco* quanto pela escassa documentação. O loteamento Pé de Galinha ilustra bem a distinção da criatividade camponesa para se ajustar a um tempo relacional. Este loteamento revela quão pequena era a distância que havia entre os inúmeros centros. Essa cartografia era do tempo em que o camponês, alçado pelo extrativismo do babaçu, tomava posse apenas da área de trabalho.

Dessa forma, os ‘centros’ estão marcados pela história desse momento. Sempre um lugarejo de parentela, ou por resultado de famílias afins e conhecidas que demarcavam a moradia a poucos metros umas das outras e colocavam as roças na forma do uso comum das terras.

Este ritmo de avanço dos centros imposto pelo babaçu durou até meados de 1950. Daí por diante os centros foram rapidamente metamorfoseando-se por força da presença da frente pioneira impondo a propriedade privada, e rapidamente este regime de uso da terra passava a ser incorporado pelos camponeses. Com exceção das margens das estradas, os centros passaram a ser constituídos por uma ou duas casas no interior de uma área, agora demarcada como posse individual do camponês.

É salutar apontar que os centros na gleba Boca da Mata, historicamente, foram criados sob o impacto relacional de diversas frentes. A começar pela frente pastoril, que margeou as grandes matas instalando-se em Imperatriz por meio século. Nesse

período, os centros eram agregados às fazendas que ficavam na parte sul da região que, mais tarde, viria a se tornar a gleba Boca da Mata, no município de João Lisboa.

Por volta da década de 1930, em decorrência da crise enfrentada pela frente extrativista da borracha e da castanha, foi criado o centro Gameleira com características distintas das dos centros agregados, por ser um arranjo criativo dos camponeses, iniciando uma outra forma de atividade para ganharem a vida através da exploração do coco babaçu em maior escala, uma vez que esse produto já vinha marginalmente sendo comercializado via rio Tocantins para a praça comercial de Belém.

Por duas décadas, os centros foram, pouco a pouco, avançando sobre a zona dos cocais por meio do uso comum das terras dos coqueirais, que também eram usadas para a pequena lavoura. No início da década de 1950, um significativo número de famílias nordestinas começou a chegar à região e iniciou a ocupação das matas, explorando mais a cultura do arroz, uma vez que as matas de cocais já se encontravam ocupadas por dezenas de minúsculos centros babaçueiros.

A territorialidade no centro da mata, sem a presença do babaçu, sinalizava suave distinção do uso comum da terra, como era praticado pelos babaçueiros. O uso comum não era mais irrestrito. Tendo que se adaptar a um ambiente biofisicamente distinto da zona do babaçu, cada família escolhia um eito de matas e nele o camponês ia explorando a lavoura. O uso comum se limitava ao uso das águas, estradas, caminhos, caçadas, extrativismo de outros produtos existentes na floresta e à autoajuda solidária. Era motivo de má querência tomar a frente de eito alheio – a não ser que fossem marcadas roças com certa distância razoável.

‘Bom tempo pra pouco tempo’, como dizem os camponeses quando se recordam desse período. Com a chegada de maneira fulminante da frente pioneira através da construção da grande rodovia federal Belém-Brasília, com a chegada — em menos de uma década — de mais alguns milhares de camponeses nordestinos tendo como forma de ganhos apenas as matas para lavrarem, e com a ampliação do mercado pela abertura das primeiras estradas municipais permitindo a consolidação da frente agrícola; muitos alcançaram sua inserção.

Como frisamos, essa superposição de frentes se constituiu a partir da década de 1960 impondo definitivamente o mundo do capital. As novas relações, a violência e a expropriação das posses constituem a marca distintiva, a prova de fogo para os camponeses permanecerem posseiros nas terras da gleba Boca da Mata. Nesse novo

contexto, os camponeses mais uma vez tiveram que criar novas estratégias, e por mais de duas décadas (até 1980) entrelaçaram a tradição e a modernidade daquele tempo, quando o governo, no período entre 1980 e 1987, demarcou as terras dos que haviam permanecido detentores de posse na Gleba.

Como dizia seu Miguel Reinaldo, “temos que estar o tempo todo fazendo o joguinho pra conduzir a vida”.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993.
- ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.
- ALMEIDA Jr, José Maria Gonçalves de. Uma realidade-desafio. In: ALMEIDA Jr., José Maria Gonçalves de (Org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense; (Brasília, DF): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, 1986. p.13- 29.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio." In CASTRO, E. e HEBBETE, J (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA, UFPA, 1989. p. 163-196.
- _____. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- _____. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma: história da agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983.
- _____. **Conflito e mediação**: antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **G.E.T.A.T. A Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional**. Rio de Janeiro: Edição CPT- Comissão Pastoral de Terra-Maranhão. Volume 7, 1981.
- _____. Terras de preto, terras de santo e terras de índios: uso comum e conflitos. In: DELGADO, N. G.(Org.). **Brasil Rural em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 104-213.
- _____. Terras tradicionalmente ocupadas. Processo de territorialização e Movimentos Sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, maio de 2004.
- _____. **Conflito de terra no Maranhão**. Rio de Janeiro: Edição CPT- Comissão Pastoral da Terra-Maranhão. v. 6, 1981.

_____. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização.** Gráfica Estação Publicidade, 1995.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias de Maranhão e de Goiás.** Imperatriz: AIL, 2007.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 145-151, 1995.

AMARAL, J. Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896.** São Luís: Tipografia Frias, 1897.

AMORIM, Carlos. **Araguaia.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2009.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela capitania do Peauhy. **Revista IHGB,** Rio de Janeiro, tomo 62, p.86, 1900.

ARAGÓN, Luís E; MOUGEOT, Luc J. A. Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPa, NAEA, CNPq, (Cadernos NAEA, 8), 1986.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense.** São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás.** Imperatriz, MA: Ética, 2009.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do Norte.** Rio de Janeiro: Ed. AGIR, 1947.

BARATA, Maria Helena. **Tupi-Guarani e Jê. Timbira: articulações étnicas em processo.** 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2002.

BARBOSA, Zulene Muniz. Transformações econômicas, políticas e sociais do Maranhão contemporâneo: cenário de desenvolvimento regional. In: LIMA, T. M. (Org.). **Desenvolvimento, poder e cultura política.** São Luís: UEMA, 2006. p. 47-64.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu – Imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

_____. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz-MA: Ética, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan. /jun. 2007, p. 11-39

BERNARDES, Júlia Adão. **Mudanças técnicas e espaço**: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; CORRÊIA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 239-269

BEZERRA, Edimilson Rosa. **O grão e o casco**: representação e prática da colonização na segunda metade do século XIX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

Disponível em:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3321/1/EDIMILSON%20ROSA%20BEZERRA.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BISPOS afirmam que o GETAT não mudará nada, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 304, 14 fev. 1980c.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=GETAT> acesso em dez. de 2017.

BONNAL, Philippe. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil rural em debate**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, p. 246-270.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Efeitos de lugar. In: BORDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 159-166.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. **Coleção das leis do Brasil**. Câmara dos deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL. Decreto n. 10.325 - de 27 de agosto de 1942. **Diário Oficial da União**.

Disponível em:

<www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/138087-cria-a-colonia-agricola-nacional-da-maranhao.html>. Acessado em 19 mar 2017.

BRUM, A. J. **Reforma Agrária e política agrícola**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALDEIRAS, Clóvis. **Mutirão** – formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Nacional, 1956. (Brasiliense, Sér. 5ª. V. 289).

<<http://www.brasiliana.com.br/obras/mutirao-forma-de-ajuda-mutua-no-meio-rural/preambulo/4/texto>> Acesso em 31 out. 2017.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1958. (Coleção documentos brasileiros, 22).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso nº 054 de 28 mai.1980. In: Coleção Anais da Câmara dos Deputados.1980.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria. **Organização do espaço agrário maranhense**. São Luís: [s.n.],1993.

CAPOBIANCO, João Paulo. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: _____ **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade – Instituto Socioambiental, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, Carlos Jesus de. **Ascensão e crise da economia açucareira no Maranhão: 1850 -1910**. São Luís: Eduema, 2015.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídio para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, Ruy. **Estória da História de Carolina**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal,1978.

CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; CORRÊIA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CATORIADIS, C. **A intuição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins**: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: Ed. UCG, 1999.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA O TRABALHADOR RURAL – CENTRU-MA. **Estudo de Sistemas Agrários no sudoeste do Maranhão**. Imperatriz: Gráfica Jardim, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação**. São Paulo: Estudos Avançados, 1991.

CIDADANIA E JUSTIÇA. Incra recebe outra parte da fazenda cipó cortado. Portal Brasil, 2015. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/02/incra-recebe-outra-parte-da-fazenda-cipo-cortado>> Acesso em dez 2017.

CIDADE BRASIL. **Microrregião de Imperatriz**. Disponível em:
<https://www.cidadebrasil.com.br/microrregiaodeimperatriz.html?c=superficie&d=1>

CNBB. **Igreja e problemas da terra**: documento aprovado pela 18ª Assembleia, Itaici, 14 de fevereiro de 1980. v.17. Documentos da CNBB. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

COLEÇÃO DE ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

CONSIGLIO, Vittorio. **Fontes missionárias e história indígena**. Um inventário analítico sobre textos jesuíticos nos arquivos romanos referentes à missão em Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII e XVIII. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Luís César Amad. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COUTINHO, Márcio. **Grajaú: um estudo de sua história**. São Luís: EDIGRAF, 2006.

CPT diz que Maranhão bate recorde de violência rural, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 333, 11 mar.1987.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=GETAT> acesso em dez. de 2017.

CUNHA, Ayres Câmara. **Além do Moto Grosso**. São Paulo: Clube do Livro, 1974.

CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.13, n.36, p.147-163, mai. /ago.,1999

_____. (Org.) **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Teresinha Helena de Alencar. **Terra de promessa**: luta pela subsistência de um povoado na frente de expansão do Sudoeste do Maranhão. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

DAMASCENO, A. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Ed UFPR, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34,1992.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DINO, Sálvio. (Org.). **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003

_____. O espaço habilitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, jul.- dez. 2013

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

EMATER-MA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão; EMAPA. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de produção para arroz de sequeiro**. Boletim 184. Bacabal-MA, 1980.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém de Cultura, 2015.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERRAZ, Iara. **Os Parkatêjê das matas do Tocantins**: a epopeia de um líder timbira. 1984. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, 1984.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense**: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História,

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Wilton Alves. **Maranhão do Sul: o estado da integração nacional.** Imperatriz, MA: Ética, 2007.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil.** Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz.** Imperatriz - MA: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2016.

FREGONA, Livaldo. **A fama e a verdade de José Bonfim.** Imperatriz/MA: Ética Editora, 1999.

FURSTENEAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira após 1960. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, 8(1): 139-154, 1987.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** São Luís: Ed. Livros do Mundo Inteiro. 1970.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIARD, Luce. Introdução In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9-32.

GODOI, P.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. v. 2.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

GOVERNO decreta reforma agrária na região do Araguaia, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 298, 02 fev.1980a.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=GETAT> acesso em dez. 2017

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HEBETTE, Jean; MARIN, Rosa R. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, J. M. M. (editor) **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Carajás: o Brasil Hipoteca Seu Futuro**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1983.

IBASE- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: Graffito Gráfica, 2014.

IBGE. CENSO DEMOGRAFICO MARANHÃO. **VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970**. Série Regional, v. I - Tomo V. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t5_ma.pdf> acesso em: agosto 2017

IMPERATRIZ. Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**. 1932-1936.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Sinopse estatística do Maranhão**, nº 01 (Separata com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1929). São Luís: Tipografia M. Silva, 1937.

IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Maranhão). **Informações básicas: Região Tocantina**. São Luís: Sioge, 1983.

KELLER, Francisca Isabel Vieira. Carmosa e seu vaqueiro: um caso famoso no sertão. **Anuário Antropológico/76**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 39 –70, 1977.

Disponível em:

http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1976/anuario76_franciscakeller.pdf

_____. O homem da frente de expansão: permanência, mudanças e conflito. **Revista de História**, São Paulo, v. LI, n.102, p. 665- 709, abr.-jun., 1975.

LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão**. São Luís: UEMA, 2006. (Coleção Leituras Maranhenses, v. 2).

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

LANTERNARI, Vittorio. **As religiões dos Oprimidos**. Um estudo dos modernos cultos messiânicos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

LARAIA, Roque de B. e Da MATTA, Roberto A. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativista e os Índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Serafim, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL); Lisboa: Livraria Portugália, 1943.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. São Luís: Instituto Geia, 2006.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma Antropologia da territorialidade. **Série Antropológica, n.322**. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LOBATO, Monteiro. **A onda verde**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., Editores, 1922.

LOBO, Marcos Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia**: o caso da ALBRÁS-ALUNORTE. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real da sociedade**: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821 – 1825). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2010.

MACIEL, João Paulo. **Guerrilha do Araguaia-Tocantins**. Imperatriz-MA: Ética, 2014.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão**. Typ. do FRIAS, 1870.IHGB. Exemplar pertencente à Biblioteca Benedito Leite, São Luís. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>> acessado em 23 nov. 2016.

MARTINS, Edilson. **Nós do Araguaia**: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARTINS, José de Souza. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Antropofagia e barroco na cultura latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **O sujeito oculto**. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. **Capitalismo e tradicionalismo no Brasil**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. cap. 3, p. 43-50.

MARTINS, Manoel. Introdução. In: RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 7 – 25.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. São Paulo: Crisálida, 2007.

MAXWELL, Kenneth R. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

MILHOMEM, Augusto de Oliveira. **Abrindo caminhos**: setenta anos. Rio de Janeiro: Editora TELMA, 1995.

MIRANDA, Adenilson Barcelos de. **Os “Gaviões da mata”**: uma história de resistência Timbira ao Estado. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

MOITA, Guilherme Marinho. **As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários Raimundo Nonato dos Santo**.

2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** — um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, R. C. Cartografias socioambientais e formação das identidades culturais: descrição e análise de casos no meio rural brasileiro. CPDA, Ruralidades, N° 3, out., 2002. In: FERREIRA IRMÃO, José (Org.). **Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e Meio Ambiente**. Recife: Ed. dos Autores, 2006.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo: Caderno de Formação nº 11. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1986.

MORAIS, Taís; SILVA Eumano. **A operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Neiva. **O pilão da Madrugada**: um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Zequinha. **Simplicio Moreira**: precursor do desenvolvimento de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 1997.

MOTA, Antônia da Silva. Família e fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51 – 80.

MOTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice; ANPOCS, 1988.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

_____. **História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

_____. **Terras das Palmeiras**: geografia e história do Maranhão. São Paulo: FTD, 1996.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª edição. São Paulo: Global. 2005

NETTO, Eloy Coelho. **História do Sul do Maranhão**: terra vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte, MG: Ed. São Vicente, 1979.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: DAMASCENO, A. D. & BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

NEVES, Delma Passanha e SILVA Maria Aparecida de Moraes. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Formas tuteladas de condição camponesa. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. UNESP, 2008.

NIMUENDAJÚ, Curt. The Eastern Timbira. **American Archaeology and Ethnology**, University of California Publications, v. 41.p. 1-35, 1946. Disponível: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1946-timbira/nimuendaju_1946_timbira_OCR.pdf

OLIVEIRA NETO, Aroldo Antônio de. (Org.). **A cultura do arroz**. Brasília: Conab, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A mundialização do capitalismo e a geopolítica no fim do século XX”. In: ROSS, Jurandyr L. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Integra para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. 2ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1991. (Série Educando).

OS DESLOCADOS, a reforma agrária e a violência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 304, 08 fev. 1980b.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=GETAT> acesso em dez. 2017

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. A ocupação para fins de colonização do sertão maranhense. In: GALDEZ, Márcia Milena. et al. **Histórias sociais e do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p. 219-239.

_____. **Varando o mundo**: navegação no vale do rio Grajaú. São Luís: Editora UEMA, 2011.

PARA UDR o GETAT já fez reforma. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 304, 04 jun.1986. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=GETAT> acesso em dez. 2017

PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira).

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Aline Magalhães. Um historiador e suas travessias. **Topoi** – Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 196-201, jan. - jun. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00196.pdf>. Acesso em: 09/11/2016.

PRADO JUNIOR C. **A questão agrária no Brasil**. Pub. original, Revista Brasiliense, nº 28, 1960.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**, São Paulo, Brasiliense, 1942.

PRODIAT. **Plano de desenvolvimento da área-programa de Imperatriz**. Brasília, 1985.

QUAROS, Eduardo Guesmão de. No princípio, um lugar: arqueologia religiosa de Michel de Certeau. **História Revista**, Goiânia, v. 12, n. 1 p. 81-96, jan./jun. 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura**: sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RABUSKE, Edvino A. **Antropologia filosófica**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2008.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.10, p. 135 – 164, abril 1998.

Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/eduard10.htm>>
acesso em: 09 nov. 2016.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A classificação do tronco linguístico Tupi. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.12, n.1-2, 1964.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110739/109165>.

ROGERS, Ferreira, Paulo. **Os afectos mal-ditos**: o indizível nas sociedades camponesas. São Paulo: Editora Hucitec; ANPOCS, 2008.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo: 1986.

SANTIAGO, Clarindo. **Estradas maranhenses**: a excursão do PRESIDENTE MAGALHÃES DE ALMEIDA, em 1928, para a inauguração das novas rodovias sertanejas. São Luís: Typografia Teixeira, 1929.

SANTOS, Murilo. Fronteiras: a expansão camponesa no Vale do Rio Caru. In: _____ **Estrutura agrária e colonização na fronteira amazônica**. Belém: Museu P.E. Goeldi-CNPQ, 1983.

SANTOS, Vilmar Ferreira dos. **Reserva Mãe Maria**; a construção do espaço físico e simbólico na aldeia dos Gaviões Parkatêjê (1966-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de territórios**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluralidade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEEGER, Anthony. O conceito de Cultura nas Ciências Sociais. **Anuário Antropológico/76**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 336-343, 1977.

Disponível em:

http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1976/anuario76_anthonyseeger.pdf

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura (ESA)**, Rio de Janeiro, n, 8, p. 119-156, 1997.

SILVA, Francisco de Paula, Dom. **Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão**. Bahia, 1912.

SILVA, Luís Antonio Vieira da. **História da independência da província do Maranhão 1822 – 1828**. 2 ed. Rio de Janeiro: CEA, 1972.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do latifúndio em Goiás**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra & transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

SOUZA, José Herênio de. **Imperatriz! Nossa avozinha, aos 100 anos de idade:** Porque Sibéria maranhense. Imperatriz: Editora Brasil, 2017.

SOUZA, Laura de Melo (Org.). Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____ **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊIA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77 – 116.

STUDART, Hugo. **A lei da Selva.** São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TAUNAY, Afonso. **Relatos sertanistas.** São Paulo: Martins, 1954.

TAVARES, Vania Porto. **Colonização dirigida no Brasil:** suas possibilidades na região amazônica. 2 eds. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da teoria, ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1981.

_____. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

TROVÃO, José de Ribamar. **Ilha Latifundiária na Amazônia Maranhense;** estudo de expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré: o caso de Santa Inês. São Luís: UFMA/PPPG, 1989.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual.** Estrutura e Antiestrutura. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA. **Fontes para a história de Imperatriz no Maranhão.** Campus Avançados de Imperatriz. Curitiba: Centro de Recursos Audiovisuais da UFPR, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das bandeiras verdes:** viagem, missão e romaria – movimentos sócio religiosos da Amazônia Oriental. 2001. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2001.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da Instrução Pública no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís, 1954.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 17(4), p. 389-413, 1955.

WELCH, Clifford Andrew. [et al.]. **Camponeses brasileiros**: leitura e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Ed. UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia” O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, p.11-73, 1990.

ZANNONI, Claudio. **Conflito e coesão**: o dinamismo Tenetehara. Brasília: CIMI, 1999.